

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 112.º



COIMBRA

1949

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

DIOGO PACHECO DE AMORIM	<i>Presidente</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS	<i>Vice-Presidente</i>
FRANCISCO TEIXEIRA DE QUEIRÓS . . .	<i>Secretário</i>
JOAQUIM DE CARVALHO	»
ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO.	»
ALBERTO MOREIRA DA ROCHA BRITO . .	»
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES	»
LUÍS REIS SANTOS	»
FRANCISCO DE SOUSA NAZARÉ	»
JOSÉ CAMPOS DE FIGUEIREDO	<i>Tesoureiro</i>
Coronel BELISÁRIO PIMENTA	<i>Director da Biblio- teca</i>

O INSTITUTO

VOLUME 112.^o

OTCENY

ANALIZY

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 112.º



COIMBRA

1949

COMISSÃO DE REDACÇÃO

DIOGO PACHECO DE AMORIM
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua da Ilha n.º 1

COIMBRA

REFLEXOS DAS CORRENTES FILOSÓFICAS E PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS EM PORTUGAL

PROÉMIO

Não importa desenhar aqui, em extensão e profundidade, todo o reflexo português do movimento filosófico e pedagógico contemporâneo. A exposição desenvolvida e metódica de tal assunto cabia propriamente numa história da cultura, das ideias, ou da educação em Portugal. Por isso se dará dele apenas uma indicação sumária e elementar, focando-se alguns dos seus aspectos capitais, num tentame de sistematização provisória, sem pretensão extemporânea de qualquer balanço crítico peremptório e definitivo.

Para o desenvolvimento e ampliação dos capítulos ora esboçados possui o autor material abundante que oportunamente aparecerá à luz da publicidade, ou em trabalhos de conjunto ou em monografias parcelares. A primeira destas monografias, já bastante adiantada, intitula-se *Kant em Portugal*, e nela se dará copiosa notícia da fortuna do grande pensador alemão no nosso país.

*

De um modo geral, ao perscrutar-se a actividade especulativa portuguesa, até quase meados do século XIX, através das obras inventariadas e conhecidas, não se podem procurar-lhe virtualidades que ela não tem, v. g. o alto surto construtor, a originalidade de concepções, a crítica positiva, a selecção valorativa independente e objectiva, numa palavra, uma individualidade própria alentada por lúcidos e penetrantes espíritos criadores cuja projecção pesasse nas correntes gerais do pensamento. Isto deve ter provindo, em parte, da nossa índole, mais sensitiva que reflexiva, e em parte das circunstâncias pouco propícias ao debate, aceitação ou repúdio livre das ideias e dos sistemas.

As restrições impostas por instituições coercitivas e pelo receio de perseguições sectárias à indagação filosófica, à comunicação intelectual, ao convívio com os novos ideários, recalçaram ou delimitaram as veleidades e os rasgos de emancipação e de liberdade de exame e discussão. Na verdade, o comum dos Portugueses ilustrados que, por natural pendor mental ou por formação pedagógica se entregaram à cogitação dos magnos problemas do conhecimento, da existência, dos valores e da consciência, teve o génio moldado num escolasticismo conformista, sereno e calmo, satisfeito da sua plenitude, das certezas de si e para si criadas, e que, nas suas modalidades mais vivas, se arrogou o poder de penetrar, absorver, adaptar e reduzir à sua essência os novos rumos do saber. As instituições pedagógicas então vigentes, congreganistas ou seculares, alumniadas por um ideal e por um conformismo dormentes, na convicção e na pretensão de uma definitividade sistemática e estereotipada, que a história das ideias impassivelmente regista, — se ilustraram e educaram, não formaram todavia espíritos independentes e abertos à compreensão eclética e universal. Como sempre, no entanto, por um lado, a brisa refrigerante de além fronteiras, aqui e acolá, conseguia bafejar um ou outro curioso indagador, cuja audácia, seduzida e arregimentada, se se abalançava a debater na soledade da sua consciência uma problemática heterodoxa e a comunicá-la, logo era reprimida ou reduzida, por outro lado, as correntes de pensamento estrangeiro não eram inteiramente desconhecidas daqueles mesmos que, por dever confessional, as tinham de combater, nas instâncias purificadoras dominantes.

Referindo-se ao estado de cousas em Portugal no século XVIII, diz Lúcio de Azevedo: «Ao barathro de fanatismo e ignorancia, em que a alma portuguesa, no meado do século XVIII, mergulhava, alguns privilegiados espiritos escapavam ainda. Na muralha que opprimia as intelligencias havia fendas. A Inquisição, vigilante no interior, perdia seus foros na fronteira. Alem de Hespanha, tão opprimida como nós, não ia o seu poder, e com os estrangeiros,

no reino mesmo, poucas vezes contendia. Os portugueses que em terras estranhas uma vez experimentavam a suave embriaguez do pensamento livre traziam um pouco d'esse ar vivificante, respirado lá fora, e d'elle faziam participar algum amigo mais fiel. Outros que, pela posição social e protecção do monarcha, se julgavam a coberto de perseguições, arrojavam-se a mostrar o abysmo aonde a nação resvalava. D. Luiz da Cunha, o eminente diplomata, e o mordaz e esclarecido Alexandre de Gusmão, não lhes bastava condenarem a rotina e as frivolidades das praticas administrativas, apontarem os erros da gerencia economica: ousavam provocar o monstro do fanatismo, denunciar a acção funesta da Inquisição, mais digna de maldições, se é possível, pelo que obrou nos espiritos, do que pelas victimas arrastadas ao carcere, aos tormentos e à fogueira» (1).

A propósito da escassez especulativa da nossa produção literária, escreve Fidelino de Figueiredo: «A ideia de Deus, a certeza da vida terrena finita, a crença no além da alma immortal, a recompensa do bem e o castigo do mal enchem a nossa litteratura de lingua portuguesa, de lingua castelhana, de lingua latina e de lingua hebraica. Mas, como a orthodoxia fixara fronteiras ao pensamento, não é uma duvida nem um anseio o que faz vibrar essa litteratura, é uma certeza que a aquieta e em que o espirito tranquillo longamente glosa os eternos motivos da religião, se catechisa e adormece na mão de Deus, na sua mão direita. A litteratura mystica, principalmente na sua abundante bibliographia esquecida, não tem philosophia, tem, quando logrou attingir valores, alguma psychologia moral, solido conhecimento da humanidade» (2).

Em 1900, dizia Adolfo Coelho: «Os estudos philosophicos foram apenas esporadicos em Portugal na primeira

(1) *O Marquez de Pombal e a sua epoca*, págs. 87-88 da 2.^a ed.

(2) *Para a historia da Philosophia em Portugal*, nos *Estudos de litteratura*, IV, 112-113. Lisboa, Livraria Portugalia, s. d., originariamente publicado na *Revista de Historia*, XI, 1922.

metade deste seculo XIX: faltava-lhes a base da tradição, faltavam as condições para rapidamente nos pormos à altura dos povos em que o pensamento philosophico tinha evoluído dos germens que existiram tambem aqui, mas não encontraram na sua evolução obstaculos como os que em o nosso país suffocariam toda a tentativa de emancipação do pensamento» (1).

O caso não era peculiar a Portugal e à Espanha: era e é próprio de todas as sociedades em que o pensamento não tem possibilidade de conceber original e livremente, e de manifestar-se em toda a sua plenitude e amplitude. Um dos corifeus oitocentistas da história da Filosofia do Direito, Eugénio Lerminier, ponderava: «Il est naturel que, depuis le seizième siècle, les sciences morales et philosophiques aient été surtout développées au sein du protestantisme, qui avait proclamé le droit d'examen et de critique. La conséquence était nécessaire; la ligne était tracée; elle voulait être poursuivie. Grotius, Leibnitz, les universités florissantes, les professeurs célèbres, les études vigoureuses et hardies appartiennent à la réforme. Le mouvement progressif d'une science audacieuse, une fois sorti de l'université de Wittemberg, s'accomplit dans les voies de la raison libre et souveraine, qui sait passer de l'interprétation de la religion à l'indépendance philosophique, ayant à la fois pour représentants le protestantisme avec sa théologie rationnelle, Descartes, Spinoza, Bayle, Locke, Kant, Fichte, Voltaire et Rousseau (2).

Embora a este respeito tenham de fazer-se, no nosso país, as restrições e limitações provenientes de mais vasta e profunda investigação da nossa actividade mental, a qual prova que nunca estivemos inteiramente sequestrados do convívio espiritual do mundo, mesmo das correntes mais

(1) *O ensino historico, philologico e philosophico em Portugal até 1858*, em *O Instituto*, XLVII, 465.

(2) *Philosophie du Droit*, págs. 307 e 308 da 3.^a ed., Paris, 1853; e cfr. Adolfo Coelho, *A questão do ensino*, págs. 45-46.

avançadas do pensamento, e que nos interessámos pelos torneios especulativos, somente no século XIX pelo artigo 7.º da Constituição de 1822, ressalvado o conteúdo de parte do artigo 8.º (Carta Constitucional, art. 143.º, § 5.º), se desvaneceram os obstáculos que se opunham à clara e franca expressão da inteligência, e conseqüentemente à compreensão, assimilação e crítica independente das doutrinas e das escolas.

O influxo das ideias peregrinas na paisagem intelectual portuguesa contemporânea assume ora uma feição meramente informativa, ora um aspecto crítico, ora um cunho insuflador de novas energias culturais e pedagógicas, tudo o que se representa na produção literária inerente e no ensino. Escrevia Moniz Barreto em 1888, a propósito dos *Ensaio de Philosophia actual*, de Ferreira Deusdado: «Produtos de um pequeno país que não influi na marcha do pensamento pela originalidade inventiva, as poucas obras de tendencias especulativas que se publicam em Portugal são um reflexo dos trabalhos estrangeiros. E o mesmo se pode dizer dessa outra forma de actividade mental bem mais importante entre nós, do que os trabalhos escritos: o ensino secundario e superior» (1).

I. O CRITICISMO

O Criticismo kantiano, a Filosofia transcendente, o *Kancianismo* (sic) foi conhecido entre nós logo nos começos do século XIX, porém indirectamente, pelo resumo de Carlos Villers (2), e parece que a primeira alusão ao filósofo regiomontano e às suas doutrinas surge em 1803, na obra de um esclarecido economista que foi lente de Direito,

(1) *Filosofia portuguesa*, no *Reporter* de 1 de Agosto de 1888, reproduzido nos *Ensaio criticos*, págs. 49-50.

(2) *Philosophie de Kant ou principes fondamentaux de la philosophie transcendente*, Metz, Collignon, 1801.

Joaquim José Rodrigues de Brito, autor de um notável tratado de economia política intitulado *Memorias politicas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal* (1). Munido da cultura filosófica, jurídica, política e económica do seu tempo, por contacto directo com as obras capitais do pensamento coevo ou por intermédio de expositores e divulgadores de doutrinas alheias, o ilustre professor conimbrigense mostra-se familiarizado com Wolf, Puffendorff, Montesquieu, Adão Smith, Condillac, Locke, Hobbes e outros, e confessa não ser metafísico nem ter lição do *Kancianismo* para poder julgá-lo, o que não o impede de fazer uma exposição sumária de certos aspectos do transcendentalismo, como v. g. o *apriorismo* (2).

José Agostinho de Macedo também alude a Kant numa carta endereçada a Fr. Francisco Freire de Carvalho, Superior do Colégio da Graça, de Coimbra, e datada de Lisboa, de 7 de Março de 1807, na qual carta comunicava que tinha muito adiantada uma obra intitulada *Republica Litteraria — Sonho philosophico*, digressão pelo mundo das letras, em que se propunha tratar de todas as ciências, excepto a Teologia, e em que dizia analisar os sistemas dos filósofos, o último dos quais era Kant (3). Efectivamente, em 1811, no *Motim literario*, propondo-se «mostrar com evidência, que em Filosofia, onde o homem deve inventar, crear, e descobrir sempre o novo, nada ha entre os modernos, que não tivesse já sido dito, imaginado, e inventado pelos antigos» (4) «para que de todo se conheça quam pouco ha de original em tudo, e quanto os maiores sabios sejam os maiores expoliadores, nas diversas seitas dos Filósofos modernos, não se achará mais do que outros tantos repetidores do que já estava dito muitos seculos antes, e que pela

(1) Em três volumes, Lisboa, Impressão Régia, 1803-1805.

(2) *Memorias, etc.*, I, págs. VIII-X, nota a.

(3) *Obras inéditas*, pág. 139.

(4) I, pág. 149.

sua ancianidade tinha cabellos brancos» (1), trata de salteadores Newton, Descartes, Leibnitz, Locke e Malebranche (2), e diz que «o systema das qualidades sensiveis, que não tem sua existencia senão em a alma, e que tanta bulha tem feito entre os Methafisicos deste seculo, foi concebido perfeitamente pelos antigos, e até á mesma quinta essencia a que o levou o esquentadissimo Kant, como se vê pelo resumo de Villers» (3); noutro lugar, referindo-se a Malebranche, volta a falar do filósofo alemão e diz: «Chamarão todos á huma fantastico, e vizionario ao triste velho, e muito lhe ladrou um prussiano de Konisberg, chamado Kant, mas este Kant he tão animoso, e denodado, que não teme os Ingleses pelo Baltico, nem os guerreiros compradores em Gena, porque enchovalhou, e maltratou sem cerimonia nenhuma, a Locke e a Condillac» (4). Posteriormente, em 1820, no *Jornal Encyclopedico de Lisboa*, dá uma notícia da *Geografia do philosopho Kant*, onde diz que o pensador «nos deo huma Filosofia muito mais obscura, e inintelligivel que a de Aristoteles, exposta por dois Medicos Mouros, Averroes e Avicena» (II, pág. 25), e que «de todas as producções de Kant a que mais admira he a sua Geografia Fysica, impressa depois da sua morte» (II, pág. 26), após o que passa a resumi-la, para concluir que, segundo o seu entender, «he um dos mais instructivos, e preciosos livros que nestes ultimos tempos tem apparecido na Europa, em quanto esta está inundada de geografias que nada mais vem a ser que estereis e fastidiosas nomenclaturas» (II, pág. 37).

Em 1819, Francisco Bento Maria Targini, no prefácio do *Ensaio sobre o homem*, de Alexandre Pope (5), dizia que «temos em Portugal uma grande falta de lição dos filosofos alemães, cujas doutrinas metafisicas, tendo origem na seita

(1) Id., *ibid.* I, pág. 154.

(2) Id., *ibid.* I, págs. 156-160.

(3) Id., *ibid.* I, pág. 160.

(4) Id., *ibid.* I, pág. 305.

(5) Londres, 3 vols.

academica, de onde se engendraram os sistemas de Descartes e Leibniz, levaram o sabio Kant á transcendente exposição da forma porque a nossa alma concebe as ideas das coisas que lhe não podem transmitir os sentidos», e aproveita a ocasião para transcrever longos passos do resumo de Villers (1). Esta obra foi acerbamente criticada no *Portuguez*, jornal dos emigrados, publicado em Londres, numa crónica em que o autor diz que era falso haver em Portugal grande falta de lição dos filósofos alemães, porquanto o que Targini dizia da Filosofia alemã era comum à cultura académica dos seus tempos de Coimbra (2), o que não deixava, em parte, de ser verdade, dado o exemplo de Rodrigues de Brito.

Em 1829, Garrett refere-se a Kant, mas confessa não o entender: «Nunca me seduziram sophismas especiosos dos materialistas propriamente ditos: mas é certo que se chama materialismo e materialista a muita coisa e a muita gente que nunca o foi. Erros e incoherencias são de todas as escolas e systemas; toda a vez que se pretende sujeitar a razão a um princípio, seja qual for, e forçar os factos e as experiencias a metter-se em batalha debaixo de uma ordem dada, hão de apparecer os defeitos e as inconsistencias, e descobrir-se a imperfeição de todos os systemas do homem. No physico e no moral não há já hoje sciencia verdadeira senão a experimental. Kant e os espiritualistas não disseram por seu lado menos absurdos e coisas intelligiveis com todas as suas *transcendencias* e *sentimento*, lindas por certo em verso, lindissimas quando as descreve a poetica penna de Madame de Staël, ou quando os imita seu illustre rival Mr. de Chateaubriand, mas que, pela maior parte, não sei o que querem dizer em prosa» (3).

(1) As referências vão de págs. 87 a 118, vol. I.

(2) Apud Hernâni Cidade, *A obra poética de José Anastácio da Cunha*, pág. XLIV.

(3) *Tratado da Educação*, in *Obras completas*, II, 289, nota: Empresa da História de Portugal, 1904.

Cunha Rivara, em 1837, na *Memoria sobre a insufficiencia do ensino da Philosophia racional pelo methodo ordenado no Decreto de 17 de Novembro de 1836* (Reforma Liceal de Passos Manuel) (1), fala de Kant, Fichte, Schelling e Hegel, e no ano seguinte, na mesma *Revista Litteraria* (2) inseriu uma tradução do artigo de Vitor Cousin sobre a *Filosofia de Kant*, vindo a lume na *Revue des deux Mondes* de 1840, à qual tradução acrescenta uma nota final em que cita os *Desquisitionum Philosophiae Kantianae Libri duo*, de Zallinger (3) e a *Histoire comparée des systèmes de Philosophie*, de Degerando (4) e expressões alemãs da *Kritik der reinen Vernunft*, que deve ter conhecido no próprio original. Herculano refere-se a esta obra de Kant no artigo *Do Christianismo*, n' *O Panorama* (III, 276). Esta mesma revista publicava em 1840 uma biografia encomiástica do Filósofo, cujo retrato reproduziu (5).

Em 1850, Vicente Ferrer Neto de Paiva, professor da Faculdade de Direito de Coimbra, dizia que Kant era um daqueles grandes homens que só aparecem de séculos a séculos (6).

O professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, Dr. Manuel dos Santos Pereira Jardim, que revelava conhecimento do essencial do pensamento kantiano e krausiano, e que o analisou e discutiu no *Relatorio e programma para a reforma da Philosophia racional e Moral* (7), escrevia: «Propuz-me analysar, com a brevidade propria de um relatorio, as doutrinas mais importantes, que se

(1) Publicada na *Revista Litteraria*, IV, 126-135, Porto, 1839, e republicada na *Revista de educação e ensino*, XII, págs. 97-107.

(2) Vol. V, 421-455 e 524-539.

(3) Augusta, 1799.

(4) Págs. 537-538.

(5) IV, 237-238.

(6) *Principios geraes de philosophia do Direito*, pág. 103, Coimbra.

(7) Datado de 19 de Outubro de 1850, e publicado pela Imprensa da Universidade em 1851.

ensinam nas nossas escholas de philosophia, e a par dos defeitos, indicar as reformas, de que essas doutrinas carecem»; e acrescenta: «pelo que respeita á Philosophia transcendente, nada tinha que analysar, porque nem nos nossos lyceus, e, o que é mais para admirar, nem na nossa propria universidade, ainda se ensinou professionalmente a sciencia de Kant, Hegel, Schelling, etc. etc. Nesta parte limitei-me a mostrar a necessidade do estudo da filosofia transcendente, e fiz o meu programma em harmonia com as escholas de França e Allemanha» (1); depois diz: «Descartes explica o seculo 16.º e 17.º: Condillac, o seculo 18.º: Kant, Hegel e Krause, o seculo 19.º...; existe hoje a philosophia de Kant, que quer occupar o logar, que lhe pertence, e que ha de conseguir mais tarde ou mais cedo» (2).

Em 1853 publicou Levy Maria Jordão o estudo *A Philosophia do Direito em Portugal*, onde esboçou uma exposição das doutrinas de Kant que interessavam aquele ramo do saber (3). Em 1855, num artigo anónimo sobre a *Crise da Philosophia allemã*, também se aludia à filosofia de Kant e à sua descendência idealista (4).

Em 1859 escrevia José Maria de Andrade Ferreira no artigo *O Curso Superior de Lettras*; pondo em contraste as tendências da literatura francesa e allemã: «O pensamento allemão idealisa tudo, e este systema, levado ao excesso, dá em resultado, na philosophia, as nebulosas abstracções da metaphysica kantista, e nas artes as abstrusas theorias de uma esthetica que se perde nas regiões vagas do mysticismo e do pantheismo» (5).

Em 1880, Teófilo Braga, na *Historia do Romantismo em Portugal*, ao tratar da criação da estética pela filosofia meta-

(1) Pág. vi.

(2) Pág. 2.

(3) *O Instituto*, I, 8 e segs.

(4) *O Instituto*, IV, 100 e segs.

(5) Reproduzido em *Litteratura, musica, bellas-artes*, II, 34. Lisboa, 1872.

física, refere-se ao papel de Kant nesse ramo de estudos, o qual reputa de somenos importância (1), no que foi combatido por Cunha Seixas, que mostra o valor das lucubrações do pensador alemão naquela matéria (2). Voltou Teófilo em 1892 a falar de Kant, também a propósito de estética, alegando até alguns passos do Filósofo acerca do sublime (3).

Castilho, em 1862, deu notícia de que o cônego Félix Manuel Plácido da Silva Negrão, fizera uma «tradução periphrastica da *Philosophia* de Kant de Carlos Villers» (4), a qual se conservava inédita.

Com a renovação das predilecções de ordem filosófica iniciada pela geração de 70, o Criticismo continuou a ser considerado e estudado num ou noutro aspecto, em regra em trabalhos de conjunto. Num opúsculo de José Augusto Saraiva, *Historia da Philosophia*, «redigido em harmonia com o programma official do Curso Geral dos Lyceus» (5), faz-se uma resenha da filosofia kantiana (6), e no mesmo ano Antero referia-se rapidamente a ela na *Philosophia da natureza dos naturalistas* (7), assunto que retomou mais tarde, em 1890, nas *Tendencias geraes da Philosophia na segunda metade do seculo XIX*, onde faz um esboço do sistema de Kant e trata do renascimento do Criticismo (8).

Em 1888, Moniz Barreto, no artigo *Filosofia portuguesa*, também fazia sumaríssima resenha do Kantismo, a propósito do rumo novo-criticista seguido por Ferreira Deusdado, nos *Ensaio de Philosophia actual* (9).

(1) Págs. 66-67.

(2) *Ensaio de critica philosophica*, págs. 15-20, Lisboa, 1883.

(3) *As Modernas ideias na Litteratura portuguesa*, I, págs. 410-411.

(4) *Fastos*, I, LXXXV.

(5) Publicado em 1887, Lisboa, David Corazzi.

(6) Págs. 51-54.

(7) *Prosas*, III, 43, 47, 50.

(8) *Prosas*, III, 78 e segs., 98, 109 e segs.

(9) Lisboa, 1888.

Em 1905, o Prof. Adolfo Coelho dá resumida notícia da pedagogia de Kant, nos *Exercícios corporaes e desenvolvimento moral* (1).

II. O IDEALISMO

O Idealismo alemão já era conhecido, nas suas linhas gerais, antes de os escritores da geração de 70 o discutirem e consagrarem, e, pelo menos numa das suas feições, a krausista ou panenteista, exerceu certa influência em alguns meios intelectuais lusitanos.

Um português ilustre, Silvestre Pinheiro Ferreira, frequentou os cursos de Fichte e de Schelling, em Berlim, mas não se deixou seduzir pela Metafísica alemã, pois se ficou pelo Sensualismo de Locke e Condillac (2). A vulgarização do Idealismo deve ter-se feito entre nós mais inten-

(1) No *Boletim da Direcção Geral de Instrucção publica*, ano iv, 1905, pág. 384. Sobre este assunto vejam-se: José de Arriaga, *Historia da Revolução de 1820*, I, 406 e 436, Porto, Livraria Portuense, 1886; Ferreira Deusdado, *Esboço historico da Philosophia em Portugal no seculo XIX*; em Cunha Seixas, *Principios geraes de Philosophia*, págs. XII e segs., Lisboa, Imprensa Lucas, 1897; Adolfo Coelho, *O ensino historico philologico e philosophico em Portugal até 1858*, em *O Instituto*, XLVII, 465 e segs., 1900; Marnoco e Sousa e Alberto dos Reis, *A Faculdade de Direito e o seu ensino*, págs. 6 e segs., Coimbra, França Amado, 1907; Fidelino de Figueiredo, *Para a historia da philosophia em Portugal*, nos *Estudos de Litteratura*, IV, 122 e segs., Lisboa, Portugalia, 1922; Hernani Cidade, *A obra poetica do Dr. José Anastacio da Cunha*, págs. LXIII e segs., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930; L. Cabral de Moncada, *Subsidios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal*, 2.^a ed., Coimbra, 1938; L. Cabral de Moncada, *O Idealismo alemão na História da Filosofia do Direito em Portugal*, págs. 13 e segs., Coimbra, 1938, publicação do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra; Gerd Moser, *Les romantiques portugais et l'Allemagne*, passim, Paris, Jouve et C.^{ie}, 1939; António José Saraiva, *O Liberalismo de Herculano*, Lisboa, 1949.

(2) *Noções elementares de Philosophia geral e applicada ás sciencias moraes e politicas*, págs. VI-VII, Paris, Gravier, 1839.

samente por intermédio da exposição de A. Ott⁽¹⁾, da obra do filósofo francês Carlos de Remusat⁽²⁾, citada pelo menos por Oliveira Pinto Moreira, que se refere a Kant, Fichte, Schelling e Hegel, alegando todavia a *Logic* (sic) de Hegel, e empregando expressões alemãs⁽³⁾, e depois por Antero⁽⁴⁾; e ainda pela vulgarização do tradutor de Hegel, A. Vera⁽⁵⁾.

Kant e Schelling são criticados por Herculano nos artigos *Do Christianismo*, n' *O Panorama*⁽⁶⁾; depois, Cunha Rivara publica na *Revista Universal Lisbonense* um minúsculo artigo sobre ele⁽⁷⁾. Levy Maria Jordão, no referido estudo sobre a *Philosophia do Direito em Portugal*, censura a filosofia «poética» de Schelling⁽⁸⁾. Porém o pensador idealista que em Portugal maior interesse suscitou e maior projecção teve foi Hegel, cuja autoridade era invocada em 1844 a propósito de uma exposição artística, e acerca

(1) *Hegel et la Philosophie allemande*, ou exposé et examen critique des principaux systèmes de la philosophie allemande depuis Kant, et spécialement de celui de Hegel, Paris, Joubert, 1844.

(2) *De la Philosophie allemande*, Paris, Ladrangue, 1845.

(3) *Proudhon e a economia politica*, em *O Instituto*, I, 134 e segs., 1853.

(4) *Carta autobiografica* a Guilherme Storck, de 14 de Maio de 1887; em Leite de Vasconcelos, *O Doutor Storck e a litteratura portuguesa*, pág. 268 e nas *Cartas de Antero de Quental*, pág. 3, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

O exemplar de Antero foi-lhe oferecido por seu tio Filipe de Quental em 24 de Julho (ou de Setembro?) de 1865, como se vê da dedicatória. Tenho esse exemplar na minha livraria.

(5) *Introduction à la philosophie de Hegel*, Paris, 1855, que Antero possuía na sua livraria e de que largamente se serviu (vide o índice da livraria do Poeta, em José Bruno Carreiro, *Antero de Quental*, II, 322). Antero possuía outras obras sobre Hegel, como a de R. Haym, *Hegel und seine Zeit*, Berlim, 1857; e a de Karl Rosenkranz, *Hegel as the national philosopher of Germany*, St. Louis, Ms., 1874: id., *ibid.*, II, 321 e 322.

(6) Vol. III, pág. 273, de 1839, e reproduzidos nas *Composições varias*, págs. 202-203.

(7) Vol. II, 35 e 36, 1842.

(8) *O Instituto*, I, 8 e segs., 1853.

dos grandes ciclos históricos, pelo cronista de arte Ribeiro de Sá (1).

Pereira Jardim, como se viu, falava de Hegel em 1851, e quatro anos depois a crítica do Idealismo era feita entre nós com incisiva desenvoltura por um ilustre anónimo, em termos um tanto idênticos àqueles com que um famoso físico alemão havia de fazê-la sete anos mais tarde. Os continuadores de Kant, tendo rompido com os resíduos experimentalistas e externalistas da especulação, apenas lhe conservaram a irreductibilidade egocêntrica, a ideia da actividade absoluta e independente do *eu*. Com um pendor idealista e dogmático de procedência teológica, pretendiam harmonizar a Metafísica com o Criticismo, descartando-se porém das suas relações com a ordem real. Dentro desta norma idealista, do *esse est percipi*, que prescrevia o conhecimento apriorístico e proscovia a fenomenologia extra-consciencial, não sobrevaliam logicamente os elementos do saber objectivo, os preceitos das ciências dos factos naturais, de sentido temporal e espacialmente concreto, verificável e positivo. Porém a resolução rápida, sistemática e vitoriosa da problemática das ciências, dissolvendo em seus últimos recessos o remanescente do preconceitualismo escolástico, e desinteressando-se do pensamento puramente especulativo, ou relegando-o para uma posição secundária, retirou à Filosofia o condomínio do saber e a direcção da cultura. O conflito culminou quando Hegel fez tábua rasa da ciência experimental, assumindo perante os grandes mestres Copérnico, Galileu, Newton e Lavoisier, a posição de autoridade independente, pretendendo apreender a verdade por uma intuição imediata e instrutiva, e dispensando a razão especulativa da experiência da realidade externa. Nesta ordem de ideias, o anónimo crítico de Coimbra, passando em revista a evolução da filosofia europeia, desde Descartes até os meados do século XIX, assinalava a decadência e dissolução do Idealismo, pondo

Panorama, VIII, 18.

em evidência as causas originais e recentes do seu declínio, como v. g. a sua construção sistemática sobre simples hipóteses ontológicas, a sua subjectividade alheada da realidade, o predomínio das concepções puramente racionais dissociadas da experiência, o Panteísmo, que Schelling se esforçou por combater, fazendo a apologia do Cristianismo, mas sem resultado. Em síntese, escrevia o articulista de Coimbra: «Para combater todos os systemas do idealismo transcendental bastava exigir as provas do que se assevera, porque todas se reduzem a meras hypotheses ontológicas. São systemas subjectivos a que não corresponde realidade objectiva. Serão evidências para os seus autores, que vivem da sua imaginação; mas evidências que não convencem, porque evidencia individual pode ser um erro de boa fé. O pantheísmo idealista será, quanto muito, a poesia da intelligência. A razão é inquestionavelmente um principio dos nossos conhecimentos. Mas há outro, que é a experiência. Sem que ambas se associem não há sciencia possível. A esta verdade chegou ultimamente Schelling empenhado em combater os Hegelianos, e fazer a apologia do Christianismo. A philosophia que elle hoje ensina em Berlim, contradiz a que primeiro ensinara em Munich; e debalde se esforça o illustre philosopho por nos persuadir que não ha contradicção, reputando esta doutrina de hoje a segunda parte do seu systema; dizendo que na primeira se elevava pela razão ao *absoluto*, e pela experiência agora descera à realidade dos factos. Uma doutrina repele a outra. O Deus pessoal, a que o philosopho chega pelo principio da experiencia, não é o absoluto cahotico que se vae transformando nos três reinos da natureza. Admitido o segundo principio, abjurou o primeiro. O que Schelling demonstra nesta segunda parte, antes fase, da sua philosophia, é que uma philosophia puramente logica não pode ser christã. Se houver um Pierre Le Roux que lhe negue o christianismo, desaba todo o edificio que está levantado. A crise da philosophia transcendental começou com a phrenologia de Gall, e a craneoscopia de Carus. A psy-

chologia organica abriu brecha no pantheismo idealista, que representava todos estes systemas philosophicos vazados no mesmo molde; porque comparados elles, vê-se que não são mais que evoluções do primeiro systema do pae do racionalismo. Kant desenhou a estatua que os outros abriram a seu bel-prazer, dando-lhe os contornos, rasgando-lhe as feições, que mais convinham ao seu fim. A reflexão chegou. O absoluto ou é um puro ente de razão, ou a divindade creadora, fora dos dominios da philosophia natural; ou esse princípio animador universal que Hartley chama *ether*. Abaladas as crenças, vae em decadencia essa philosophia transcendental. A transição está sendo preparada por um dos seus mais robustos campeões» (1). Na própria pátria de Hegel, o grande físico Hermano Helmholtz, sete anos após este juízo lusitano sobre o Idealismo, escrevia a propósito da dissociação da Ciência da Filosofia: «Tem-se últimamente censurado a Filosofia Natural (Física) por ela se ter separado, mais ou menos largamente, das outras ciências que estão unidas por estudos filológicos e históricos comuns. Esta opposição é, de facto, ha muito evidente, e parece-me que se intensificou principalmente sob a influênciã da philosophia hegeliana, ou, pelo menos, se tornou mais pronunciada pela acção dessa philosophia. De certo, no fim do século passado, quando a philosophia de Kant era senhora absoluta, um tal cisma não se tinha ainda proclamado; pelo contrario, a philosophia de Kant assentava exactamente nas mesmas bases que as ciências físicas, como as suas próprias obras científicas o provam, principalmente a sua *Cosmogonia*, baseada na lei da gravitação de Newton, que depois veio a ser universalmente reconhecida sob o nome de Hipótese Nebular de Laplace. O único objecto da *Filosofia crítica* de Kant era averiguar as origens e a autoridade do nosso saber e assentar num escopo definido e num padrão preciso para as investigações da philosophia, comparada com as outras ciências. De acordo com o

(1) O Instituto, vol. III, pág. 102.

que ensinava, um princípio descoberto *a priori* pelo pensamento puro era uma regra aplicável ao método do pensamento puro, e nada mais; não podia conter conhecimento real, positivo. A *Filosofia da Identidade* era mais audaciosa. Partia da hipótese de que não só os fenómenos espirituais, mas mesmo o mundo real, isto é, a Natureza e o homem — eram resultado de um acto de pensamento da parte de um espírito criador, de natureza semelhante, supunha-se, ao espírito do homem. Nesta hipótese, parecia ser o espírito humano capaz, mesmo sem auxílio da experiência externa, de pensar de novo os pensamentos do Criador e de redescobri-los pela sua própria actividade íntima, tal era o ponto de vista com que a *Filosofia da Identidade* pôs mãos à obra, para construir *a priori* as conclusões das outras ciências. O processo podia ter um êxito maior ou menor em questões de Teologia, leis, política, linguagem, arte, história — em suma, em todas as ciências cujo objecto resulta realmente da nossa natureza moral, e que são, por consequência, classificadas, com propriedade, em conjunto, sob o nome de ciências morais. Mas mesmo dando de bom grado que Hegel tivesse um êxito maior na construção *a priori* das conclusões principais das ciências morais, ainda assim isso não era prova da correcção da hipótese da identidade de que partiu. Os factos da natureza teriam sido a prova crucial... Foi neste ponto que a filosofia de Hegel, aventuramo-nos a dizê-lo, ruiu completamente. O seu sistema da Natureza pareceu, pelo menos aos filósofos naturais, absolutamente desconcertado. De todos os cientistas distintos que foram seus contemporâneos, nem um só adoptou as suas ideias».

«De acordo com isto, o próprio Hegel, convencido da importância de ganhar para a sua filosofia, no campo da ciência física, a aceitação que tão liberalmente lhe fora concedida noutros campos, lançou-se com desusada veemência e acrimónia, contra os filósofos naturais, e especialmente contra Sir Isaac Newton, na sua qualidade de primeiro e mais notável representante da investigação física.

Os filósofos acusaram os homens de ciência de estreiteza; os homens de ciência replicaram que os filósofos estavam loucos. E, assim, veio a suceder que os homens de ciência começaram a fazer certos esforços para banirem todas as influências filosóficas de sua tarefa, enquanto alguns deles, incluindo homens da maior penetração, foram até ao ponto de condenar a filosofia, não, meramente, como inútil, mas como um sonho prejudicial. Assim, deve confessar-se, não só as pretensões ilegítimas do sistema de Hegel, de subordinar a si próprio todos os outros estudos, foram repelidas, mas não se prestou, tão-pouco, preito às reivindicações legítimas da filosofia, isto é, à crítica da origem do conhecimento e à definição das funções do intellecto» (1).

Em 1873, em carta a Oliveira Martins, Herculano condenava os idealistas alemães, impregnados de utopias sociais e metafísicas incapazes de se oporem aos factos: «O liberalismo, que o meu amigo olha com tanto desamor, com tão profunda compaixão, pecou sempre por incredulo: oraculo por oraculo, dogma por dogma, prefere os do evangelho aos dos idealistas alemães, ao menos enquanto elles não acabarem de mutuamente se refutar. Se nós lhes aceitassemos o seu methodo, teriamos de lhes aceitar os principios, ou outros tão ideaes, tão gratuitos, e que do mesmo modo viriam esbarrar contra os factos apreciados por severa e minuciosa analyse» (2).

Foi contudo a geração de 70 que, com a sua insaciável curiosidade e com o seu anseio de articular a cultura lusitana com o movimento intellectual estrangeiro, deu a mão ao Idealismo e o vulgarizou mais intensamente entre nós, concomitantemente com o Novo Humanismo, também apropriado por sábios bem informados da ciência e dos métodos germânicos de investigação. Quando o Positivismo come-

(1) *Conferências populares sobre assuntos científicos*, apud W. Cecil Dampier, *História da Ciência*, págs. 371-372, da trad. de Alberto Candeias, Lisboa.

(2) *Cartas*, 1, 229, Lisboa, Bertrand, s. d.

çava a ser vislumbrado em Portugal, já Antero em 1865 lhe negava o direito de ser a Filosofia do futuro, no restricionismo de Comte e de Littré, mas concedia-lho com a condição de se alargar dentro do espírito do Hegelianismo, e admitir a Metafísica, excluída do sistema por aqueles dois pensadores franceses (1).

Em 1880, fazia Teófilo Braga uma exposição sumária das doutrinas idealistas de Fichte, de Schelling e de Hegel, a propósito da «Creação esthetica pela philosophia methaphysica» (2). Depois, em 1892, resumia as ideias de Hegel sobre arte, no parágrafo *Hegel e a compreensão das criações estheticas*, das *Modernas ideias na Litteratura portugueza* (3).

Em 1887, fazia José Augusto Saraiva uma resenha do Idealismo e das feições dos seus representantes (4). Todavia a explanação crítica mais interessante e mais profunda do Idealismo hegeliano é a de Antero de Quental, feita em 1890, no estudo *Tendencias geraes da Philosophia na segunda metade do seculo XIX*, publicado na *Revista de Portugal* (5).

Uma das últimas vergôntes do metafisicismo idealista foi o sistema de Carlos Frederico Krause, o Panenteismo, doutrina que, durante a vida do seu autor, não abriu caminho, devido, em parte, à complicada e abstrusa linguagem de que o seu criador se servia, mas que teve, pouco depois da sua morte, certa repercussão na filosofia do Direito, mercê de intensa propaganda dos seus adeptos, e das vulgarizações francesas do professor Henrique Ahrens, que correram mundo no original e em traduções, como o *Cours de Psychologie* (6), o *Cours de Droit Naturel* ou *Philo-*

(1) *O futuro da Musica*, em *O Instituto*, XIII, 234 e segs. e nas *Prosas*, II, 43.

(2) *Historia do Romantismo*, págs. 65-75, Lisboa, Livraria Internacional, 1880.

(3) I, 383-416, Porto, Chardron, 1892.

(4) *Historia da philosophia*, págs. 55-56.

(5) E nas *Prosas*, III, 81-89.

(6) Paris, 1837-1838.

sophie du Droit (1), o *Cours de Philosophie de l'histoire* (2), e *Naturrecht oder Philosophie des Rechts und des Staats* (3), e bem assim das desenvolvções do belga Guilherme Tiberghien, *Exposition du système philosophique de Krause* (4), *Essai théorique et pratique sur la génération des connaissances humaines* (5), *Esquisse de Philosophie morale* (6), *Logique* (7), e também da acção de Carlos Roeder, discípulo de Krause e editor do *System der Rechtsphilosophie* (8).

Em Espanha foram as doutrinas krausianas propagadas por Sanz del Rio, Giner de Los Rios, Fernandez Elias, Emilio Castelar e Joaquim Costa, e em Portugal foram aproveitadas pelos professores conimbrigenses Vicente Ferrer Neto de Paiva, Rodrigues de Brito, Levy Maria Jordão, Dias Ferreira, Costa Lobo, Pina Abranches e Mártens Ferrão (9).

III. O NOVO HUMANISMO

O Novo Humanismo português teve como principais e mais vigorosos representantes Luís Garrido, Adolfo Coelho, Epifânio Dias, Leite de Vasconcelos, Júlio Moreira, José

(1) Paris, 1838.

(2) Paris, 1840.

(3) Viena, 1855 e segs.

(4) Bruxelas, 1844.

(5) Bruxelas, 1844.

(6) Bruxelas, 1854.

(7) Paris, 1866.

(8) 1874.

(9) Vide Manuel Pereira Jardim, *Relatorio e programma para a reforma de Philosophia racional e moral*, págs. 39 e segs., 1851; José Maria da Cunha Seixas, *Galeria das Sciencias contemporaneas*, págs. 283 e segs. e 299, 1879; e *Ensaio de critica philosophica*, págs. 166 e segs., 1883; Marnoco e Sousa e Alberto dos Reis, *A Faculdade de Direito e o seu ensino*, págs. 6 e segs., 1907; Fidelino de Figueiredo, *As duas Espanhas*, págs. 197 e segs., 1932; Pierre Jobit, *Les éducateurs de l'Espagne contemporaine — Les Krausistes*, 2 vols., Paris, Bocard, 1936; L. Cabral Moncada, *O Idealismo ale-*

Maria Rodrigues, Gonçalves Guimarães e José Joaquim Nunes, sábios que, bem informados do movimento humanístico e cultural estrangeiro, e munidos de forte erudição clássica, a puseram inteiramente ao serviço da cultura portuguesa, em diversos ramos da ciência. Adolfo Coelho, referindo-se à posição de Portugal perante o Novo Humanismo germânico, anteriormente à geração de 70, diz: «Entretanto, desde a fundação da Academia Real das Sciencias, tinham-se desenvolvido notavelmente os estudos históricos e a propria philologia nacional, conquanto tivesse de ficar muitos annos extranha à influencia dos trabalhos de Bopp, Grimm, Pott, Diez e seus discipulos, que fundaram a sciencia da linguagem e as philologias germanica e romanica, e conquanto ficassemos muito tempo alheios ao espirito do novo-humanismo que surgira na Allemanha com Lessing, Herder, Goethe, Schiller, Wilhelm von Humboldt, movimento de que Friedrich August Wolf foi o heroe eponimo na philologia e que tinha correlações intimas com o do idealismo transcendente e o do romantismo» (1).

Assume o Novo Humanismo português, nos variados campos em que se reflectiu, um cunho universalista, pedagógico e pragmático, que não só articulou a nossa cultura com o pensamento estrangeiro, mas também convergiu na dilucidação dos problemas nacionais, etnológicos, históricos, filológicos, políticos, éticos, sociológicos, filosóficos e pedagógicos. De facto, quem palpar a actividade multifacetada dos nossos novo-humanistas, verificará que a sua erudição e a sua formação clássicas não se confinaram à convivência com a antiguidade, ao estudo sistemático e restrito da filologia greco-latina, nos seus aspectos linguístico, estético-literário, filosófico e pedagógico, mas serviram de substrato

mão na História da Filosofia do Direito em Portugal, passim, 1936; Gerd Moser, *Les Romantiques Portugais et l'Allemagne*, págs. 177, 197-200, 203 e segs., 1939.

(1) *O ensino historico, philologico e philosophico em Portugal até 1858*, em *O Instituto*, XLVII, 461.

cultural preparatório para a investigação de questões que interessavam ao conhecimento puro e à vida prática. Era, a experiência do passado ao serviço da vivência do presente. Os grandes iniciadores deste movimento em Portugal foram Adolfo Coelho e Epifânio Dias, e depois Leite de Vasconcelos; à sua acção renovadora nos campos da filologia românica e clássica, e de relacionarem Portugal com a cultura europeia se referia já em 1884 um dos grandes romanistas italianos, Francisco de Ovídio, nos seguintes termos: «Il prof. Da Silva Dias è un uomo d'ingegno. Appartiene a quella piccola schiera di dotti portughesi, in cui primeggia il Coelho, e alla quale s'è aggiunto di recente il Leite de Vasconcellos, un giovane studente di medicina che viene dando buoni saggi di dialettologia portughese; alla schiera, cioè, di quei dotti, che si sforzano di introdurre in Portogallo i nuovi metodi filologici e linguistici, e di mettere la loro patria in directa comunicazione con la grande coltura europea» (1)

De facto, Adolfo Coelho, que tinha vasta leitura e saber latino, punha-os ao serviço da filologia na *Lingua portuguesa* (1868), na *Theoria da conjugação em latim e portuguez* (1871), nas *Questões da lingua portuguesa* (1874) e em muitos outros trabalhos de filologia, etnologia e pedagogia.

Epifânio Dias foi o verdadeiro reformador dos estudos clássicos em Portugal, com a tradução da *Grammatica latina* de Madvig (1872), com a publicação do *Epitome* da mesma (1872), com a edição de obras latinas de Sulpício Severo, Fedro, Cícero, Eutrópio e Cornélio Nepos. Além disso, fez edições críticas de autores portugueses, como Cristóvão Falcão, Camões, do *Esmeraldo*, escreveu artigos sobre filologia clássica, românica, epigrafia, pedagogia, compôs gramáticas portuguesas, entre as quais a melhor *Syntaxe historica portuguesa*, uma gramática francesa, deixou nume-

(1) *La Cultura*, III, 492-493, 1884, apud Leite de Vasconcelos, *Epiphanyo Dias, sua vida e labor scientifico*, pág. 59.

rosos apontamentos de syntaxe inglesa, redigiu em línguas estrangeiras, como italiano e alemão, e traduziu grego. Combatendo a inépcia governamental, então mascarada de promotora de aperfeiçoamentos pedagógicos, porquanto o ministério se propunha «encaminhar e dirigir a instrução da mocidade que frequenta os lyceus nacionaes neste periodo de transição, para mais aperfeiçoados estudos, como se professam em toda a Europa culta», para o que ordenara um programa de gramática latina, segundo as epígrafes da de Alves de Sousa (*Diário do Governo*, de 2 de Maio de 1871) — Epifânio Dias abalançou-se à árdua empresa de introduzir nas nossas escolas os métodos então mais recentes do estudo da língua de Vergílio, com a versão do livro citado de Madvig.

Escrevia ele no prefácio: «Os trabalhos allemães são de todo desconhecidos. Geralmente fallando não fazemos ideia do que seja grammatica latina. É um facto deploravel, mas que todavia não é reconhecido... Estimulados por vivo desejo de que o estudo da grammatica latina saia do estado vergonhoso em que se acha no nosso paiz, e reconhecendo a necessidade de que a obra a esse fim publicada pertença a um nome cuja auctoridade, reconhecida por todos os juizes competentes, force ao respeito, emprehemos a traducção da grammatica de Madvig, a qual entre as obras escritas em allemão para uso das escolas é, porventura, a que serve em maior numero as qualidades requeridas em um livro d'esta ordem. Olhando ao tempo que em Portugal é dedicado ao ensino do latim, e á nossa organização de estudos feita em odio e escarneo da pedagogia, dir-se-há, talvez, que o livro é demasiado grande; mas não deve suppor-se que tem de ser tomado todo de memoria textualmente. Uma boa parte das regras e observações aprende-se com a maior facilidade, se, apparecendo applicadas nos livros que se traduzem, o professor chamar para ellas a attenção dos alumnos, mandando-os ler reflectidamente os lugares da grammatica que lhes dizem respeito» (págs. VIII-IX).

Leite de Vasconcelos, que foi professor de língua e literatura latinas na Faculdade de Letras de Lisboa, escreveu a respeito do valor pedagógico e formativo do Latim, o mais poderoso instrumento e veículo do saber: «Paralelamente ao cultivo do gosto literario, já que os autores latinos maneжaram com grande destreza a lingua, adaptando-a com rigor matematico a todas as exigencias do seu espirito ponderado, alcançaremos do trato com elles peculio não escasso de excellentes ideias moraes e philosophicas, que nos alumiam àcerca das epocas que os produziram e ainda hoje nos aproveitam em diversas circumstancias, pelo contraste com o que naquellas épocas há mau. Temos portanto uma vantagem esthetica e moral. Acrescentarei mais: e uma intellectual; a causa é, porque os pedagogistas com razão concordam em que o exercicio das lettras latinas aviva o engenho do estudante, o que resulta da natureza da lingua, essencialmente logica, e de terem de se revestir de trajo moderno pensamentos que concernem a modos de existir muito differentes dos actuaes. Tudo isto obriga a reflectir e a raciocinar: ora reflexão e raciocinio são gymnastica do espirito, o qual com ella se aperfeiçoa» (1).

O saber latino e grego de Leite de Vasconcelos foi o esteio de uma boa parte das suas obras de Filologia, Arqueologia, Numismática e Epigrafia, ciências que cultivou com tanto brilho, método e probidade, que o tornaram o modelo dos sábios portugueses.

Júlio Moreira, conhecedor profundo das línguas clássicas e de muitas modernas, fez edições anotadas de obras de Vergílio, César, Cornélio Nepos, publicou uma excelente *Grammatica inglesa* (1880), uns *Elementos de desenho geometrico* (1874) e numerosos estudos de filologia portuguesa.

José Maria Rodrigues, figura eminente de latinista e helenista, filólogo, camonista e cultor da filosofia, deixou as magistrais *Fontes dos Lusíadas* (2), vários trabalhos de filo-

(1) *Da importancia do Latim*, in *Revista Lusitana*, XIV, 118.

(2) *O Instituto*, vols. LI, LII, LIII, LIV, LV, LVI, LVIII, LIX, LX.

logia, de história literária, e de filosofia, a que adiante se fará referência.

Gonçalves Guimarães, o restaurador da pronúncia do latim em Portugal, foi autor do *Breviário da pronúncia normal do Latim clássico* (1), de uns *Elementos de Gramática latina* (2), de um precioso estudozinho *O grego em Portugal* (3), de vários estudos sobre instrução pública, mineralogia, e de livros didáticos de ciências naturais (Mineralogia e Geologia).

José Joaquim Nunes foi romancista, filólogo, editor de textos arcaicos portugueses, autor de uma *Chrestomatia archaica* (4), de um *Compêndio de Gramática histórica portuguesa* (fonética e morfologia) (5), de umas *Digressões Lexicológicas* (6), e de numerosos estudos de filologia portuguesa.

Todos estes eruditos novo-humanistas se distinguiram pela universalidade dos seus talentos e das suas actividades, que abrangiam às vezes os campos das Letras e das Ciências, como v. g. Leite de Vasconcelos e Gonçalves Guimarães, revolvendo todos eles porém, com forte diligência e suma consciência, vários ramos do saber humano (7).

IV. O MATERIALISMO

As doutrinas materialista, monista, positivista e evolucionista tiveram grande aura em Portugal, embora recebidas com forte relutância e vivamente combatidas pelos

(1) Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.

(2) Braga, Cruz & C.^a, 1907, 2.^a ed.

(3) Coimbra, 1894.

(4) Lisboa, Portugal-Brasil, 1921, 2.^a ed.

(5) Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1919.

(6) Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1928.

(7) Vide Leite de Vasconcelos, *Epiphânio Dias, sua vida e labor científico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922; F. Rebelo Gonçalves, *Epifânio Dias*, na *Rev. da Faculdade de Letras de Lisboa*, vol. II, 1934; F. Costa Marques, *Humanistas portugueses contemporâneos*, na *Humanitas*, vol. I, 1947.

espíritos educados nos ideários tradicionais, embalados no enlevo místico e saudosista, impregnados de sólidas convicções ético-religiosas, acalentados pela recordação de um passado de glórias, empolgados pelos torneios dialécticos e retóricos, e quase sempre alheados da observação directa dos factos e da ciência experimental. Actuaram elas em extensão e profundidade e deixaram vincado sulco em todos os sectores da vida nacional, sobretudo na sedução pseudo-pedagógica do exclusivismo científico, exalçado em detrimento da formação espiritual derivada da lição perene das humanidades antigas e modernas.

Foi também a geração de 70 que insuflou na cultura portuguesa um sopro de materialismo, e lhe enxertou fortemente as ideias positivistas e evolucionistas. Em 1896, dizia Silva Cordeiro: «1870 pode considerar-se para nós uma data moral, como 1852 era já uma data económico-política. É o anno da guerra franco-prussiana e do concílio do Vaticano, quando proclamada em França a terceira republica e consolidada a unidade politica da Italia na abolição definitiva do poder temporal dos Papas, começa d'organisar-se em Portugal a propaganda democratica, e da escola de Coimbra rompe para as letras e para a vida publica uma geração que se affirmou *realista* na arte e *positivista* na sciencia. Até então as certezas moraes da nossa raça historica, ou não eram discutidas ou, se algum espirito ousado as combatia, quasi sempre pelo ridiculo, perdia-se-lhe a voz sem echo na alma popular... No fundo subsistia sempre, como herança moral das gerações, uma crença religiosa e uma lenda de navegações e conquistas que a alma nacional recordava em vibrações d'uma odysseia mystica de que até fallava a pedra erguendo para o infinito, nos corucheos das cathedraes, a aspiração d'um povo não cabendo já na terra. O tempo de Alexandre Herculano pode dizer-se que marca a transição d'esse estado geral de crença para a nossa epoca de scepticismo e de anarchia mental. Com elle começou, prosseguindo com Oliveira Martins e Theophilo Braga, um trabalho de *sapa* que ainda dura, alvejado a todas as for-

mulas tradicionaes da vida portugueza. Revolução pacifica, por tantos aspectos analogá á que em França se attribue a Michelet, Renan e Taine, — salva a differença de temperamentos e atmospherá moral, — do gabinete isolado dos pensadores a torrente do espirito critico descia, alastrava pelo livro, historia, drama ou romance, pelo jornal, pelas associações de classe, a infiltrar-se nas populações urbanas, d'ahi para os campos e officinas, adulterando-se nos cerebros mal preparados, até agglutinar-se com este mysticismo pessimista, ora folião, ora melancolico, voluvel como o vento e nunca proporcionado, mysticismo d'uma fluidez original que em Portugal parece constituir um verdadeiro *tic de raça* (1).

O conhecimento do Materialismo alemão moderno tomou-se raramente por contacto directo, e em geral por intermédio de traduções francesas dos filósofos alemães da escola, depois naturalmente pelas obras de Elmo Caro, *Le Matérialisme et la science* (2), de André Lefèvre, *La Renaissance du matérialisme* (3), de Paulo Janet, *Le matérialisme contemporain en Allemagne* (4), pela tradução da obra de Lange, *Geschichte des Materialismus* (5), e finalmente pelas versões, exposições e obras portuguezas do assunto, que revelam interesse, simpatia, antipatia, apropriação, integração ou rejeição da doutrina.

Já em 1853, Levy Maria Jordão, no citado estudo sobre *A Philosophia do Direito em Portugal*, referindo-se ao convívio dos meios universitários coimbrões com a cultura da Alemanha, dizia: «...conhecemos e podemos apreciar, ao menos por traduções, os primores da poesia, historia e jurisprudencia d'essa parte mais culta da Europa, cuja philosophia e erudição profunda fazia extasiar o celebre

(1) *A crise*, págs. 15-17.

(2) Paris, 1868.

(3) Paris, 1881.

(4) Paris, 1864.

(5) Iserlohn, 1866 a tradução francesa é de 1877.

naturalista francez Geoffroy de Saint Hilaire! As obras de Savigny e Hugo no direito, de Kant em philosophia, de Goethe e Schiller em poesia, de Strauss em theologia, e de Carus em sciencias naturaes, são-nos mais familiares, do que os escriptos d'esses pensadores da Allemanha, que tem feito, e fazem da sciencia social o objecto-constante e atuado de seus estudos, de suas lucubrações» (1).

Em 1856, Manuel Bernardo de Sousa Ennes, professor da Faculdade de Teologia, publicou uma *Dissertatio inauguralis de mythico Straussi systemate*, em que repudia a applicação do sistema mítico de David Strauss à exegese dos Evangelhos, pois, segundo a conclusão do autor, «facile apparet mythicum Straussi systema nihil aliud esse, quam arbitraria et temeraria conceptio a priori excogitata, uti regula seu norma, ad quam exigantur evangelicae narrationes, et ita admittantur vel rejiciantur prout praefixae eidem normae aut convenient aut adversentur» (2).

Em 1865, na carta *Bom senso e bom gosto*, referia-se Antero à incapacidade de Castilho compreender os voos do pensamento moderno, e citava uma caterva de filósofos francezes, ingleses e alemães, dizendo: «O grande espirito philosophico do nosso tempo, a grande criação original, immensa da nossa idade, não passa de confusão e embroglio desprezível para o professor de ninharias, que cuida que se fustiga Hegel, Stuart Mill, Augusto Comte, Herder, Wolff, Vico, Michelet, Proudhon, Littré, Feuerbach, Creuzer, Strauss, Taine, Renan, Büchner, Quinet, a philosophia allemã, a critica franceza, o positivismo, o naturalismo, a historia, a metaphysica, as immensas criações da alma moderna, o espirito mesmo da nossa civilização... que se fustiga tudo isto e se ridicularisa e se derriba com a mesma sem-cerimonia com que elle dá palmatoadas nos seus meninos de 30, 40 e 50 annos, de Lisboa, do Gremio, da Revista

(1) Em *O Instituto*, 1, 270.

(2) Págs. 92-93.

Contemporanea» (1)! No mesmo ano, na *Nota final das Odes Modernas*, sobre a missão revolucionária da poesia, aludindo às aspirações da sociedade coeva, de reconstruir o «mundo humano sobre as bases eternas da Justiça, da Razão e da Verdade» escrevia: «*Atheismo social — anarchia individual* — é a formula precisa e clara das escolas mais avançadas de França e Allemanha. É escusado citar: *Proudhon*; a Justiça na Revolução e na Igreja; o Principio Federativo; Creação da ordem na humanidade; a Revolução social e o golpe d'Estado; etc. etc., *Quinet*; Genio das Religiões; Christianismo e Revolução Franceza; etc. etc. *Renan*; Estudos Religiosos; Ensaio de Critica. *Michelet*; O Povo; a Reforma; a Renascença; Biblia da Humanidade; etc. *Dolfus*; Cartas philosophicas; Revelações e Reveladores; etc. *Taine*; Criticas; *Littre*; Palavras de Philosophia positiva; Conservação, Revolução e Positivismo; etc. — e os allemães: *H. Heine*; da Allemanha; Lutece; a França; *B. Bauer*; Criticas; *Feuerbach*; a Religião; Essencia do Christianismo; *Dr. Büchner*; Força e Matéria» (2). Um ano depois, em 1866, no escrito *O Futuro da Musica*, volta a citar Feuerbach, na *Essence du Christianisme*, certamente a tradução de José Roy (Paris, 1864) (3).

Em 1873, já Frederico Laranjo, encostando-se a Hegel, e alegando Fichte e Schelling, fazia a crítica violenta do Materialismo, a propósito de teorias sobre formas de governo, dizendo da obra *Força e Matéria*: «O bom acolhimento e a voga do mesmo livro superficialissimo e cheio de ignorancia de Büchner explicam-se pelo titulo. Taxarmos de superficialidade e ignorancia o livro, que é reputado o evangelho dos materialistas, parecerá ousadia demasiada; mas teremos occasião de provar o que dizemos» (4).

No mesmo ano, António Monteiro Rebelo da Silva

(1) Nas *Prosas*, I, 341-2.

(2) *Prosas*, I, 314.

(3) Em *O Instituto*, XIII, 239, e nas *Prosas*, II, 33.

(4) *O Instituto*, XVI, 26.

insurgia-se contra a ideia de «que o homem é um macaco aperfeiçoado e que a razão é uma função do cerebro!... o *Eu* é impossível ser uma função do cerebro, attentos os mais sabios e profundos trabalhos de *Philosophia moderna*» (1).

Em 1879, escrevia Cunha Seixas na *Galeria das sciencias contemporaneas*, a propósito do objecto desta sua obra: «Este livro é espiritualista. Por um lado é expositivo do estado das sciencias: por outro é de combate contra o materialismo» (2). Em 1883 apresentava o mesmo escritor uma exposição crítica das doutrinas de Feuerbach, de Strauss e de Büchner (3).

Em 1886, as teorias já eram divulgadas como correntes e aceites pelo professor Martins Pereira, da Escola Médica de Lisboa, no opúsculo *A Unidade da Natureza*, em cuja advertência preliminar o autor dizia: «O manuscripto que vae ser impresso no presente volume, foi planeado há cêrca de vinte annos (portanto à volta de 1866). O que n'uma epocha poderiam espiritos tacanhos tachar de materia heterodoxa ou (quando menos) muitissimo arrojada — constitue hoje para os espiritos cultos doutrina corrente. Ao trabalho primitivo (onde apenas, n'um ou n'outro ponto, se retocou de leve a redacção) poderia o auctor, se lh'o não tolhessem os limites rigorosos d'estes opusculos da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, accrescentar novos factos, novas experiencias, novas descobertas e deducções»; o livrinho está salpicado de referências a Vogt, Darwin, Büchner e Haeckel, e termina por concluir que unidade de matéria, unidade de força, unidade de criação, unidade de organismos, unidade de funções não representam mais que unidade na Natureza (4).

(1) *O homem perante a natureza*, discurso philosophico dividido em quatro partes, Lisboa, Rolland & Semiond, págs. 105 e 114.

(2) Pág. vi.

(3) *Ensaio de critica philosophica*, págs. 193-209.

(4) Pág. 63.

Em 1887, também na citada *Historia da Philosophia*, de José Augusto Saraiva, se fazia sumaríssima exposição do Materialismo e do Monismo ⁽¹⁾.

Em 1888, publicava em Coimbra o Dr. José Maria Rodrigues o *Pensamento e movimento, estudo histórico-crítico sobre o materialismo contemporaneo*, dissertação para o concurso ao magistério da Faculdade de Teologia; nesta obra, declarava o seu ilustre autor que «quanto mais se estudam as propriedades da materia, quanto melhor se conhece a natureza dos phenomenos materiaes, mais profundo se torna o abysmo entre o espirito e a materia, mais se patenteia a distancia entre os phenomenos psychicos e os phenomenos physicos. Hoje, mais do que nunca, é impossivel identificar as duas ordens de phenomenos, sem ir de encontro ás verdades mais solidamente estabelecidas da sciencia moderna» ⁽²⁾; e toda ela é uma refutação das teorias de Büchner, Vogt, Herzen, Moleschott, Cabanis, Richet, Beau-nis e Lefèvre, de que o pensamento é movimento, refutação baseada em obras de ciência e de filosofia modernas, mas orientada dentro do movimento e dos métodos novo-escolásticos, tudo o que levou o autor à natural conclusão de que «são inuteis as tentativas feitas pelos materialistas a fim de escaparem ao absurdo da identificação do pensamento com o movimento. Os phenomenos psychicos não se podem explicar pela materia nem pelas suas propriedades ou forças: é absolutamente necessario attribui-los a uma causa diversa — a alma. O materialismo é, portanto, falso» ⁽³⁾.

Porém, a questão mais ruidosa que entre nós se levantou a propósito do Materialismo foi a polémica entre o Professor Miguel Bombarda e o jesuíta Manuel Fernandes de Santana, após a publicação em 1898 (2.^a edição 1902) do livro do primeiro, *A consciencia e o livre arbitrio*, dedicado a «Ernst Haeckel, o patriarcha do monismo»; começando

(1) Págs. 58-59.

(2) Pág. x.

(3) Pág. 88.

pela análise e discussão da crença e da ciência, e estudando, como psiquiatra distinto que foi, os fenómenos da vida psíquica, desde as suas manifestações elementares às hipóteses várias sobre a consciência, o Professor Bombarda, dentro da corrente científica e materialista da época, dizia que «o pensamento é função grandiosamente aperfeiçoada de plastides que por igual se aperfeiçoaram. Assim como uma partícula de limalha de ferro se precipita para um magnete, assim como um protoplasma se lança em linha recta sobre o polo electrico ou sobre o raio luminoso que o attrae, assim o plastide neuronico, pelo movimento dos seus prolongamentos, se arremessa cegamente sobre os outros, sobre os seus irmãos da estrutura cerebral, assim os ultimos da cadeia complicadamente reflexa se arremessam sobre as estruturas d'onde resulta o movimento e portanto o acto. Não ha uma alma, uma consciencia, uma entidade annexa a dirigir os phenomenos. Que miseravel seria, sempre illudindo-se, sempre errando, sempre enganada! Que miseravel seria, sempre submetida, como por jugo de ferro, ás condições da materia inerte, como ella paralyssando-se, como ella adoecendo, como ella envenenando-se, como ella morrendo! Não, a alma é um mytho, ou vale tanto como a materia. A consciencia é um accidente» (pág. 275). Da doutrina tirava depois certos corolários pedagogicos, éticos e sociais, como o valor e conceito da educação, a necessidade de se derramar a instrução, de se melhorar o comportamento, de se reorganizar a sociedade e de se reformar a justiça: «Não assim do cerebro. As differenças não veem só do muito ou pouco funcionamento, mas do modo do funcionamento. As differenças não são só de energia do acto intellectual, mas do caminho que esse acto segue, da logica, do criterio, com que esse acto se desenrola. Ora, é aqui que a educação é omnipotente e chega até a ser poderosa em cerebros doentes. Eduquemos pois os cerebros. Não os deixemos cahir nas trevas e na barbaria. Eduquemollos na independencia, na liberdade, na consciencia da dignidade do ser humano. Saibamos ser os intellectuaes e

não abduquemos do nosso direito de, por nós próprios, examinar e deliberar. Haja crises, haja perturbações politicas ou sociaes, que importa! Cerebros educados são a garantia intellectual das gerações vindouras. E se a sociedade d'um momento tem papel brilhante a representar na historia do mundo é o de se sacrificar pelos seus descendentes, pela melhoria das raças, pelo aperfeiçoamento das intelligencias. A educação não representa só acquisições. Representa egualmente variações favoraveis que ficam e que se transmitem por herança. A selecção já tem trazido o cerebro humano a um grau de perfeição que é uma maravilha. Mas essa maravilha ainda é um instrumento imperfeito, eivado de erros e illusões, como imperfeito é o organismo inteiro. Appliquemos todo o nosso esforço em promover o aperfeiçoamento intellectual das gerações que passam. Extirpemos abusões e superstições, que é romper as trevas em que ainda hoje se asphyxiam largas porções da humanidade. E façamos da sciencia a mamma uberrima em que se farte o espirito do homem» (1). Sobre o reflexo ético-social e jurídico da doutrina, escrevia ainda: «Uma sociedade regida pelo princípio declarado da obediencia do homem á sua natureza e ás circunstancias seria uma sociedade ideal, porque seria ella que melhor e mais fundamente fomentaria a marcha da humanidade na senda da perfeição. Os factos não seriam tomados á conta do accidente ou do acaso e não se esperariam como se espera o imprevisto. Seriam antes reconhecidos como tendo suas condições de producção, seriam vistos como forçados consequentes de complexos condicionaes variamente intrincados, e o espirito do homem não se abandonaria ao dedo providencial ou á liberdade humana, antes se embrenharia no estudo e na analyse dos phenomenos, unico meio de chegar ao seu conhecimento e portanto á sua previsão e á sua prevenção. A noção entranhada da fatalidade dos actos seria por outro lado um processo indirecto para o aperfeiçoamento da intelligencia e

(1) Págs. 328-329.

para o melhoramento da conducta. As decisões não se tomariam ao de leve, quantas vezes porque se acredita no imprevisto, no acaso, ou porque se acredita até que alguém, lá no alto, vela por nós, mas só depois de submettidos a uma reflexão demorada e tão profunda quanto a permite o cerebro do individuo ou o espirito do povo que delibera. A instrucção alargar-se-hia, porque na illustração seria reconhecido um importante foco de motivos para a deliberação, não o unico infelizmente. A intelligencia do homem melhoraria, porque só o uso pode trazer o seu aperfeiçoamento, do mesmo modo que com qualquer outra funcção do organismo. E as gerações vindouras teriam rica herança a recolher; a marcha do progresso e da civilização seria mais veloz. Uma sociedade assim organizada mentalmente seria uma sociedade infinitamente mais perfeita. A crença na liberdade do pensamento e na liberdade da conducta teria desaparecido. Mas a convicção se levantaria da eminencia do poder intellectual e de que na decisão a lucidez da intelligencia, a clareza dos motivos, a riqueza dos conhecimentos, constituem os elementos que nos poderão fazer escolher o melhor, o mais justo, o mais conveniente para os nossos interesses ou para as nossas paixões, como para o aperfeiçoamento e bem estar dos outros. A educação, de empírica que hoje é, tornar-se-hia racional. A moral teria as suas bases na sciencia, no conhecimento do homem e da sua organização physica e psychica. A noção da responsabilidade moral ou penal teria desaparecido. Mas como o reconhecimento da fatalidade das acções encheria de benevolencia o coração do homem nas suas relações com os outros homens, saberia encaminhal-o para o ideal humano da justiça e da fraternidade. A miseria, a torpe miseria que é o escarneo de uma civilização que proclama o livre arbítrio, seria afugentada, as coleras judiciarias, que são o escarmento da desgraça, apagar-se-hiam, e viria uma era de paz e de felicidade, porque não se procuraria curar o mal sem remediál-o, mas simplesmente prevenil-o. É a sociedade do futuro, por cujo

advento a sciencia trabalha com afinco até hoje nunca visto» (1).

O padre Santana, com grande informação científica e cerrada argumentação escolástica, analisou fibra a fibra a obra de Bombarda e procurou dissecá-la à luz da ciência moderna, e dentro do ângulo das suas convicções filosófico-religiosas, no estudo *O Materialismo em face da sciencia* (Lisboa, 1899-1900, 2 volumes). A liberdade humana e a imortalidade da alma opõem-se ao determinismo materialista: «Como a donzella delicada, a quem a graça, a gentileza, a virtude, a modestia e o pudor virginal embalaram no berço e criaram com esmero, por mais que a maltrate a fortuna adversa nunca perde os traços fundamentais da sua origem, nobreza, virtude e primor; assim tambem a alma humana, modelada segundo as feições divinas, imagem ontologica e viva de Deus, por mais que os vaivens da sorte lhe contrariem a plena e livre expansão de sua multipla energia, — que digo os vaivens da sorte? — por mais que a degrade a propria perversidade, sempre e em toda a parte deixará transluzir, atravez da caligem da desventura, do erro e do crime, as cores formosissimas com que Deus a ornou, para ser n'este mundo a imagem viva da sua sabedoria, poder e magestade» (2). Depois ataca a seita materialista, fanática, filosófica e religiosa (3), vergõntea do movimento intelectual iniciado no século XVI: «Como é que tanta degradação veio substituir aquella grandiosa doutrina, e como é que essa degradação conseguiu implantar-se nas escolas de medicina e physiologia? Funestas consequencias d'uma revolução scientifica começada por Paracelso (1493-1541) e Van Helmont (1577-1644) e consumada por Descartes (1596-1651), e d'uma revolução religiosa inaugurada pelo protestantismo e levada a cabo pelos theistas do seculo passado. Toda a litteratura mate-

(1) Págs. 347-348.

(2) Vol. I, págs. 7-8.

(3) Vol. I, págs. 14-15.

rialista está impregnada d'esse duplo caracter» (1). Faz uma resenha histórica do materialismo, analisa as teorias de Haeckel e os seus erros, as controvérsias (2); discute pormenorizadamente todas as matérias expostas no livro, procura rebater minuciosamente, uma por uma, todas as afirmações e todos os argumentos respeitantes a crenças e ciência, à geração espontânea, ao atomismo mecânico da vida, à célula, à unidade e multiplicidade da vida, à teoria vitalista, à consciência e fenómenos psíquicos (*passim*).

O professor Bombarda respondeu a este primeiro volume com *A sciencia e o Jesuitismo* (3), a que o padre Santana replicou em o *Post-scriptum* do vol. II do *Materialismo* (4). Apesar de fortemente combatidos, o Materialismo e o Monismo foram vulgarizados por meio das versões francesas citadas, e depois por traduções portuguezas; de Strauss há *A velha e a nova fé* (5), anónima, *A antiga e a nova fé*, anotada, de Alfredo Pimenta (6), a *Nova vida de Jesus*, de Heliodoro Salgado (7); de Büchner há as traduções *Luz e vida*, do general Fernandes Costa (8), *Força e Matéria*, de Jaime Filinto (9), *O homem segundo a sciencia*, de Alfredo Pimenta (10), e *Na aurora do seculo XX*, do general Celestino de Sousa (11); de Moleschott, *Reguladores da vida humana* (12). De Haeckel há, pelo menos, as versões *Origem do homem*, do capitão e antropologista Fonseca

(1) Vol. I, pág. 15.

(2) Vol. I, cap. 1.º

(3) Lisboa, Parceria Pereira, 1900.

(4) Págs. 503-565.

(5) Lisboa, Bertrand, s. d.

(6) Porto, Chardron, s. d.

(7) Porto, Chardron, 1907.

(8) Lisboa, Corazzi, 1889, 2 volumes.

(9) Porto, Chardron, 1911.

(10) Porto, Chardron, 1912.

(11) Lisboa, Livraria Internacional, s. d.

(12) Lisboa, Livraria Internacional.

Cardoso (1), *O monismo*, do mesmo (2), *Religião e Evolução*, de Domingos Ramos (3), os *Enygmas do Universo*, de Jaime Filinto (4), as *Maravilhas da vida*, do professor João de Meyra (5) e a *Historia da criação*, de Eduardo Pimenta (6). De um dos últimos representantes do Materialismo, Felix le Dantec, há também várias traduções, como *O conflicto*, de João de Barros (7), *As influencias ancestrais* (8), *O Atheismo*, de Faustino da Fonseca (9), *A luta universal*, anónima (10), *O egoismo*, anónima (11), *A sciencia da vida*, de José da Câmara Manuel (12), *A mecânica da vida*, de Cândido Garcia Reis (13).

V. O POSITIVISMO

A investida e a adaptação do Positivismo em Portugal fê-las a geração de 70, realista em arte e positivista em ciência, no dizer já alegado de Silva Cordeiro.

Já se viu como Antero, em 1866, criticara o seu restrictionismo e pretendia alargar-lhe o âmbito especulativo à metafísica, dentro do espírito hegeliano (14). Parece que, todavia, segundo referia em 1880 Teófilo Braga, o patriarca do Positivismo lusitano, «em Portugal a Philosophia positiva foi inaugurada em 1872 em um curso de Esthetica, no

(1) Porto, Chardron, 1908.

(2) Porto, Chardron, 1908.

(3) Porto, Chardron, 1908.

(4) Porto, Chardron, 1909.

(5) Porto, Chardron, 1910.

(6) Porto, Chardron, 1911.

(7) Lisboa, Tavares Cardoso, 1905.

(8) Lisboa, Empresa Literaria Fluminense, 1906.

(9) Lisboa, Livraria Central, 1907.

(10) Lisboa, Bertrand, 1908.

(11) Lisboa, Bertrand, s. d.

(12) Lisboa, Bertrand, s. d.

(13) Lisboa, Bertrand, s. d.

(14) *Prosas*, II, 43.

Curso Superior de Lettras; a sua facil propagação proveio da sua oportunidade. A educação polytechnica e medica, proseguida como um modo de vida, não fundou entre nós uma actividade scientifica, mas deixou muitos espiritos em dissidencia profunda com os vestigios da mentalidade theologica que se conservam nas instituições, e com a inanidade methaphysica das faculdades humanistas. A Philosophia positiva foi abraçada entre nós como uma forma de emancipação intellectual, e tende a radicar-se como base critica, sobretudo n'aquillo que Augusto Comte mais recommendava para a propagação d'essa philosophia, as applicações» (1). A sua difusão fez-se porém gradualmente, com certa indecisão a principio, até o aparecimento da primeira exposição e discussão sistemática de Teófilo. Em 1873 um espiritualista reconhecia-lhe a importância, e, a propósito das teorias materialistas que consideravam a consciência uma função do cérebro, escrevia: «Eu não condemno o positivismo moderno em toda a sua plenitude; não, confesso e reconheço os seus maravilhosos resultados em todas as sciencias e mormente na sciencia dos seres vivos, formulou admiravelmente Comte as suas eruditas e profundissimas lições; presto culto aos sabios modernos, que teem levado summamente longe a sciencia da vida humana em todos os ramos de que ella é tronco» (2).

— Em 1876 appareceu a tradução da *Doutrina do Real. Catecismo para uso dos que se não contentam com palavras*, de Prospero Pichard, precedida de um prefácio por Mr. Littré (3). No mesmo ano, o Dr. Correia Barata publicava no *Instituto* o artigo *O Homem primitivo e a sua linguagem*, em que perfilhava ideias de Haeckel, citava Hovelacque, Vogt e Büchner, e se apoiava no Positivismo (4), para

(1) *Historia do Romantismo em Portugal*, pág. 514.

(2) A. M. Rebelo da Silva, *O Homem perante a Natureza*, págs. 114-115.

(3) Porto, Livraria Universal, de Magalhães e Moniz.

(4) Vol. xxii, 265 e segs.

analisar e criticar as opiniões de Abdiel o Algarvio sobre o monogenismo linguístico (1). Aquele trabalho suscitou críticas de vários escritores que combatiam a maneira de pensar do autor (2).

Em 1877 surgem os *Traços gerais da philosophia positiva, comprovados pelas descobertas scientificas modernas* (3), em que Teófilo, criticando a doutrina de Comte, no que respeitava aos fundamentos da Sociologia, e imbuído das teorias de Malthus, considerava o factor da população a base essencial daquela ciência (4). No ano seguinte iniciava-se a publicação da revista *O Positivismo*, dirigida por Teófilo e Júlio de Matos (5), a que se seguiram a *Era Nova* (6), dirigida por Teófilo e Teixeira Bastos, e a *Revista de Estudos livres* (7). O programa da *Era Nova* referia-se ao início do Positivismo em Portugal, e traçava um plano de acção: «Em Portugal a philosophia positiva encontrou adeptos com mais facilidade, porque a dissolução theologica fora apressada pela educação metaphysica e scientifica da Universidade, das Polytechnicas e das Escolas de Medicina. Desde 1872 que esta doutrina reorganisadora se propaga e a sua influencia augmenta diariamente; na poesia, no romance, na pedagogia, em tudo se sente já a força disci-

(1) *Considerações geraes sobre as manifestações do pensamento por meio da palavra e da escripta, ou devaneio psychologico e grammatical*, Lisboa, 1876.

(2) Bento Nasica, *O Transformismo e a philosophia positiva. Breves considerações a proposito do artigo publicado no Instituto de Coimbra, intitulado: O homem primitivo e a sua linguagem etc. Critica sem pretensões*, Coimbra, 1876; Eduardo Augusto Nunes, *A Theologia e a Sciencia da natureza. Breves reflexões sobre o artigo: O homem primitivo etc.*, in *O Instituto*, vols. XXIII, 207 e segs., 261 e segs., 376 e segs. e XXIV, 1 e segs., 49 e segs. e 143 e segs., 1887.

(3) Lisboa, Nova Livraria Internacional.

(4) *Traços*, págs. 202 e segs.

(5) 1878-1882.

(6) 1880 e segs.

(7) 1883-1885.

plinadora da philosophia de Augusto Comte. O proprio sentimento nacional aceita esta orientação, como se viu ha poucos dias pela celebração do Centenario de Camões... O pensamento que nos guia na fundação d'este periodico é consignar mensalmente os factos significativos da evolução progressiva da nossa nacionalidade no sentido da reorganização social e procurar contribuir para o maior desenvolvimento da disciplina positiva das aspirações modernas por meio de estudos scientificos, de ensaios sociologicos, de monographias, de criticas, de trabalhos litterarios etc., tudo, mais ou menos directamente subordinado ao criterio seguro da philosophia positiva». As doutrinas propagaram-se pelo livro, pelas revistas e por meio de conferências; invadiram as escolas e a própria legislação do ensino, e applicaram-se a todos os ramos do saber, influindo na arte, na litteratura, na ciência, na pedagogia, na política. Teixeira Bastos, em 1881, referia-se a este movimento que tudo ia conquistando e avassalando: «Na parte puramente especulativa, a progressão dos elementos positivos não é menos evidente, sob qualquer dos seus tres aspectos: esthetico, scientifico ou philosophico. Na arte, como em todos os outros productos humanos, Portugal segue os passos da França. Depois da revolução romantica, essencialmente negativa, representada por Garrett e Herculano, as gerações litterarias perderam-se n'um vasto mar de mediocridade, onde a arte se submergia por falta de principios philosophicos e de intenções sociaes. Porem a fermentação sempre crescente da velha sociedade fez brotar um protesto energico do coração da mocidade generosa e enlevada nas utopias societarias dos revolucionarios francezes. Este movimento, iniciado ainda pela philosophia negativa, foi posteriormente beber a inspiração ás fontes naturalistas e ao methodo experimental. Hoje na poesia, no romance, na critica, em todas as manifestações do pensamento, notam-se já signaes incontestaveis d'este enorme progresso esthetico. Na pintura, na esculptura, talvez mesmo na musica ha tambem symptomas d'essa regeneração iniciada. Sob o

aspecto scientifico e sob o aspecto philosophico, Portugal recebe, cada vez com maior intensidade, os raios fecundantes do saber positivo, que se desenvolve nos paizes estrangeiros, se pelo seu lado não contribue com trabalhos decisivos sobre qualquer ramo dos conhecimentos humanos. As nossas escolas secundarias, superiores e especiaes, apezar da indesculpavel incuria dos governos, dos seus defeituosos programmas e da sua organisação deficiente e insolita, ainda assim, derramam uma instrucção scientifica que contribue efficazmente para o desenvolvimento intellectual e para o crescimento progressivo dos elementos organicos da nova sociedade. Alguns professores, orientados pela philosophia moderna, concorrem com as suas prelecções e com os seus compendios para levarem a disciplina mental aos cerebros da mocidade intelligente. Livros, jornaes e revistas, apparecem successivamente, tendo um merito mais ou menos real e uma vida mais ou menos prospera mas sempre uteis, desde que se submettem ao criterio das sciencias positivas. A philosophia de Augusto Comte e a philosophia de Herbert Spencer, as obras de Darwin e os estudos de Littré, os trabalhos de Huxley e de Haeckel e as vulgarisações de Draper e de Bucckner (sic) etc. etc. encontram de dia para dia maior numero de leitores, de adeptos e de verdadeiros crentes no meio da sociedade portugueza. Assim o novo poder espiritual vae conquistando gradualmente o dominio das consciencias, onde por largos seculos reinou d'uma maneira despotica e atrophiante a religião humilde do crucificado» (1).

Teófilo e os positivistas, cada vez em maior número, Júlio de Matos, Teixeira Bastos, Augusto Rocha, Bettencourt Raposo, Ernesto Cabrita, Horácio Ferrari, Consiglieri Pedroso, Cândido de Pinho, Emídio Garcia, Arruda Furtado, J. Eduardo Gomes, Silva Telles, Júnio de Sousa, etc., etc., prosseguiam na campanha. Discutiram-se, equaciona-

(1) *A sociedade portugueza e a philosophia positiva*, em *O Positivismo*, IV, págs. 317-318.

ram-se, resolveram-se problemas sociológicos, políticos, históricos, estéticos, religiosos e pedagógicos à luz da nova filosofia. Em 1878, António Cândido, já sob o signo positivista, mas de maneira independente, dava a lume os *Principios e questões de philosophia politica*, em que expunha e discutia largamente as concepções da ciência política, para estudar as condições científicas do sufrágio. Dizia que da filosofia comteana só aceitava, em princípio, a classificação das ciências, e combatia a lei dos três estados com os argumentos de Littré e Wyrouboff contra ela ⁽¹⁾, e concluía rejeitando, por falta de lógica, a fórmula geral de sociologia apresentada por Comte ⁽²⁾. Depois analisava o sistema de Spencer e repudiava também a fórmula geral da *evolução* por ele proposta, passava em revista as doutrinas darwinistas e taxava de irritantes e atrevidas as pretensões dogmáticas de Haeckel em considerar que a «raça germanica excede todas as outras na concorrência do desenvolvimento civilizador» ⁽³⁾.

Em 1884, publicava Teófilo Braga o *Systema de Sociologia*, em que, como já fizera nos *Traços gerais*, voltava a exaltar a importância da população na constituição da sociologia, dizendo: «O principio da população, tão bem formulada por Malthus, foi confundido com os remedios propostos por este economista para evitar os conflictos com a subsistencia; esta confusão lamentavel foi a causa de se não ter ligado toda a importancia a esse profundo facto biologico para base statica da Sociologia» ⁽⁴⁾.

A aplicação das doutrinas positivistas à história fê-la Teófilo na *Historia universal* ⁽⁵⁾, como esboço de Sociologia descritiva.

Um aspecto curioso e original da influência comteana

(1) Págs. 31 e segs.

(2) Pág. 39.

(3) Págs. 49-54.

(4) Págs. 59, 94-95, 115.

(5) 2 volumes, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1879-1882.

na cultura portuguesa revela-se na ideia de se considerar a arte da guerra como ciência positiva, ideia propugnada por um esclarecido oficial do Estado Maior, o então major Sebastião Teles. A discussão sobre o carácter científico da guerra ou arte militar foi feita com grande desenvolvimento por Chambray na *Philosophie de la guerre* e por Luís Blanch no livro *De la science militaire considérée dans ses rapports avec les autres sciences et avec le système social* (1). Este último escrevia que, tendo «la guerre, comme toute science en général, sa partie philosophique, il était nécessaire de l'envisager sous ce point de vue pour découvrir ses rapports intimes avec les sciences morales, et que par suite, elle revêtait le même caractère qu'elles, celui d'être par leur nature même, non pas exactes, mais simplement approximatives» (2). Numa série de capítulos ou discursos, desenvolve o assunto com amplidão e chega à conclusão de que «la science de la guerre se lie aux institutions politiques par son organisation, à la plus haute philosophie par les degrés de volonté qu'elle doit mettre en mouvement, aux sciences exactes et naturelles par ses pratiques, et qu'elle exige des dispositions d'esprit spéciales pour tirer parti de toutes les diverses combinaisons que présentent l'espace, le temps et les événements» (3). Na *Introdução ao estudo dos conhecimentos militares* (4), aquele oficial português analisou, na primeira parte, a literatura militar desde as primeiras obras até às dos tempos posteriores à guerra franco-prussiana de 1870-1871; na segunda parte, tratou da filosofia e da ciência positiva; e na terceira parte, desenvolveu a sua teoria sobre a ciência positiva da guerra. Discutindo a pseudo-definitividade da lei dos três estados, Sebastião Teles criticou-a e rejeitou-a como base de filosofia positiva, mas aceitou-a como concepção: «A lei de

(1) Trad. francesa de M. Haca, Paris, Corrêard, 1854.

(2) Pág. 26.

(3) Pág. 350.

(4) Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.

Augusto Comte não é perfeita, não é applicavel a todas as concepções, mas unicamente a algumas; não é uma verdade geral mas uma verdade particular, e da mesma maneira deve ser considerado todo o systema. Embora a primeira conclusão seja verdadeira, não podemos admitir a segunda. A base da philosophia de Augusto Comte é a *concepção* dos três estados, e não a *lei* ou relação, que elle suppõe existir entre elles. Pode esta relação ser differente, pode ser de simultaneidade, como realmente conseguem demonstrar os que combatem a philosophia positiva, mas a concepção dos três estados fica a mesma e sem alteração deve ficar o systema que sobre ella se baseia. Ninguem se atreveu a negar aquella concepção; todos admittem três maneiras de explicar os phenomenos, exactamente eguaes às definidas por Augusto Comte. A discussão proveiu de se tomar por base da philosophia positiva a lei, só em parte verdadeira, e não a concepção, que é rigorosamente exacta (1). Passou depois em revista a génese e evolução dos conhecimentos humanos, desde os tempos primitivos até a actualidade, para mostrar que «o methodo positivo não é uma criação de Comte, nem de philosopho ou sabio algum; comprehende elementos que se desenvolveram em epochas muito distantes e é o fructo dos progressos intellectuaes. O valor da experiencia, que lhe serve de base, encontra-se em todas as epochas; a logica deductiva foi estabelecida por Aristoteles, a inductiva por Bacon, e a combinação d'estes tres elementos realisou-se pela criação da physica moderna. É a partir d'esta epocha que elle se pode considerar fundado» (2). Em seguida faz uma análise da filosofia evolucionista e da dinâmica (monista), e critica os sistemas de classificação das sciencias, apresentando uma modificação ao de Comte, que consiste em considerar a lógica a par com as ciências matemáticas (3); discute os métodos da Sociologia no Posi-

(1) Págs. 148-149.

(2) Págs. 166-167.

(3) Pág. 217.

tivismo, no Evolucionismo e no Monismo e conclue que, em qualquer dos sistemas considerados, a Sociologia era uma ciência ainda não completamente constituída, apesar do seu carácter positivo e da definição dos seus métodos, pelo que só podia induzir algumas leis mais ou menos rigorosas; isto não obstante, o conhecimento do seu método geral abria largas perspectivas às ciências dela derivadas, as que se servem do processo de observação histórica, pelo que optava pela ordem indutiva da escola positivista, porquanto «o resultado final não fica tão arriscado a perder-se em considerações abstractas, e a harmonia d'estas sciencias com as outras já constituídas é mais completa; como ellas todas, as derivadas da sociologia, e a própria sciencia fundamental, começarão por ser inductivas e só mais tarde poderão tornar-se deductivas» (1). Na parte terceira, a mais importante, estuda os caracteres gerais dos conhecimentos militares, o cunho especial da ciência positiva da guerra, a analogia e a superioridade desta sobre a Sociologia, a divisão daquela, os seus métodos, e a sua influência sobre esta. Escreve o autor que, «se os conhecimentos relativos à guerra constituem uma sciencia, devem obedecer às leis geraes da philosophia positiva, isto é, apresentar o seu desenvolvimento em harmonia com a concepção dos tres estados e sujeitar-se à classificação geral das sciencias. É o que se pode facilmente reconhecer pela historia da litteratura militar». E continua: «Na arte militar, como em todos os ramos do saber, os tres estados philosophicos, theologico, metaphysico e positivo, existiam então misturados sem se saber a proporção em que o estavam, nem haver meio de os distinguir» (2); após o que passa breve revista à antiguidade, Idade média e tempos modernos, e conclue: «a litteratura militar dogmatica apresenta o estado positivo e o metaphysico, em mais estreita combinação do que a litteratura militar historica, que ainda hoje se conserva nas mesmas condições, e só

(1) Págs. 175 a 241.

(2) Pág. 261.

entrará em completo regimen positivo pela applicação rigorosa do correspondente methodo scientifico (1). Considera a ciência da guerra como sujeita à classificação com-teana, com a modificação que lhe introduzira, e reputa-a derivada da Sociologia, porquanto, sendo «geralmente definida como um meio violento de resolver as questões estabelecidas pela politica, é por conseguinte derivada d'esta ultima sciencia, que é uma parte da sociologia (2). Continuando na sua exposição demonstrativa e comparativa, dizia: «Desde a mais remota antiguidade se reconhece a relação dos conhecimentos militares com os sociaes; conservam-se juntos e submettidos ao mesmo methodo de estudo durante e período grego e da renascença, até que Bonnet os separou, dando mais largas aspirações a estes ultimos por meio da philosophia da historia. Ella tomou primeiro a forma theologica, mas depois teve de adoptar a positiva, que foi sempre seguida pelos conhecimentos relativos à guerra, e desde o momento em que constitue uma sciencia positiva, à qual se dá o nome de sociologia, fica justificada a formação da sciencia positiva da guerra. Por todas estas condições a sciencia positiva da guerra deve ter com todas as sciencias existentes, as mesmas relações que na segunda parte reconhecemos na sociologia, e deve por isso depender de todas ellas. Esta dependência que facilmente se pode provar pela natureza da guerra, já tem sido demonstrada por muitos escritores, entre os quaes citaremos Luigi Blanch e Lewal, que mais especialmente fazem notar a applicação que todas as sciencias encontram nos conhecimentos militares... Podemos, pois, concluir que a sciencia positiva da guerra é perfeitamente analogá à sociologia de que é derivada, e deve por isso apresentar-se nas mesmas condições pelo que respeita às difficuldades que encontra no emprego dos seus processos de estudo. É o que ainda se pode reconhecer comparando estas duas sciencias

(1) Págs. 262-263.

(2) Pág. 263.

com as chamadas naturaes. Estas empregam no seu estudo a experimentação, enquanto que as primeiras se servem do processo de observação historica e apresentam muito maiores difficuldades para obter as suas inducções. As sciencias naturaes podem alem disso verificar fácil e rápidamente tanto as inducções como as deducções, enquanto que a sciencia positiva da guerra e a sociologia precisam para isso do apparecimento natural de novos factos. Esta necessidade torna o seu estudo dependente do tempo, que envolve uma demora considerável, e exige ainda que os factos se apresentem em condições análogas àquelas que primitivamente foram consideradas, o que é ainda muito mais moroso por causa das enormes combinações a que, pela sua complexidade, se prestam os phenomenos d'estas duas sciencias. É por isso que os conhecimentos militares tiveram de seguir um longo processo de correcção successiva que tornaram muito vagaroso o seu desenvolvimento, e ainda pela mesma causa a sociologia está no princípio da sua formação e não tem podido constituir o seu methodo especial de estudo» (1). Discute Sebastião Teles se deve admitir-se o nome de arte aplicado à guerra na literatura militar, e, apoiando-se nas concepções de Taine e nas ideias do general Lewal, rejeita aquella teoria, e individualiza, caracteriza e identifica a guerra como sciência positiva: «As operações de guerra que têm sido attribuidas à inspiração, não dependem da imaginação, mas do raciocinio; não são independentes dos principios, mas representam a sua applicação, e em todos os tempos constituiram o mais poderoso meio de lhe revelar o valor e importancia. D'esta maneira, os conhecimentos militares apresentam-se nas mesmas condições da sciencia positiva, onde cousa alguma fica fora da direcção dos principios e onde só elles permitem satisfazer ao fim geral da sciencia, que é a previsão. Por tudo isto a inspiração que se pretende fazer influir na guerra, não é analoga à que influe nas bellas artes nem pode constituir um caracter

(1) Págs. 263-265.

differente d'aquelles que se encontram em toda a sciencia positiva» (1). E conclui: «A propriedade que constitue o caracter distinctivo da guerra, é uma difficuldade da própria sciencia, combatida e estudada por ella quando procura avaliar a sua influencia; é um factor de todas as suas combinações, e da mesma maneira que os caracteres da applicação e de ser influenciada pelas forças morais, é do dominio scientifico; não pode portanto justificar a denominação de arte que por tanto tempo tem sido empregada na litteratura militar» (2). Comparando a Sociologia com a ciência da guerra, Sebastião Teles verificou que ambas empregavam o mesmo método de estudo, a observação histórica e o concurso das ciências, mas que a segunda os combinava diferentemente da primeira, com a vantagem de verificações intermédias: «... a sciencia positiva da guerra, sendo uma derivada da sociologia, empregando os processos geraes de estudo d'esta sciencia, os combina entre si de uma maneira differente d'aquella que está indicada para a sciencia social, o que permite estabelecer uma verificação intermedia que esta não apresenta, e que apesar de não ter o rigor das verificações exigidas pelo methodo positivo, exerce contudo uma grande influencia no estudo dos seus complexos phenomenos» (3). Com as duas ordens de verificação que a ciência da guerra apresentava, a histórica, ou pela experiência do passado, por acordo da litteratura militar dogmática com a litteratura histórica, e a prospectiva, ou pela experiência do futuro, aquella ciência avantajava-se à Sociologia, de fraca experiência do passado, por deficiência de informação: «na sciencia positiva da guerra, a frequencia das luctas armadas fornece um vasto systema de verificação successiva, que effectivamente tem lugar em todo o desenvolvimento de litteratura militar. É por esta condição que os conhecimentos militares obedecem ao methodo positivo,

(1) Págs. 269-277

(2) Pág. 286

(3) Pág. 291.

e adquirem o caracter de sciencia constituida, emquanto que a sociologia não está ainda formada, e, muito embora os seus methodos de estudo estejam perfeitamente estabelecidos, não possui o rigor scientifico» (1). Nos capítulos finais trata das partes da ciência da guerra, dos seus métodos de estudo e da sua influência sobre a Sociologia, no último dos quais critica a doutrina de Comte e se afasta dela, no que diz respeito à harmonia do estado teológico com o militar: «As opiniões de Augusto Comte, além de injustas, perpetuam a separação que anteriormente existia entre as sciencias e os conhecimentos militares, e que podia ser admissivel nos outros regimens philosophicos, mas que deveria cessar desde que o methodo positivo foi applicado ao estudo dos phenomenos sociaes. D'esta separação resultaram grandes inconvenientes para aquelles dois ramos dos conhecimentos humanos; nem a arte da guerra aproveitou dos progressos philosophicos, e durante muitos annos não pôde adquirir o rigor scientifico, nem os philosophos aproveitaram das indicações que lhes podiam fornecer a historia e a litteratura militar para a descoberta e completa constituição do methodo sociologico» (2).

A par com a applicação dos princípios do Positivismo à Sociologia, à História e à Ciência ou Arte militar, convém registrar o influxo que entre nós tiveram também na crítica e nas doutrinas estético-literárias. Um positivista de génio, filósofo, crítico, psicólogo e historiador, Hipólito Taine, foi o primeiro que procurou adaptar ao estudo da arte e da litteratura os métodos objectivos e systemáticos preconizados pela filosofia positiva e pelas ciências experimentais. Na sua *Histoire de la Littérature anglaise*, publicada em 1864, explicava a obra de arte em função de três factores: a raça, o meio e o momento histórico. Escrevia ele: «On a découvert qu'une œuvre littéraire n'est pas un simple jeu d'imagination, le caprice isolé d'une tête chaude, mais une

(1) Pág. 295.

(2) Pág. 369.

copie des mœurs environnantes et le signe d'un état d'esprit. On en a conclu qu'on pouvait, d'après les monuments littéraires, retrouver la façon dont les hommes avaient senti et pensé il y a plusieurs siècles. On l'a essayé et on a réussi. On a réfléchi sur ses façons de sentir et de penser, et on a jugé que c'étaient là des faits de premier ordre. On a vu qu'elles tenaient aux plus grands événements; qu'elles les expliquaient, qu'elles étaient expliquées par eux, que désormais il fallait leur donner une place, et l'une des plus hautes places, dans l'histoire. On la leur a donnée, et depuis ce temps on voit tout changer en histoire; l'objet, la méthode, les instruments, la conception des lois et des causes» (1). Desenvolvendo esta ideia matriz de que as condições mesológicas, históricas e sociais se reflectem na obra de arte, para cuja elaboração contribuíram, o crítico descreve-as assim: «Trois sources différentes contribuent à produire cet état moral élémentaire, *la race, le milieu et le moment*. Ce qu'on appelle *la race*, ce sont ces dispositions innées et héréditaires que l'homme apporte avec lui à la lumière, et qui ordinairement sont jointes à des différences marquées dans le tempérament et dans la structure du corps. Elle varie selon les peuples» (2); «Lorsqu'on a ainsi constaté la structure intérieure d'une race, il faut considérer *le milieu* dans lequel elle vit. Car l'homme n'est pas seul dans le monde; la nature l'enveloppe et les autres hommes l'entourent; sur le pli primitif et permanent viennent s'étaler les plis accidentels et secondaires, et les circonstances physiques ou sociales dérangent ou complètent le naturel qui leur est livré» (3); «Il y a pourtant un troisième ordre de causes; car, avec les forces du dedans et du dehors, il y a l'œuvre qu'elles ont déjà faite ensemble, et cette œuvre elle-même contribue à produire celle qui suit; outre l'impulsion per-

(1) Vol. I, pag. v, da 15.^a ed. Paris, Hachette, 1921.

(2) I, pag. xxii.

(3) I, pag. xxv.

manente et le milieu donné, il y a vitesse acquise. Quand le caractère national et les circonstances environnantes opèrent, ils n'opèrent point sur une table rase, mais une table où des empreintes sont déjà marquées. Selon qu'on prend la table à un *moment* ou à un autre, l'empreinte est différente; et cela suffit pour que l'effet total soit différent» (1). Na *Philosophie de l'Art*, vinda a lume em 1865, expõe a mesma teoria de que «pour comprendre une œuvre d'art, un artiste, un groupe d'artistes, il faut se représenter avec exactitude l'état général de l'esprit et des mœurs du temps auquel ils appartenaient» (2); e estabelecendo a comparação entre as determinantes dos fenómenos biológicos e dos artísticos, escreve: «De même qu'il y a une température physique qui, par ses variations, détermine l'apparition de telle ou telle espèce de plantes; de même il y a une température morale qui, par ses variations, détermine l'apparition de telle ou telle espèce d'art. Et, de même qu'on étudie la température physique pour comprendre l'apparition de telle ou telle espèce de plantes, le maïs ou l'avoine, l'aloès ou le sapin, de même il faut étudier la température morale pour comprendre l'apparition de telle espèce d'art, la sculpture païenne ou la peinture réaliste, l'architecture mystique ou la littérature classique, la musique voluptueuse ou la poésie idéaliste. Les productions de l'esprit humain, comme celles de la nature vivante, ne s'expliquent que par leur milieu» (3). Depois diz que os métodos de crítica acompanham o movimento das ciências naturais e com elas se identificam: «La méthode moderne que je tache de suivre, et qui commence à s'introduire dans toutes les sciences morales, consiste à considérer les œuvres humaines, et en particulier les œuvres d'art, comme des faits et des produits dont il faut marquer les caractères et chercher les causes; rien de plus. Ainsi comprise, la

(1) Vol. I, págs. xxvii-xxviii.

(2) Vol. I, pág. 7, da II.^a ed., Paris, Hachette, 1909.

(3) I, págs. 9-10.

science ne proscrit ni ne pardonne; elle constate et explique... Elle laisse à chacun la liberté de suivre ses predilections particulières, de préférer ce qui est conforme à son tempérament, et d'étudier avec un soin plus attentif ce qui correspond le mieux à son propre esprit. Quant à elle, elle a des sympathies pour toutes les formes de l'art et pour toutes les écoles, même pour celles qui semblent le plus opposées; elle les accepte comme autant de manifestations de l'esprit humain; elle juge que, plus elles sont nombreuses et contraires, plus elles montrent l'esprit humain par des faces nouvelles, et nombreuses; elle fait comme la botanique qui étudie, avec un intérêt égal, tantôt l'oranger et le laurier, tantôt le sapin et le bouleau; elle est même une sorte de botanique appliquée, non aux plantes, mais aux œuvres humaines. A ce titre, elle suit le mouvement général qui rapproche aujourd'hui les sciences morales des sciences naturelles et qui, donnant aux premières les principes, les précautions, les directions des secondes, leur communique la même solidité et leur assure le même progrès» (1).

De Taine se aproximou Moniz Barreto, que, sendo crítico psicólogo, não foi um teorizador da crítica, da estética e da história literária, como foram Teófilo Braga e Júlio Lourenço Pinto. Para o malogrado crítico, o pensador francês, «psicólogo e filólogo e, além disso, um dos quatro ou cinco criadores no domínio da prosa francesa, este homem admirável é o ideal do grande crítico» (2), que exerceu forte influência em Portugal e que até foi seu modelo de escritor: «A sua acção entre nós foi considerável. Antero tinha-o lido muito e ainda o relia, mas não o considerava um filósofo. Nos primeiros livros de Teófilo Braga aparecem vestígios da sua influência. Oliveira Martins aprendeu nos escritos d'ele, mas nunca lhe criou amor. Para Ramalho e Queiroz foi um reportório muito consul-

(1) 1, págs. 12-13.

(2) *A crítica*, 1888, in *Ensaio crítico*, págs. 27-28.

tado de idéias e factos. Na geração nova, os seus livros estão nas mãos dos que estudam. Fialho adorou nele a energia naturalista. A mim ensinou-me a escrever» (1).

Os dois teorizadores portugueses da crítica, da história literária e da estética positivista foram Teófilo Braga e Júlio Lourenço Pinto.

O primeiro apresentou as suas concepções nos estudos: *Historia da litteratura portugueza. Introducção* (2), *Theoria da historia da litteratura portugueza*, dissertação para o curso do Curso Superior de Letras (3), *Constituição da Esthetica positiva* (4) e posteriormente na *Introducção e Theoria da Historia da litteratura portugueza* (5), onde refunde, alarga ideias e materiais anteriores e acrescenta outros. Nesta última obra, apresenta o autor a sua teoria genética dos fenómenos literários: «Como um producto da actividade social em condições de estabilidade, uma Litteratura só pode ser bem estudada e compreendida conhecendo-se os elementos *staticos*, ou de ordem, e *dynamicos* ou de progresso, de que ella é um dos effeitos complexos» (6). Fundamentando-se na concepção comteana de que os fenómenos sociais revestem aspectos estáticos e dinâmicos, Teófilo considerava como elementos estáticos, invencivelmente preponderantes na elaboração estética, a *raça*, a *tradição*, a *língua*, a *nacionalidade*, e como elementos dinâmicos o «influxo de uma determinada época histórica, como transição, já pela decomposição de um regimen passado, já como uma aspiração a uma ordem nova; e alem d'isso, o espirito inventivo das altas individualidades, que nas suas obras reúnem essa corrente regres-

(1) *Taine*, 1893, nos *Ensaio critico*, pág. 267.

(2) Porto, Imprensa Portuguesa, 1870.

(3) Porto, Imprensa Portuguesa, 1872.

(4) No *Positivismo*, vol. 1, págs. 409 e segs., 1878-9.

(5) Porto, Chardron, 1896.

(6) Pág. 7.

siva ou progressiva» (1). Para o conhecimento dos fenómenos estáticos, socorria-se o autor dos elementos de informação ministrados por várias ciências, como a Antropologia, a Etnografia, a Filologia, a História e a Sociologia (2). A dilucidação sistemática e rigorosamente objectiva da acção de todos estes elementos heterogéneos na concepção e realização da obra de arte, como difficil, senão impossível, é que não foi nem podia ser levada a cabo com as noções das várias ordens de ciências, com carácter irrefragável e definitivo. Além disso, a informação deficiente e precipitada, as ideias erróneas acerca do significado científico da palavra *raça*, a oscilação das teorias étnicas, a ausência de um critério de juízo e avaliação estética, e sobretudo a pretensão de se enquadrar toda a complexa fenomenologia artística, inclusive a criação esporádica do génio, num plano rígido e hirto, invariavelmente conduzem todas as construções fechadas, imóveis e pouco maleáveis, ainda que animadas de um largo critério de simpatia, a um desmoronamento de que só subsistem os fundamentos sólidamente estabelecidos, como o arranjo bio-bibliográfico, e ainda assim apenas quando seguramente averiguado e documentado. Foi o que sucedeu às teorias de Teófilo, fautoras de obra vasta e monumental, repositório de larga e variada informação, que todavia tem de ser utilizada com preventiva crítica, que não retira ao seu autor a glória de ter sido o fundador da nossa história literária e o reintegrador do génio português.

Júlio Lourenço Pinto, romancista e crítico realista, também sob o signo do Positivismo, publicou a sua *Esthetica naturalista* (3), onde estuda o método a seguir na aplicação do Realismo à arte, as teorias artísticas, a poesia filosófica e científica, o Naturalismo no teatro e a tese no romance. Seduzido, como outros escritores nacionais e

(1) Pág. 9.

(2) Pág. 10.

(3) Porto, Livraria Portuense, 1884.

estrangeiros, pelo extraordinário movimento científico do seu tempo, procurou descobrir leis e princípios rígidos e genéricos que se antepusessem às variações do gosto e sobrevivessem como ponto de referência para artistas e críticos (1). Escrevia ele: «O seculo é essencialmente científico; a sciencia, cujos horisontes tanto alargaram os methodos exactos e positivos, põe ao alcance da humanidade o conhecimento da verdade que lhe dá a consciencia lucida do seu destino. Sob esta influencia da sciencia, que penetra luminosa e cada vez mais fundo nas caligens do incognoscivel, a humanidade renova-se, e o homem moderno, tão distanciado do homem antigo pelas concepções novas do universo, orienta-se para outros ideaes. Este grande movimento de renovação não podia deixar de se reflectir na arte; mas o que importa precisar é até que ponto essa influencia actua sobre ella, é determinar o modo como a arte se concilia com a sciencia, ficando sempre independente» (2). Em época de transição, de violenta transformação e de poderosa reconstrução, havia necessariamente certa indisciplina e anarquia, a que era preciso pôr cobro por meio de uma orientação segura e de princípios generalizadores que dominassem o arbítrio e a incerteza nos campos da arte e da crítica. Para tanto, imperioso se tornava o enquadramento dentro de uma disciplina mental, que soperasse as novas tendências artísticas e as impedisse de se abastardarem e fenecerem, que as orientasse no rumo da verdade, da observação e do conhecimento experimental, que as fizesse transitar da realidade para a interpretação, sem subserviência à filosofia e à ciência e sem abdição do factor artístico por excelência, a capacidade conceptora.

«Para fixar esta disciplina mental que oriente superiormente a nova esthética — escrevia Lourenço Pinto — aceitamos a direcção da philosophia positiva; a moderna transformação artistico-litteraria, para não cahir na mesma

(1) Pág. 5.

(2) Pág. 6.

degeneração a que foi impellida a reacção seiscentista e modernamente a revolução romantica, precisa de se apoiar em um seguro criterio philosophico, e esta direcção disciplinadora, quando se trata de estabelecer o imperio da verdade na arte, não pode dimanar senão d'aquella philosophia, que, em uma synthese luminosa, nos suggere uma concepção verdadeira do universo. Mas aceitar esta orientação não é fazer da arte tributaria da philosophia e da sciencia; é simplesmente dirigi-la para o rumo das suas genuinas fontes de inspiração, identificando-a com os methodos mais exactos e adequados á investigação do verdadeiro, remontando-se da analyse para a synthese, do objectivo para o subjectivo. E, em sciencia, partir da analyse para a synthese, do objectivo para o subjectivo, corresponde na arte a caminhar da realidade para a interpretação, da observação para a imaginação creadora. A imaginação, como a entendemos, não a expungimos da arte, o que equivaleria, sob o nosso ponto de vista, a investir com a arte em um dos seus elementos fundamentaes. Antepõe-se, porém, a observação, porque, em concordancia com o nosso criterio philosophico, para se fazer uma obra d'arte verdadeira, força é que a prioridade pertença á observação, que é o processo primeiro para constatar o que é verdadeiro e conforme com a natureza» (1). Os métodos a aplicar à execução da obra de arte são os processos positivos da observação e análise minuciosa, o estudo do ambiente e do seu reflexo sobre os personagens, com vista ao desenho preciso dos caracteres, porquanto «uma psychologia inductiva não pode ser fundada com verdade e segurança sem a primordial observação objectiva» (2). Nestas condições, «o artista estuda o seu personagem, protagonista ou typo secundario que sirva para dar relevo ás figuras principaes, nos seus habitos, nos seus actos, nos seus jestos, nas suas palavras, nos traços physionomicos, em todas as suas rela-

(1) Págs. 6-7.

(2) Pág. 38.

ções externas com o meio ambiente, e o character, o temperamento, a alma resaltarão, como que n'uma intuição luminosa, d'este conjuncto de circunstancias extrinsecas» (1). Dentro do espirito científico do tempo, o crítico harmoniza a ciência com a arte, aquella como propulsora intelectual da observação, da compreensão, da cultura, e até como fonte de sugestão criadora: «A sciencia é o grande manancial da moderna inspiração; é a sciencia que alimenta a intelligencia humana nesta ancia vivida de comprehender, penetrar, lutar e melhorar, e é n'este estado de luta, n'estas perturbações da alma humana por vezes perplexa, n'estas contensões de espirito avido de saber, febricitado na resolução do problema da vida, n'esta eterna e infatigavel impulsão para o mysterio após outro mysterio desvendado, que se atêa vivaz e ardente o foco da nova inspiração. A sciencia não só não é contraria á imaginação e á poesia, não só é guia e auxiliar seguro á observação e intuição de todo o artista, mas tambem ella mesmo encerra em si uma poesia, desde que a saibam comprehender... Não é indubitavelmente a sciencia que faz o artista, não é o conhecimento das leis fundamentaes dos phenomenos da vida que dispensa a intuição, o instincto innato do poeta e do artista; mas tambem não é menos certo que o genio creador se completa no apprendizado scientifico» (2). A metodologia das ciências tem correspondência nos domínios da arte, no campo da observação e da análise, em plena harmonia de objectivo, sem contudo haver identidade de processos: «O artista, no theatro ou no romance, pela observação da vida real, internando-se no mundo moral para actuar sobre as paixões, continua a tarefa do physiologista; mas os processos são differentes. Na sua essencia, e na applicação dos elementos capitaes da arte, ficam sempre e profundamente artisticos, e são tão sómente scientificos no sentido de se acceitar a sciencia como fanal para a arte,

(1) Pág. 39.

(2) Págs. 245-246.

alem de que aos methodos exactos da sciencia moderna corresponde na arte a observação positiva e a analyse, que se adstringe de perto à natureza em todos os seus aspectos. Estabelece-se uma mutua correspondencia de harmonia entre a arte e a sciencia, sem todavia se confundirem» (1).

VI. O TRANSFORMISMO E O EVOLUCIONISMO

Com o Materialismo, o Monismo-naturalista e o Positivismo concorrem na nossa cultura as doutrinas transformista e evolucionista de Lamarck, Darwin e Spencer, divulgadas pelas exposições dos que as adoptaram, pelas diatribes dos que as combateram, pela curiosidade ou admiração que suscitaram, e pelas traduções de obras dos seus criadores.

Em 1875, publicava em Coimbra, Pedro Gastão Mesnier o *Ensaio de philosophia anthropologica*, I. *Agentes de transformação e classificação das raças humanas*, em que vulgarizava ideias de Darwin e de Spencer. Estas eram então já combatidas entre nós, juntamente com os principios materialistas, nos arraiais do espiritalismo.

Roberto Guilherme Woodhouse, no opúsculo intitulado *O Naturalismo ou o dogmatismo applicado à sciencia* (2), atacava as teorias materialista, transformista e evolucionista, taxando-as de ateismo: «Os adeptos das theorias evolucionistas, ou antes, aquelles que applicam a tudo a theoria evolucionista teem uma grande vantagem do seu lado:— dispõem, a seu bel prazer, da eternidade! Tudo conseguem... com tempo!... O tempo não é só o Creador mas tambem é o Legislador da natureza. É o Soberano universal; é o Poder Moderador, as circumstancias accidentaes são os ministros ou poder executivo; e os snrs. Vogt, Moleschott, Büchner, Darwin e companhia são os chronistas-móres do phantastico reino do Naturalismo. Os natu-

(1) Págs. 352-353.

(2) Porto, Chardron, 1875.

ralistas podem dar a esta doutrina o nome que quizerem; porém, parece-nos que, quem pensar reflectidamente no caso, chamar-lhe-ha Atheismo» (1).

Em 1879, dava Albino Augusto Geraldês à estampa, em Coimbra, as *Questões de Philosophia natural. II. O Darwinismo ou a origem das especies*, em que se faz uma exposição das doutrinas do famoso sábio inglês.

No mesmo ano, para seleccionar os elementos de estrutura das suas teorias sociológico-políticas, fazia António Cândido larga e documentada exposição das idéias de Herberto Spencer, conhecido nas traduções francesas das suas obras então publicadas e indirectamente na análise de Laugel na *Revue des deux Mondes* (Fevereiro de 1864). O grande orador terminava a sua exposição com esta síntese crítica: «A philosophia de Spencer, verdadeiramente prodigiosa pelo infinito numero de factos que procura generalisar; muito do nosso tempo pela importancia que dá a todos os processos de observação scientifica; cheia de vistas novas e de considerações valiosissimas; forte na sua systematisação, e perfeitamente comprehensiva de toda a ordem de phenomenos, esta philosophia soffre, apesar disso, o destino de todas as doutrinas que, procurando ser completas, se tornam sempre arbitrarías. Sacrificam ás exigencias da logica a verificação necessaria de todas as verdades. Algumas philosophias d'essa ordem valem ao menos como inventario exacto dos conhecimentos possuidos pela humanidade n'um dado momento. Está n'este caso o monismo de Spencer. Outras nem para isso prestam» (2). Quanto às teorias de Darwin, também lhe serviam para explicar os movimentos sociais, embora considerasse estes como intimamente relacionados com os fenómenos biológicos (3).

Com a publicação da revista *O Positivismo* (1878-1882)

(1) Págs. 52 e 54.

(2) *Principios e questões de Philosophia politica*, 1, págs. 48-49.

(3) *Ibidem*, 1, págs. 56-57.

surgiu uma série de estudos sobre as doutrinas da evolução e suas explicações: no primeiro volume aparecem os trabalhos de Cândido de Pinho, *O principio da evolução e a lei de Baer*, de Ernesto Cabrita, *Mais uma prova em favor do transformismo*, de Júlio de Matos, *Ensaio sobre a evolução em biologia*; e no segundo, o estudo de Teixeira Bastos, *Conservação e evolução*.

Em 1882-1883, o grande botânico de Coimbra, Júlio Henriques, verteu e publicou em *O Instituto* um artigo do célebre botânico suíço Afonso de Candolle, *Carlos Darwin — Causas do successo dos seus trabalhos e importancia d'elles*, ao qual o tradutor acrescentava esta nota: «Tem uma importancia de primeira ordem tudo quanto diz respeito a Darwin, inquestionavelmente um dos naturalistas de maior vulto na epocha actual: por isso me dei ao trabalho de verter para a nossa linguagem o artigo muito notavel que na *Revista Scientifica* de Genebra publicou o Sr. A. de Candolle, nome respeitabilissimo para quantos cultivam as sciencias naturaes. D'esta forma, o nosso jornal presta culto à memoria do sabio inglez» (1).

Em 1883, nos *Ensaio de critica philosophica* fazia Cunha Seixas uma explanação crítica das doutrinas evolucionistas de Herberto Spencer (2).

N' *O Instituto* publicava também, em 1888, um excerto da conferência *O Darwinismo*, o professor Albino Augusto Geraldês (3).

Além das explanações, interpretações e análises críticas das doutrinas, em regra de pequena extensão, surgiu também, em 1898, uma suma compendiada das idéias de Spencer, no *Summario da Filosofia evolucionista*, de Caldas Cordeiro (4), que, depois de tratar resumidamente, no prefácio, das correntes do pensamento então dominantes em diversos

(1) Vol. xxx, pág. 344.

(2) Págs. 208-220.

(3) Vol. xxxv, págs. 421 e segs.

(4) Lisboa, Bertrand.

países, da biografia do filósofo inglês, e de fazer uma crítica do Positivismo, passa a dar uma súpula das teorias spencerianas respeitantes ao espaço e ao tempo, à matéria, movimento e força, e à relatividade do conhecimento, em seguida ao que define a filosofia e os seus elementos, e entra em longa exposição acerca dos princípios da Biologia, suas induções, evolução da vida, dos princípios de Psicologia, de Sociologia, e da Moral evolucionista.

Várias traduções e adaptações de obras de Darwin e de Spencer apareceram entre nós, como a da *Origem das espécies*, de Joaquim Da Mesquita Paul⁽¹⁾, a da *Origem do homem*, de João Correia de Oliveira⁽²⁾, as da *Educação intellectual, moral e physica*, de Emídio de Oliveira⁽³⁾ e de Carrilho Videira⁽⁴⁾, *Da liberdade à escravidão*, prefaciada por Júlio de Matos⁽⁵⁾.

VII. AS CORRENTES RACIONALISTAS

Um tanto como sobrevivência do racionalismo anti-clerical setecentista, adaptado e vulgarizado nos incios do liberalismo em várias obras que correram impressas, e depois por sugestão directa ou indirecta dos estudos de Feuerbach, de Strauss e de Renan, alguns traduzidos desde bem cedo em português, despontaram entre nós, em concomitância com as doutrinas materialistas, monistas, positivistas e evolucionistas, a análise e a crítica dos problemas religiosos e da história das religiões, umas vezes com índole combativa e demolidora, outras com aspecto hermenêutico, filosófico ou científico.

(1) Porto, s. d.

(2) Porto, Magalhães & Moniz, s. d.

(3) Porto, s. d.; mas o prefácio de Ricardo Jorge é de 1884; 2.^a ed., 1888.

(4) Lisboa, Livraria Internacional, 1887; 2.^a ed., Lisboa, Empresa Literaria Fluminense, s. d.

(5) Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1904.

Do *Citateur* (1808), repositório de citações e opiniões anti-católicas organizado por Pigault-Lebrun, que forrageou lautamente em Voltaire, e que nele enxertou várias anedotas e graças da sua lavra, fez um emigrado português uma tradução publicada em Paris em 1834 (1). A *Alfandega papal*, traduzida do francês, também foi impressa em Lisboa em 1836 (2), com o fim de servir a religião e o estado, segundo dizia a advertência do editor português: «Tão estrondosos tem sido os clamores soltados pelos fanaticos, e pseudo-defensores da religião, contra a obra que dou à luz, tão rápida a venda de diversas e numerosas edições, tão uteis e curiosos os documentos que a ornão, e de tal modo incontroversa a veracidade do texto, que me deliberei quanto antes a sujeitá-la ao exame de meus compatriotas. Arrancar a venda, com que a impostura quer disfarçar seus perfidos designios, e prevenir e inutilizar as insidias dos falsarios, que sob o manto da mais refinada hypocrizia pretendem attingir o alvo de seus nefandos intentos, julgo ser, além de serviço relevante feito à religião, outro de não menor monta ao estado» (3).

Em 1863, José Leite Monteiro publicou em Coimbra o *Ultramontanismo na Instrucção publica em Portugal*, livro em que combatia ásperamente o clericalismo e a pretensão das congregações de fruirem o direito de educar (4), que o autor reivindicava como obrigação do Estado (5). Feuerbach, Strauss e Renan eram já conhecidos nesta época, segundo se vê através de passos diversos de Antero de Quental, da *Carta Bom-senso e bom-gosto*, da nota final das *Odes modernas*, do *Futuro da Musica*, e do opúsculo de Sousa Ennes (1856).

Em 1864, Vieira de Sá Júnior e Eduardo Augusto

(1) Aillard.

(2) Na tipografia de J. A. Coimbra.

(3) Pág. 3.

(4) Pág. 23.

(5) Pág. 31.

Salgado traduziram a *Vida de Jesus* de Renan (1); no mesmo ano Rodrigues Trigueiros deu a lume a *Biographia de Ernesto Renan*, vertida de Adolfo de Carfort e Francisco Bazonge (Lisboa); em 1866, apareceram duas versões de *Os Apostolos*, uma de Eduardo Augusto Salgado (2), a outra de F. Ferreira da Silva Vieira (3). Posteriormente, a casa Chardron editou as versões dos diversos livros da *Historia das origens do Cristianismo*, a *Vida de Jesus*, de Eduardo Augusto Salgado (1914, 4.ª edição), *Os Apostolos*, do mesmo, *S. Paulo*, de Campos Lima (1909), *O Anti-Christo*, do mesmo (1910), *Os Evangelhos e a segunda geração christã*, *A Igreja christã* (s. d.) e *Marco Aurelio e o fim do mundo antigo* (1925), de Eduardo Pimenta.

Em 1867, publicava Pedro de Amorim Viana a *Dejeza do Racionalismo ou analyse da fé* (4), e em 1874 José Pereira de Sampaio Bruno dava à estampa a *Analyse da Crença christã — estudos criticos sobre o Christianismo*. Surgiram depois numerosos trabalhos do género, ou de outro sentido, como *A Faculdade de Theologia e as doutrinas que ella ensina*, do Padre José Maria Rodrigues (5), *O que é a missa*, do Padre Guilherme Dias (6), *A Ideia de Deus*, de José Pereira de Sampaio Bruno (7), *A morte de Christo*, monografia médica de Alberto Pimentel Filho (8), *O Culto da Imaculada*, estudos criticos e históricos sobre a mariolatria (9), *A doença da santidade: ensaio psycho-pathologico sôbre o mysticismo de forma religiosa*, de Manuel

(1) Porto, Tipografia de Antonio José da Silva Teixeira.

(2) Porto, Tipografia de Antonio José da Silva Teixeira.

(3) Lisboa, Tipografia do Futuro.

(4) Porto, Moraes & C.ª.

(5) Coimbra, Imprensa Litteraria, 1886; obra condenada pela Congregação do Index do Vaticano, em decreto de 23 de Abril de 1891: vide *Instituições Christãs*, IX-1, pág. 298.

(6) Porto, Tipografia Gutemberg, 1888.

(7) Porto, Chardron, 1902.

(8) Lisboa, Livraria Central, 1902.

(9) Porto, Chardron, 1905.

Laranjeira (1), *As Religiões da Lusitania*, de Leite de Vasconcelos (2), *Nova teoria do sacrificio*, de José Teixeira Rego (3), e muitas obras de combate e controvérsia, como as *Mentiras religiosas* (4) e *A religião da Morte* (5), ambos de Heliodoro Salgado, *Os Jesuitas e a Corja negra*, de José Caldas (6), *As origens historicas do Christianismo e o racionalismo contemporaneo*, de João Antunes (7), que, juntamente com numerosas traduções e adaptações de Malvert, White, Bossi, Zacconi, Dupuis, Binet-Sanglé, Timotheon, Deshumbert, Reinach, Beuchat, Holbach e doutros, além de assinalarem uma directriz da nossa cultura, tiveram grande voga numa época de cepticismo, de propaganda revolucionária e anti-clerical, a cujos intuitos obedeceu a vulgarização de muitas delas.

VIII. O REFLEXO PEDAGÓGICO DAS DOUTRINAS MATERIALISTA, POSITIVISTA E EVOLUCIONISTA

As doutrinas materialista, monista, positivista e evolucionista, sobretudo estas duas últimas, reflectiram-se na Pedagogia portuguesa, com um aspecto teórico e pragmático.

Em 1865, na nota final da primeira edição das *Odes modernas*, «sobre a missão revolucionaria da poesia», escrevia Antero: «Os nossos Ministros d'Estado fazem e dizem coisas por que ainda ha cincoenta annos seriam generosamente premiados com as masmorras e a forza. Os nossos Professores ensinam á mocidade as mais audaciosas maximas de livre-exame e independencia, o que lhes valeria no seculo passado uma boa e bem ateada fogueira, convenien-

(1) Porto, 1907.

(2) Lisboa, Imprensa Nacional, 1892-1913.

(3) Porto, Renascença Portuguesa, 1918.

(4) Lisboa, Livraria do Povo.

(5) Lisboa, Tipografia do Comércio, 2.^a ed., 1910.

(6) Porto, Chardron.

(7) Porto, s. d.

temente adornada de cruces, imagens e outros symbolos de tolerancia clerical» (1). Na verdade, o sancionamento legal de doutrinas havia bem pouco reputadas heterodoxas em matéria especulativa e jurídica, e a apresentação e discussão catedrática de teorias e sistemas contrários ou alheios ao espírito tradicionalista, ainda antes do advento triunfal do Realismo e do Positivismo, justificam bem as palavras do grande poeta e mentor espiritual da geração de 70. Em 1880, um professor ilustre da Faculdade de Direito de Coimbra, o Dr. Emídio Garcia, proclamava a necessidade de se adoptar o método científico e a filosofia positiva no ensino secundário (2).

Em 1884, Teófilo Braga, baseado na classificação comteana das ciências, propunha, com objectivos pedagógicos mediatos de formação social, um esquema do encadeamento científico segundo a generalidade decrescente e complicação crescente, e ponderava também que as modernas descobertas psicológicas, revelando as fases do desenvolvimento cerebral, davam aos métodos pedagógicos segurança de resultados. Assentado nos conceitos de Comte de que «la théorie sociologique pose immédiatement en principe, à ce sujet, que l'éducation de l'individu doit essentiellement reproduire celle de l'espèce, au moins dans chacune de ses grandes phases nécessaires, d'après l'évidente similitude d'origine, de nature et de terminaison, malgré l'immense inégalité de vitesse» (3), e de Spencer de que «the education of the child must accord both in mode and arrangement with the education of mankind, considered historically. In other words, the genesis of knowledge in the individual, must follow the same course as the genesis of knowledge in the race» (4), considerava que tal sucessão se

(1) *Prosas*, I, 307.

(2) *A instrução secundaria, no Positivismo*, II, 504-507.

(3) *Cours de Philosophie positive*, VI, 422 e cfr. 417.

(4) *Education: intellectual, moral, and physical*, Londres, Williams and Norgate, s. d., pág. 75.

achava biológica e socialmente bem definida, e que a cada fase correspondia um tipo de ensino, *imitativo, intuitivo e abstractivo*: «Ha uma phase organica de um aos sete annos, em que termina a primeira dentição, e à qual deve corresponder um ensino de *imitação* espontanea e automatica, e coordenação de elementos objectivos; ha uma segunda phase dos sete aos quatorze annos, que comprehende a segunda dentição até á puberdade, e á qual deve corresponder o ensino *intuitivo* pelo estabelecimento de noções geraes e pela sugestão esthetica; ha a terceira phase dos quatorze aos vinte e um annos, da puberdade á adolescencia, em que prepondera o ensino das noções dogmáticas, com o desenvolvimento da associação de ideias, da *abstracção*, e da sociabilidade fora do lar domestico, por onde se entra no conhecimento da vida publica. É n'esta nova situação que se estabelece o predomínio da capacidade quer para a vida especulativa ou theorica, quer para a vida pratica, pelas duas formas finaes da Sciencia, a geral e a applicada ou concreta, vindo por seu turno a constituirem os dois novos poderes espirital e temporal. No desenvolvimento historico da mentalidade humana, tambem vemos as noções transmittidas pela *auctoridade*, o *magister dixit* dos scholasticos, cuja tradição prevaleceu no ensino dos Jesuitas; seguiu-se a liberdade critica, ou o *autodidactismo*, sustentado por João Jacques Rousseau, Pestalozzi e Froebel, e pelos que entram nas questões pedagogicas sem uma doutrina ou habitos philosophicos; finalmente Comte definiu o que ha de dogmatico nas sciencias que está fora do arbitrio individual, conciliando assim a *auctoridade* com o *autodidactismo*, e estabelecendo uma *elementaridade* das sciencias accessivel a todas as classes e a todas as edades, base da universalidade e do destino encyclopedico do ensino. Visando a todas as partes do nosso ser physiologico, o ensino dirige a relação das ideias ou *Instrucção*, a subordinação dos sentimentos ou *Educação*, e a coordenação dos movimentos ou *Adestração* technica; d'esta forma, a organização pedagogica será a consequencia de todos os

progressos, disciplinando para um fim social, e não unicamente individual, como acontece hoje, todas as capacidades intellectuais, moraes e economicas, cujo concurso constitue a Civilização» (1).

Em 1888, um pedagogo que aliava a teoria à prática, José de Sousa, influenciado pelos princípios positivistas e pelas idéias de Spencer e Bain, combatia o ensino puramente mnemónico, contrário à assimilação inteligente das noções positivas da ciência (2), doutrina que largamente desenvolveu em 1890 nas *Notas de Pedagogia philosophica*. Partindo da classificação das ciências, de Comte, por que optava em face da de Spencer, o autor considerava a Pedagogia como um ramo da Sociologia, e reputava o estudo do homem essencial àquela, pelo que ponderava que o professor devia conhecer a sua estrutura anatómica, as grandes leis da Fisiologia humana, os princípios da Psicologia geral e infantil, da Moral e da Estética: «Os prodigiosos esforços da memoria que muitos professores exigem dos alumnos, o ensino em demasia abstracto que se pratica em quasi toda a parte, o decorar inconsciente, é tudo prove-niente da ignorancia das verdades psychologicas. Ainda que a psychologia não seja uma sciencia já totalmente formada, os trabalhos de Bain, Spencer, Wundt e muitos outros, á parte grande numero de monographias preciosas, adiantam já o bastante para o conhecimento das suas grandes leis. Accresce a isto que a psychologia que se ensina em os nossos lyceus não merece ser encarada a serio; e como muitos professores não passam d'ahi, tendo inoculado no espirito um virus tão damninho, o seu ensino d'esta ou d'aquella sciencia não pode ser bem feito ainda que saibam muito do que ensinam. Se isto acontece com a psychologia geral, muito peor é quando descemos á particularidade da psychologia infantil. É esta uma sciencia

(1) *Systema de Sociologia*, págs. 501-502.

(2) *Geographia mathematica e chronologia*, pág. 3, Lisboa, Adolfo, Modesto & C.^a.

de formação ainda recente, e as dificuldades são aqui grandes» (1). No que dizia respeito à educação moral, dentro da corrente científica e agnóstica do tempo, escrevia: «a base para a ministrar é sem dúvida o conhecimento da *moral*, considerada como sciencia. Note-se, porem, que não concebemos a moral como dirigindo-se exclusivamente aos chamados *phenomenos affectivos*. Parecem-nos esses moldes acanhadissimos e falsos, independentemente de *systema*; mas em particular os da moral religiosa, que é *anachronica*, até certo ponto. Não querendo discutir miudamente, agora, esse ponto, bastará para o nosso caso dizer que incluimos a *hygiene* nos limites da moral, como já o pensava Rousseau e sob este ponto de vista, *hygiene* e pedagogia estão relacionadas. O primeiro dever do homem, é viver, ter saude e aperfeiçoar-se *physicamente* — *hygiene*. O segundo, aproveitar a vida, instruir-se, aperfeiçoar-se — pedagogia» (2). A acrescentar à educação física, intelectual e moral, Sousa, aduz ainda a *estética*, que ultrapassa a fórmula *spenceriana*, e assim constituiu o elenco das ciências basilares da Pedagogia, ciência que visava, dentro do pensamento de Garrett, de Comte e de Mill, uma formação útil para a sociedade (3). Apresentadas as teorias, desenvolve o autor nos vários capítulos os temas: a *Estética* e a *Pedagogia*, o estudo das línguas, o professor moderno, indução e dedução, a educação dos sentidos e a *Filosofia* na instrução secundária. Sobre a organização positiva de um programa geral de ensino, preconizava a integração das ideias de Comte, através da sua classificação das ciências: «Na remodelação d'essa instrucção, que a prazos mais ou menos longos se deve fazer, para acompanhar o progresso das sciencias e apprehender os novos corpos de doutrina que d'estas se forem destacando, n'essas remodelações que a espaços se deviam fazer, repetimos, elaborar-se-hia o pro-

(1) Págs. 11-12.

(2) Págs. 13-14.

(3) Pág. 14.

gramma da alludida instrução nacional. Esse programma deve ser uma cousa a um tempo simples e complexa — uma classificação de sciencias. Uma grande divisão se apresenta logo: as sciencias abstractas e as sciencias concretas, divisão luminosa de Comte, que só por si exigiria uma alteração completa na organização do ensino, principalmente do ensino superior» (1). Lamentava a ausência de certas ciências nos planos de estudo nacionais, como a Biologia, a Antropologia, a Etnologia, a Etnografia, a Demografia, e «sobretudo, as sciencias sociaes de criação mais recente, só são estudadas nos gabinetes dos que têm a ardencia do saber» (2). Fez uma crítica seriamente fundamentada à instrução superior, secundária e primária, aos programas e processos de ensino, e propunha o banimento da Filosofia do plano de estudos dos liceus (3), e a inclusão da ginástica, cujo ensino não existia em Portugal (4).

Quem, entre nós, articulou doutrínaria e sistemáticamente a Pedagogia com as concepções evolucionista e positivista foi o professor José Augusto Coelho (1850-1926), director da Escola Normal Primária de Alcântara (Lisboa), historiador, teorizador da história, e pedagogo, autor da *Evolução geral das Sociedades Ibericas* (5), *Teoria da Historia* (6), dos *Princípios de Pedagogia* (7), da *Organização geral do ensino applicavel ao estado actual da nação portugueza* (8), do *Manual pratico de Pedagogia* (9), de *A reforma de ensino primário* (10), dos *Elementos de Pedagogia* (11), das

(1) Pág. 144.

(2) Pág. 144.

(3) Págs. 145 e segs.

(4) Págs. 145-156.

(5) 2 volumes, Lisboa, Empresa da Historia de Portugal, Livraria Moderna, 1896-1898.

(6) Lisboa, Livraria classica editora, 1914.

(7) 4 volumes, S. Paulo, Teixeira & irmão, 1891-1893.

(8) Porto, Imprensa Portugueza, 1896.

(9) Porto, Figueirinhas, 1901.

(10) Porto, Figueirinhas, 1909.

(11) Lisboa, Tip. de Matos Moreira & Pinheiro, 1894.

Noções de Pedagogia elementar (1), *d'O ensino inicial da leitura* (2), etc.

As suas teorias pedagógicas condensam-se nos *Princípios de Pedagogia*, e a sua pragmatização na *Organização geral do ensino*, em que se quis ver uma contra-partida das reformas do ensino primário e secundário de 1894, as quais foram lúcidamente criticadas no decorrer desta última obra (3).

Os monumentais *Princípios de Pedagogia* constituem a suma pedagógica portuguesa mais completa e sistemática. A sugestão para a concepção da obra, proveio, como o autor nela deixou exarado, da leitura do *Education* de Spencer, no qual lhe chamou «especialmente a atenção o célebre principio, hoje corrente na sciencia e erradamente attribuido pelo illustre philosopho inglez a A. Comte, em que se consigna a identidade que deve existir entre a evolução educativa do individuo e a evolução resumida da raça» (4). A sua sistematização pedagógica baseava-se na articulação ou combinação dos elementos da psicologia com a identidade da evolução individual e da espécie, e com os principios da filosofia positiva, combinação iluminada pela experiência da organização das ciências no seu desenvolvimento temporal e nas suas relações de interdependência: «Observando por um lado que os livros destinados a expor systematicamente a sciencia são, em geral, concebidos sob um criterio essencialmente theologico e methaphysico, notando, por outro, que a psychologia, base essencial da pedagogia, se encontra ainda em grande atraso, pois que, se já colheu grande numero de dados quando considera o homem na plenitude do desenvolvimento mental, não passou ainda de tentativas superficiaes quando o considera nas phases da evolução individual, pensei que, combinando os dados da

(1) Lisboa, Livraria Moderna, 1903.

(2) Lisboa, Imprensa Lucas, 1898.

(3) Págs. 21 e segs.

(4) Vol. I, prefácio, pág. VII.

psychologia com o principio da identidade entre a evolução do individuo e da raça, poderia systematisar-se a sciencia pedagogica, baseando-a nos dogmas d'esse alto positivismo philosophico que hoje tende a dominar o mundo. Pareceu-me mais ainda que, estudando a maneira como se constituíram as sciencias fundamentaes na sua evolução historica, contemplando-as nas suas relações e desenvolvimento, poderia brotar d'ahi alguma luz para o grande problema da educação individual» (1). Na introdução, procurou o autor pôr em relevo uma das grandes leis que presidem à evolução das idéias pedagógicas, demonstrando-a não só à luz de uma rigorosa dedução, mas perante os factos que nos ministra a experiência dos tempos históricos (2). O método seguido foi a dedução, depois comprovada com a lição da história: «primeiramente, caracterisada a evolução geral das sociedades humanas sob os pontos de vista que mais nos interessam, posta em evidencia a intima correlação existente entre todas as manifestações da actividade humana, acentuada, portanto, a rigorosa solidariedade que prende a evolução social à pedagogica, deduziremos *a priori* da primeira, como premissa, o espirito fundamental da evolução pedagogica e portanto a lei que a rege; em seguida, percorrendo numa analyse rapida as phases que tem atravessado a vida historica da humanidade, poremos deante dos olhos do leitor os factos que confirmam a lei assim deduzida, dando-lhe *a posteriori* toda a força que um principio theorico pode receber da experiencia» (3). Duas fases fundamentais considerava o autor na evolução da humanidade: na primeira, os diferentes grupos de povos têm como principal objectivo cooperar para a conservação comum, atacando ou defendendo-se de outros povos estranhos: é a fase de *cooperação destrutiva*; na segunda, os povos procuram cooperar para a

(1) Vol. I, prefácio, págs. VII-VIII.

(2) Vol. I, pág. 13.

(3) Vol. I, pág. 14.

realização do trabalho pacífico que cria a indústria e a riqueza: é a fase da *cooperação produtiva*. Em cada uma destas fases, a vida social e a sociedade assumem maneiras de ser diferentes, organizações distintas: na primeira predomina a tirania aristocrática, o comando da casta guerreira, o privilégio de grupo, a desigualdade de direitos, a absorção do indivíduo pelo Estado, o *colectivismo privilegiado*, o totalitarismo em que a pessoa humana desaparece por completo no fundo vago da vontade geral; na segunda, desaparece a tirania aristocrática, o comando da casta guerreira, o privilégio dos grupos, o direito vai-se lentamente opondo à tirania e à opressão, a autonomia individual tende a acentuar-se e a avultar no seio da colectividade, estabelece-se um princípio democrático de individualismo igualitário, uma cooperação que se apresenta como preocupação essencialmente construtiva e produtiva (1). Com estas fases coincidem naturalmente, mas com tendências evolutivas, concepções mentais, pedagógicas e morais inerentes, que revestem respectivamente um aspecto religioso ou teológico, e científico ou positivo, na aquisição e transmissão do conhecimento, da educação, na regulação do comportamento. No primeiro, o conhecimento, a verdade, a norma recebem-se passiva e subservientemente por meio de um *impositivismo regulativo*; no segundo, por meio de um *construtivismo adaptativo*: «as concepções religiosas são essencialmente impositivas e reguladoras; as científicas são essencialmente construtivas. As concepções religiosas, pois que se reduzem a verdades que uma auctoridade sobrehumana nos manda crer, são para os sectarios syntheses já organizadas, impondo-se á intelligencia como dogmas preformados ou á vontade como regras a que cumpre obedecer. Perante estas concepções, a livre iniciativa do individualismo humano nada pode; ha-de acceital-as sem discussão, ha-de obedecer-lhes sem revolta. São, em summa, impositivas para a intelligencia, regulativas para a vontade. Pelo seu

(1) Vol. 1, págs. 15 e segs.

lado, as concepções scientificas, longe de terem o caracter de verdades que se impõem irremediavelmente a crentes como syntheses em que não é dado tocar, teem pelo contrario o caracter de produtos mentaes que a razão individual, livre e independente, pôde coordenar e construir. Lançando-se na observação da natureza interior ou exterior, todo o homem que sinta por si uma certa porção de iniciativa e energia mental, analysa, compara factos e relações, assimila, eleva-se do particular ao geral, *construe*, em summa, uma synthese superior, condensando pelo proprio esforço larga porção de verdades particulares n'uma verdade geral. Nas concepções scientificas há, pois, tudo quanto no homem suppõe um individualismo independente, uma energia interior activa e potente, um espirito de liberdade que pode lentamente *adaptar-se* a um dado objectivo moral, mas que não se subjeita a uma regulamentação abrupta e tyrannica» (1). Àquelas duas fases da evolução da humanidade, portanto às duas concepções, teológica e scientifica, correspondem duas fases da evolução pedagógica, dois sistemas de educação: a impositiva e a construtiva. Na primeira, «a operação educativa apresentar-se-ha fatalmente como *privilegiada pelos individuos que a recebem ou ministram, impositiva e regulativa pelo fim a que visa e pela forma que reveste*; na segunda, a operação educativa será «*cada vez mais generalisada a todos os individuos, adaptativa e constructiva em relação ao fim a que visa e á forma que reveste*» (2). A experiência histórica mostra que a educação evoluciona da primeira para a segunda fase, o que comprova a lei dedutivamente formulada, que se enuncia assim: «*Considerada na sua base essencial e partindo de uma phase em que se apresenta como privilegiada pelo lado dos individuos que a ministram ou recebem, e regulativa e impositiva pelo lado do fim e forma que reveste, a operação educativa vai, pouco a pouco passando para uma phase em que se apresenta*

(1) Vol. 1, pág. 19.

(2) Vol. 1, págs. 24-25.

como mais e mais generalizada e como adaptativa e constructiva em relação á forma e ao fim» (1). O Pedagogo deu-se ao trabalho de confirmar e comprovar a lei por intermédio dos factos histórico-pedagógicos verificados através de longa e penetrante análise dos sistemas de educação, desde as civilizações orientais até os nossos dias, attribuindo a Condillac a origem da doutrina que informa os seus *Principios de Pedagogia*: «identidade da evolução educativa do individuo com a da especie», que o sensualista francês expressava, dizendo no *Curso dos estudos* que o «método por êle seguido não se assemelhava à maneira como se ensinava naquele tempo; exprimia antes o modo como os homens procederam para criar as ciencias e as artes» (2). Pretendeu José Augusto Coelho integrar a sua obra na corrente educativa moderna em que «a escola se esforça por implantar no seu seio os elevados princípios da pedagogia a que denominamos adaptativa e constructiva», isto é, duma forma de educar e instruir na qual se tem principalmente em vista favorecer o desenvolvimento espontaneo do alumno, e elevá-lo, portanto, até crear habitos de virtude e construir de per si as suas proprias noções» (3). Analisando, discutindo e criticando os princípios da educação progressiva de Pestalozzi e Froebel, vaga e imprecisa, mas que admira e aproveita, o nosso Pedagogo volta-se para uma concepção científica, precisa, coerente e definida da educação: «todo o systema pedagogico, verdadeiramente digno d'esse nome, quando trate de impulsionar a sciencia, ha-de fatalmente revelar esse character definido, preciso e coherente, reunindo assim attributos que não podem deixar de ser fundamentais... As tendencias espontaneas do espirito humano para attingir, no seu lento desenvolvimento, esse estado de alta e ampla systematisação que é a coroa de todo o progresso mental, levam-o naturalmente a admittir para a

(1) Vol. I, pág. 26.

(2) Vol. I, pág. 79.

(3) Vol. I, pág. 98.

sciencia de que tratamos uma concepção mais vasta e bem definida, concepção que, comprehendendo como parte integrante na sua unidade a idéa froebeliana, se alargue até abranger, não o simples periodo evolutivo da vida infantil, mas essa larga phase da vida humana que, iniciando-se no seio da familia, se prolonga até que o educando se desprende dos centros educativos com caracter verdadeiramente geral. Por outras palavras: a pedagogia, no estado actual da sciencia, ha de ter como objecto — systematisar toda essa parte da evolução educativa do individuo que tem um caracter verdadeiramente geral, fundindo, portanto, n'uma vasta e rigorosa concepção unitaria, o desenvolvimento de cada homem, desde que nasce até que termina a instrucção secundaria. Assim, a idéa limitada de Froebel virá a desaparecer, como um simples capitulo, no todo da concepção geral; e então a pedagogia, rasgando largos horizontes, poderá arrancar-se da phase embryonaria em que por emquanto se acha» (1). Definidos os princípios conductores, e postas as considerações de ordem geral, o autor gisa o plano da sua obra, que, vista tanto na parte preparatória, como na fundamental, consta de: uma introdução em que se estuda a evolução geral das ideias mestras que constituem a base dos sistemas educativos, e o homem nos seus aspectos fisiológico e psicológico; de uma parte pedagógica ou fundamental, em que se estabelecem a análise e a síntese pedagógicas, abrangendo a primeira a educação em geral, a educação física, a educação intelectual (em geral, instrucção infantil, primária e secundária), a educação tecnológica e estética, a educação moral; e a segunda, as idades da vida educativa, os grupos escolares, os modos de ensino, e as applicações da análise a centros educativos tais como a familia, a escola infantil, primária e secundária (2). Na secção da educação em geral, da análise pedagógica, procurava o autor desenvolver duas ideias fundamentais, que

(1) Vol. I, pág. 101.

(2) Vol. I, pág. 103.

consistiam em considerar a evolução educativa como uma continuação e um complemento da evolução fisiológica de cada homem, e em considerar como base estrutural de toda a pedagogia o grande princípio da conformidade entre a evolução individual e a racial. «Estas duas noções, tomadas como base racional da presente systematisação pedagógica, — escrevia o Pedagogo — imprimem-lhe, a par de uma orientação eminentemente moderna, valor scientifico incontestavel. A grande noção biologica que eleva os meios, em cujo seio os seres se desenvolvem, à cathegoria de factores nas lentas transformações por que passam, quando applicada á pedagogia, dá-lhe um solido fundo de positividade racional e vai desde logo fundir a sciencia que nos occupa nos mesmos moldes onde hoje se fundem as concepções capitães da sciencia moderna. Aceitar como base da pedagogia o principio anteriormente indicado é dar-lhe, no estado actual de imperfeição em que se encontra a psychologia, o unico fundamento sobre que pode assentar uma systematisação racional e scientifica; é substituir, como pharol orientador, aos dados da psychologia individual, hoje tão imperfeitos, os dados da psychologia da raça» (1). No desenvolvimento do esquema, propõe-se o autor tratar, no âmbito da análise pedagógica, a educação física e moral apenas a título de complemento, e a educação intellectual, como concepção original, nos seus objectos, processos e métodos, referidos às diferentes ciências que representam o saber fundamental, e que hão de constituir os currículos da instrução primária e secundária, perfeitamente definidas e caracterizadas; no âmbito da síntese pedagógica, visa a applicação dos resultados da análise à vida efectiva da escola. O carácter objectivo e sistemático da obra é definido pelo próprio autor, da seguinte maneira: «...sendo forçoso admittir que a sciencia pedagogica, abandonando a simples accumulção de principios orientadores, attingiu já a phase da sua coordenação racional, os *Principios de Peda-*

(1) Vol. I, pág. 104.

gogia serão uma longa «systematisação» tendo por objecto a evolução do individuo na sua phase verdadeiramente educativa e geral; depois, sendo igualmente certo que uma systematisação pedagogica, para corresponder ás necessidades actuaes da sciencia, ha de abranger, não como a operação froebeliana, um limitadissimo periodo, mas toda a grande phase da nossa instrucção geral, o presente tratado fundirá numa concepção unitaria a instrucção primaria e secundaria, sendo, que eu saiba, a primeira vez que uma tal operação se realisa — por menos orientada nos principios da sciencia moderna; por ultimo, os *Principios de Pedagogia* serão ainda uma larga e systematica applicação do principio de conformidade que deve constantemente existir entre a evolução educativa do individuo e o resumo do desenvolvimento evolutivo da raça — principio apresentado a primeira vez por Condillac, accete por A. Comte, e finalmente, adoptado por Spencer: coordenados na composição, amplos no objecto, solidarios no principio que lhes serve de base, os *Principios de Pedagogia* revelarão esse character unitario que realmente convem a uma concepção verdadeiramente systematica» (1). Dizia o Pedagogo que a sua obra aparecia no momento oportuno — precisamente quando a crise nacional culminava com o ultimatum inglês e com a deflagração do movimento republicano de 31 de Janeiro, e vinha demonstrar que era necessário acabar com a velha tradição pedagógica e orientar a escola dentro dos novos principios regeneradores: «Relativamente ao nosso paiz, contanto que, segundo os principios da moderna pedagogia, venha concorrer, em maior ou menor grau, para arrancar o paiz da pressão embrutecedora que ainda exerce sobre elle a pedagogia impositiva e retrogada. Desde muito que, nas altas regiões do poder, era principio assente considerar-se o desenvolvimento amplo da instrucção popular como uma grande calamidade nacional; e, sempre que algum espirito melhor orientado se esforçava

(1) Vol. I, pág. 106.

por lhe imprimir nova vida, mão sinistra se estendia desde logo a fim de paralyzar tão benemeritas tentativas. Assim, o poder central, longe de cumprir para com a instrucção os seus impreteriveis deveres, ou a abandonava, ou, por um requinte de logica nefasta, explorava-a. Felizmente que os inspiradores de tão funesta politica desapareceram; e a dolorosa crise, em que ultimamente se tem debatido o paiz, ha de ter mostrado aos dirigentes actuaes da politica portugueza que contrair a instrucção é dar largas á anarchia mental, e que a verdadeira grandeza dos paizes, pequenos em territorio, reside a final na valorização dos seus filhos» (1). Com a visão natural do pensador pedagogo que põe acima dos dissídios individuais e políticos o interesse superior da pátria, e com um dom de previsão, que aliás é apanágio do estudioso que vive a experiência histórica, José Augusto Coelho, escrevia: «... dada a evolução espontanea das formas politicas, o actual systema monarchico, de sua natureza essencialmente provisorio, tem, durante o periodo que lhe resta de vida activa, esta grande missão a cumprir: preparar, pela reorganisação consciente de uma sólida instrucção nacional, a base natural em que espontaneamente venha a assentar uma forma politica mais perfeita. Sem essa preparação previa, o advento d'essa nova forma politica corre risco de iniciar para o nosso pobre paiz uma phase de profunda anarchia — anarchia fatal e irremediavel, se, dada a viciação do systema eleitoral, cahir por terra o unico poder que, pela sua base hereditaria, ainda se conserva superior aos sophismas deprimentes do nosso aparelho politico. D'isto mesmo se devem convencer os actuaes estadistas portuguezes, pondo acima de tudo a crença de que são antes servidores da patria de que dos interesses d'esta ou d'aquella instituição» (2). Visava a obra, num vôo altíssimo para o tempo, uma unidade de educação fundamental, elementar e média,

(1) Vol. 1, págs. 107-108.

(2) Vol. 1, págs. 108-109.

inspirada de um sentido politécnico e enciclopédico, que fazia entrar nos planos de estudo um vasto número de noções, sistema que, como o próprio autor dizia, nem mesmo os países mais adiantados podiam então aspirar a ter, mas que iam procurando organizar, como prospecção de futuras realidades. Na execução da obra, levada a cabo com sistemática precisão, estudou o autor, dentro dos conhecimentos da época, a fisiologia humana, a nutrição, o movimento, o sistema nervoso, sua estrutura e posição, e resultantes (II parte, livro 1.^o). Em seguida, passou em revista os factos psicológicos, a sensação, ideação, dedução, emoções vegetativas, intelectuais, utilitárias e estéticas, as acções morais e o comportamento (II parte, livro 2.^o). Depois dos fundamentos fisio-psicológicos, entrou na análise pedagógica, em que estudou as fases essenciais da noção de educação, as espécies de educação, os métodos pedagógicos, a lei fundamental da educação e o carácter geral da ciência pedagógica (1). Apresenta o autor, segundo o princípio inicial, e dentro de uma concepção positiva da pedagogia, a sua definição de educação: «a essência da operação que denominamos *educação* deve resumir-se, pouco mais ou menos, n'um complexo de operações que sejam uma extensão consciente dos processos, espontaneamente empregados pela natureza, na educação secular e automatica da raça e do homem reflexo» (2). Para a consecução deste desiderato, tem de considerar-se a ideia de um *agente* que opera, o *educador*, que há de estabelecer em torno do aluno as condições externas de existência que hão-de modificá-lo, a ideia de objecto modificado ou o *educando*, considerado nas suas aptidões gerais ou especiais, a ideia do *instrumento educativo*, isto é a acção enérgica das condições constitutivas do meio evolutivo, a ideia de *fim*, ou a adaptação a uma dada civilização, realizada pelo educador sobre o educando (3).

(1) I parte, págs. 325-384.

(2) Vol. I, pág. 342 e cfr. pág. 350.

(3) Vol. I, pág. 351.

Depois de fazer o estudo desenvolvido destes elementos, o autor entrou na análise das correlações da evolução individual e racial, e formulou a lei fundamental da educação: «nas suas grandes linhas, á evolução educativa do individuo deverão resumidamente applicar-se os mesmos processos e methodos educativos que a raça espontaneamente seguiu, na sua lenta evolução, para attingir o seu estado de perfeição actual» (1). No livro I da III parte, estuda as aptidões intellectuais e fins da educação intellectual, o meio intellectual, a processologia àquela correspondente, as condições gerais de applicação dos processos, os processos especiais e sua classificação, a metodologia e a diferença entre instrução primária e secundária. Fala sobre o conjunto de aptidões do educando, isto é, sobre o complexo das energias mentais em que vai incidir a operação pedagógica designada por educação intellectual. O educador, possuindo a noção que dessas aptidões lhe dá a psicologia, terá de proceder de harmonia com elas e com a lei fundamental da educação, para sobre elas dirigir a acção das condições exteriores, modificando-as com um determinado objectivo, até onde as predisposições individuais o permitirem. Necessário se tornava, portanto, determinar tal objectivo, que é duplo, adaptativo e instrutivo, o primeiro consistente de um aumento de aptidões que as energias mentais adquirem quando sistematicamente sujeitas a um exercício regular e metódico, o segundo consistente em acumular e estratificar no espirito do educando os produtos mentais que resultam dessas energias intellectuais, que uma adaptação bem dirigida torna mais eficaz e regular (2). Este segundo objectivo, a instrução, ou estratificação, bem regulada, de ideias no espirito, reveste os aspectos *especial e parcial, geral e integral* (3). Os elementos que hão-de constituir a base da instrução

(1) Vol. I, pág. 375.

(2) Vol. II, págs. 5 e segs.

(3) Vol. II, págs. 10-11.

geral são de estrutura objectiva, concreta e naturalística: «a sciencia, — só a sciencia — poderá constituir a base fundamental da nova instrucção geral; o ensino clássico, humanista e tradicional deve ser totalmente eliminado dos centros de ensino geral, pelo menos como actualmente o consideram. Este grande movimento de conformidade, mental e educativo, com o espirito geral da nossa civilização é, de certo, o que evidentemente se acentua na notavel lucta, travada no decorrer d'este seculo, entre o espirito classico e o espirito da sciencia moderna... O fim ultimo de toda a sciencia positiva é servir o homem no que ha para elle de mais imperioso na lucta da existencia, levando-o a essa plenitude de vida que é o supremo bem n'este mundo» (1). Comparando e criticando as concepções de Comte e de Spencer sobre o desenvolvimento da ciência, ou sobre a evolução do saber em relação com a evolução racial ou da espécie, J. Augusto Coelho distingue duas fases essenciaes correspondentes aos dois ramos da instrucção politécnica ou enciclopédica, a primária e a secundária: «Se na evolução ethnica do nosso saber fundamental há, pois, duas grandes phases caracteristicas, se a evolução educativa do individuo há de conformar-se com essa evolução ethnica, claro é que n'ella devemos igualmente accrescentar, bem nitida e claramente, duas phases essenciaes, phases que corresponderão naturalmente aos dois grandes ramos da nossa instrucção encyclopedica: uma — a da instrucção primaria, será caracterisada pelo predomínio da *simultaneidade* na apresentação das noções que em tal periodo devemos offerecer ao alumno e que já acima ficaram caracterisadas; outra — a da instrucção secundaria, será caracterisada pela *successão* coordenada das noções que se apresentam, tendendo estas a disporem-se de modo que, unificando-se entre si, constituam a sciencia. Na parte pedagogica do seu *Curso de philosophia positiva*, A. Comte conservou-se constantemente sob a influencia dos princi-

(1) Vol. II, págs. 16-17.

pios que dominam n'esta grande e importante phase» (1). Em relação aos processos de apresentação do saber que convêm a um e outro ramo, distingue: para o primeiro, os *empiricos*, que «em toda a sua plenitude podem convir-lhe, pois que só elles se conformam com a apresentação nitida, clara e viva, d'um tal objecto, isto n'uma idade em que tudo ha de ser objectivado d'uma maneira tangivel e palpavel»; para o segundo, como é destinado a representar as «grandes concepções n'um longo encadeamento hierarchisado, tudo, em summa, quanto constitue o nosso saber geral e integral ácerca do que há de representativo no systema do mundo; logo, só podem convir-lhe como fundamentaes os processos *conceptuaes*, apresentando, por outro lado, tão vasto complexo de noções sob o *ponto de vista da generalidade*» (2). No livro II, apresenta o plano de estudo da instrução primária no seu desenvolvimento disciplinar (Geometria, Aritmética, Zoologia, Botânica, Cosmologia, Mineralogia, Química, Física, Astronomia e Sociologia) e metodológico. No livro III, estuda o elemento abstracto e as suas applicações gerais ao concreto: o Cálculo, a Geometria sintética e analítica, o método e o Cálculo infinitesimal (3) a Foronomia, a Dinâmica geral, a Astronomia, a Dinâmica celeste, a Física das massas ponderáveis, a Electrologia; a Dinâmica molecular, a Acústica, a Termo-óptica, e as transformações dos movimentos; a Química, a Mineralogia, a Cosmologia, a Geologia, a Biologia (Fitologia e Zoologia), a Antropologia, a Higiene, a Lógica, a Estética, a Moral e o Direito natural (4); a Sociologia em geral e a evolução integral dos produtos sociais (Linguística, Especulação, Arte); a Sociologia em especial, evolução das sociedades históricas. Na parte IV, estuda a educação tecnológica e estética em geral e na instrução primária. Na parte V,

(1) Vol. II, págs. 137-138.

(2) Vol. II, págs. 138-140.

(3) Vol. II, págs. 347-422.

(4) Vol. III.

estuda a educação moral. Termina a obra com a síntese pedagógica, isto é, o estudo das fases da vida educativa, o educando colectivo, os modos de ensino, e os centros educativos e docentes: a família, a escola infantil, as escolas primárias, secundárias e especiais (1).

A esta ampla, pormenorizada e sistemática teorização pedagógica, — a mais vasta de toda a cultura portuguesa — na qual se fazia já entrar a Sociologia, a ciência nova, como elemento formativo e informativo, teorização que o autor considerava demasiadamente ambiciosa para a época em que a elaborara, — fez ele corresponder uma pragmatização provisória, na *Organização geral do ensino applicavel ao estado actual da nação portugueza* (1896). Nesta obra, reconhece ainda a impossibilidade da integração completa da sua concepção na educação actual, pelo que a modifica parcialmente, de harmonia com as exigências impreteríveis da fase histórica portuguesa coeva (2), assumindo o aspecto de compromisso entre o antagonismo do espírito humanístico antigo e o científico actual. O seu plano, como J. Augusto Coelho declara, «não é uma copia inconsciente de organizações pedagógicas extranhas, mas é antes a expressão do pensamento pedagogico do autor, tal como lhe foi inspirado pelo conhecimento das condições particulares do paiz e pelos principios da razão universal — principios que, devemos crê-lo, não são apanagio exclusivo de russos, allemaes ou inglezes» (3). A reforma da educação pública devia estruturar-se em principios seguros, applicados ao progresso pedagogico, com um espirito de rigorosa selecção: «formular principios seguros, applical-os ás conquistas pedagogicas do espirito nacional ou extranho, apurar o que haja em tudo isso de bom e mau, eis o dever de todo o reformador portuguez, quando se proponha reorganizar a nossa instrucção nacional — tão profundamente abatida e desmo-

(1) Vol. iv.

(2) Págs. ix-x.

(3) Pág. xi.

ronada» (1). Nas observações preliminares, põe o autor em evidência o contraste entre a transformação por que estava passando a nação e o estado lastimável em que se encontrava a instrução pública: «No meio, porém, d'esta transformação, que é evidente, uma instituição nacional se afunda e deprime cada vez mais sob o peso da anarchia das idéas, da influencia das *coteries*, do egoismo de vis interesses, da vaidade e orgulho de certas individualidades dirigentes, do exclusivismo de seitas retrogradas e, finalmente, da acção nefasta e corruptora da politica: é a instrucção nacional» (2). Fazia J. Augusto Coelho incisiva crítica às tendências metafísicas, especulativas, teóricas e sentimentais do nosso regime educativo, vinculado a uma longa tradição de desordem, de anarquia e de ausência absoluta de ideias gerais, o que faz com que cada reforma constitua um golpe mortal na instrução pública, «de maneira que o espirito de quem pensa, ao contemplar tão extranha persistencia na inepecia, não sabe decidir se é a ignorancia que desorienta os legisladores, se é uma requintada malevolência que os leva a desorganisarem systematicamente o ensino a fim de conservarem o povo na ignorancia» (3). Passa em rápida revista o ensino técnico profissional, a organização desastada do efémero Ministério da Instrução (4), as reformas do ensino primário e secundário, de João Franco, ministro que, no dizer do Pedagogo, na «ancia de tudo reformar a pedaços, tudo baralha, tudo confunde, tudo anarchisa: á mercê de inspirações diversas, de pontos de vista diferentes, firma disposições contradictórias, inconciliaveis e mesmo absurdas; e, assim, leis que deveriam ter para base fundamental a mais rigorosa *unidade*, offerecem-nos o triste espec-

(1) Pág. xii.

(2) Pág. 15.

(3) Págs. 15-16.

(4) Criação: Decreto de 5 de Abril de 1890: *Diário do Governo*, n.º 76, de 7 de Abril; organização: Decreto de 22 de Agosto de 1890: *Diário do Governo*, n.º 191, de 25 de Agosto; extinção: Decreto de 3 de Março de 1892: *Diário do Governo*, n.º 50, de 4 de Março.

taculo d'uma desordem incomparavel!» (1). Apresenta depois o método de proceder na reorganização do ensino, o qual deve obedecer às seguintes condições: 1) à convicção de que as organizações de ensino estrangeiras são naturalmente inaplicáveis, no todo ou em parte, ao povo português; 2) copiar tais organizações é estabelecer verdadeira contradição entre as tendências nacionais e os princípios estranhos, pelo que é urgente estudar previamente o nosso particularismo étnico, climático e social, e estabelecer, de harmonia com estes elementos, o *plano geral* em que se defina a *natureza* dos centros docentes, as suas relações mútuas, a sua *gradação hierárquica*, os seus *elementos* componentes, a *composição* de todos eles à custa de tais elementos, com a sua *distribuição* pelo país, e finalmente a sua *coordenação harmónica*; 3) delineado este *plano provisório*, deveria estudar-se a organização dos institutos estrangeiros e os trabalhos nacionais sobre o assunto; 4) aproveitar as conclusões gerais e independentes dos progressos pedagógicos e aproveitá-los, adaptando-os ao nosso modo de ser social; 5) aproveitar a parte nacional e útil dos trabalhos portugueses; 6) seleccionados todos estes elementos, deverá modificar-se o *plano provisório*, com a introdução dos resultados da experiência de muitos, transformá-lo em *definitivo* e conservar-lhe uma unidade fundamental; 7) objectivar esse plano «quer numa *lei geral*, especie de carta constitucional do ensino portuguez e destinada a abranger toda a sua organização, quer em regulamentos *especiales* destinados a regularisar a constituição de cada centro ou grupo de centros educativos, fazendo preceder tais documentos de desenvolvidos relatorios em que, perante o publico, se discutam e fundamentem tão importantes conclusões legaes» (2). No desenvolvimento da sua pragmatização, J. Augusto Coelho concebe a escola em relação com as necessidades sociais, a individualidade institucional como expoente da função

(1) Pág. 23.

(2) Pág. 27.

social, de modo que ao tratar-se de organização geral do ensino «a primeira cousa a fazer é fixar os grupos de institutos escolares que devem existir no seio d'uma sociedade, para n'elles se habilitarem os agentes destinados ao desempenho das diversas funções sociaes; ora, em tal caso, quantos forem os grupos essenciaes de taes agentes, tantos serão os grupos fundamentaes de escolas a installar» (1). Assim que, em rápido discurso capitular, esboça o estudo da sociedade como *organismo*, em comparação com o organismo humano, e nela concebe indivíduos *dirigentes* que «regulam sob diversos aspectos, a conducta, geral ou particular, de varios grupos de individuos destinados a compor o vasto conjuncto do corpo social», e indivíduos *dirigidos*, «isto é, a vasta e confusa massa dos que labutam nas fabricas, no interior das minas, ou no seio dos campos» (2). Na classe dos dirigentes, engloba os *teóricos*, especulativos, artísticos, e *práticos* ou que se propõem aplicar o saber teórico à direcção do comportamento; na classe dos dirigidos, inclui os *acumuladores*, ou agentes que visam acumular as riquezas no seio da sociedade, quer valorizando as pessoas (médicos, professores, etc.), quer as cousas (mineiros, agricultores, fabricantes); e os *distribuidores*, agentes que visam distribuir no seio das sociedades as riquezas acumuladas, como empresários de transportes, comerciantes e banqueiros. De harmonia com este esquema, e tendo em consideração que todas as gerações passam por duas grandes fases fundamentais e características, a *idade da generalidade* e a *idade da especialidade*, estabelece para aquella os institutos de ensino primário geral (elementares infantis e de ensino primário geral, e complementar) e de ensino médio geral (escolas elementares de ensino médio geral e complementares de ensino médio geral), e para a última, as escolas especiais inferiores (de minas, Agronomia, fabris, comerciais) e superiores, destinadas às classes diri-

(1) Pág. 33.

(2) Pág. 34.

gentes (*teóricas*: faculdades de letras e ciências; *de aplicação*: faculdades de Teologia, de Direito, escolas superiores, militar, de diplomacia, normais superiores, de Medicina, de Comércio, fabris, de Agronomia, de minas). As escolas de ensino médio especial dividiam-se em *teóricas* (escolas de Belas Artes) e de *aplicação* (destinadas a preparar os auxiliares dos dirigentes do *comportamento geral* das sociedades: seminários, escolas médias de direito, escolas de cônsules; destinadas a preparar os auxiliares dos grupos particulares de trabalhadores: escolas normais primárias, de Farmácia, de comércio, fabris, de Agronomia, e de minas) (1). Depois de definir a hierarquia dos institutos de ensino, livres e não livres, determina minuciosamente o objecto do ensino nos vários institutos, trata do problema dos instrumentos ou agentes do ensino, dos alunos e dos exames, para estudar a composição e localização dos institutos de ensino, e da administração e inspecção respectivas (2). Tal construção, na maneira de ver do autor, ia de encontro às necessidades nacionais, prejudicadas pelo princípio de dispersão dos serviços pedagógicos por diversos ministérios, e de centralização exagerada, vigente na administração, e pela subordinação da instrução pública à preponderância do Ministério do Reino (Interior), político por excelência: «A dispersão dos diferentes ramos docentes por diversos recantos da administração publica e a anarchia derivada d'uma tal falta de unificação systematica, eis uma das fontes d'onde brotam maiores males para o ensino portuguez; a *unificação*, íntima e harmónica, sob as mesmas influencias dirigentes, da sua administração, dos seus methodos, das suas installações, dos seus processos de valorisação, eis o ideal a que os legisladores hão de aspirar, se porventura desejam levantar-o acima do seu triste e longo abatimento: proseguir na realisação d'esse ideal será um dever de todos os espiritos

(1) Págs. 43-52.

(2) Págs. 59 e segs.

cultos que vêm na reorganização da instrução a base mais solida da grandeza nacional; attingil-o será, no terreno pedagogico, ir alem de muitas nações cultas, as quaes, mercê da anarchia docente que ainda hoje se alastra na Europa, apenas o vêm brilhar n'um longinquo horisonte. Por outro lado, urge, ainda, evitar um mal gravissimo, mal que muito concorre para a vergonhosa indiferença em que, em relação uns aos outros, vivem os diversos ramos de ensino; urge evitar a immoderada *centralisação* da administração docente na direcção geral de instrução publica, centralisação que, fazendo affluir ao centro superior toda a acção directiva do ensino, amortece, em relação a ella, os centros periphericos. De tão irracional centralisação, operada apenas em favor da illegitima preponderancia dos agentes da direcção superior e dos interesses eleitoraes, mais illegitimos ainda, do grande fabricante de eleições — o ministro do reino, deriva quasi não saber o ensino superior, que existe ensino primario — salvo para o desprezar, e viver o ensino medio, dando-se veleidades de superior, n'uma quasi independencia dos seus tutores naturaes — os agentes do alto ensino. Em summa, com tal centralisação ganha a preponderancia do bacharelismo que expande a sua importancia no ministerio do reino e ganham os interesses eleitoraes do ministro, mas perde o paiz e o ensino, o qual estiola por falta de vida e solidariedade» (1).

A visão do Pedagogo, na sua ideação teórica e no seu projecto de realização pratica, sobrepuja, como conjunto grandioso e sistemático, mas flexível, tudo o que até hoje tem sobressaído no panorama da educação nacional, desde a revolução pombalina, às reformas de Passos Manuel, de D. António da Costa e de Hintze-Ribeiro-João Franco. Ao que se desintegrara do ideário politico de Pombal e de Passos Manuel, pedagógico-administrativo de D. António da Costa, e quase puramente administrativo de Hintze-Franco, sobrepunha-se uma estruturação de carácter peda-

(1) Págs. 261-262.

gógico-positivo, com substrato filosófico bio-social, e com pragmatização de fundamento étnico-terrantês e de objectivo superior de valorização nacional. Na história da Pedagogia portuguesa, a obra mal conhecida do quase desconhecido Pedagogo José Augusto Coelho, no seu aspecto teórico e na sua construção prática, avulta como vasta e profunda concepção, laboriosa e afincadamente levada a cabo em todas as suas minúcias e pormenores. Enquadrada embora dentro do esquema positivista e bafejada pelas teorias da evolução, estrutura-se pragmaticamente nas ideias modernas do conhecimento fisiológico e psicológico do sujeito, da determinação do *objecto* e da preparação do agente do ensino, em articulação com o ambiente social em que o fenómeno educativo se desenrola e desenvolve. Longe de apresentar um cunho estático e hirto, como o seu espírito podia deixar prever, patenteia uma feição dinâmica, maleável e prospectiva, que se comprovou de facto nas tendências e nos hodiernos planos de estudo de carácter enciclopédico e predominantemente científico.

Outro Pedagogo moderno que singrou, mais ou menos, nesta corrente de ideias, foi Carneiro de Moura (1866-?), jurisconsulto e historiador, que deu à estampa várias obras, entre elas: *Concelho de Chaves* (1), *A Política portuguesa* (2), *Direito industrial portuguez systematisado* (3), *A mulher e a civilização* (4), *O seculo XIX em Portugal* (5), *A evolução historica* (6), e *A Instrucção educativa e a organização geral do Estado* (7), relatório de publicação oficial, «destinado a relatar o existente e a preparar o futuro» (8), — e que trata da instrução primária em Portugal, do meio social e a instru-

(1) 1893.

(2) Lisboa, 1898.

(3) Lisboa, 1899.

(4) Lisboa, 1900.

(5) Lisboa, 1901.

(6) Lisboa, 1904.

(7) Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

(8) Pág. 130.

ção educativa, e da instrução popular e a luta social contemporânea. Na parte II, em que relaciona a instrução educativa com o meio social, na secção em que se refere a Portugal, baseado em Consola (*Lavoro e capitale*), assenta o autor a estruturação pedagógica da nação no conhecimento da sua história e do seu valor étnico e social, e bem assim no dos esforços que o espírito humano tem feito em todas as épocas para realizar o fim a que tendem as sociedades⁽¹⁾; exige para o professor primário «uma larga orientação philosophica, para que possa afirmar a sua acção social, pelo conhecimento do que é o homem e o mundo»⁽²⁾. Para o autor, a Pedagogia é uma especialização da Sociologia, e, como tal, ainda não é uma ciência constituída, pelo que a arte de ensinar, que dela, como ciência abstracto-concreta, tira seus preceitos e regras, ainda vive muito no domínio do empirismo. Necessita portanto o pedagogo de conhecer os elementos fundamentais da Sociologia, que faz incidir sobretudo as suas indagações sobre o Direito, a Economia e a Pedagogia, ciência que, sem a constituição sólida daquela, não terá base segura de investigação. Está a Sociologia quase identificada com a economia social, que considera o *homo economicus*, substrato do *homo sapiens* e do *homo juridicus*, de modo que, «quando a Economia politica ou social descobrir qual a verdadeira função do homem na sociedade e a da sociedade na Terra, facil será ao jurisconsulto formular a synthese do direito e ao pedagogista a synthese e a constituição da pedagogia, porque saber-se-há o que é o homem individual ou psychologico e social ou educativo»⁽³⁾. Nestas condições, também «não pode deixar de ser indicado aos educadores do povo o problema economico, como hoje se impõe ao espírito moderno, incerto nos processos e hesitante na procura dos seus destinos. O professor primário tem de conhecer a theoria geral da vida e

(1) Pág. 119.

(2) Pág. 125.

(3) Pág. 127.

as theorias economicas que agitam o mundo contemporâneo» (1). Na parte referente à orientação filosófica do ensino, considerando, com De Greef, que o espírito especulativo criou «abstracções inverificaveis suppostamente dominadoras do universo, numa forma absoluta, livre e divina», conclui que «o homem só tem verificado a existencia da *materia*, que tem como qualidade transformadora a *força*. O universo não existe segundo um plano preestabelecido, porque o *universo* existiu sempre. A supposta *harmonia* é a resultante da selecção natural. Só *fica* o que é util na *dynamica* das cousas; o que é inutil desaparece. A luta pela vida, a evolução, tem este criterio transformador. A *materia una* toma formas varias conforme a especificação *dynamica*. A *força una* opera diversamente conforme as *outras* modalidades da *materia*. Vence sempre o mais bem colocado na luta; por isso a educação popular tende a criar homens fortes capazes de vencer os parasitas e os privilegiados. Pode acreditar-se, por *commoda hypothese*, na existencia longinqua da *nebulosa cosmica*. Mas a *força* (ou o movimento como resultado), sem a qual a *materia* é inconcebivel, pela *attracção*, pela *translação*, pela *rotação*, pela modalidade *centrifuga*, pela adaptação *centripeta*, pela *affinidade*, pela *cohesão*, pela *vida*, pela *sociabilidade*, pela *hypnose*, por todas as diversas maneiras por que a *força* se manifesta inherente á *materia*, — a *força* foi condensando a *nebulosa*, a *nebulosa* condensada transformou-se em formas esphericas, girando sobre si mesmas, e fragmentaram-se continuando atrahidas, não já só interatomicamente, mas numa forma interastral. Originaram-se assim os mundos planetarios, arrefeceram e solidificaram-se primeiro os menores planetas adstrictos ao seu *centro* de *attracção*; mas são ainda hoje uns luminosos, outros opacos, e entre todos elles, indefinidos, forçoso é aceitar a abstracção da *unidade cosmica*. O *movimento continuo* foi produzindo formas novas, por adaptação mesologica, por selecção. A diversidade atomica

(1) Pág. 130.

originou a heterogeneidade dos seres; as circunstancias mesologicas, as resultantes dynamicas, a sequencia vital, a hereditariedade, fizeram tambem a variedade morphologica. Entre os mineraes, os vegetaes e os animaes, cuja constituição elemental e chimicamente igual é manifesta, há apenas a diversidade dinamica e compositiva, porque a *força* que actua nos mineraes como *cohesão* e *affinidade*, apenas toma formas novas nos vegetaes e animaes, e chama-se *vida*. E esta ainda se manifesta nas formas superiores da *sensibilidade*, do *raciocinio*, da *sociabilidade*. Porque a força não é um principio absoluto, é uma qualidade inherente á materia, e para a percepção philosophica é antes um resultado do que um principio. Laplace, Darwin e H. Spencer, o glorioso philosopho e pedagogista inglêz, seguiram successivamente com minuciosa e systematica observação a infinda cadeia evolucionista, completamente progressiva, que veio da nebulosa, passou pelas formas astraes e pelo protoplasma, seguiu pelo antropopitheco e foi até ao *homo sapiens* de Linneu. Esta evolução, que é um facto, se a considerarmos dentro do mobilismo cosmico, deixa de ser verdadeira no entanto como lei progressiva absoluta. A *evolução* não é o mesmo que o *progresso*, que corresponde a um criterio humano de perfectibilidade. No mundo astronomico, como no mundo physico e social, a força e a materia, em constante movimento, operam sob tão complexas formas de mobilismo, que ao espirito humano escapa a vista de conjunto, e o rigor de abstracção e generalização para uma synthese final tem sido impossivel» (1). «O progresso consiste na criação de novos valores que se hão-de agregar aqueles que a experiencia tradicional, a hereditariedade e a luta pela vida transmitem pela educação; porem não é continuo e indefinido, porquanto elementos perturbadores surgem sempre como modalidades proprias da luta social. Por isso o homem necessita de *saber* para reagir contra taes elementos e para propiciar o desenvolvimento

(1) Págs. 131-133.

progressivo. Na selecção sobrevive o mais forte e o equilibrio dá-se entre os vencedores» (1). Necessitam a Pedagogia e a Economia do conhecimento completo da fenomenologia social revelada na lição histórica, conhecimento que permite a experiencia no método de investigação indutiva, e que só pode iniciar-se depois que o homem adquiriu a ideia da universalidade e da unidade da especie humana. O âmbito da Pedagogia e da educação social alargou-se com a noção concreta da solidariedade orgânica de todas as sociedades humanas proveniente daquela ideia comunitária que só tarde surgiu no espirito dos homens, com o advento do Christianismo, que tambem trouxe concomitantemente com êste sentido universalista a ideia da dignidade da pessoa humana: «A primeira concepção da *solidariedade humana*, que a Pedagogia moderna indica como o fim da instrucção educativa, aparece com o christianismo. Christo mandou ensinar o Evangelho a *todos os povos*... O christianismo trouxe em verdade a ideia da universalidade, fraternidade e unidade dos povos sobre a terra» (2). Na vida colectiva, dadas as condições de produção e de consumo, é necessária uma formação moral e pedagógica que habilite o individuo a continuar as virtudes morais e a contribuir para o bem estar social, que exige a cooperação de todos sem distincção de sexo, com a devida preparação fundamental: «Hoje é um principio assente em pedagogia que nas escolas se deve evitar o ensino superficial, porque este não forma o caracter, mas deve procurar-se uma instrucção educativa, dominada pela ideia de moralidade que excite e aumente a actividade do espirito para que o homem prosiga nas suas investigações. A vida da escola há de ser como que a prolongação da vida da familia, vida de carinho, de solidariedade, de desejo de harmonia, de respeito mutuo, de transigencia, de disciplina, de liberdade e de encanto pelo trabalho disciplinado, emprehendedor e fecundo... Os

(1) Pág. 134.

(2) Págs. 134-141.

ociosos não teem direito à vida, e a sociedade, que é obrigada a dar trabalho a todos, tem também o direito de a todos obrigar ao trabalho. É esta a unica restricção da liberdade humana — o respeito pelos direitos alheios, o que envolve a obrigação de trabalhar, porque os ociosos roubariam o pão que lhes não pertence. D'ahi o principio da obrigatoriedade do ensino primario, porque, sendo todos obrigados a trabalhar, todos hão-de ser obrigados a educar-se como cidadãos e como trabalhadores nas escolas populares» (1).

Passando da teorização doutrinária à aplicação pragmática, vai encontrar-se o reflexo destes sistemas na organização dos planos de ensino e na estruturação dos programas, mais vincadamente nas disciplinas de Ciências naturais e de Filosofia. Nos planos de ensino, começou a ser ampliado o estudo das ciências físico-naturais, em detrimento das línguas clássicas; intensificou-se a aprendizagem das línguas vivas; nas Ciências naturais, aparecem as teorias novas da hereditariedade, da concorrência vital, da luta pela existência, da selecção natural, da origem e formação das espécies; na Psicologia, avulta como doutrina o Fisiologismo, discute-se o Materialismo, etc. O parecer da comissão parlamentar de instrução primária e secundária da Câmara dos deputados sobre o projecto de lei que em 1880 reformava o ensino secundário, cujo plano de estudos preparatório fora elaborado na sua parte essencial, pela comissão nomeada pelo decreto de 26 de Agosto de 1876 para propor as bases da reforma daquele ensino, — mostra que, embora «a necessidade de respeitar muitos elementos tradicionaes que imperam no actual regime escolar, e de attender aos habitos do paiz e à educação litteraria dos nossos actuaes professores, além de outras considerações de não inferior importancia, como as que se referem ao estado pouco lisongeiro da fazenda publica, movessem a comissão e o governo a conservar o antigo quadro das disciplinas dos lyceus,

(1) Págs. 275-279.

introduzindo-lhe contudo algumas radicaes modificações requeridas pelas exigencias da vida scientifica moderna», na mente dos legisladores pairava, até certo ponto, o influxo do Positivismo, porquanto — diz o parecer — «poderia acaso substituir-se o ensino actual dos Lyceus por outro em que dominasse menos a velha tendencia classica e prevalecesse mais o espirito positivo da nossa idade, collocando-se o grego e o latim ao lado do sânscrito, do arabe e do hebreu em cursos especiaes de philologia comparada, mandando a cadeira de philosophia racional para os cursos de sciencias moraes, reduzindo as fastidiosas e por vezes phantasticas narrações de factos sem importancia a noções precisas de biologia e sociologia, e dando a conveniente extensão á mathematica, á astronomia, á chimica e á phisica. Por este processo teriamos uma instrucção secundaria reduzida ao descobrimento das leis geraes dos phenomenos, isto é, á parte *abstracta* da sciencia da vida, que uma classificação moderna collocou entre a sciencia elementar da instrucção primaria e a sciencia *concreta* que procura a applicação d'aquellas leis, como que o complemento de toda a educação scientifica, em cursos superiores e especiaes. Este plano, porem, baseado nas doutrinas de A. Comte, pareceu à comissão tão exaggeradamente revolucionario, tão contrario aos interesses creados, ás tendencias conservadoras do ensino portuguez, aos habitos do paiz e a principios de outra ordem, que preferiu acceitar o quadro proposto pelo governo, por mais conciliador, visto que n'elle se reforma prudentemente o que estava e se aproveitam valiosos elementos existentes» (1). Na verdade, os programas de Filosofia da reforma de instrucção secundária de 14 de Junho de 1880, embora de ressaibo acentuadamente espiritualista, que mandam na rubrica «Propriedades da alma humana fazer a «critica do materialismo, abrangendo os systemas phrenologicos, e das theorias fatalistas», incluem «materias

(1) J. Simões Dias, *A Instrucção secundaria*, págs. 21-23, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882, 2.ª edição.

communs á psychologia e á physiologia», à «classificação das sciencias feita por Ampère e pela escola positivista», «pantheismo idealista e materialista», e «noções summarias sobre as doutrinas de Bacon, Hobbes, Condillac, Tracy, Laromignière, Spinoza, Malebranche, Hume, Thomaz Reid e Dugald Stewart, Fichte, Schelling, Hegel, Schopenhauer e Augusto Comte» (1).

À medida que as reformas de instrução secundária se sucediam, e os respectivos planos de estudo e programas se iam modificando, mais se ia imprimindo no ensino o espirito positivista, materialista e evolucionista. Assim, a reforma de 27 de Dezembro de 1894 (Jaime Moniz-João Franco), que, no dizer de um crítico moderno (2), se acha dominada pela filosofia materialista, inclui no programa de Zoologia do quinto ano o estudo das funções do encéfalo; instinto e intelligência, no do sétimo ano o da concorrência vital, da luta pela existência, da selecção natural e artificial, da espécie, seus caracteres e origens; e as observações respectivas dizem retoricamente: «as sciencias da natureza têm no programma da instrução secundaria um lugar distincto que a sua alta importancia lhes confere. O meio natural condiciona a vida do homem, já antes já a par do meio social, e em muitos casos a solidariedade historica perpetua-se pela solidariedade physica. Ao periodo que vae transcorrendo se deu já, em attenção á indole caracteristica do seu progresso mais visivel, a denominação de technico inductivo. Para o desenvolvimento do espirito são estas sciencias um instrumento poderoso. A formação da intuição, das percepções e representações materiaes; a pratica da observação, da experiencia, da classificação; o uso da generalisação e da inducção, teem muito que apro-

(1) *Programmas para o ensino nos institutos secundarios*, aprovados por decreto de 14 de Outubro de 1880, págs. 53, 56 e 59, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880.

(2) Fidelino de Figueiredo, *Para a historia da philosophia em Portugal*, nos *Estudos de litteratura*, IV, 126.

veitar no exercicio d'estes utilissimos repositorios de conhecimentos. Não devem ficar no olvido outras vantagens. O interesse empirico, que anda ligado ao estudo das sciencias da natureza, junta-se mui saudavelmente ao interesse abstracto de outras disciplinas, e contribue para complemento do plano. As applicações do methodo exacto ganham aqui extraordinario vigor por effeito do seu emprego em uma vasta provincia toda de natureza concreta. Na majestade com que a lei rege os dominios da natureza material; na intima severidade dos processos que encadeiam os phenomenos; na belleza tão profundamente distribuida ás cousas; e ainda na consideração moral e na sympathia a que se presta a criação, envolvem-se numerosas acções, numerosos influxos aproveitaveis á intelligencia e ao sentimento dos alumnos. Pelo que se refere ao conteúdo positivo, o ensino secundario das sciencias da natureza, typico elementar, tem de ministrar conhecimentos sem os quaes o homem mal póde considerar-se hoje cidadão do tempo a que pertence, nem ascender á investigação mais elevada nos differentes ramos das mesmas sciencias. Indispensaveis para a comprehensão real da existencia em suas variadissimas relações, estreitados com a satisfação de muitíssimas necessidades, e fecundissimos em proveito pratico de toda a especie, estes conhecimentos merecem o maior desvelo da parte do ensino» (1). No programa de Psychologia, continua o estudo da Psychophisica, da Psychologia fisiológica, das relações entre o cérebro e o pensamento. No de Moral, faz-se o exame das doutrinas de Bentham, Stuart Mill e Spencer. No de Metafisica faz-se referênciã aos problemas da matéria, da vida, do espírito, da alma humana, e ao Materialismo (2). Apesar destes modernismos, Silva Cordeiro dizia que tal programa deixou a Filosofia «sem nexo real com as outras disciplinas, e absolutamente entregue ainda aos

(1) *Ensino secundario, decreto organico, regulamentos e programmas*, págs. 182, 184, 185, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

(2) *Ibidem*, págs. 222 a 224.

sacristas de Victor Cousin» (1). Na reforma de 1905 (Eduardo Coelho), nos programas de Filosofia estuda-se em Cosmologia a origem e constituição do universo, a matéria, a força, o movimento, factos, leis, hipóteses, e conclusões certas da ciência, o Criacionismo e o Evolucionismo; em Biologia, a origem e natureza da vida, o Vitalismo, o Animismo, o Organicismo, a explicação mecânica da vida, o Transformismo, o Evolucionismo, a teoria da selecção natural de Darwin, a origem e natureza do homem, a solução espiritualista e materialista do problema; em Psicologia, a Psico-física e a Físio-psicologia, as relações entre o cérebro e o pensamento, a doutrina de Le Dantec sobre a consciência; na Moral, as teorias da escola positiva de antropologia criminal sobre a liberdade, imputabilidade e responsabilidade; além disso incluía-se o estudo da Sociologia, em que aparece a rubrica *materialismo histórico* (2). Na reforma de 1918 (Alfredo de Magalhães), os programas de Filosofia, resumidíssimos, incluem o estudo do paralelismo psico-físico, e leituras de Comte, Stuart Mill e Spencer (3).

IX. A REACÇÃO ANTI-POSITIVISTA

A tão densa projecção doutrinária nos nossos sectores culturais, aqui tão débil e incompletamente esboçada, correspondeu forte reacção dos arraiais católicos, dos meios espiritualistas e incisiva e objectiva crítica da parte de alguns homens de ciência, porque as novas teorias, revolucionárias e demolidoras, mas construtivas também, não só vinham agitar, fazer tábua rasa ou resolver de maneira

(1) *A crise*, pág. 363.

(2) *Regime vigente de Instrucção secundaria*, aprovado por decreto de 29 de Agosto de 1905, págs. 192-193, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

(3) *Instrucção Secundária*, reforma de 1918, pág. 274, Lisboa, Imprensa Nacional, 1918.

diferente a problemática especulativa tradicional, mas vinham também implantar novos métodos de investigação e desviar o curso da resolução pragmática de certas questões de interesse prático imediato.

Um dos primeiros exames críticos sistemáticos e de combate ao Positivismo é a dissertação inaugural do professor da Faculdade de Teologia de Coimbra, Joaquim Alves da Hora, *Critica hodierni positivismi analysis* (1). Considerando o autor a doutrina como um erro disfarçado sob a forma mais perigosa e recente, importava impugná-la e destruí-la por completo, sobretudo então, que de tal maneira cobrara alento e contaminara Portugal: «si enim verum dicendum, positivismus error est, praesentissima, ideoque periculosissima forma indutus. Is impugnetur et profligetur omnino oportet, nunc maxime quum adeo invaluit, ac Lusitaniam nostram jam contagione inquinavit sua» (2). Trata o autor das origens do Positivismo, que, para ele, são o espírito abertamente positivo do século, as condições de utilização exclusiva do método experimental por sábios que ilusoriamente se prendem aos factos singulares, a restauração do sensualismo setecentista nos domínios da ciência hostil à Metafísica, o dogmatismo das escolas escocesas de Dugald Stewart e de Tomás Reid, o cepticismo, o grande valor e autoridade de Kant, que atribuía à experiência a origem dos nossos conhecimentos, o tédio do Idealismo, o enfraquecimento da fé religiosa, produzido pela reforma luterana (3); estuda e critica a classificação das ciências de Comte, apoiando-se em Spencer, detem-se na Psicologia, na Moral, na Sociologia e na Metafísica, e acaba por considerar o Positivismo como frequentemente metafísico, porque a cada passo utiliza os métodos desta ciência: «positivismus passim metaphysicus est; principia et methodus istius, quam respuit, metaphysicae passim

(1) Coimbra, Imprensa da Universidade, 1879.

(2) Págs. 9-10.

(3) Cap. 1, pág. 24.

invocat» (1); analisa a lei dos três estados, seus princípios e fundamentos históricos, e faz o respectivo exame crítico, propondo-se demonstrar que não só é filosoficamente absurda, mas historicamente falsa: «*trium statum legem non modo philosophice absurdam, verum etiam historice falsam*», o que faz, por vezes, com argumentos do próprio Littré e de Wyrouboff, alegando que cada um dos estados convém com as necessidades da natureza e subsiste invariável, com ela: «*Ipsorum unusquisque cum veris naturae necessitatibus congruit, ideoque, sicut illa, invariabilis existit*» (2); em todas as épocas o espírito se mostra imbuído de certas propensões simultâneamente teológicas, metafísicas e científicas: «*singulis epochis quibustam propensionibus simul theologiacis, metaphysicis et scientificis spiritus imbutum se ostendit*» (3); procura sempre, em todas as idades, a razão suprema das cousas, acima das próprias cousas, sobe dos efeitos às causas, dos fenómenos à sua essência, relaciona os factos, e liga os consequentes com os antecedentes, segundo uma razão certa e invariável: «*omni quacumque aetate supremam serum rationem supra ipsas quaerit res; ab effectibus ad causas et a phaenomenis ad essentias ascendit; facta connectit, subsequenciaque cum antecedentibus ad certam et invariabilem copulat rationem*» (4); sob o aspecto histórico, é falsa, porquanto, se a lei exprime uma sequência lógica de sucessão, tais estados deviam suceder-se por sua ordem natural, o que não acontece, visto que o estado teológico prevaleceu na Idade média, o metafísico com Platão e Aristóteles, e o positivo ou científico já se encontra em Anaximenes, Heraclito e Demócrito, cujos filosofemas se estribam em grande escala no positivismo da experiência, argumento que o autor encontrou no *Étude sur la Philosophie en France au XIX siècle*, de Ferraz: «*ex qui-*

(1) Cap. II, págs. 33-49.

(2) Pág. 58.

(3) Pág. 59.

(4) Pág. 59.

bus manifestum fit, evolutionis ordinem in trium statum lege omnino innerti, legemque hanc pure suppositivum ac historica veritate plane destitutam, seu *historice falsam esse*» (1). Na segunda parte, propõe e desenvolve o autor a discussão metafísica do absoluto e da teoria dos positivistas, relativa às causas primárias e finais, e conclui rejeitando, naturalmente, a doutrina: «hodiernum positivismum, quoad praecipuos in quibus considerari potest aspectus rejiciendum» (2).

Outra crítica à doutrina de Comte foi feita por Carlos José Caldeira, no livro *O Positivismo e a moral* (3). No preâmbulo desta colectânea de artigos de jornal, «resultado de leituras e meditações», leituras que aproveitou principalmente da obra *Les doctrines positivistes en France*, do padre A. Guthlin, professor de Filosofia no ginásio católico de Colmar (4), de que extractou, resumiu e traduziu livremente, logo o autor elucida que o Positivismo é «doutrina que hoje muito cumpre combater, pela influencia que exerce sobre muitas intelligencias, e pela activa propaganda dos seus adeptos, principalmente entre a mocidade impressionavel e desprecauida», e pede a Deus que «abençoe este fraco trabalho effectuado nos ultimos annos da sua cançada e longa vida, já prestes a terminarem» e que «produza algum bem, esclarecendo almas transviadas, e salvando outras dos abismos da incredulidade, e do materialismo epidemico do nosso tempo» (5). Discute Carlos Caldeira, por 216 páginas, os problemas das relações do Positivismo com as leis da moral, com a sociedade, com o sobrenatural, com a lógica, com a arte e o belo, a religião positivista e a teoria da origem do mundo, e a origem do

(1) Pág. 61.

(2) Pág. 107.

(3) Guimarães, Centro de propaganda catholica em Portugal, 1882.

(4) Paris, 1873.

(5) Págs. 49-51.

amor e da caridade. Para ele, «a lei moral é a propria voz de Deus echoando na alma e tem tal força e soberania, e é tal o esplendor do seu caracter sobrenatural e divino, que o proprio philosopho Kant, esse talento prodigioso, mas perdido nos labyrinthos da metaphysica, tudo sujeitando ao seu implacavel scepticismo, se curvou, vencido e prostrado, ante esta intima e omnipotente manifestação de Deus na consciencia humana» (1), proposição com que há-de rebater, muito encostado a Guizot, a Cantu, os princípios da moral positivista do século, enunciados por Comte, Taine, Renan e Littré, e a religião da humanidade, do fundador da escola. No capítulo sobre o Positivismo e a sociedade, o autor faz longas digressões históricas, explana a pragmatização das doutrinas, verbera as concepções políticas positivistas, a irreligiosidade que conduz à tirania, que censura e execra, e mostra-se partidário das liberdades tradicionais: «Toda a doutrina que altera ou aniquila a noção de Deus consciente e livre, vivo e pessoal, eterno e infinito, unico que é verdadeiramente Deus, é o ensinamento do fatalismo e anarchia, da tirannia e servidão; porque produz a queda do Direito e o reinado da força» (2); «É perigosa a tyrannia até para os proprios reis que nas liberdades bem regradas das instituições, e dos costumes dos povos tem o mais seguro esteio e a melhor defesa» (3). Nos restantes capítulos combate o autor as teorias que negam o sobrenatural, discute largamente Renan, condena o Materialismo, o Criticismo kantiano, a Lógica positivista, a religião positiva, as doutrinas de Lamarck e Darwin, trata da incompatibilidade do Positivismo com a Arte, ataca as ideias de Taine, o Realismo, e termina por uma apologia do Cristianismo, a religião do amor e da caridade.

Um dos escritores que mais porfiadamente discutiram, criticaram e impugnaram as doutrinas positivistas foi o

(1) Pág. 54.

(2) Pág. 107.

(3) Pág. 123.

prefaciador da obra antecedente, o padre Sena Freitas. Na introdução dela (1), o autor (2), dentro do espírito compreensivo do Novo-tomismo, faz um balanço do saber, dos métodos de investigação, reconhece aos cientistas o valor das suas criações, critica o exclusivismo metodológico da Ciência e da Metafísica, preconiza o conhecimento experimental e presta homenagem à escola experimentalista, cujos representantes, «chegados às fronteiras da metaphysica, a saudaram respeitosos, reconheceram a inaptidão dos seus utensilios para explorá-la e deixaram aos investigadores do pensamento o prolongar essa linha ideal, que, principiando do corpo do homem, se estende, na philosophia racional, até á sua alma, e do pequeno globo da terra e dos systemas dos astros se dilata, nas instituições da razão e nos vãos desbalisados dos seus principios universaes, até ao proprio seio de Deus. A essa escola experimentalista, que tanto tem alargado e continua a alargar o nobre solar da sciencia, rendo eu a mais sincera homenagem. A sua sizudeza é igual ao commedimento que tem sabido manter na direcção e nas conclusões dos seus estudos. Discipulo convicto e impenitente da escola espiritualista, dir-lhe-hei com enthusiasmo: és minha irmã, cresçamos juntos» (3). Porém, censura e combate as escolas em que, como no Positivismo, predomina o unilateralismo científico, o critério único do conhecimento real e sensível, com desprezo do saber racional e metafísico: «o vicio do positivismo não está na rigorosa precisão de noções a que aspira, não está em submeter inexoravelmente ao cadinho da observação scientifica tudo quanto é tangível; é n'isso,

(1) Duas vezes, pelo menos, reimpressa com títulos diferentes datas diversas e algumas alterações: *Estudo synthetico sobre o Positivismo de Augusto Comte*, Lisboa, Livraria Correia Pinto, 1907, e *A doutrina positivista*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense, s. d.: é o n.º 42 da colecção *Sciencia e Religião*.

Sigo a paginação da obra de Carlos Caldeira.

(3) Pág. 13.

ao contrario, que consiste toda a bondade de um systema que, se fora mais modesto ou menos ambicioso, seria irreprehensivel e ainda o unico processo verdadeiramente adequado para o apuramento e o sólido incremento dos conhecimentos positivos. O seu vicio está no arrogante exclusivismo da sua methodologia, no entono emphatico com que rejeita todos os factos que não forem contraprovados pela pedra de toque da experimentação, lançando ao almargem esses factos irreductiveis da razão humana, affirmados por ella com uma invencivel, e até por vezes, excruciante persistencia. O seu vicio está em pretender ser mais que uma philosophia das sciencias, o que ninguem lhe contesta nem lhe censura, em pretender ser a propria philosophia e toda a philosophia; o seu vicio está no mal disfarçado machiavelismo do seu procedimento, que aparentando uns certos esgares de ignorancia affectada ácerca de todas as ideas supra-sensíveis, faz d'essa mesma ignorancia pedestal para do alto d'ella bradar ao espiritualismo que elle assenta na areia do mythico e do phantastico. E finalmente o seu vicio está em fluctuar, a revezes, entre a simulação e a dissimulação da mesma pesquisa da causa e fins, que em nós condemna, com assaz risivel desprezo por uma escola que encerra espiritos tão eminentes como Santo Agostinho, S. Thomaz, Descartes, Leibnitz, Newton, Bossuet, Malebranche e muitos outros» (1). Discute a discordância do Positivismo com o Materialismo, de que todavia aquele aufere algumas ideias, no que respeita à alma, pensamento e consciência, determinismo e irresponsabilidade, e, arri-mado a Paulo Janet, critica o furor anti-metafísico e a negação ilógica desta ciência, que, tendo por ordem de verificação a faculdade do verdadeiro, do belo e do bem, isto é a razão, o facto geral da preocupação do invisível e suprasensível. Refere-se à decadência da doutrina e à sua fraca acção entre nós, dizendo: «em Portugal, menos que em outras nações, porque tambem o positivismo entre nós

(1) Págs. 14-15.

não tem felizmente lavrado tanto como para além dos Pyreneus e dos Alpes. Além de uma *Revista de Philosophia Positiva* que se publica ou publicava (?) no Porto, não sei que haja mais nada, de algum vulto. Em Coimbra, appareceu uma especie de revista da mesma indole, alinhavada por uns bons rapazes, picados da variola positivista e que ainda não desfiaram a primeira batina na Universidade. Essa revista parece que já morreu. Não sei se o leitor a conheceu de nome. Demais, o systema do philosopho francez só por cá surdiu um pouco serodiamente, haverá uns quinze annos ou pouco mais» (1).

Em 1888, na dissertação inaugural do Doutor José Maria Rodrigues, *Dissertatio inauguralis atque theses ex universa Theologia* (2) com o argumento «De materiae creatione ex nihilo, contra recentiores hujus dogmatis adversarios», analisou, discutiu, criticou e impugnou aquele illustre humanista, *more dialectico atque metaphysico*, as ideias de Littré e de Spencer contra aquella doutrina. Depois de apreciar os métodos do Positivismo, o indutivo, e as razões da verificação experimental, segundo as exposições de Comte, Littré e Pichard, o autor rebate-os, na parte contraditória, em que admitem a dedução, como na Matemática, base da Física e da Astronomia (ciência em que a própria previsão é um facto) (3), e na parte em que rejeitam a criação da matéria e o conhecimento supra-sensível e supra-experimental, da essência das causas, porque «humanum spiritum certitudinem consequi posse de rebus quae sensibilem superant experientiam, ideoque problema de materiae origine non esse suapte natura insolubile» (4). Partindo das próprias contradições dos positivistas, evolucionistas e criticistas, conclui que a matéria, como existente e contingente, teve origem num ente que a

(1) Págs. 30-47.

(2) Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888.

(3) Págs. 5-15.

(4) Pág. 21.

supera: «...sic, materia in tempore existit; ergo initium habuit; nam cujuslibet entis successiva duratio aeterna esse non potest: materia contingens est; ergo existentiam habet ab alio ente; vita, cogitatio et finalitas, quae in rebus naturae invenitur, per materiam explicari non possunt; ergo ens materiam superans existit ea aeterna non est» (1). Na segunda parte, apresenta o autor as provas da verdade da criação contra as objecções de Spencer, Büchner, Ferrière, dos panteístas como Tiberghien, e fundamenta-se em S. Tomás, Suarez e Balmes (2).

Em 1879, Cunha Seixas, na *Galeria das Sciencias contemporaneas* (3), faz uma exposição analítica e crítica do Positivismo, que se desviou «de alguns erros grosseiros de Condillac e se apresenta mais constricto de pecados que Cabanis; mas augmentou o cabedal dos erros em outros pontos», quais sejam o de desprezar a noção metafísica de causa e de absoluto, a sujeição completa e restrita à fenomenologia e suas leis (4), as afinidades com o Materialismo, a negação do extra-fenomenal, o seu dogmatismo, o seu anti-metafisicismo: «Ou a philosophia ha de ser metaphysica e estudar a universalidade das cousas, ou perde a sua razão de ser. O positivismo é pois falso nas bases, contradictorio com os seus proprios principios, dogmatico na forma e erroneo na essencia. O positivismo de Comte é grosseiro em admittir sómente factos e leis» (5). Contesta a veracidade da lei dos três estados, na sua distinção exclusivista e absurda, porque «a historia desmente estas epochas: desde que existiu pensamento, existiu a cosmogonia e a theogonia religiosa ao lado da metaphysica e ao lado da experiencia, sem se estorvarem reciprocamente: a coexistencia tem-se dado constantemente e não o exclusivismo.

(1) Págs. 22-34.

(2) Págs. 35-56.

(3) Porto, Chardron.

(4) Pág. 47.

(5) Pág. 52.

A historia mostra por outra parte a impossibilidade da fixação das três epochas suppostas: onde acabou a primeira e onde começou a segunda e onde começou a terceira? É facil revolver a historia e querer amoldal-a a essas epochas imaginativas: mas a historia mostra efectivamente a coexistencia desde os primeiros tempos até hoje em que as cosmogonias e theogonias se acham representadas pelas religiões positivas, a metaphysica pelas escholas espirituualistas e a experiencia pelas escholas sensualistas» (1). Depois, analisa a moral positivista e a sua estruturação, a religião positiva, e conclui: «Encarado o positivismo em geral nos seus principios, o seu valor é duvidoso ao menos em parte e sobretudo na philosophia geral. Insufficiente para as sciencias naturaes, onde o seu valor é mais real, é illegitimo para todos os mais conhecimentos: parte de bases erradas e incoherentes: trunca o pensamento: desconhece factos reaes e positivos desmentindo o seu proprio principio: é contradictorio comsigo mesmo senão no ponto de partida ao menos nos principios, que o regem depois do primeiro passo: não pode de modo algum fundar a sciencia, satisfazer a razão e servir de guia e regra para o pensamento e vida da humanidade; e finalmente leva a consequencias desastrosas na sociologia e na religião, e não merece por tanto approvação nem assentimento na verdadeira sciencia, vistas as suas bases falsas, mesquinhas e inconcludentes, attentas a illegitimidade do seu método e as contradicções manifestas em que labora» (2). Estuda depois o autor a descendência positivista em Ribot e Spencer (3), o Positivismo e o Espiritualismo (4), e a Sociologia positivista, capítulo em que considera «a moral e o direito positivistas como aberrações da razão, que, tomando as cousas sómente pelo lado mais pequeno, se desvia completamente

(1) Pág. 57.

(2) Pág. 62.

(3) Págs. 62-70.

(4) Págs. 79-87.

da verdade» (1). Voltou Cunha Seixas a tratar do Positivismo no capítulo 2.º dos seus *Ensaio de Critica Philosophica*, a propósito do livro *Questões de Arte e Litteratura portugueza* de Teófilo Braga.

A crítica do Positivismo foi feita, com foros de independência, sob o aspecto filosófico, científico e pedagógico, pelo alienista José de Lacerda nos *Escorsos de pathologia social e ideas sobre pedagogia geral* (2). Inicia o autor a sua análise pela lei dos três estados, «a espinha dorsal da filosofia de Comte», no dizer de Stuart Mill. Todo o conhecimento que se vai alcançando e apurando da existência do pré-histórico e proto-histórico, leva a crer que o saber humano revestiu inicialmente um aspecto simples, naturalista, utilitário, prático e de aplicação imediata aos imperativos da conservação da vida, simultaneamente filho e aperfeiçoador do mister. Na sua forma rudimentar, esse saber não passaria de noções pragmáticas e correntes, de uma preceituação da observação e da experiência ao serviço da caça, da pesca, da defesa e do ataque. Esta fase naturalista devia ter precedido a fase em que «por ancias prematuras de explicação, pelo terror derivado dos aspectos aggressivos de uma natureza bruta e brava em incomprehendidos phenomenos cosmicos, n'uma phase, talvez, de vida atormentada, difficil, precaria, n'um meio aspero e hostile — o homem *explicaria*, psychopathicamente, num desvario facil em cerebros mesquinhos, por deismos, anthropismos e anthropomorfismos, os phenomenos naturaes, ora *malevolos*, ora, mas mais raramente, *bemfazejos*. E este antigo perseguido, o homem, teria, assim, imaginado os principios abstractos, immanentes, extraphysiologicos, o *Mal* e o *Bem*, germens psychicos das theogonias. Começaria então o *estado theologico* de Comte» (3). As fases teológica e metafísica tinham um determinismo que assentava no desconhecimento das rela-

(1) Pág. 255.

(2) Lisboa, Livraria Rodrigues, 1900.

(3) Pág. 104.

ções e dependências recíprocas dos fenómenos, atribuídas à intervenção arbitrária dos deuses, agentes sobrenaturais: «era uma explicação facil, commoda e de larga margem para imaginismos, quadrandos, portanto, bem, ao espirito simultaneamente infantil, adoecido e ambicioso do criador de Theologias. A origem primeira, a natureza intima, o fim ou destino de todos os seres e de todos os phenomenos, taes eram, e são, os *singelos* problemas que o theologo, pretendia, e pretende, resolver, mettendo indispensavelmente nas suas equações actos arbitrarios do divino. Mas as explicações theologicas variavam, entrechocavam-se, abriam-se, desacreditavam-se reciprocamente. Ao insaciavel espirito do homem foi mister mais alguma e outra coisa... E a sciencia entrou na sua longa phase metaphysica» (1). Para o autor, esta fase, como representativa de uma emancipação intelectual e de um voo do entendimento, embora não passasse de uma teologia disfarçada na maneira de interpretar a fenomenologia, — conseguiu revolver o saber e trazer à luz da análise todas as ciências, que têm como meio de verificação e de progresso a observação e a experiência, e dessa maneira aplanou o caminho da fase científica ou positiva. Substituindo os deuses pelas entidades criadoras dos fenómenos, estes passaram a avultar com os nomes abstractos daqueles, os quais, uma vez obliterados, cediam o lugar ao fenómeno propriamente dito que solicitava a ansiosa curiosidade de o dilucidar e possivelmente pragmatizar. Todavia isto não é inteiramente exacto, porquanto a ciência moderna está bem longe ainda de ser positiva, como já Stuart Mill e o próprio Comte compreenderam, e o Naturalismo, o Teologismo, o Metafisicismo e o Positivismo coexistem, debatem-se e combatem-se, com grave depressão do psiquismo social e magno prejuízo da Pedagogia, que, nas suas multiformes, heterogéneas e heterócronas feições, constitui talvez o maior factor da despolarização psíquica dos organismos sociais: Esta coexistência impõe-se à obser-

(1) Págs. 105-106.

vação como um facto interessante, grave e frequente de psiquismo individual, palpável e verificável nas mentalidades atávicas, místicas, guerreiras, e ao mesmo tempo, vibradas pela ciência moderna, de certas personagens conhecidas e socialmente dominantes, como o imperador Guilherme II da Alemanha, Gladstone, e o próprio Augusto Comte. Como alienista, estuda a personalidade do pensador francês através das biografias, do seu testamento, e das suas *Confessions publiques*, à luz da Psiquiatria, nos pontos de contacto com a anormalidade mental: a precocidade, fraqueza, nervosismo, sensibilidade, amorosidade, sentimentalidade, ardência, auto-admiração, misticismo, religiosidade e loucura, e conclui: «o mestre do positivismo, o generalizador dos tres estados evolutivos das ciencias, — porque tinha alapardadas no cérebro as feições theologica e metaphysica do saber — volta, por fadiga, por senilidade, por amor morbido, por paranoicas desagregações e asynergias psychicas, ao mais abstruso e imitador metaphysismo, e morre no mais lamecha e pueril theologismo» (1). Prosseguindo no estudo do reflexo social e pedagógico da coexistência na sociedade e no indivíduo, de noções contraditórias e de estímulos psíquicos antagónicos, assevera que este fenómeno de assinergia mental se vai agravando e impondo cada vez mais à patologia, sobretudo nas grandes maiorias operárias, industriais, políticas, governamentais, artísticas e científicas, nas quais se acentua o chamado mal de viver, o Weltschmerz — a fadiga, o tédio, a autobiofobia e consequentemente a inacção, a indiferença ou o suicídio, mal que aumenta gradualmente do analfabeto ao filósofo, da choça à oficina, à fabrica, ao tribunal, aos governos, à casa do artista e às academias. «A sciencia moderna, a sciencia geral, o residuo cerebral do que se aprende nas aulas elementares, nos collegios, nos lyceus, nas academias, nos livros, nos jornaes, etc. a integração absurda, a summula doentia, dos milhares de noções contraditorias, algumas

(1) Págs. 106-113.

certas, outras dubias, muitas erroneas, algumas uteis, outras estereis, muitas nocivas, que martelam impiedosa e pathogenicamente o cerebro moderno durante a maior e melhor parte da vida curta do homem, nas phases mais melindrosas da caracterisação da mente humana, — parece ser uma das causas mais poderosas do mal de viver. Parece e é. A sciencia, como educação psychica, a pedagogia, no mais vasto e completo sentido d'este termo, a suggestão pela palavra, pelo facto, pela imagem mental, pelo estimulo psychico, é ainda, na evolução escolar do homem, como na sua evolução historica, successivamente theologica, metaphysica... chegando raramente a positiva. Francamente theologica, na familia e nos ensinos primarios; fatigante, complicada, pedantesca e metaphysica, nos seus modos secundarios; é, pelo que toca a methodos de interpretação, de averiguação e de applicação, hybrida, desconexa, heterogenea, verdadeiramente psychopathogenica, se considerada na somma das suas maneiras superiores. A Theologia vae a par da medicina, a anthropologia criminal connubia com os codigos penaes, a sociologia appoia-se nas sciencias militares... enfim — não é de extranhar que as egrejas, os manicomios, as penitenciarias e os quarteis sejam edificios publicos, sociaes, abundantemente povoados (1). A ciência positiva, verdadeira e hígida, é apanágio de poucos cérebros, por desleixo, por medo, por defeito grave de organização e de applicação cede o passo ao comando pedagógico e social das maneiras doentias do saber. Os factos e a experiência mostram que a Pedagogia superior, biológica e filosófica, está ainda extraordinariamente imbuida de conceitos metafísicos. Considerando a ciência positiva nos seus aspectos fundamentais de actuação sobre o psiquismo individual e social, isto é, como demolidora de erros, como criadora de noções exactas, e como applicadora de noções seguras, o Positivismo, como demolidor, tem sido frouxo e restrito, porque evitando o debate polémico,

(1) Págs. 113-115.

«em vez de impor-se tenazmente, pedagogicamente, victoriosamente, como o unico methodo geral, scientifico, sadio, psychesthenico, de pensar, isola-se na sciencia, como o Naturalismo na arte, sob a forma, mesquinha, escassa, dubia, inferior, d'uma facção, d'uma seita, cuja acção social pouco vae alem dos *raros apenas*. N'esta incuria e n'esta restricção, o positivismo, em vez de remodelar — o mais importante e urgente trabalho pedagogico moderno — as formas iniciaes, primarias e secundarias, viciadas, da educação humana, deixa cobardemente semear, germinar, enraizar, desenvolver, dominar, em cerebros hereditariamente predispostos a vicios de sensação e de ideação, erros de pensamento e acto; e espanta-se, encolhe-se, retrahe-se, perante as manifestações sociaes, por vezes delirantes, psychopaticas, sim, mas biologicamente fataes; perante os fructos amargos, decerto, mas rigorosamente consequentes, d'aquellas vastas sementeiras. Assim tem sido, como demolidora, a sciencia positiva. Abalou, abriu, desacreditou, mas não eliminou, da pedagogia, a *theo-metaphysica*; não só da pedagogia official, mas tambem, e muito menos, da geral — realisada pela familia, pelo livro, pelo jornal, pela conferencia, pelo discurso, pelo exemplo, pela obra d'arte... pela *educação*, emfim, que é o residuo mental, fixado, a riqueza cerebral, archivada, das variadissimas suggestões — outros tantos estimulos psychicos — resultantes das reciprocas acções e reacções dos cerebros, em *symbiose social*» (1). Também como criador de noções biologicas seguras e como applicador delas à vida individual e social do homem, o Positivismo fracassou, por ser ainda mais omisso, mais restrito, mais cobarde e deficiente de métodos, de processos e de organização da ciência moderna, que, depois de longa e lenta evolução, não contínua, foi mergulhar no Materialismo, exagero oposto ao anterior exagero metafísico. Para o autor, contudo, o Positivismo é o método definitivo do saber, se se escalonar numa posi-

(1) Págs. 117-119.

ção intermédia entre as concepções idealistas e materialistas: «Tudo leva a crer que sim, mas com uma condição fundamental: é que o methodo positivo deve procurar approximadamente a linha media (segundo a *physica* e a *psychologia*) entre o Idealismo e o Materialismo, entre Kant e Magendie, entre o raciocinio puro e o sensualismo puro. Imitanto a Biblia: deve dar ao pensamento o que é do pensamento, e à sensação o que é da sensação. Á moderna: é mister, em sciencia, trabalhar com todo o cortex — com os centros de associação e com os de projecção. Ora é isto, a meu ver, que o positivismo não fez. Não se desenredou ainda das maneiras tacanhas, grosseiras, quasi exclusivamente sensoriaes, do Materialismo. Experimenta, torna a experimentar, marra na experimentação, não vê mais que a chamada *sciencia experimental*, e fica, d'am modo geral, escasso na interpretação, inhanho na generalização, quasi nullo na applicação. Mas é tempo, creio, de affirmar alto e bom som, que a experimentação não é, não foi, nunca será, sciencia, no sentido rigoroso e completo d'este termo. O positivista que se agarra á sciencia experimental (parece uma heresia scientifica!) toma uma parte e pequena, pelo todo, e queda-se a menos do meio do seu caminho de sabio. Theorisação previa, *hypothetica*, estribada no criterio da sciencia adquirida; verificação sufficiente pela observação e pela experimentação; theorisação definitiva, legislação dos factos scientificamente interpretados; e, finalmente, applicação á vida, á vida em geral, á vida humana em especial, das leis, das certezas, apuradas n'esta genia complexa; tal se me afigura ser a maneira geral, o método, o conjunto de processos, da boa, da san, da completa, da util, sciencia positiva. Não ha sciencia sem especulação... Toda a experimentação, sob pena de não passar de mera infantilidade, importa *theoria* previa... A experimentação não vae além d'uma verificação sensorial, mais ou menos engenhosa, convincente, nitida, das *hypotheses*, das previsões, do pensamento. A experimentação nada é sem a sciencia *theorica*. O facto experimental nada vale sem a interpretação — que

importa especulação. O valor da experimentação depende inilludivelmente da capacidade interpretativa da sciencia theorica. Ora emquanto a sciencia positiva for amarrando á experimentação, n'uma lamentavel desordem de divisão de trabalho, n'um criminoso desdem pelo seu fim social, a maior parte, quasi a totalidade, das suas actividades; descurando a analyse, a observação, a comprehensão, a resolução, dos altos, complexos, hyperimportantes problemas sociaes do nosso tempo; permittindo a sobrevivencia, e, em certos paizes, a rejuvenescencia, nefastas, morbidas, de velhos e deleterios erros; demolindo mal o erro antigo; reconstruindo peor pela verdade nova; contemporisando, em regra; e transigindo, por vezes; esta sciencia — sem que de modo algum tenha feito bancarrota, em que pese á psychoregressão de inhanhos desertores, — contribue em largas proporções para o mal de viver» (1).

*

Entre os antagonistas do Positivismo, aparece também Adolfo Coelho, filólogo e pedagogo da escola positivista, introdutor dos métodos positivos da Filologia comparada em Portugal (2) e colaborador da revista *O Positi-*

(1) Págs. 119-124.

(2) Na prefação da *Theoria da Conjugação em Latim e Portuguez*, Lisboa, 1871, pág. 5, diz ele: «Empenhados na empresa de tornar conhecida no nosso paiz essa sciencia, o que antes de nós ninguém de modo algum tentou, pareceu-nos que o meio mais facil de conseguir o fim a que aspiramos era chamar para ella o interesse nacional, applicando o seu methodo ao estudo da lingua portugueza, e aproveitando os resultados antes adquiridos que mediata ou immediatamente lançassem luz sobre a nossa lingua». Sobre o seu papel neste campo veja-se o que escreveram Gustavo Gröber na *Geschichte der romanischen Philologie*, no *Grundriss der romanischen Philologie*, 1, 106, 116, 117, 137; Leite de Vasconcelos, na *Filologia Portuguesa*, nos *Opúsculos*, IV-2, 847, 866, 886 e segs. e M. de Paiva Boléo em *Adolfo Coelho e a Filologia Portuguesa e Alemã no Século XIX*, passim.

vismo⁽¹⁾. Ele próprio confessava, em 1888, que, em certa altura da sua evolução intelectual, se deixara arrastar pela metafisicofobia do tempo e que por isso condenara as especulações crítico-estéticas de Kant, Hegel, Vischer e outros, cujo período, naquela data, reconhecia como encerrado, no que, pelo menos, tangia a criação original, visto que se procurava trilhar a senda da observação e da indução, fundamentos das ciências, que todavia não considerava inteiramente independentes da especulação metafísica⁽²⁾. Mostrava-se familiarizado com a obra de Augusto Comte⁽³⁾ e de outros positivistas⁽⁴⁾, com as modalidades do Positivismo, e teve mesmo relações intelectuais com Littré, que lhe ofereceu a 2.^a edição do seu livro *Conservation, Révolution et Positivisme*⁽⁵⁾. Toda a sua formação foi positivista e agnóstica, como aliás a da grande maioria dos cientistas seus contemporâneos e posteriores. Ela manifesta-se logo em 1871, quando o Pedagogo aparece jungido ao preceito positivista de que a concepção do Universo deve partir da ciência⁽⁶⁾; continua, quando em 1901 escreve que «nada prova que uma providencia extrahumana se manifeste na vida social, a não ser que se queira admittir uma providência inintelligível, que se conciliaria com todas as con-

(1) Publicou nela o artigo *Materiaes para o Estudo da Origem e Transmissão dos Contos Populares*, no vol. 1, 75-83 (1878).

(2) *A Reforma do Curso Superior de Letras*, na *Revista de Educação e Ensino*, IV, 531.

(3) Conhecia as doutrinas positivistas através da própria obra de Augusto Comte, que cita várias vezes directamente: o *Cours de Philosophie Positive*, em 1901, no estudo *A Distribuição do Ensino e a Selecção Social*, n' *O Instituto*, XLVIII, 273, e em 1910, no livro *Alexandre Herculano e o Ensino Público*, pág. 99, e a quem alude várias vezes nesta última obra, na *Nota Marginal à História do Centenário de Alexandre Herculano*, n' *O Instituto*, LXXXIV, 23-24 e em outros artigos.

(4) Taine, Lafitte, Lombraill, Carlos Robin, Littré e outros a quem se refere ou cita em vários dos seus trabalhos.

(5) *Alexandre Herculano e o Ensino Público*, pág. 37, n. 1.

(6) *A Questão do Ensino*, pág. 10.

tradições da historia; mas o conceito de uma providencia inintelligivel é contradictorio nos seus termos e deve ser portanto fora do dominio das nossas especulações» (1); e persiste quando diz que o mundo é intelligivel na sua complexa fenomenologia e dominado por leis compreensíveis e matematicamente formuláveis, aliás com limites de conhecimento (2). O lapso de tempo que decorre desde a apresentação daquele primeiro conceito até à formulação do terceiro, em 1910, e a rígida e objectiva metodologia que sempre comandou a sua indagação filológica e histórico-pedagógica mostram bem que Adolfo Coelho se manteve sempre no campo do positivismo científico (3). Nos próprios domínios da Pedagogia, se apropriou por vezes de ideias positivistas, evolucionistas e materialistas. O seu conceito de educação, como processo de adaptação do individuo ao ambiente (4), processo em que o desenvolvimento do homem segue os passos do desenvolvimento da espécie (5), filia-se nas ideias de Condillac (6), de Comte (7), de Spencer (8), e nas doutrinas transformistas e evolucionistas (9). A divisão tripar-

(1) *A Distribuição do Ensino e a Selecção Social*, n' *O Instituto*, XLVIII, 156.

(2) *Alexandre Herculano e o Ensino Publico*, págs. 112-113.

(3) Num dos seus estudos escreve: «busquei proceder de modo tão rigorosamente scientifico quanto as minhas forças m'õ permittiam, sempre objectivamente»: *A Distribuição do Ensino e a Selecção Social*, n' *O Instituto*, XLVIII (1901), págs. 160-161.

(4) *Educação e Pedagogia*, no *Bol. da Direcção Geral de Instrucção Publica*, 1, 294 (1902); *Questões Pedagógicas. II. O Plano Geral do Ensino Público*, págs. 40-42 (1912).

(5) *Os Elementos Tradicionais da Educação*, págs. v e 61 (1883); *Reforma do Ensino Publico*, pág. 10 (1894); *Questões Pedagógicas. II. O Plano Geral do Ensino Público*, pág. 12 (1912).

(6) No *Cours d'Études*, apud José Augusto Coelho, *Principios de Pedagogia*, 1, 79.

(7) *Cours de Philosophie Positive*, VI, 417 e 422.

(8) *Education etc.*, pág. 75.

(9) J. Lamarck, *Philosophie Zoologique*, págs. 184 e segs. e C. Darwin, *Origen de las especies*, 1, 188 e segs. da trad. de A. Lopez White.

tida do ensino, em primário, secundário, e superior era considerada pelos positivistas como reflexo da divisão correspondente da sociedade em classes, e devia portanto ele ser substituído por outro, universal e integral, teórico e profissional em todos os graus (1). Adolfo Coelho, convergindo neste conceito com o que, em certo sentido, José Augusto Coelho, o pedagogo português do Positivismo, antes de De Greef, formulara entre nós em 1891 (2), escrevia em 1910, mas amparado em Guilherme Rein, como ele próprio mostra (3): «Repito: a divisão que admito no ensino é a geralmente estabelecida entre ensino geral e ensino especial, sendo o primeiro a base do segundo. As outras divisões, como a do ensino em primario, secundario e superior, correspondem a considerações de ordens diversas. A diversidade das condições económicas, a dos dotes mentaes e, em relação com as duas, o destino especial, profissional futuro, levaram, em harmonia com a escassez financeira dos Estados, a crear typos diversos de ensino que se chama geral, e

(1) Guilherme De Greef: «La division tripartite actuelle de l'enseignement est le reflet de la division correspondant de la société en classes, division dont le caractère économique général se reproduit dans tout le reste de l'activité sociale, même dans sa vie scientifique la plus haute qu'on s'imaginerait à tort en être indépendante... L'enseignement doit être à la fois universel et intégral, théorique et professionnel à tous les degrés; ses branches doivent se différencier de plus en plus comme le travail social se différencie lui-même dans les sociétés progressives. Ses généralités doivent étre communes à tous, avec, à côté, la plus large extension des spécialités, mais ayant toujours grand soin d'équilibrer et de compenser l'inévitable spécialisation croissante de la technique et de la science par la considération permanente du rôle de chaque spécialité dans l'ensemble de l'activité sociale aussi bien pratique que théorique»: *Problèmes de Philosophie Positive*, págs. VI-VII, Paris, C. Reinwald, 1900. Ideias idênticas, mas partindo de uma concepção unitária do mundo (*einheitliche Weltanschauung*) apresentou o herbartiano Guilherme Rein no seu livro *Pädagogik und Didaktik*, Lipsia, 1909.

(2) *Princípios de Pedagogia*, I, 106 e segs.

(3) *Alexandre Herculano e o Ensino Publico*, pág. 150.

tomam o nome principalmente de ensino primario, ou popular dum lado, e secundario do outro, havendo entre os dois geralmente uma base commum. Mas a differença entre os dois está só no tempo dado a cada um e portanto no desenvolvimento do programma» (1).

Pouco depois, em 1912, apropriava-se do conceito biológico da educação de Félix Le Dantec, um dos corifeus do materialismo contemporâneo, e declarava-se autorizado a generalizá-lo a todo o desenvolvimento do ser vivo e ainda aos accidentes hereditários, resultados da evolução da espécie (Filogénese), considerando-o do ponto de vista transformista (2). Também, em 1883, no que se referia à inclusão de elementos tradicionais na educação, como fábulas, contos, jogos e rimas infantis — aliás combatida por alguns positivistas — ainda seguia as ideias de um pedagogo positivista, Carlos Robin (3), que aduz em seu apoio (4). Todavia, de inteligência sempre ansiosamente atenta ao movimento desconcertante que agitou a segunda metade do século XIX, em que se educou e se formou, soube apreendê-lo com plena independência espiritual, e crítica e eclêcticamente seleccionar em diversos campos os princípios e os elementos mais convenientes à visão e dilucidação da problemática que o interessava.

Arrimado a Platão, Aristóteles, Kant, Hegel, Wundt, Guilherm Rein, W. Lazarus, Otão Willmann e muitos outros, nas suas lucubrações filosófico-pedagógicas acalentou sempre um anseio de ideal, na cultura desinteressada e na própria

(1) Na obra supracitada *Pädagogik und Didaktik*; Alexandre Herculano e o Ensino Publico, pág. 160.

(2) *Questões Pedagógicas. II. O Plano Geral do Ensino Publico*, pág. 47, onde se apoia na obra de Dantec, *L'Unité dans l'être vivant*, e onde cita *La Crise du Darwinisme e Lamarckiens et Darwiniens* do mesmo autor.

(3) *L'Instruction et l'Education*, pág. 31, Paris, J. Decaux e M. Dreyfous, 1877. Era membro do Instituto e professor da Faculdade de Medicina de Paris.

(4) Nos *Elementos Tradicionaes da Educação*, pág. 62.

pragmase ético e sociopedagógica. Já na *Questão do Ensino*, o primeiro dos seus escritos pedagógicos e a última das célebres conferências do Casino Lisbonense, realizada em 17 de Junho de 1871, afirmara que «é na esphera da vida espirital que se manifesta tudo aquilo por que o homem é homem (1). E depois, pela vida fora, em muitas das suas obras conservou sempre intacto este modo de ver. Em 1888, dizia: «só as ideias podem dar valor à vida; é das ideias que teem derivado todos os progressos da humanidade, tanto na ordem intellectual e moral, como na material. Negar a influênciã do pensamento scientifico e philosophico na historia da humanidade é negar essa propria historia ou destitui-la de todo o valor ético. O homem não pode rebaixar-se à esphera do bruto, que não sabe porque vive, nem para que vive, não tem movel psychico que o leve a perguntar por isso a si mesmo. A falta de comprehensão do valor da alta cultura é a mais triste prova de atrazo ou decadencia d'um povo» (2). Em 1894, reconhecendo o valor da educação e formulando o seu conceito real e total, que envolvia naturalmente, como primado institucional, um processo complexo de adaptação intellectual, moral, físico e social ao ambiente em que sobrevém a existênciã, como transmissor de valores originários ou adquiridos, isto é, como comunicador de conhecimentos e normas tradicionais ou comunicador de novos elementos, procurava estabelecer-lhe o escopo ou objecto, nos seus aspectos imediatos, prático, material e utilitário, e nas suas aspirações de ordem superior, as únicas justificantes de tais aspectos. A eterna questão que a intelligência propõe à sua ansiedade de interpretação do cosmos, a concepção do Universo, o destino da vida, constitui o verdadeiro apanágio do homem, como distintivo supremo da espécie, que vive para a realização de um ideal mais elevado de conservação e de sublimação de valores

(1) *A Questão do Ensino*, págs. 5 e segs.

(2) *A Instrucção Publica e a Pedagogia*, na *Revista de Educação e Ensino*, IV, 98-99.

eternos (1). Em 1898, afirmava que o homem somente é verdadeiramente homem porque a si próprio se interroga sobre o escopo da vida e a seu ver tal escopo era realizar os mais altos fins espirituais, — amor, justiça e verdade (2). Ainda dentro de um ideário monista, admitia em 1905 um dualismo de ordem puramente pragmática, pois que, fossem quais fossem as ideias materialistas ou idealistas que se tivessem a respeito dela, a velha distinção de corpo e espírito sobrevalia apenas pelo seu valor prático e só por abstracção (3). Quem assim pensava considerava em 1899-1903 o Materialismo e o Positivismo como sistemas superficiais (4), e pela vida fora hostilizou-os quase sempre. Os seus ataques ao Positivismo, com excepção de um, são meras invectivas ocasionais, por vezes dirigidas contra Teófilo Braga, seu colega no Curso Superior de Letras, e que, como director deste, assinou a proposta de nomeação de Adolfo Coelho para fazer parte do seu corpo docente (5). Em 1881, prometeu escrever um trabalho sobre o positivismo comtista, no qual se propunha mostrar toda a fraqueza das concepções fundamentais desse sistema (6); porém, como muitas outras promessas suas, esta ficou também, que eu saiba, sem realização prática. É precisamente o artigo em que faz esta promessa que constitui a sua apreciação mais desenvolvida e sistemática da filosofia comteana. Nele se refere o crítico a alguns rapazes de mais ou menos talento e cultura que em Portugal proclamavam então a doutrina de Comte como

(1) Vide os seus estudos: *Reforma do Ensino Publico*, págs. 7 e segs.; *Questões Pedagógicas*. II. *O Plano Geral do Ensino Publico*, pág. 9; *Os Elementos Traditionaes da Educação*, pág. 58.

(2) *A Pedagogia do Povo Português*, na *Portugalia*, 1, 217.

(3) *Exercicios Corporaes e Desenvolvimento Moral*, págs. 4 e 35.

(4) *A Pedagogia do Povo Português*, na *Portugalia*, 1, 70.

(5) Vide M. Busquets de Aguilar, *O Curso Superior de Letras*, págs. 180-181.

(6) Vide *Algumas Palavras sobre o Positivismo*, n' *O Pantheon*, 1, pág. 337, revista de ciências e letras, dirigida por Leite de Vasconcelos e Montalverne de Sequeira, e publicada no Porto, de 1880 a 1881.

a fonte de todo o saber e que consideravam todos os que não a seguiam como espíritos sem educação filosófica e em estado de anarquia intelectual. Ponderava que, como doutrina filosófica, ela estava havia muito julgada e que Zimmermann, na obra *Kant e o Positivismo*, havia provado que, como teoria do conhecimento, não passava de um dogmatismo sem crítica. Fazia sentir que na própria França de então o Positivismo só tinha já como representantes alguns escritores medíocres, e que, embora os positivistas portugueses pretendessem o contrário, havia um abismo entre Augusto Comte e os fisiopsicólogos ingleses e alemães. Passa então a apresentar exemplos de graves contradições dos positivistas sobre pontos de capital importância, como a subordinação da fenomenologia a leis necessárias, e ao processo do espírito humano na história. No que se referia ao primeiro ponto, os positivistas pronunciavam-se pela afirmativa, mas se se lhes mostrasse «com Aristoteles, Stuart Mill ou Kant, sob diversos pontos de vista, que essa concepção de *leis necessarias*, de relações necessarias nos phenomenos, é uma concepção metaphysica, que a indução não basta para chegar a uma lei considerada como necessaria, o positivista, embaraçado, voltará atraz e responderá com um subterfugio». Isto pretende o crítico provar com a transcrição de dois passos de obras de Littré, *Conservation, Révolution et Positivisme* e *Auguste Comte et Stuart Mill*, em seguida ao que passa a comentar e criticar, dizendo: «É possível que os positivistas achem que não há uma contradição fundamental entre as duas passagens, pela dificuldade, ou antes impossibilidade em que estão de se collocarem sob o ponto de vista crítico; mas é mister resolver a questão: as leis que se estabelecem tem ou não valor definitivo, são ou não provisórias? É mister, para asseverar que os graves tendem para o centro da terra, examinar todos os casos de queda de graves passados e futuros? é mister para asseverar que, realisadas num individuo todas as condições indicadas como signaes de morte real, elle não pode voltar à vida pela influencia exercida por certas palavras

pronunciadas ou actos praticados sobre elle, nem por qualquer outra influencia, é mister, digo, observar que em nenhum caso se dá a resurreição? Nessas condições é absolutamente impossivel formular leis, é absolutamente impossivel negar o milagre, é absolutamente impossivel uma philosophia qualquer. Em vez de se dizer que os graves tendem para o centro da terra, dir-se-ha: tem-se observado que os graves tendem para o centro da terra, mas não podemos, pois é impossivel observar todos os casos particulares, asseverar que sempre assim fosse e sempre assim seja. Se a *convicção* da existencia de leis necessarias provem d'outra fonte além da indução, o positivismo sae do campo em que pretende mover-se e accêita o que nós chamamos um *postulado metaphysico*. Essa *convicção*, a intervenção d'um *elemento subjectivo* portanto, na operação scientifica acha-se indicada inconscientemente pelos positivistas; assim diz-nos Littré: «Embrasser dans un aperçu commun tous les phénomènes sans exception, et en saisir l'enchaînement, cela donne nécessairement la conviction que les choses sont soumises à des lois fixes, c'est-à-dire au jeu régulier de leurs propriétés... L'immutabilité des lois naturelles, à l'encontre des théologies, qui introduisent des interventions surnaturelles; le monde spéculatif limité, à l'encontre de la métaphysique, qui poursuit l'infini et l'absolu: telle est la double base sur laquelle repose la philosophie positive». *Fragments de philosophie positive*, pág. 59» (1). No que se referia ao segundo ponto, isto é, ao processo do espirito humano na história, focou a pretensão de ter o Positivismo criado a Sociologia, questão que não importava discutir então, por lhe interessar apenas o problema que envolvia. Escreveu o Pedagogo: «O positivismo teria determinado o processo do espirito humano na historia, isto é, os graus successivos no desenvolvimento intellectual; assim, as phases religiosas

(1) *Algumas palavras sobre o positivismo*, n'O Pantheon, págs. 377-378.

estariam apontadas com firmeza em Comte. Admittamos que neste ponto Comte quiz determinar só os traços essenciaes, e que os descobrimentos importantes ulteriores permittiram aos seus discipulos completar nesta parte a obra do mestre; deviamos esperar neste caso, que graças à *disciplina mental* que elles possuem (1), os positivistas não hesitariam ainda hoje com relação à *theoria das phases* das concepções religiosas; ora nos escriptos d'um positivista, que nos merece muito conceito, achamos as seguintes passagens instructivas: «Entre os philologos modernos a noção de Mytho confundiu-se muito tempo com a da linguagem; a difficuldade de a distinguir e definir proveio de que o Mytho é um facto coevo da criação da linguagem, — que até certo ponto se explicam mutuamente, mas não submettendo o Mytho à derivação da linguagem, como quiz Max Mueller. O Mytho é a expressão de uma concepção, de um modo de ver geral, e por isso traduz sentimentos moraes e abstractos, comprehensões totaes e satisfaz uma necessidade superior àquella que provocou a linguagem, que é sempre particular e só se generaliza á custa dos sentidos figurados» (2). «Na sua forma mais primitiva e espontanea a Religião é um phenomeno pathologico da linguagem; como tal subsistiu pelo metaphorismo das palavras, desviando a actividade da razão para a criação de entidades phantasticas, de que foi sendo privada pelo desenvolvimento profano e nacional das Litteraturas» (3). Na primeira passagem combate-se a hypothese de Max Mueller de que os *mythos* são uma doença da linguagem; na segunda passagem aceita-se essa hypothese. O verdadeiro sabio está, como diz Renan, disposto a mudar de opinião; mas

(1) «Essa disciplina, segundo nos dizia há alguns annos um sectario de Comte, trecentuplica as forças do cerebro. Exactamente depois d'essa epocha trecentuplicaram-se os erros nas obras do positivista a que alludo»: nota de Adolfo Coelho.

(2) *O Positivismo*, I, 8-9.

(3) *O Positivismo*, II, 294.

aquelles que tem a pretensão de possuir a disciplina mental deviam pesar bem as suas proposições antes de as dar a lume para não mudarem de opinião todos os annos, como quem muda de casaco, e, o que é peor, todos os dias, de pagina para pagina até, sobre pontos às vezes de primeira importancia. Os que se propõem para chefes intellectuaes d'uma sociedade, para lançar mãos ás redeas do *poder espiritual*, deviam não se esquecer nunca de que todos somos feitos do mesmo barro quebradiço e de que quem está convencido de ter a *disciplina mental* está mais sujeito a errar, apesar de todas as disciplinas. Quando se vêem os positivistas *pansophos* transplantarem com a maior sem cerimonia (e sem *errata*) a Thracia para a Asia Menor, confundirem os elementos do ar com os da agua, dizerem que a vida organica começou no periodo terciario (¹), cometterem centos d'erros similares sobre *materia positiva*, chegamos a perguntar se elles estão apostados a desacreditar a eschola e a offender a memoria de Comte e Littré. Comte foi um espirito notavel, Littré trabalhador, um trabalhador venerando; um e outro forcejaram por levar a cabo conscientemente a obra que se impuseram. Littré, sobretudo chegou a adquirir uma massa enorme de saber positivo; era nisso que os que se dizem seus discipulos deviam imitá-lo, porque os dogmas positivistas caíram como todos os dogmas. Mas é mais facil proclamar-se positivista do que ganhar sciencia positiva, é mais facil proclamar-se que se possui disciplina mental do que proceder com methodo e critica» (²).

O Pedagogo mostra aqui ainda o pendor positivista na preferênciã da ciência positiva, do método e da crítica. As alusões posteriores, quase sempre mordazes ou irónicas, não têm valor construtivo. Em 1881, na recensão dos primeiros oito números da revista *Era Nova*, elogia Adolfo

(¹) «Sendo preciso diremos os logares onde se encontram essas e muitas outras curiosidades»: nota de Adolfo Coelho.

(²) *Algumas palavras sobre o positivismo*, n'O *Pantheon*, págs. 379-381.

Coelho os trabalhos de Teófilo Braga, que considera altamente interessantes quando o seu autor se liberta do peso do Positivismo e do Turanianismo, quando põe de parte as suas teorias filosóficas e etnológicas⁽¹⁾. Em 1883, verbera os adeptos do Positivismo que condenavam a utilização dos elementos tradicionais na educação, como contos, jogos e rimas infantis, como fautores do espírito metafísico⁽²⁾, e em 1899, referindo-se a esta sua atitude, escrevia que os considerara então «por um lado exclusivo — porque tinha em vista uma questão de pedagogia pratica e combater certos preconceitos bastante arreigados em o nosso pais, principalmente pela influencia dum pseudo positivismo que há annos o invadiu»⁽³⁾. Em 1895, a propósito do *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, de Teófilo Braga, dizia que o seu autor estava «amarrado ao secco schematismo duma pseudo-philosophia, escrevendo muitas vezes phrases sem sentido, a que attribue alto valor philosophico»⁽⁴⁾. Em 1899-1903, aludindo à falta de unidade da nossa cultura, escrevia que tal «unidade não será por certo attingida pela acção da mirifica disciplina mental dos positivistas rilhafollescos, que por ahi apregoam estar de posse desse específico precioso, contribuindo para augmentar o estado cahotico da nossa sociedade, no meio da qual os pais, das classes que se dizem illustradas, teem apenas um fim claro ante os olhos, objecto capital de suas preoccupações, a que o resto adhire mais ou menos fortuitamente: abrir a seus filhos, o mais depressa possivel, as portas da vida publica, do emprego mais ou menos rendoso, da inve-

(1) No *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie*: «die Erörterungen des Verfassers (Teófilo Braga) sind hochinteressant, wie das Meiste, was Braga schreibt, wenn er frei ist von dem Alp des Positivismus und des Turanianismus, wenn er überhaupt einmal seine philosophischen und ethnologischen Theorien bei Seite lässt»: vol. II, col. 412 (1881).

(2) *Os Elementos Tradicionaes da Educação*, pág. 62.

(3) *A Pedagogia do Povo Português, na Portugalia*, I, 58.

(4) *O Ensino da Lingua Portuguesa nos Lyceus*, pág. 25.

javel influencia» (1). Uma outra vez classifica o Positivismo de *pedantismo pansófico* (2), e em 1910, voltando a referir-se a Teófilo Braga, escreveu que «a despeito do falso banho comtista, permaneceu com a sua feição fundamental», e que mostrava «a mesma debilidade scientifica, nos processos logicos, agravada desde a epoca das conferencias do Casino pelo pseudo-comtismo que lhe fez suppôr estar de posse da *disciplina mental*, quando o que elle vira em Comte, que não entendeu bem, foi sobretudo a ideia do novo *poder espiritual*, lisongeador das proprias tendencias megalomaníacas» (3).

*

Outro adversário das doutrinas de Comte foi Domingos Tarroso, polígrafo autodidacto que deambulou pelos campos da Filosofia, da ficção poética e novelística, da Pedagogia e da Política (4).

(1) *A Pedagogia do Povo Português*, na *Portugalia*, 1, 216-217.

(2) Apud J. Pereira de Sampaio, *O Brasil Mental*, pág. 248.

(3) *Alexandre Herculano e o Ensino Publico*, págs. 210 e 217-218.

(4) Domingos Tarroso (Domingos José da Silva Machado Tarroso Júnior) nasceu em Ponte do Lima a 22 de Maio de 1860. Escreveu: *Philosophia da Existencia*, Ponte do Lima, Bibliotheca do Norte, 1881; *A Poesia Philosophica. — Poemas Modernos, com um Programma sobre a Renovação scientifica das Litteraturas e um Excerpto da Poesia Nova*, Ponte do Lima, Bibliotheca do Norte, 1883; *Beatriz, a Ruça. — Episodios da Provincia*, Ponte do Lima, Bibliotheca Moderna, 1886; *O Monopolio da Sciencia Official — Discussão d'um Problema Politico*, Ponte do Lima, Bibliotheca Moderna, 1888; *A Geração Nova*, Lisboa, Liv.^a de Antonio Maria Pereira, 1897; *Os Tribunaes Commerciaes — Breves Considerações sobre a sua Organização*, 1897; *A Forma de Votar — Estudo e Projecto de Reforma das Operações Eleitoraes*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1898. No livro *A Poesia Philosophica* dava Tarroso, como no prelo, uma obra intitulada *Manuel José Amoroso Lima. Traços Biographicos*, e, como em preparação, *O Abbade*, romance em prosa. Não tenho conhecimento da publicação destes livros; e, no poemeto

Como se trata de um escritor hoje mal conhecido e ainda não estudado no conjunto do seu labor espiritual, para se analisar a consistência, densidade e valor da sua obra e bem assim o merecimento dos seus ataques e críti-

A Geração Nova, de 1897, já não os menciona na lista das suas obras publicadas. Foi redactor d'*O Echo do Lima* e do *Jornal do Minho*, e director do bissemanário *Politica Nova*, todos de Ponte do Lima; foi também colaborador d'*A Actualidade*, do Porto, d'*O Século* e d'*A Capital*, de Lisboa, d'*A Aurora do Lima* e do *Pero Gallego*, de Viana do Castelo. Foi sócio e presidente do Instituto Histórico do Minho; foi escrivão de direito, deputado no tempo da monarquia, e faleceu em 24 de Agosto de 1933. Sobre Domingos Tarroso vejam-se os seguintes estudos, notícias ou referências: Oliveira Martins, apreciação da *Philosophia da Existencia*, publicada em 1881 e reproduzida no volume de compilação das obras completas, *Literatura e Filosofia*, págs. 223-231, Lisboa, Guimarães & C.^a, Editores, 1955; António Inácio Pereira de Freitas, uma série de artigos publicados nos números 2 a 11 de 1882, do semanário literário *Pero Gallego*, de Viana do Castelo; José Maria da Cunha Seixas, *A Philosophia da Existencia pelo Sr. Domingos Tarroso*, série de artigos publicados no *Commercio de Portugal*, n.º 761 de 8 de Janeiro de 1882 e seguintes, reproduzida e ampliada nos *Ensaio de Critica Philosophica*, Lisboa, Typographia da Biblioteca Universal, 1883, págs. 71 a 192; Armelim Júnior, série de artigos publicados nos números 8, 10, 12 e 19, de Dezembro de 1886 a 9 de Janeiro de 1887 do *Correio da Universidade*, Coimbra; M. Ferreira Deusdado, *A Philosophia das Escolas em Portugal no Seculo XIX*, na *Revista de Educação e Ensino*, vol. XII, pág. 61 (1897); e no *Esboço Historico da Philosophia em Portugal no Seculo XIX*, inserto nos *Principios Geraes de Philosophia*, de J. M. da Cunha Seixas, pág. XXIII, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897; Gama Rosa, no *Almanaque Brasileiro Garnier*, de João Ribeiro, 1912; Eduardo Sarmiento, *Domingos Tarroso*, no *Almanaque de Ponte de Lima*, 6.º ano, 1924; Júlio de Lemos em crónicas de Viana do Castelo publicadas n'*O Primeiro de Janeiro*, de 28 de Maio de 1930; 29 de Maio de 1931; 28 de Maio de 1932; 26 de Maio de 1933 e 26 de Agosto de 1933; Delfim Santos, *Domingos Tarroso*, no *Portugal — Breviario da Pátria para os Portugueses ausentes*, Lisboa, Edições do S. N. I., 1946; Alcides Martins Pereira, no *Elucidário Regionalista de Ponte do Lima*, Ponte do Lima, Livraria Soares Correia, 1950, pág. 102-109; Álvaro Ribeiro, *Os Positivistas*, Lisboa, Liv. Popular de Francisco Franco, 1951, págs. 134-137; José Crespo, *O Minho — Região de Beleza Eterna*, Viana do Castelo, Livraria

cas accidentais ao Positivismo e à sua representação portuguesa, importa considerar, com a possível objectividade, na sua origem e desenvolvimento, a formação intelectual e cultural e a operosidade do homem que entre nós se propôs criar um novo e original sistema especulativo, reformar a poesia, a pedagogia e a pragmática eleitoral. É o que vai tentar-se nas linhas subsequentes.

A estruturação, organização e sistematização de uma cultura individual assentam fundamentalmente numa sedução e num imperativo de consciência que se desentranham do contacto com os diversos saberes interessados ou desinteressados, numa necessidade ou ansiedade de visão limitada ou ecuménica, disciplinadamente estabelecida e hierarquizada. As problemáticas dos saberes que se apresentam e resolvem dentro das possibilidades metodológicas respectivas trazem à consideração uma variedade de culturemas que a inteligência tem de apreender numa atitude crítica de selecção valorativa para poder dilucidá-los, ordená-los e integrá-los numa concreção universalista de vasta prospecção e projecção. Se, por um lado, a missão imediata de um saber consiste em analisar por meios e métodos especiais determinada fenomenologia aparente ou realmente sujeita a princípios peculiares e rigorosos, por outro lado, a sua missão próxima é contribuir para a solução das pro-

Bernardo Dias, Sucrs., s. d., págs. 177-178. Elementos autobiográficos contêm-se na *Philosophia da Existencia*, págs. xv-xxxii; n' *A Poesia Philosophica*, págs. 142-158; e n' *O Monopolio da Sciencia Official*, págs. 20, 46-54, 84-93.

Para a organização destas notas, muito contribuíram as valiosas indicações que, por intermédio da Ex.^{ma} Sr.^a Dr.^a D. Inês de Castro Lopes, professora do ensino liceal, enviaram os Ex.^{mos} Senhores Júlio de Lemos, secretário perpétuo do Instituto Histórico do Minho, Engenheiro Joaquim Carrilho e Filipe Fernandes, director d' *A Aurora do Lima*. A todos deixo aqui consignado o meu cordial e profundo reconhecimento.

blemáticas de outros saberes, mediante aqueles princípios, também precisos em campos estranhos de aplicação. Assim que, a subsidiação e interpenetração dos saberes é condição imprescindível da sua própria vivência, subsistência, progresso e integração no plano universal do conhecimento. Deste modo, uma inteligência que exercite a sua actividade em qualquer ramo da cultura, restrito ou amplo que seja, tem necessariamente de recorrer não só ao sistema de ideias peculiares que estruturalmente o informem, mas também a sistemas de outros que com aquele têm afinidades ou que não pode dispensar, sob pena de limitação, estagnação, desintegração, superficialização ou unilateralização. Saberes há que, pela complexidade do seu objecto, ou pelas concepções variadas em que se informam, como a Filosofia e a Pedagogia — têm de organizar um ideário bem heterogéneo, mas perfeitamente identificado com os seus princípios e com o seu escopo. Nestas condições de dependência, postulam sempre uma integração pansófica que ancilarmente subsidie e alente os seus anelos, conforme se tem verificado através das amplas ou acanhadas articulações epocais. A história das ideias, quando feita em íntima relação com o movimento geral da cultura, revela que a estruturação dos sistemas, desentranhando-se colectivamente do ambiente temporal e sobre ele reagindo, ou fomentando individual e prospectivamente a substrução da especulação e da pragmática futuras⁽¹⁾, requer uma ampla visão do Universo, porquanto a problemática que a inteligência submete à sua cogitação é variada e complexa e necessariamente postula a integração filosófica das doutrinas éticas, religiosas, científicas, políticas, económicas, etc. Assim pois, o comum da sistemologia, quando não tem a alicerçá-la uma vasta cultura temporal, pende em geral para a visão promanante do saber especializado do pensador, naturalmente restrita e

(1) Bertrand Russel, *History of Western Philosophy*, pág. 5, Londres, George Allen and Unwin Ltd., 1947.

limitada (1), quando não resvala para a discretação perfunctória e jactanciosa sobre problemáticas e assuntos cujas linhas essenciais, e por vezes elementares, são real ou aparentemente mal conhecidas. Sucedeu isto, pelo menos em parte, com Domingos Tarroso, que, como autodidacto munido de certos conhecimentos, surgiu quase moteòricamente no panorama da cultura portuguesa do último quartel do século XIX, para depressa se desvanecer, depois do ímpeto juvenil da congeminação da filosofia da existência, de tentativas de poesia filosófica, de novelística, de diatribe pedagógica e de dissertacionismo político.

Nas notas pessoais que antecedem a exposição doutrinária do seu livro *Philosophia da Existencia* e que o autor nele inseriu, como declara, por sugestão de idêntica atitude do pensador alemão Eduardo Hartmann — refere que, dominado por uma ânsia forte e avassaladora de saber que lhe surgiu após uma irregular frequência da escola primária, onde pouco aprendeu, e depois de prolongadas divagações deambulatórias, começaram a despontar-lhe desejos de ler e de se instruir. Escrevia ele em 1883: «Eu tinha então quatorze annos e, ás vezes, quando já cansado de percorrer a villa e seus suburbios ou das minhas estroinices repetidas, ia á loja (da família do escritor), pegava n'um qualquer d'esses livros e procurava lel-o; mas como ainda estavam fechados, para lhes não prejudicar a venda, abria-os apenas na margem lateral, deixando-os fechados em cima no alto horizontal das paginas... Já então principiavam a surgir em mim os começos d'umas certas aspirações a pessoa lida e instruida, tendo tambem contagiado da mesma tendencia alguns rapazes meus amigos que então, como eu e decerto imitando-me, faziam *periodicos* manuscritos, liam livros de litteratura amena facil e conversavam ingenuamente com-

(1) M. Barzin, no prefácio da tradução *Méthode Scientifique en Philosophie* de Bertrand Russel, pág. v, Paris, Librairie Philosophique, de J. Vrin, 1917.

migo sobre essas cousas» (1). Por volta dos 16 anos, em adolescente crise de insulamento, entregou-se afincadamente ao trabalho e estudou primeiramente francês pelo método de Ollendorff, então adaptado por Adolfo Coelho e em seguida, simultaneamente inglês, alemão, italiano, espanhol e latim, também pelos livros de Ollendorff. Aos 19 anos, era redactor do *Echo do Lima* e, com os proventos daquele seu cargo, adquiria livros. Dizia ele em 1881: «Tudo quanto recebia como redactor do jornal comprava de livros; de modo que eu, apesar de ler quanto podia, comprava ainda assim mais livros do que podia ler. Proporcionalmente pode dizer-se que eu comprava todos os dias um livro. Agora já ninguém me podia impedir de ler. Quem governaria no que era só meu? Esta faina de percorrer indistinctamente as sciencias, a philosophia, a litteratura, tudo, começou com os primeiros dias do mez de fevereiro de 1880» (2). Com o desvanecimento de um autodidacto que fez por si só a sua illustração, escrevia na mesma data de 1881, a propósito da criação da filosofia da existência, que era «sem mestres nem conselheiros e sem nunca ter feito um *exame*, nem sequer *d'instrucção primaria*» que a apresentava à crítica (3). Em 1883, dizia que um ano antes não conhecia ainda bem o português e que durante anos seguidos lera uma vasta série de livros sobre ciências e filosofia moderna (4). Em 1888, numa outra obra, novamente falava do seu autodidactismo e até no seu mal sucedido exame de instrucção primaria, feito num liceu, sem preparação escolar: «Vivia n'uma aldeia ou n'uma villa, na provincia, onde não ha, como é sabido, nem lyceus nem collegios nem outros estabelecimentos d'instrucção secundaria ou superior. Aprender de qualquer modo, — ou na escola primaria ou particularmente, — a ler, a escrever e a fazer

(1) *A Poesia Philosophica*, pág. 144.

(2) *Philosophia da Existencia*, pág. xxix.

(3) *Philosophia da Existencia*, pág. xxxi.

(4) *A Poesia Philosophica*, págs. xxxiii-xxxiv.

uma conta elementar. Era pobre. Precisou trabalhar para viver. Mas era ao mesmo tempo vivaz, intelligente, trabalhador e tinha uma profunda paixão de querer saber tudo, — uma fascinação inconsciente e intima pelas grandes idéas e uma alma agitada e sensível para todas as bellezas da arte. Começou a ler todos os jornaes e todos os livros que lhe chegavam ás mãos. Assim, principiou a tomar um conhecimento cada vez maior com a litteratura e com as sciencias. As suas pequenas economias gastava-as em livros de toda a ordem. Nas horas vagas, foi lendo sempre. Afastado da vida mais ou menos agitada das grandes ou pequenas cidades, arredado mesmo de toda a convivencia social, todo entregue aos seus estudos scientificos e sem pertencer a uma familia com recursos bastantes, intellectuaes ou pecuniarios, para o impulsar n'um determinado sentido, — ignorava como se fazia «officialmente» a instrucção d'um homem e desconhecia inteiramente os regulamentos e programmas do ensino. Porisso, estudava livremente, ao acaso, — não com idéas d'interesse, mas por uma paixão inexplicavel do seu espirito. Não precisando sujeitar-se a quaesquer leis ou programmas officiaes, instrua-se pelo modo que lhe parecia mais proveitoso e mais adequado ás disposições do seu cerebro — e assim aprendeu logo varias linguas, rapidamente, por um systema facil. Como não tinha professores que o obrigassem a estudar apenas certos assumptos dentro de certos limites, aprendia tudo — mesmo cousas de que nem sequer se fallava em Portugal — sciencias novas, actuaes, recentissimas sobre que não se diz uma palavra no nosso ensino publico, como a sociologia, a psychogenia, a astronomia sideral, a physica dos imponderaveis, o transformismo, a philosophia naturalista, as theorias da evolução, a philologia comparada, as grandes obras da litteratura, a philosophia experimental da arte etc. Para adquirir os seus livros guiava-se exclusivamente pelos catalogos dos livreiros e as referencias dos auctores. Não lia a «Grammatica Portugueza» de Bento José d'Oliveira, as «Instituições de Rhetorica» de Cardoso de Figueiredo, a

«*Historia Universal*» de Doria, mas, em compensação, lia Schopenhauer, Hartmann, Haeckel, Darwin, Spencer, Littré, Wallace, Siciliani, Ardigo, Hugo, Byron, Castelar, Secchi, Flammarion, Büchner, Balzac, Strauss, Jorge Weber, Michelet, — todos os grandes! Não teve por mestre, como tantos outros, o sr. Epiphanio Dias — louvado seja Deus! — mas era discipulo de tudo o que havia de maior e mais luminoso na sciencia, na philosophia e na arte. Esse homem ganhava na sua terra o pão de cada dia. Não podia sahir d'alli. E mesmo se estudava, fazia-o nas horas vagas, quando livre d'outras occupaões. Um dia acordou no meio da sua lucta. Convenceu-se de que tinha uma boa alma, malleavel, entusiasta, trabalhadora. Viu que sabia bastante e que não era ninguem, — mal tinha de que viver e tinha mais de vinte annos. Consultou-se. Cumpris-lhe trabalhar. Em quê? A sua actividade apenas se exercia nos trabalhos intellectuaes. Era um estudioso — e mais nada. Perguntou a si mesmo como poderia viver n'este paiz um homem que tinha por unica recommendação o trabalho da sua intelligencia. Já um pouco mais pratico, considerou-se. Viu que n'este paiz umas leis absurdas regulavam, estrangulavam tudo e que um homem, por mais instruido e habil que fosse, não tinha valor algum se antes não houvesse feito uns certos exames nos lyceus, — umas cousas insignificantes, atrazadissimas, — e se não tivesse cursado uma eschola superior, — atravessado um pantano doentio. Decidiu-se de repente. Prompto! Ponhamo nos a caminho e vamos a qualquer cidade onde haja um lyceu fazer todos esses exames, uns apoz outros, no mesmo mez. Requereu. O primeiro que tinha a fazer era o d'instrucção primaria. Recitaria a doutrina christã, as biographias dos reis portugueses, faria por uma certa grammatica approvada, a analyse logica das orações, — esse monstruoso absurdo incomparavel e inconcebivel, — executaria uma grande conta de repartir, diria quantos são os rios e montes de Portugal — áquem e além mar — e desenharia um alguidar ou uma vassoura. Chegou o dia do exame. Uma

vasta multidão de rapazes, de dez a doze annos, — que havia muito tempo decoravam uma por uma as respostas ás perguntas que lhes haviam de ser feitas, — lá estava para entrar tambem a exame — enchendo a rua, o pateo, as salas do Lyceu. Então, ao saberem que aquelle homem de mais de vinte annos, de barba crescida, que estava entre elles, tinha vindo de longe para fazer alli, n'aquella idade, o seu exame d'instrucção primaria, — tomam-o por uma besta, por um lapuz d'aldeia, um d'esses que desejam ser abbades na sua freguezia, mas são reprovados logo no primeiro exame e isto durante annos, a seguir, — e por isso aquella turba de rapazes começa a olhar, espantada, — principia a rir-se. Agrupam-se em volta do homem que ia alli sujeitar-se a uma exigencia da lei, dirigem-lhe phrases estupidas, — bem reveladoras da bella educação que receberam, — gritam, assobiam, fazem troça, — e diante d'isto não ha serenidade possivel, não ha quem não se envergonhe. A alma fecha-se. O espirito cega-se e as idéas fogem. Começa o exame. Os professores — uns pedantes e uns imbecis, — para mostrarem que sabem mais que o homem que examinam, cujo nome perfeitamente conhecem porque elle vem antecedido d'uma certa reputação de estudioso, — para fazerem ver que ninguem póde rivalisar com elles na sciencia em que são mestres, — e que em muitos casos é insensata como um disparate ou fofa como uma bexiga, — dirigem-lhe umas perguntas que forjaram na vespera, uns enygmas bifrontes, indecisos que não podem ter uma resposta racional. O examinando, — que depois de muitos annos de afastamento e reclusão no seu gabinete de estudo, sahio por um momento para entrar no exame, — acaba de ser victima d'uma arruaça. Á sua volta, amontoam-se os rapazes motejando, rindo, os examinadores sorriem-se tambem, com vaidade e orgulho, certos de que, n'aquelle logar inviolavel, são monarchas absolutos e não podem ficar mal. A pouca distancia, o publico contempla. Uns, — as almas austeras, as consciencias limpas, — estão constrangidas e revoltadas. Outros, os nullos, os idiotas, — gozam o espec-

taculo contentes. N'estas condições, o examinando, que é uma alma alevantada e nobre, incommoda-se, afflige-se e estremece porque tem sentimentos. A sua superioridade é esta: doe-se, porque é capaz de sentir. N'uma situação d'aquellas, o homem mais sabio d'este mundo, quer elle se chamasse Littré ou Spencer, responderia peor que uma creança. O examinando, na sua agitação, não se lembrou d'uma data, — d'um nome, — não respondeu como os examinadores queriam a um disparate que lhe propuzeram. Ficou reprovado. E ao sahir do lyceu, ao ver-se livre d'aquella matilha sanguinaria de cafres, disse consigo que nem por todas as glorias d'este mundo voltaria a sujeitar se áquella humilhação e a similhante horror. E todavia este homem sabe. Escreve e falla sobre qualquer assumpto, tem publicado livros sobre sciencias, philosophia, litteratura e critica, mas pode um dia não ter de que viver porque não fez exames, e para os nossos governos, que tão distinctamente inventam leis, os grandes homens são sómente aquelles que aprenderam de cór umas certas respostas para as repetirem n'um dia d'exame e as esquecerem no outro, — mas que ficaram approvados » (1).

Pelo conteúdo e pelas citações dos seus escritos, quase sempre rigorosamente exactas e precisas, vê-se que Domingos Tarroso fez uma cultura variada e geralmente actualizada, sobretudo de natureza filosófica, científica e pedagógica, não só através de livros de vulgarização, mas também de estudos bem especializados. Não pode, evidentemente, restringir-se o volume das suas leituras às obras indicadas nos seus trabalhos, pois o âmbito das suas lucubrações implica o manuseamento de várias outras; todavia a divagação sobre leituras fugazes e ocasionais, sem verificação ou reflexão crítica, levou-o por vezes a afirmações ousadas e inconsistentes, como se verá (2).

(1) *O Monopolio da Sciencia Official*, págs. 46-54.

(2) No prospecto de propaganda da *Philosophia da Existencia*, que o autor fez publicar e circular em Maio de 1881 (vide *Phi-*

Como foi que, em um ano ou ano e meio, que tanto medeia entre Fevereiro de 1880 e a publicação da *Philoso-*

losophia da Existencia, pág. 111) cita os livros *La Philosophie*, de André Lefèvre, o mais coerente dos materialistas franceses, *La Philosophie Française Contemporaine*, de Paul Janet, *La Philosophie en France au XIX Siècle*, de M. Ferraz, *Les Sciences Naturelles*, de Huxley, *L'Année Philosophique*, em artigo de Carlos Renouvier, *Philosophie Expérimentale en Italie*, de A. Espinas, e a *Natürliche Schoepfungsgeschichte*, de Ernesto Haeckel (em alemão). Na *Philosophia da Existencia*, (1881) cita directa e precisamente *La Science au Point de Vue Philosophique* e *Auguste Comte et la Philosophie Positive*, de Emílio Littré, *L'Unité des Forces Physiques*, do Padre Secchi, a *Corrèlation des Forces Physiques*, de Grove, a *Histoire d'un Rayon de Soleil*, de Fernando Papillon, *La Logique de l'Hypothese*, de Ernesto Naville e a *Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels*, de Kant; além disto, cita outros autores, mas sem indicação de obra: Agripa, Ampère, Avogadro, Bacon, Boyle, Buffon, Copérnico, Dalton, Demócrito, Descartes, Dulong, Dumas, Enesidemo de Cnosso, Faye, Feuerbach, João de Fidanza, Galileu, Gassendi, Gay-Lussac, Graham, Hoffmann, Huxley, Kepler, Laplace, Lavoisier, Leucipo, Locke, Lucrécio, Mitscherlich, Newton, Petit, Protágoras, Proust, Richter, Francisco Sanches, Sexto Empírico, Wenzel, Xenófanes, etc. N' *A Poesia Philosophica*, cita o *Essai Philosophique sur le Principe et les Formes de la Versification*, de Edelestand du Méril, Paris, 1841, o *Traité de Poésie Française*, de Teodoro de Bainville, Paris, 1881, a *Ragion Poetica*, de Gravina; as *Lições de Poetica Nacional*, de Freire de Carvalho, Lisboa, 1878; o *Tratado de Metrificação*, de Castilho, Porto, 1874; o *Manual de Historia da Litteratura Portuguesa*, de Teófilo Braga, Porto, 1875; o *Diccionario Poetico*, de Cândido Lusitano, Lisboa, 1820; o *Dictionnaire des Littératures*, de G. Vapereau, Paris, 1876; os *Pensées et Fragments*, de Shopenhauer, na tradução francesa de Bourdeau, Paris, 1881. Na obra de combate e de crítica *O Monopolio da Sciencia Official. Discussão d'um Problema Politico*, onde as citações são mais abundantes, mencionam-se: *La Pédagogie*, de C. Issaurat, Paris, 1885; o *Education intellectual moral and physical*, de Herberto Spencer, Londres, 1888 (no original inglês, de que transcreve passos); *L'Education de Soi-Même*, de João Stuart Blackie, na tradução francesa de F. Pécaut, Paris, 1882; *L'Éducation Homicide*, de V. Laprade, Paris, 1868; *De l'Instruction Publique en France*, de C. de Trogoff, Paris, 1882; *De l'Enseignement Secondaire dans la Suisse Romande*, de A. Herzen, Paris, 1886; *La Question du Latin*, de Raul

phia da Existencia em 1881, conseguiu Domingos Tarroso organizar uma cultura, fundamentá-la científica e filosóficamente, e ainda canalizá-la para o campo da especulação que se desenvolve naquela obra? Confiando inteiramente nas suas informações, ponderando o seu método de traba-

Frery, Paris, 1887; a *Histoire de la Création des Etres Organisés*, de Ernesto Haeckel, Paris, 1877, obra que no prospecto já referido cita em alemão; *A Ultima Reforma de Instrução Secundaria*, de Júlio de Matos, Porto, 1881; o *Parnaso Portuguez Moderno*, de Teófilo Braga, Lisboa, 1877; *A Musa em Férias*, de Guerra Junqueiro, Lisboa, 1879; *As Farpas*, de Ramalho Ortigão, Lisboa, 1887; *Theophilo Braga, Esboço Biographico*, do mesmo, Lisboa, 1879; o *Portugal Contemporaneo*, de Oliveira Martins, Lisboa, 1881; *L'Instruction Publique aux Etats Unis*, de V. Hippeau, Paris, 1878; o *Opus Majus*, de Rogério Bacon, de que transcreve um passo em Latim, sem indicação de página; um passo de Goethe, em alemão, sem indicação de obra; *J. Jacotot et sa Méthode d'Emancipation Intellectuelle*, de Bernardo Perez, Paris, 1883; *La Scienza dell'Educazione, secondo i Principii della Sociologia Moderna*, de Pedro Siciliani, Bolonha, 1884; os *Oeuvres Sociales*, de Channing, na tradução francesa de Labulaye, 1882; o *Manuel de Philologie Classique*, de Salomão Reinach, Paris, 1882; vários manuais de estudo sem mestre, de música, de italiano, de francês, de inglês, de alemão e de russo; *Essai sur les Limites de l'Action de l'Etat*, de Guilherme Humboldt, em tradução francesa, Paris, 1867; *La Classification des Sciences*, de Herberto Spencer, Paris, 1872; *Auguste Comte et le Positivisme*, de Emilio Littré, Paris, 1879; *Traços Geraes da Philosophia Positiva*, de Teófilo Braga, Lisboa, 1877; *Principios Geraes de Philosophia*, de Cunha Seixas, Lisboa, 1877; *De la Classification des Sciences*, de Naville, Paris, 1888; o *Nouveau Manuel du Baccalauréat es Lettres*, de Charma, Saigey, etc., Paris, Hachette; a *Révue Scientifique*, de Novembro de 1876; a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, S. Paulo, 1885; o *Exposé d'une Nouvelle Méthode Linguistique*, de F. Gouin, Paris, 1880; *La Linguistique*, de Abel Hovelacque, Paris, 1877; *Philosophie de l'Inconscient*, de Eduardo Hartmann, na tradução francesa de Nolen, Paris, 1877, obra que, em 1881, na *Philosophia da Existencia*, pág. xvi, confessava não conhecer ainda então directamente; *La Science Economique*, de Yves Guyot, Paris, 1881. Como se viu no passo transcrito do *Monopolio da Scienza Official*, outros autores diz ter lido também, como Darwin, Wallace, Ardigò, Vitor Hugo, Byron, Castelar, Flammarion, Büchner, Balzac, Strauss, Jorge Weber e Michelet.

lho, atentando nas citações apresentadas e perscrutando a sua exposição doutrinária, verifica-se que o escritor continuou ansiosamente a instruir-se e a alargar os seus conhecimentos, sempre servido por notável agilidade mental, forte capacidade de assimilação, fecunda ousadia intelectual, tudo aliado a grande facilidade de expressão e exposição, aliás evitada de lugares comuns e por vezes de rebuscamento, obscuridade e truculência. O seu método de trabalho e estudo consistia em elucidar-se, preencher e eliminar as lacunas e as dúvidas formadas no decurso das suas leituras e cogitações, e anotar tudo quanto em geral viesse corroborar as suas ideias e documentar a origem da sua informação. Dizia ele próprio: «Conforme ia estudando eu via e sentia vivamente as lacunas, as dúvidas, as interrogações, os problemas que se traçavam diante da sciencia e comecei a acostumar-me a dar lhes a solução mais natural e mais experimentalmente fundamentada. De tudo o que pensava e de tudo quanto corroborava ou vinha corroborar as minhas idéas tomava notas, e assim, escrevendo sempre, cheguei a formar um grande volume de simples apontamentos» (1). Mas que profundidade, sistematização, estratificação e disciplina poderia ter uma cultura engendrada sem os conhecimentos rudimentares, basilares e de ordem geral gradualmente repartidos e assimilados, que a própria instrução elementar já largamente ministrava (2) e que Tarroso mostrou não possuir nos seus exames primários e liceais? Natural e consequentemente, o seu discorrer enferma por vezes de jactância, de audácia e de frivolidade em opinar pseudo-omniscientemente sobre qualquer assunto, em distribuir posições e reputações, com aquele à vontade próprio do plumitivo ousado, verde em idade e em

(1) *Philosophia da Existencia*, pág. xxx.

(2) Vide, por exemplo, o célebre *Manual Encyclopedico para Uso das Escolas de Instrução Primaria*, de Emilio Aquiles Monteverde, que teve muitas edições e que o próprio Tarroso menciona como seu elucidário gramatical: *Philosophia da Existencia*, pág. xix.

saber, que, com desconhecimento dos lugares comuns da cultura, faz afirmações que facilmente ruem pela base: «e todavia este homem sabe. Escreve e falla sobre qualquer assumpto, tem publicado livros sobre sciencias, philosophia, litteratura e critica» (1). Convém documentar o que se diz, com alguns exemplos. Embora Domingos Tarroso afirme que estudou literatura e que sobre ela escrevera livros (2), em 1888, quando já tinha 28 anos, depois de ter ficado reprovado nas exames do liceu e de se fartar de insultar os seus examinadores, aproveitando-se de uma citação imprecisa do vulgarizador Carlos Issaurat, a quem classifica de «pedagogista scintilante» (3), colocou Milton, um dos poucos poetas de retumbância universal, na categoria de simples professor inglês (4), e entre um dos irmãos Sainte-Claire Deville (5) e Herberto Spencer (1820-1903), do século XIX. Tratou Domingos Tarroso os gramáticos e retóricos de idiotas, parvos, sandeus, parlapatões, falsários, de matilha de bestuntos chochos, incapazes de falarem e escreverem com elegância a língua nacional e inclui nesta categoria Mestre Epifânio Dias, o maior humanista portu-

(1) *O Monopolio da Sciencia Official*, pág. 53.

(2) *Philosophia da Existencia*, pág. xxix; *O Monopolio da Sciencia Official*, págs. 47 e 53.

(3) *O Monopolio da Sciencia Official*, pág. 12.

(4) Escreveu Tarroso textualmente: «Milton, professor inglez, alludindo ao estado da instrucção official no seu paiz, considera o seguinte: Os nossos primeiros annos perdem-se no aborrecimento das escholas e das universidades a aprender unicamente palavras ou cousas de tal modo futeis que valem menos que a ignorancia»: *O Monopolio etc.*, pág. 6. Issaurat, por saber desnecessário fazê-lo, não disse quem era Milton, nem em que século viveu, nem qual a obra de que extraiu dois passos que traduziu. Trata-se do ensaio *On Education* e os passos vêm a págs. 465-446 do vol. III dos *Prose Works*, Londres, Henry Bohn, 1848.

(5) Também Tarroso escreveu: «Saint-Claire Deville, o notavel sabio a quem a sciencia deve serviços valiosos», não especificando contudo de qual dos irmãos se tratava, pois ambos foram grandes cientistas: *O Monopolio da Sciencia Official*, pág. 8.

guês contemporâneo, cujo saber, de reputação internacional, e cuja prosa máscula, sóbria, precisa e correctíssima, são apanágio de uma das maiores inteligências que ilustraram a cultura portuguesa dos séculos XIX e XX: «... grammatico é o que não sabe nem pode escrever cousa alguma com arte e com distincção. Escriptor de talento ou genio é aquelle que violenta, transforma e passa por cima das suppostas regras dos grammaticos, — sempre immoveis, improductivas, silenciosas como um sepulcro. É sempre engraçado observar como o grammatico parlapatão e sandeu quer dar aquillo que elle mesmo não tem, quer ensinar aos outros aquillo que elle proprio não é capaz de fazer, quer instruir o publico sobre o modo d'escrever e fallar com elegancia a lingua nacional, elle! que por mais que trabalhe e se canse apenas alinhava phrases chochas, pensamentos estupidos, periodos sem sabor, horriveis, indigeriveis, sem elegancia, sem conteudo, sem cousa nenhuma. O mesmo succede com os rhetoricos e os autores de poeticas. Todos os nullos que, não conseguindo nunca ser oradores e poetas, não querem, contudo, dizer um ultimo adeus á sua vaidade inflamada, escrevem tractados de rhetorica ou poetica, com leis eternas, para que os outros possam aprender por ellas aquillo que elles mesmos não sabem e nunca puderam fazer. Demosthenes nunca escreveu um tractado de rhetorica nem Victor Hugo uma poetica. Mas escreveu um tal sr. Borges de Figueiredo um livro de oratoria para ensinar a toda a gente como se pode ser Demostenes; e compoz um sr. Freire de Carvalho um tractado de poetica para mostrar a todo o mundo como é fácil ser Victor Hugo — decorando meia duzia de regras... Abençoada seja a imbecibilidade dos que são idiotas sem o comprehenderem! Esses e outros infelizes parvos semelhantes ignoram que a faculdade de ser orador ou poeta nenhum mestre e nenhuns livros o podem dar porque é o resultado da quantidade, qualidade e disposição da massa cerebral com que cada um nasce... Mas, meu caro leitor, ouve este conselho sincero que te dou. Se queres ser um escriptor publico elegante, primoroso,

distinto, original, com uma personalidade destacada e bem individualisada, sê um Incorrecto, escreve com mais «erros» grammaticaes e outros do que todas essas suppostas faltas de linguagem reunidas de Junqueiro, Queiroz, Oliveira Martins, João de Deus e todos os escriptores de talento. E se queres ser um idiota, um inutil, um bonacheirão a dizer sandices n'uma linguagem rasteira, chata, feita de troços e caroços, de paus e calhaus, arrasta-te então, escrevinhando, como se arrastam gaguejantes, entalados, os srs. Bento José d'Oliveira, Epiphanio, Monteiro Leite, Borges de Figueiredo, Freire de Carvalho e todos os grammaticos e rethoricos seus confrades, essas glorias que ninguem conhece da litteratura que ninguem lê... O Bento d'Oliveira, o Epiphanio, o Monteiro Leite, o Figueiredo, o Carvalho, toda essa matilha de bestuntos chochos, são sandeus que acreditam terem algemado dentro d'uma duzia de regras estupidas o modo d'expressão d'uns poucos de milhões d'espíritos, — todos os que fallam portuguez, — e toda a vida d'uma litteratura vasta com muitos seculos d'existencia. E esses contrabandistas da litteratura, vendem tudo isso, — ó falsarios! ó Judas falsificados d'esta lingua prodigiosa, indomavel! — vendem tudo isso n'um livro reles, escrophuloso e mudo, não por trinta dinheiros, mas por uns miseraveis cinco tostões» (1).

Ao escrever tão longo arrazoado, ditado mais pela paixão, do que pela reflexão serena e culta, Domingos Tarroso, que se vangloriava de ter estudado e aprendido litteratura e muitas ciências que dizia então desconhecidas em Portugal, como se viu, passou em claro todo o panorama da história literária, esquecendo-se ou desconhecendo que poetas, pensadores e oradores gregos, latinos, medievais e modernos, como Sócrates, Platão, Horácio, Cícero, Dante, Filipe Sidney, Shakespeare, Dryden, Pope, Young, Wordsworth, Boileau, Victor Hugo, Teodoro de Bainville, Opitz, Lessing,

(1) *O Monopolio da Sciencia Official*, págs. 103-105, 106-107 e 108-109.

João de Barros, Garção, Garrett, Castilho e tantos outros dissertaram sobre poética, retórica e dramaturgia, aliando a arte de pensar, poetar e escrever à teorização respectiva, em retóricas, poéticas, ensaios ou fragmentos ocasionais (1).

Assim, cheio de audácia, adestrado nas lides jornalísticas e munido com a informação proveniente de leituras variadas, Domingos Tarroso meteu ombros à árdua empresa de conquistar um lugar na república das letras, varrendo desassombradamente todo o panorama da cultura portuguesa, passada a coeva, e alçapremando-se, nem mais nem menos, que à categoria de proclamador e fautor da nossa emancipação intelectual, de criador de uma filosofia nova, de organizador de um programa de renovação científica da literatura, de poeta filósofo, de discursor de Pedagogia, de orientador da mocidade, de pragmatizador político! Escrevia ele no prospecto de propaganda da *Philosophia da Existencia*: «Não temos pena nem vergonha de o dizer. Nas suas relações com a *Philosophia*, e pelo que lhe diz respeito, Portugal, chegado ao ultimo quartel do velho seculo XIX, transformou-se no *Hospital dos Invalidos d'Actividade Humana*. Por toda a parte onde roe a corrupção do ensino official, reina um velho professorado archeologico, fanatico e ignorante, — verdadeiras mumias, esqueleticas estatuas de cinza, cuspidas para cá pela idade media e que a luz do nosso século petrificou logo. É isto a velha *philosophia* universitaria. Uns esfurcados farrapos de escolastica, mal disfarçados pelo mysticismo eclecticico das doutrinas de Krause, sem um pensamento, sem uma organização unitaria, sem originalidade, uma *philosophia* de cebo, derrancada, emfim, muito idonea para mysticos langores seraphicos, decerto, mas ridicula e completamente desprezivel para educar e dirigir os directos filhos d'este seculo revolucionario... Eterna vergonha, — inapagavel! Este paiz que tanto e tão justamente se

(1) O próprio escritor cita em 1883, na sua *Poesia Philosophica*, págs. XXVI e XXVII, a poética de Teodoro de Bainville e o *Tratado de Metrificação* de Castilho!

preocupa com a sua independencia politica, não viu ainda que até hoje ainda não teve, nunca, independencia intellectual. Falto d'uma direcção superior, philosophica, Portugal tem arrastado miseravelmente uma vida d'emprestimo, pensado por conta dos outros, vivido inconscientemente das esmolas d'estranhos, escravizado, despresado, escarnecido como um povo selvagem. Depois de sete seculos d'uma tal existencia ainda não chegaria o momento de proclamarmos a nossa independencia intellectual? O que retarda o soar da hora da resposta ás allegações germanicas que nos apontam a nós, como á França, á Italia, etc. uns povos esphacelados, em decadencia? (Haeckel, *Natürliche Schoepfungsgeschichte*, pgs. 123 etc.). A falta da esphera culminante d'onde se deduza uma geral agitação transformadora para todos os dominios da nossa actividade intellectual, na sciencia, na arte, na politica, etc., a falta da larga concepção geral d'uma philosophia scientifica, fecunda, benefica, reformadora, e além d'isto natural, precisa, clara e intelligivel, é a razão suprema do nosso atrazo, do nosso esphacelamento geral, do triste estado d'uma geração dissecada já na juventude, esteril, morta e do cortante desdem que merecemos pela nossa deploravel situação de povo sem autonomia intellectual, sem actividade propria, sem originalidade de pensamento, sem uma vitalidade sua, consciente, — como um miseravel acephalo que se arrasta doente, paralytico, vivendo da caridade escarnecedora dos outros, vivendo das suas esmolas acompanhadas de lastimas, escarneos e pontapés. Se politicamente temos uma autonomia indecisa que não pode prolongar-se na situação em que estamos, fora d'ahi, como um povo que a si propriamente se dirige, como uma nacionalidade que espontanea e independentemente pensa, — Portugal não existe. Á face do mundo intellectual, do mundo scientifico, do mundo do pensamento, Portugal tem ainda uma menor existencia que a Polonia, a nação não existente. Urge erguer o grito do protesto contra este vergonhoso abatimento, contra esta paralyisia mortal. É o que faz, no seu livro, o auctor da

Philosophia Definitiva, trabalho inteiramente novo, onde todos os altos problemas geraes da sciencia experimental e da philosophia, n'uma conjuncção gêmea, são plenamente resolvidos. O auctor, tomando sempre por base os resultados incontestaveis da experimentação, da sciencia, dá uma solução total ao problema das cousas. No seu livro, a sciencia e a philosophia, sem que nenhuma d'ellas absorva a outra, transformam-se n'uma só entidade. Depois da sua leitura, sente-se que o espirito repousa, emfim. Todas as duvidas, todas as agonias, todos os desesperos, que o espirito do pensador encontra sempre na sua impaciencia d'uma interpretação total do Kosmos, desapparecem. Em face da exposição clara, simples e comprehensivel, como as leis da natureza, que o auctor nos dá sobre as cousas e sobre a sua evolução, fóra de todo o tradicionalismo, como fóra das especulações improvaveis ou contradictorias, os espiritos mais impacientes e de maior exigencia devem sentir-se consoladoramente satisfeitos, como tendo recebido em face o sopro vivificante da verdade... Este livro, que é o primeiro trabalho original que sobre philosophia se publica em o nosso paiz, desde que elle existe, não está, como d'isto se vê, filiado em nenhuma doutrina, em nenhuma eschola» (1). Abre o proémio da *Philosophia da Existencia* desta maneira: «O apparecimento de um novo livro em Portugal tem, desde ha muito, para mim a importancia de ser mais um vivo documento para comprovar a inaptidão paralytica, a ignorancia ferrea, o obscurantismo immundo e a bestialidade immensuravel que hoje constituem todo o seu conteudo e a unica originalidade notavel de quasi todos os productos intellectuaes d'este paiz» (2).

Com a ousadia e o orgulho próprios dos vinte anos, considerou-se o filósofo mais jovem: «... apresento á critica este livro, producto precoce das meditações fugazes, temerosas d'um philosopho juvenil ou — com mais exacção

(1) Págs. 1-2-3.

(2) Pág. 1.

ainda — o mais juvenil dos Philosophos. Até agora, o mais precoce de todos os philosophos fora Augusto Comte, que ainda assim fica vencido por 4 annos» (1). Plenamente convencido de que o seu livro apparecia «como uma cousa estranha, desconhecida, inintelligivel, inassimilavel no meio da grande decomposição intellectual d'esta nacionalidade singular» (2), propunha-se mostrar que «em pleno reinado de litteratos e de positivomaniacos, alguém houve em Portugal que, sem dar a menor importancia a uns nem outros de todos esses aborrecidos e somnolentos comparsas, ousou, pela primeira vez n'este paiz, dar dous passos à frente para tomar independentemente a palavra em nome das suas proprias idéas» (3). Para tal era necessario elevar-se acima de tudo, e subordinar-se unicamente à sua vontade e aos seus conceitos: «Eu escrevo o que quero e como quero sem que de modo algum me preocupe a maneira por que os outros vão pautada e regradamente exercendo este officio ganhapão. Dominado por varios sentimentos, a minha vontade é tudo. E a opinião publica, a apreciação, os mestres, as regras, a esthetica, a critica, sou eu» (4). Porém, ao apresentar um conspecto panorâmico, unilateral e restrito, da cultura filosófica de então, e seduzido pelas ideias do seu tempo, o lutador que, contra tudo e contra todos, pretendia entrar de antemão vitorioso na arena do saber, parece apresentar-se como um impulsivo que, com uma visão acanhada da história, se integra no pessimismo ambiental, descrente dos valores eternos, anticlerical, que «pensava que a moral é, ha-de ser sempre, uma ficção arbitraria, que a justiça é uma sophismação convencional, que o direito é

(1) *Philosophia da Existencia*, pág. xxxi. Segundo Littré, citado e transcrito por Tarroso, o pensador francês concebeu o seu sistema de filosofia aos vinte e quatro annos (1822): *Auguste Comte et la Philosophie Positive*, pág. 2, 2.^a ed., Paris, Hachette, 1864.

(2) *Philosophia da Existencia*, pág. 11.

(3) *Philosophia da Existencia*, pág. xv.

(4) *Phil. da Existencia*, pág. v.

uma illusão e um escarneo, e que por traz de todas estas idéas vãs só a necessidade ou a força existe, só ela obriga e impera, não sendo a humanidade absolutamente nada mais que uma grande horda de sombras, um enorme exercito de animais, um grande carregamento de machinas de consumo e producção que, levadas ao acaso sobre o dorso d'este enorme navio que chamamos Terra, e tendo o Sol por piloto, os planetas por companheiros de viagem e a lua por bote de recreio, vae atravessando o immenso oceano da existencia para as regiões do *Não-Ser* (1). A própria acção de pensar e discorrer, a ansiedade de penetrar nos arcanos do desconhecido e dilucidá-lo, e até a filosofia, tudo é dor: «A Philosophia, para os que sentem, é uma afflictiva lucta do pensamento que desesperadamente se debate e contorce, acorrentado no portico do Desconhecido, pelas Antinomias da Razão: e qualquer lucta é sempre um mal, uma agonia, — a Dôr. A Philosophia é, pois, um mal; — a Philosophia é uma agonia; — a Philosophia é a Dôr» (2). A compreensão e pseudo solução contraditória e antinómica dos problemas do espaço e do tempo, da matéria, das origens do Universo, da unidade ou pluralidade do ser deixam subsistir uma dúvida absoluta e absorvente que domina e atormenta a humanidade e conduz ao sofrimento, à dor, à morte, ao nada: «Impera absoluta a Dúvida. E de nada possuindo a certeza, nós somos talvez o escarneo da illusão, o sorriso do Mal incarnado. Asphyxiada pelo impossivel, azorragada pela duvida, a humanidade assim se ostenta lugubre, erguendo-se e caminhando caudalosamente para a voragem do tumulo, do nada, como um grande oceano que se forma refervendo convulsivo e rapido se esvae. Intellectualmente a nossa existencia é a Dôr. Physicamente a nossa vida é o Mal. Contemplemos o que vale, o que significa a vida d'esse misero sopro que chamam o homem, perante as revoluções immensamente incal-

(1) *Philosophia da Existencia*, pág. xi.

(2) *Phil. da Existencia*, pág. i.

culaveis da materia, perante as enormes edades, gigantescas, incommensuraveis, da condensação do universo... Viver é lutar pela existencia e toda a lucta é soffrimento. E a grilheta da Dôr, penosa de arrastar como a cruz legendaria do Christo, faz-me parecer mais que longo o instante fugaz em que existimos. Illusão! Nós vivemos o momento do meteoro que, surgido apenas, já vem de extinguir-se submerso entre as serenas ondas da atmosfera. E isto só, e para sempre, até que a humanidade um dia deixe fatalmente de existir. Nós não vivemos. Erguemo-nos para logo, subito, cahirmos como ebrios, eternamente sepultos. E pois se nada somos, tornemo-nos ao menos a indiferença que só deixa de o ser pela aspiração ao Nada. Será esta a ultima palavra do seculo» (1). A ciência proscreeve, como alucinação, a existênciã de uma vida futura, da alma, de um paraíso, e só deixa a compreensão do mal e do nada, a que se aspira para libertação do soffrimento, o que o autor concebe como niilismo filosófico, como última ideia do século. Em presença desta reflexão, o pensador não pode deixar de reconhecer que qualquer filosofia é uma religião e que qualquer religião não passa de uma filosofia inferior que apenas representa o espírito das primeiras épocas da humanidade. Conclui o autor que «uma e outra teem unicamente por objectivo Probabilidades e Crenças, d'onde falsa e violentamente se hão arrancado umas idéas estereis, ficticias, de lenitivo á Dôr. A differença porém, que separa as philosophias sãs das philosophias *psorentas*, é que os verdadeiros philosophos, aquelles em cujo craneo habita um raio de critica, elaboram os seus trabalhos racional e scientificamente. Elles são apenas simplicis investigadores no grande enygma da Existencia. Os outros, os das philosophias religiões, das intuições dogmaticas, são puros allucinados pelo mysticismo da ignorancia que julgam haver escutado as concepções monstruosas, as palinodias que

(1) *Philosophia da Existencia*, págs. 4-6.

expoem, dos rumores inaudíveis das profundezas do invisível. Os primeiros induzem partindo de factos observados. Os segundos deduzem apoiando-se na propria allucinação. Tais são as philosophias-religiões» (1). O mal, a agonia, a dor de filosofar estruturam-se na experiência, implicam a visão global do saber e da vida, e revigoram-se no método positivo: «A minha philosophia tem de comum com o positivismo o methodo. É tambem uma philosophia scientifica ou experimental, isto é, parte da experiencia para as theorias» (2). «A mais verdadeira de todas as philosophias será aquella que, perfeitamente racional, resolver as difficuldades do desconhecido mais naturalmente e com um maior numero das mais decisivas probabilidades. A philosophia é a sciencia geral que partindo daquillo que é, attinge a concepção d'aquillo que foi e d'aquillo que deve ser, interpretando superiormente a evolução total da Existencia» (3). «Assim a Philosophia será a sciencia das sciencias, a expressão que synthetisa as trabalhosas construcções da idéa em conjuncção solidaria com os labores pacientes da sciencia experimental. A Philosophia e a experiencia dão-se mutuamente as mãos e nem ao philosopho é negada a capacidade do experimentador nem a este as mais claras affirmações d'um pensamento philosophico» (4). Todavia, dentro do seu conceito unitarista de ciência e filosofia, em que os resultados daquela se casam com a reflexão filosófica inerente, extremam-se bem os campos: «A Philosophia existe independentemente, com toda a sua liberdade de acção, mas sem, contudo, dispensar o conhecimento perfeito das conclusões a que chegou, nas suas diversas subdivisões, a sciencia experimental. Serve, pois, a experimentação de base á Philosophia, mas não se substitue a ella nem se vae

(1) *Philosophia da Existencia*, pág. 7.

(2) *Philosophia da Existencia*, pág. 1.

(3) *Philosophia da Existencia*, pág. 8.

(4) *Phil. da Existencia*, págs. 7-8; e cfr. o que diz no prospecto de propaganda do livro, pág. 3.

pedir ao laboratorio e ás retortas do experimentador aquillo que só pode erigir um pensamento philosophico. É por isso que a nossa definição de Philosophia é tanto mais opportuna que os seus dominios estavam já sendo inconscientemente invadidos e absorvidos pelos apparatus da experimentação. Assim occupará cada cousa o seu lugar, todos aliás, relativamente honrosos. Na nossa definição a experiencia é o — *aquillo que é* — a Philosophia o — *aquillo que deve ser*. E a Philosophia, elevando-se assim sobre os resultados experimentalmente adquiridos, penetra para além das cousas sensiveis. Mas, justo é dizel-o, nunca a Philosophia foi outra cousa senão uma investigação ou comprehensão *d'aquillo que deve ser* partindo *d'aquillo que é*, mesmo nas mais subtilizadas construcções metaphysicas. Qual é o homem, qual é o philosopho, que pôde jamais fazer abstracção completa da experiencia adquirida no convivio constante das cousas?... A experiencia adquirida de todas as cousas nunca deixou de ser a base sólida, a luz fecunda e a ajuda inalienavel de qualquer systema de philosophia... A definição que apresentamos não é sómente applicavel, como facil é de ver-se, á philosophia parcial de cada sciencia, como tambem á philosophia propriamente dita, completa ou transcendental. A parte da nossa definição que directamente diz respeito á philosophia transcendental é a referencia á «interpretação superior da evolução total da Existencia», — a que deve ascender-se partindo da experiencia e d'accordo com as verdades adquiridas por toda a sciencia experimental. Á parte ser mais ou menos scientifica, mais ou menos experimental, nunca houve, não ha nem pode haver uma philosophia que não parta da experiencia. A nossa definição é, pois, completa; e, como por todo este livro, todas as escholas philosophicas poderão ver-se ahi espelhadas e mutuamente reconciliadas, porque não ha diversas philosophias total e absolutamente differentes, — como pensa a eschola comteana, — mas sim uma unica propriamente dita, aquella que todos os pensadores como tal contemplam, porque, — quem o contestará? — a

Philosophia é uma só» (1). Nestas condições, o pensador, o conceptor da filosofia, tem de abranger a experiência e o saber totais, o Universo inteiro, e, num anseio de comunicação, pretende derramar a luz e o direito, ainda que para isso tenha de aniquilar velhos preconceitos e de suportar as maiores perseguições e sofrimentos:

Traz tudo quanto ha no largo pensamento
e faz tremer a Ideia em rudes escarcéus
mostrando-lhe o que seja o vasto firmamento,
a Terra, a Vida, a Força, o Tempo e a Alma e Deus.

Para arrancar o mundo ao triste abatimento,
rasga na lucta audaz os negrejantes véus
que não deixavam ver algum deslumbramento
que havia de inundar a vastidão dos céus.

Quer derrubar na lucta o velho Preconceito
e matar a Ignorancia em horrida peleja
fazendo erguer á luz a estatua do Direito.

Mas como recompensa á ideia bemfazeja,
tem a fogueira atroz ou um miseravel leito,
os risos da canalha e a excomunhão da Igreja (2).

Mais tarde, em 1888, retomava as ideias expostas em 1881 e escrevia: «O Philosopho toma todos os grandes factos e todas as leis das sciencias phisicas, naturaes e sociaes. Munido com isso, que é a materia prima da sua obra, vê e descobre, por cima d'essas leis de cada sciencia particular, outros principios mais largos e geraes que explicam e dão a razão de ser de todas as outras leis. Esses principios superiores, muitas vezes subordinados a uma só grande idéa, são a Philosophia» (3).

Assim apresentado em largos traços o panorama da filosofia coeva, em que o autor se integrou, para melhor

(1) *Philosophia da Existencia*, págs. 11-12.

(2) *A Poesia Philosophica*, pág. 54.

(3) *O Monopolio da Sciencia Official*, pág. 134.

poder desfibrar a sua problemática e as soluções oferecidas, convinha revê-las e repensá-las, para aquela se tornar a equacionar e se procurarem novas e definitivas resoluções.

Um problema capital que seduziu a mente de pensadores como Platão, Aristóteles, Hugo de S. Vitor, Francisco Bacon, D'Alembert, A. M. Ampère, Comte, Spencer, Wundt e outros foi o problema da classificação das ciências. Domingos Tarroso considerou todas as classificações anteriores à sua como subjectivos actos de fé de metafisicismo antropocêntrico, estéril e deplorável, que, baseado em ideias preconcebidas, superficiais e falsas, urgia substituir por uma realidade universal fundada na própria evolução do cosmos, na própria constituição natural da matéria (1). Para tal, era preciso partir da fase universal anterior à condensação da matéria, a fase da existência exclusiva de espaço e de vácuo, em que nem sequer existia um átomo, e daqui passar à fase em que da substância-força surgem na imensidade numerosos núcleos de pequeninos pontos de matéria condensada, os *pré-átomos*, que em relação uns aos outros formam certos arranjos ou colecções de figuras próprias que se tornavam uma medida de relação no próprio espaço, e que, não estando fixos, mudam constantemente de lugar, animados por uma força atractiva que os move. O surto dos pré-átomos, multiplicando-se, desenvolvendo-se e movimentando-se no espaço, levou à constituição dos *átomos* pelo processo de aproximação contínua proveniente da gravitação universal, e os *átomos*, por meio de acções recíprocas, entraram em combinar-se, progressiva, mais perfeita e complexamente. Estas combinações prosseguiam condensando cada vez mais a matéria até à constituição molecular, que desentranhou a fenomenologia eléctrica, térmica, luminosa, etc., e que sucessivamente foi originando a nebulosa primitiva de que, pelo movimento dos seus átomos e pelo próprio, condensando-se e acelerando-se cada vez mais, se desarticularam os germes dos astros e

(1) *Philosophia da Existencia*, págs. 13-14, 19, 70.

dos futuros mundos, que, saídos todos da mesma origem e pelo mesmo processo, são idênticos e devem acalentar dentro de si os mesmos fenómenos, salvas as diferenças provenientes da sua distância solar. O astro tipo — a Terra — evolucionou até que surgiram as circunstâncias favoráveis à criação da vida: — «diferentes combinações variadas e mais perfeitas e complexas d'átomos realizam-se e a matéria, como por uma transformação, prepara e anuncia os seres organizados, que emfim apparecem entrando, por seu turno, n'um desenvolvimento gradual, que progressivamente alcançam» (1). Em sucessivas e progressivas transformações, os seres organizados logram atingir um desenvolvimento cerebral e intelectual que lhes permite uma adaptação mais fácil de existência às condições ambientais. A transformação e evolução dos seres organizados culminam no homem, que se torna, «pela complexidade do seu ser, pela sua intelligencia, pela linguagem, pela consciencia, etc. o rei da criação, admiravelmente destacado de todos os seus convivas sobre a terra pelas poderosas manifestações do seu desenvolvimento intellectual» (2). O remate de toda esta longa evolução e transformação é a vida social, em contínua progressão e aperfeiçoamento, preparatórias das «suas brilhantes conquistas, das suas obras admiráveis, do seu maior desenvolvimento e progresso intellectual» (3). Tarroso, partindo das relações de medida e posição da substância-força, que origina o pré-átomo, passando à estruturação da matéria e dos fenómenos inerentes, à criação do mundo e dos mundos, à origem da vida e sua adaptação, ao homem e à convivência social, articula temporal e logicamente os saberes relativos às fases referidas, dispondo-os pela «ordem por que a natureza as pronunciou gradualmente na sua evolução»: Matemática, Química, Física, Astronomia, Globologia «sciencia nova de criação necessa-

(1) *Philosophia da Existencia*, págs. 15-17.

(2) *Philosophia da Existencia*, pág. 18.

(3) *Phil. da Existencia*, págs. 18-19.

ria, indispensavel, formada pela reunião e condensação das tres sciencias particulares, — a Geologia, a Mineralogia e a Meteorologia» (1), Biologia, Zoopsicologia e Zoosociologia, Antropologia e Psicologia, e Sociologia. Como cúpula de todo este edificio que se desentranha da ordem do cosmos, intimamente estruturada na ciência e na experiência, avulta a Filosofia.

Situa-se Tarroso, a princípio, dentro de um *dualismo natural*, que considera como posição mais isenta de paradoxos, por admitir o duplo facto irreductível da consciência, a existência simultânea do *eu* e do *não eu*: «pôr em dúvida ou contestar a realidade do espirito ou do mundo exterior, ou mesmo de ambos, é não só contradizer forçadamente a consciencia, mas tambem affirmar, — nos dois últimos casos mormente, — a impossibilidade de toda a sciencia. Admitindo a dupla existencia do espirito e da materia, passamos além, contemplando como uma realidade o *eu* e a natureza» (2). Desenvolvendo a síntese da sua classificação das ciências, Tarroso expõe como, partindo da ideia de *pré-átomo* ou *átomo etéreo*, chegou lógicamente à concepção de *substância-força*, *substância primitiva*, *tudo-primitivo*, *substância-eléctrica*, *matéria-força*, *substância-pensamento*, *existência*, *Deus*, que, como primeiro gerador do mundo, existia e subsistia por si mesma, eterna, incriada, que tudo continha em si, sem tempo, sem espaço, sem causa, *términus fatal* e absoluto da sua lucubração cosmogénica: «Os primeiros atomos, ou para nós, *preatomos* teem um volume, teem dimensões embora extremamente pequenas e imperceptiveis. Esses *pequeninos pontos de materia*, dispersos pelo espaço em ondas tumultuosas, constituem para nós aquillo que até hoje era conhecido por *atomos ethereos*. D'onde veem esses pequeninos pontos de materia? Não será cada um d'elles já uma condensação? Os mesmos motivos logicos que até aqui nos levaram a fazer conclusões eguaes não podem

(1) *Phil. da Existencia*, pág. 19.

(2) *Philosophia da Existencia*, pág. 25.

forçar-nos a parar n'um qualquer ponto do nosso caminho racional. Imaginemos, pois, que tínhamos o poder de diluir os átomos ethereos, subdividindo-os sempre até dimensões inimaginaveis ou mesmo não existentes? O que resultaria d'ahi? Evidentemente uma substancia especial quasi uma *não-materia*, especie de substancia força, um fluido immensamente subtil, imponderavel, mas necessariamente real, contendo em germen, em potencia, a possibilidade da materia ponderavel que hoje conhecemos, com todas as suas differentes forças e formas, variedades e esplendores, — substancia-força apenas idealisavel e que contivesse em potencia tudo quanto hoje conhecemos. Essa substancia tendo precedido os proprios átomos, poderemos chamar-lhe *substancia-primitiva*. Mas não poderá perguntar-se d'onde vem tambem essa *substancia-primitiva*?... Tendo como formados d'essa substancia-primitiva todos os innumeraveis e immensos orbes que povoam o espaço e que se constituíram por uma condensação progressiva, não somos inevitavelmente levados a admittir que verdadeiramente, só sendo essa substancia a propria *Immensidade* é que poderia arrancar da sua subtilidade o facto enorme da condensação do universo ou dos universos que se desdobram ante a nossa imaginação suprehendida? Facilmente se conclui de tudo isto que a substancia em questão é o *tudo-primitivo* que, por isso mesmo, não pode vir de nenhuma outra cousa, porque nada existe fora d'ella... Tudo quanto existe, tudo o que tem uma existencia é alguma cousa, e alguma cousa, conforme as noções constantes que temos do mundo exterior, alguma cousa é forçosamente uma materia, uma substancia. O espaço, que existe, é uma existencia formada por uma substancia especial, necessariamente una, homogenea, informe, indistincta, igual por toda, sem condensações, mesmo indefinidamente pequenas, como os preatomos, sem intersticios, constituindo ella mesma o espaço, o *vacuo*, a existencia, a origem de todas as existencias secundarias, derivadas. Chegados a esta substancia primitiva, immensa, incommensuravel, que é tudo, que é todo o espaço, que

tudo contem em si, que é toda a existencia, eterna, sem tempo, sem espaço, sem causa porque é tudo, e por isso não pode vir de nada, nós, n'esta marcha vertiginosa do pensamento, somos obrigados a parar, emfim. Temos diante de nós uma materia, uma substancia, um meio incondensado, informe, indistincto por tudo, no qual ainda não começaram, por uma primeira condensação geral, a serie das evoluções da materia. Mas esse facto ia dar-se, essas condensações iam fazer-se, isto é, n'uma immensa região d'essa substancia constituindo a existencia do vacuo, uma multidão incomparavel de myriades de pequeninas condensações, de pontosinhos de materia, de pequeninos *nucleus*, os mais pequenos que imaginar-se possa, iam apparecer, como os arautos precursores das futuras manifestações do Universo... Para que essa substancia primitiva, una, informe, operasse em si as multiplicadas condensações d'esses pontosinhos de materia, d'esses nucleos, que ficaremos chamando *preatomos*, essa substancia não podia ser uma materia inerte, mas necessitava ter em si uma força ou antes e mais natural e racionalmente, precisava ser ella mesma uma força, isto é, uma *substancia-força*, porque é illogico, incomprehensivel, que exista uma força que se não manifeste por uma substancia, que exista uma força que não seja nada» (1). A força que coexistia na substância era, segundo Tarroso, a electricidade, e o autor afirmava que tal substância eléctrica era o primeiro gerador do mundo: «paraphraseando o Genesis: Ao principio era a substancia electrica e a substancia electrica era por si mesma, e a substancia electrica é o primeiro gerador do mundo» (2). Foi desta substância-força que se originaram os pré-átomos, que, por sua vez formaram os átomos, as moléculas e a matéria, por um acto de vontade, pelo pensamento, pelo sofrimento: «Esta materia-força condensando-se simultanea e repetidamente em innumerados pontosinhos diminutissimos, exis-

(1) *Philosophia da Existencia*, pág. 35.

(2) *Phil. da Existencia*, págs. 31-37.

tindo apenas, creou os preatomos que deviam formar os atomos e estes e as moleculas, constituindo-se assim a materia. Mas, para que essa substancia-força primitiva realisasse esse facto incomparavel, fazendo essa multidão de debeis condensações, origem esplendida das mais assombrosas maravilhas, fel-o, como necessariamente era preciso, por uma aspiração inconsciente, indefinida, por um acto d'uma certa vontade, por realisar uma especie d'um querer ineffavel. Ora, um acto de vontade suppõe uma intelligencia, um ser que aspira; logo a Substancia-Força, essa materia electrica indistincta, era ao mesmo tempo um Pensamento immenso, isto — uma Substancia-Pensamento... A substancia-força, substancia-electrica ou substancia pensamento, — é a mesma cousa — condensa em si mesma e de si mesma, por um acto de aspiração propria e indefinida, multidões redobradas de preatomos. Esses preatomos, pelo facto mesmo da sua condensação, tornam-se distinctos, independentes, autonomos no meio d'essa substancia una que, comprimindo-se, os condensou e rejeitou da sua unidade. Com a criação d'esses preatomos, embora innumeraveis, nada se enfraqueceu, nada perdeu a substancia-primitiva, porque nada lhe era tirado nem destruido, ela nada perdia de si, pois que a materia d'esses preatomos, com a só differença de ser condensada, continuava a existir e a occupar um lugar n'ella, em seu seio, sem que da sua existencia nada sahisse. Tambem nada se dilatou ou enfraqueceu com essas condensações em si mesma, porque por isso responde a extensão immensa, enormissima, d'essa Substancia. O Preatomo sahido d'uma substancia-pensamento e nada podendo haver perdido dos seus attributos primitivos, sentia-se na sua existencia dormitativa, tinha uma dubia e constante aspiração, confusa ou infusa, elle era a possibilidade d'uma idéa, d'um sentir latente, dormente, sem consciencia de si mesmo, exactamente como a substancia de que era formado, — elle era um *pensamento*, mas em relação com a sua existencia, com o volume do seu ser, do seu corpo, da sua massa, isto é, um *pensamento* quasi o mais

pequeno que conceber-se possa. O preatomo, tendo sido comprimido, tendo sido reduzido por uma grande força a uma condensação violenta, encontrou-se desde todo o principio constrangido numa situação forçada, anormal, afflictiva quasi... Creado por uma necessidade e para bem da Substancia-Pensamento que, para tornar-se superior a si mesma, descarregou fatalmente sobre elle o mal d'uma situação quase eterna, uma cousa ao menos o salvava, é que o sentimento, a intelligencia dormia n'elle n'um estado de inconsciencia latente. Mas soffria. E assim o soffrimento, a lugubre palavra do pessimismo surgiu logo indelevelmente escripta com o «accordar das primeiras auroras da natureza» (1). O pré-átomo anseia por libertar-se da sua própria existência incomportável, por dissolver-se e reverter e reintegrar-se na substância primitiva que o criara; mas, por um *querer*, por uma *voluntade* eterna e irrevogável, procurava aliar-se e unir-se a outros pré-átomos, formando os átomos ou elementos simples da Química, que, por sua vez, deram origem às moléculas e às grandes massas: «Emfim as grandes massas constituem-se e a gravitação, isto é, a aspiração persistente da materia a condensar-se, a unir-se, coadjuvada como indicamos, explende na sua realidade maravilhosa» (2). Também a matéria ponderável, precipitada e comprimida no seu mal estar e na sua situação, aspira inconscientemente a libertar-se, e assim se une e combina para produzir forças ou movimentos criadores da electricidade, que não passa de uma dissolução de pré-átomos que então conseguem volver a um estado de *fluidade*, muito semelhante ao primitivo (3). Toda esta pugna titânica que se trava nos espaços e que aparentemente reveste o aspecto de luta pela existência, não passa de luta pelo regresso à substância primitiva, de luta geral pela *não-exis-*

(1) *Philosophia da Existencia*, págs. 31-40.

(2) *Phil. da Existencia*, pág. 41.

(3) *Phil. da Existencia*, pág. 41.

tência. Constituídos os mundos e envolvidos pelo elemento aquoso, novas combinações de átomos dão origem ao fenómeno supremo da vida, que surge no mar primitivo, espontaneamente, em fortes conjuntos de compostos ternários ou quaternários de hidrogénio, oxigénio, azote e carbono, sob a forma de seres rudimentares — as *moneras*, de onde provieram, por transformações contínuas, no discurso dos tempos, todos os organismos inferiores e superiores que existiram e que existem: «Á face d'isto não tem aqui nenhum valor a objecção de que o inferior, — a materia inorganica, — não pode produzir o superior, — a vida. Os átomos da materia inorganica, realizando combinações mais complexas, superiores, attingiram, transformando-se — mas não fazendo surgir nada de novo *ex nihilo*, — attingiram pela sua mutua união um estado superior e assim continuaram a ascender n'uma transformação progressiva, a aperfeiçoar-se... Sobre a terra onde vivemos, todas estas transformações ininterruptas, — resultantes d'uma Aspiração incessante por um modo de ser superior, attingiram até hoje o seu maior estado de perfeição, realisaram a sua mais elevada obra no Homem» (1). Porém o homem está longe de ser um ente perfeito, estável, definitivo e independente, pois não passa de um instrumento laboriosamente criado pela matéria, ao fim de milhares de anos, para produzir a *força*, a electricidade orgânica, o *pensamento*, resultado de uma substância que existe, que se produz e evapora lentamente, para se identificar com a *Substância-Pensamento*, ou substância-eléctrica, de onde provém tudo e que tudo em si contém (2). Para a luta pela sobrevivência, criou a matéria, em todos os seres vivos, órgãos imperiosamente necessários, a par com outros quase desnecessários, destinados a desaparecerem, e, entre aqueles, avultava um que produzia a substância-pensamento, que transforma e conduz o *criado* para o *não criado*, o *ponderável* para

(1) *Philosophia da Existencia*, pág. 45.

(2) *Philosophia da Existencia*, págs. 46-47.

o *imponderável*, a substância-pensamento do organismo individual e efêmero para a substância-pensamento eterna, por meio da dissolução dos pré-átomos. O pensamento humano, qualitativa e perfeitamente igual à *Substância-Pensamento*, tem um substrato e o seu poder cresce proporcionalmente à quantidade de substância pensamento que o constitui. Tarroso identifica, no homem e nos outros seres vivos, a substância-pensamento com o que vulgarmente se chama a *alma*, esta com a *Substância-primitiva*, tornada ao seu estado por uma dissolução regressiva, pelo que a *substância-alma* é imortal e eterna, e pela morte, isto é, pela dissolução dos pré átomos que ela constituía, entra na eternidade, na imortalidade serena e feliz. Finalmente o *tudo eterno*, a *existência*, a *substância-primitiva*, a *substância-primitiva eléctrica* ou *pensamento* é o mesmo que o *princípio e origem de todas as cousas*, o *tudo-uno*, a *força universal*, a *alma do mundo*, a *inteligência infinita*, — o *ente supremo*, *Deus*, e, qualitativamente, a nossa alma, o nosso pensamento e Deus são perfeitamente iguais; mas, longe de caminhar no terreno panteista, Tarroso considera o pré-átomo, pelo próprio facto da sua condensação, com existência livre e independente e distinto da substância-pensamento, e admite a fórmula monista: *Deus est in nobis; in Deo vivimus* (1).

A noção de espaço e de tempo provém da própria ideia de identidade qualitativa do nosso pensamento com a substância-pensamento eterna. Há apenas uma realidade originária, a *existência*, uma matéria única, especial, singular, que é tudo, e fora da qual nada há. Como indistinta, uma, amorfa, igual por toda, homogénea, inintersticial, sem nenhum ponto de distinção, como substância informe, não há nela qualquer relação de posição ou de distância entre pontos distintos, e também não há qualquer relação de sequência. Por conseguinte, não havendo distância nem sucessão, não se dando condensação e separação, não pode haver espaço nem tempo, e, só depois que houve condensa-

(1) *Philosophia da Existencia*, págs. 46-49.

ção de substância em matéria e sucessão de condensação, puderam surgir espaço e tempo, pois que só então houve coexistência e sequência: «...quando um grupo de preátomos surgiu *aqui*, outro *mais além*, diversos grupos em *diferentes pontos* e a *distancias* maiores ou menores, então o *espaço* realizou-se n'essas condensações que operavam uma distinção entre si e a Substancia Primitiva» (1). «A substancia-pensamento, deixando de ser totalmente una pela condensação em diversos pontos de si mesma dos preátomos distintos, ponderaveis, devia principiar a comprehender o *espaço* que realmente surgia e se revelava, dando-se assim antecipadamente o mesmo facto por que mais tarde os seres vivos deviam adquirir a ideia *d'espaço*, isto é, pela existencia simultanea de diversos corpos ponderaveis affirmando-se no seio do indistincto» (2). «Antes da *creação* tudo era uma só cousa, sem corpos distinctos e autonomos que podessem dar lugar a acções ou movimentos de sequencia, unica cousa que realiza a ideia de *tempo*, — que em si, como o *espaço* não é nada» (3). Em síntese: «A existencia do espaço é uma questão de coexistencia de duas cousas. O tempo uma questão de sequencia de duas cousas que se sucedem» (4). Nestas condições, Tarroso conclui naturalmente que a ideia de um tempo eterno que não teve principio, é absurda, que *eternidade* é a negação da medida de tempo, e concomitantemente que a concepção de um *infinito* não passa de mera alucinação de generalizações inconsideradas (5).

Amplificando a síntese inicial da seriação das ciências, baseada no desenvolvimento efectivo da matéria na evolução do Universo, Tarroso apresenta como suas qualidades primárias o número, a extensão, a forma e o movimento,

(1) *Philosophia da Existencia*, pág. 53.

(2) *Philosophia da Existencia*, págs. 53-54.

(3) *Philosophia da Existencia*, pág. 54.

(4) *Philosophia da Existencia*, págs. 67 e 83.

(5) *Philosophia da Existencia*, pág. 67.

inerentes e coeternas em todos os corpos e o estudo das quais constitui o objecto da Matemática, a ciência que, necessariamente, primeiro se desentranhou da matéria originária, da primeira condensação da substância-força, e que, com as suas partes, Aritmética, Álgebra, Geometria e Mecânica, tem também uma função imprescindível no conjunto das ciências físicas e naturais (1).

A ciência que Tarroso coloca em 2.º lugar na ordem da criação dos saberes é a Química, cuja origem assenta na íntima combinação dos elementos provenientes do desenvolvimento efectivo da matéria na sua constituição, combinação filha das afinidades e dos movimentos próprios de tais elementos (2). Considerando-a como a ciência das acções e modificações íntimas dos corpos e por isso mesmo a que trata de um dos mais altos problemas da Filosofia e da Ciência, a constituição da matéria, Tarroso atribuiu-lhe valor fundamental na especulação. Integrando-a na concepção da teoria atómica, cujo panorama histórico resume, aceita o princípio de que a matéria não pode imaginar-se infinitamente divisível e sujeita à possibilidade de uma desconcentração ilimitada, pois que tal ideia era desmentida pela realidade do movimento dos corpos. Aduz a favor daquela teoria as leis de Wenzel, as ideias e experiências de Richter, de Dalton, de Proust, de Gay-Lussac, de Avogadro, Ampère, Mitscherlich, Dulong e Petit, que, fundamentando a teoria atómica, implicam para Tarroso, de certo modo, também a unidade da matéria. De facto, muitos corpos julgados simples tinham sido decompostos; e a descoberta de qualquer processo de análise poderia levar à decomposição de muitos corpos até então tidos como simples, e as observações sobre a polimerização levaram-no a concluir que as diversas variedades de corpos simples resultavam de um único corpo simples de que elas constituíam os polímeros; as propriedades diferentes de molé-

(1) *Philosophia da Existencia*, págs. 73-75.

(2) *Philosophia da Existencia*, pág. 76.

culas da mesma composição atômica, as leis de Dumas, a análise espectral dos astros confirmavam, para Tarroso, a ideia da unidade da matéria, e que todos os corpos deviam ser apenas concentrações de um elemento simples primitivo: «É pois perfeitamente racional e evidentemente necessario admittirmos que os atomos são apenas os *radicaes compostos* do mundo inorgânico, cujos ultimos elementos são individuações inteiramente simples, compostas todas d'uma mesma matéria. D'estes factos, pois, facilmente decorre a conclusão que os diversos corpos chamados simples em chimica são simplesmente *indecompostos*, constituídos por um aggregado d'atomos simples, formados por uma só materia e aos quaes, portanto, visto que elles são elementos dos atomos, — chamamos *preatomos*» (1). «Os modos diferentes por que esses preatomos se uniram, se concentraram uns por relação aos outros, a diversidade na relação das suas posições reciprocas e do seu duplo movimento de rotação e translação, é que deram logar às diversas e variadas apparencias com que a materia se nos apresenta. Não, que haja mais que uma só materia, mas porque essa pelos modos variados da sua intima constituição atomica se nos revela differentemente, sob diversos aspectos e apparencias, que n'ella são simples accidentes ou modos de constituição» (2). O autor é naturalmente levado à concepção monista, mas não a um monismo materialista, porquanto a substância-força que constituia os universos não era inerte, e a própria matéria, resultante imediata da condensação dessa substância pela aglomeração dos pré-átomos, é dotada de movimento e de pensamento que eles lhe comunicaram, porque em si os continham em germe e em potência, concomitantemente com a vontade e a intelligência, como succede também nos organismos vivos, inclusive no humano: «A unidade da materia, como a deixamos affirmada, levamos à concepção do monismo, isto é, que a substancia que

(1) *Philosophia da Existencia*, págs. 77-82.

(2) *Philosophia da Existencia*, pág. 84.

constitue o universo ou os universos com tudo que n'elles existe, é uma só, e unica, e que nós por nossa vez formulamos dizendo que a *força*, ou a substancia-força, condensando-se a si propria em myriadas de pontos creou os elementos de toda a materia palpavel conhecida» (1). «Pelo que experimental e scientificamente se observa, uma matéria que continuamente se move, se agita, se transforma, se aperfeiçoa e trabalha, não é, não pode ser inerte, e uma tal idéa, se quizer ser mais que um — *Admitta-se* — provisorio é um monumental absurdo. Ou os elementos da materia se movem ou não. Se não se movessem o universo seria um immenso cahos amorpho, morto, extincto. Não o é, e portanto elles movem-se, agitam-se ininterrompidamente. Logo, a materia não é inerte» (2). «Se os preatomos teem uma aspiração e se agitam e luctam,... elles teem nesse caso uma vontade, uma surda intelligencia, um pensamento em potencia, ao menos. Incontestavelmente. Pois se elles se agitam não n'um cahos, mas sempre nos limites d'uma certa e progressiva ordem e manifestamente com um *fim*, se elles attingem esse *fim*, elaboram construções formidaveis, e, finalmente, alcançam o mais elevado termo da sua elaboração produzindo a idéa, o pensamento, porque rasão dariam elles aquillo que nem em germen tivessem? Os organismos vivos compostos com os mesmos corpos existentes no mundo inorganico, e só com esses, se possuem a vida é porque esses corpos lh'a deram, e se elles lh'a deram é porque a tinham e lh'a podiam dar, porque é impossivel que uma cousa possa dar o que não tem, — ao menos em potencia, em germen... O organismo humano possui o pensamento porque os elementos que o constituem o continham em germen e, dissolvendo-se, poderam dar-lh'o, produzil-o. Logo a possibilidade do pensamento, da idéa, dorme na materia inconsciente, conseguindo, pela complexidade dos organismos vivos, attingir ahi gradualmente o

(1) *Philosophia da Existencia*, pág. 85.

(2) *Philosophia da Existencia*, pág. 86.

seu desenvolvimento, a sua dilatação expansiva. Mas esses corpos simples, a materia, os preatomos, que necessariamente foram creados e d'alguma cousa, para possuirem essa possibilidade de pensamento, essa *idéa* adormecida, essa intelligencia em germen, era preciso que o grande Todo-Uno-Indistincto que os creou, a possuísse tambem e lh'a tivesse dado, o que terminantemente se afirma como d'uma necessidade absoluta. Assim, a Substancia-Força, comprimida e adormecida no preatomo, voltando pela dissolução d'estes ao seu estado natural, desabrocha plenamente na *alma*, no pensamento dos organismos superiores. D'este modo, se a unidade da materia nos conduz ao *monismo*, esse monismo não pode ser materialista» (1).

(Continua)

L. SAAVEDRA MACHADO

(1) *Philosophia da Existencia*, págs. 88-89.

ASPECTOS DA CULTURA CLÁSSICA DE FRANCISCO ADOLFO COELHO (1)

A Francisco Adolfo Coelho, pedagogo e filólogo especializado nos domínios da Linguística Geral e Românica, deve-se a introdução em Portugal dos estudos científicos da linguagem, a aplicação dos métodos rigorosos da ciência alemã (2), que contrastavam com o verbalismo meramente retórico de grande parte do ensino do Curso Superior de Letras (3).

Mas, apesar de não ser um especialista dos estudos clássicos, estes não deixavam de lhe interessar, e possuía mesmo um conhecimento regular destas matérias, que evidenciou em vários trabalhos publicados, entre os quais focaremos: — *O Plano de Instrução Geral na Grécia Antiga*, in *O Instituto*, vol. 50, 1903, págs. 641-655; *O Plano de Instrução Geral na Roma Antiga*, na mesma revista, vol. 51, 1904, págs. 65-73, 129-139, 193-202, 577-591, 705-720; *Exercícios Corporais e Desenvolvimento Moral*, no *Boletim da Direcção Geral de Instrução Pública*, vol. IV, ano IV, 1905, págs. 369-440; *A História dos Exercícios Físicos na Sua Relação com o Desenvolvimento Moral*, in *Arquivos da Universidade de Lisboa*, vol. II, 1915, págs. 165-208 (4). Há a acrescentar

(1) Os textos citados são, no geral, modernizados ortograficamente.

(2) A cadeira de Filologia Comparada foi especialmente criada para ele no Curso.

(3) A propósito destes assuntos concernentes ao Curso e ao ensino dos seus mestres, pode ver-se Manuel Busquets de Aguilar, *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*, Lisboa, 1939.

(4) À primeira parte, *As Doutrinas*, inserta no *Boletim da Direcção Geral da Instrução Pública*, seguiu-se a segunda, *Os Factos*, que teve de sair nos *Arquivos da Universidade de Lisboa*, por ter aquele Boletim suspenso a sua publicação.

ainda um estudo sumário, destinado a compêndio do Ensino Liceal: *Curso de Literatura Nacional para Uso dos Liceus Centrais: II. Noções de Literatura Antiga e Medieval, como Introdução à Literatura Portuguesa*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, s/d., mas cuja prefação está datada de «Lisboa, 30 de Setembro de 1881», e um trabalho sobre *A Pedagogia do Povo Português*, que versa especialmente sobre provérbios, inserto na *Portugalia*, 1, 1898, págs. 57-78, 201-226 e 478-496.

Um testemunho dessa cultura clássica e das possibilidades docentes de Adolfo Coelho neste sentido é ainda o caso da substituição de Pinheiro Chagas na regência da cadeira de Literatura Grega e Latina, quando este notável escritor em 1893 foi nomeado Presidente da Junta do Crédito Público e por isso ficou inibido de reger a referida cadeira durante três anos. Adolfo Coelho, perante as pretensões de Teófilo Braga a essa substituição, com alegações jurídicas improcedentes, apresentou-se também como candidato, e, à falta de provas prestadas, pois fora nomeado sem concurso, a título de distinção, exhibia os títulos da sua eleição para membro do Instituto Arqueológico do Império Germânico (1).

Essencialmente pedagogo, é sobretudo em assuntos de natureza pedagógica que iremos surpreender um pouco da sua cultura clássica.

No Curso Superior de Letras foi Adolfo Coelho encarregado de reger um curso de Pedagogia do Ensino Secundário. Ciente de que para ampla compreensão das questões concernentes ao plano do ensino liceal era imprescindível

(1) A história desta polémica, que foi longa e persistente, pode ver-se em Busquets de Aguilar, *op. cit.*, págs. 224-242. Teófilo Braga alegava em seu favor que prestara no concurso uma prova de matéria clássica, e estribava-se numa categoria inexistente à face da lei, de *substitutos legais*. Afinal os dois contendores regeram matérias clássicas no Curso. Adolfo Coelho veio ainda a substituir o professor Viale, por ocasião da jubilação deste (cf. Busquets, pág. 238).

uma visão retrospectiva, que mostrasse o que esse plano fora no passado, e assim os antecedentes das questões contemporâneas, — começou por estudar o plano da instrução geral na Grécia e na Roma antigas.

* * *

Adolfo Coelho considera em primeiro lugar o fim da Educação entre os Gregos. Este a princípio não se discutia: estava imanente na tradição, nos costumes, era conforme ao génio, carácter e aspirações do povo, embora variasse consoante as regiões. De base predominantemente estética, conquanto do elemento estético se não separasse o ético. Havia a preocupação da força, não porém excessiva. Procurava-se a destreza, a agilidade, a beleza. Um corpo forte dominado pela vontade, ao serviço dos altos interesses da cidade e sensível aos produtos da arte — a suprema glória nacional — será o resumo desse ideal educativo, o ideal do belo e bom, καλὸς καὶ ἀγαθός, ou seja a καλοκαγαθία.

Esse ideal decaiu, porém. Pertencia aos antigos, era a educação velha, que produziu os heróis de Maratona: a pouco e pouco ei-la substituída por uma educação nova, que, no dizer de Aristófanes (na disputa do Justo e do Injusto, nas *Nuvens*), gera indivíduos crapulosos. Com o progresso científico surge a hesitação, a indecisão quanto aos objectivos educacionais, que Aristóteles nos refere (*Polít.*, liv. v, cap. 1, 3-4, na interpretação de Barthélemy Saint-Hilaire, que A. Coelho segue).

Encontramos agora a oposição do *intellectualismo* ao *voluntarismo*, a *educação intelectual* à educação do *carácter moral*. O utilitarismo faz a sua aparição, e há quem entre os seus propugnadores inclua Sócrates, pelo elogio do trabalho manual que este faz nas *Memoráveis* de Xenofonte. Coelho rebate esta opinião: Sócrates teria apenas em vista

reabilitar o trabalho manual, considerado então indigno de um homem livre. E conclui:

«Se Sócrates reconhecesse como legítimo, como útil, só o trabalho que tivesse por fim alimentar um proprietário, os seus escravos, os seus bois e os seus porcos, condenar-se-ia a si próprio, ele cujo trabalho teve por fim criar a ética, a estética e a lógica. A verdade é que os utilitários do passado, como os do presente, se acham facilmente em posição contraditória. [...]»

A síntese terá de ser esta: «Na educação helénica dos bons tempos há uma evidente direcção idealística, que cede desde a época dos Sofistas a tendências grosseiramente utilitárias. No período de sujeição a Roma a παιδεία terá por fim principal fabricar oradores mais ou menos vazios.» (1).

* * *

Passa a seguir ao significado da παιδεία, que designava entre os Gregos o que nós chamamos *instrução* ou *educação geral*. Sobretudo em Atenas compreendia as letras, a música, a gymnástica, a que alguns acrescentaram, segundo Aristóteles, o desenho, educação intelectual, a que se ligava intimamente a moral e física (2).

Aponta depois a simplificação da designação dos elementos constitutivos da παιδεία, segundo Platão no livro II da *República*: vemos a *gymnastica*, a interessar ao corpo, a *musica* a interessar à alma (3). Mencionam-se os quatro

(1) *O Instituto*, vol. 50, pág. 645.

(2) A etimologia de παιδεία, relacionada com a raiz indo-germânica *pan*, «gerar», é apresentada no artigo *A Pedagogia do Povo Português*, in *Portugalia*, I, págs. 204-205. — Segundo Platão (*Rep.*, II, ed. Didot, II, 35), diz-nos, relaciona-se a *pedia* com a τροφή, alimentação. Aristóteles emprega παιδεία como sinónimo de *educatio*, παιδεύειν = *educare, instituere*.

(3) *O Instituto*, vol. 50, pág. 646.

graus de sabedoria para os Pitagóricos — Aritmética, Música, Geometria e Esférica (ou Astronomia).

E o autor fixa-se agora na Educação que em Atenas precedeu o advento dos Sofistas. O *gramatista* ocupava-se do ensino da leitura e da escrita e dos rudimentos do cálculo numérico; depois vinha o *gramático*, com a recitação e explicação dos poetas; o *citarista* dedicava-se ao canto e execução musical, na cítara, e finalmente o *pedótriba* encarregava-se do ensino gymnástico.

No último quartel do século v o sofista Górgias introduz na Ática a Retórica, como arte — a Retórica em que haviam brilhado Córax e Tísias (1). No *Axioco* o geómetra está também entre os mestres da mocidade, e Anaxágoras ensina a Astronomia. A Filosofia agitava as esferas da actividade intelectual, com Eurípides vivia no drama; não era, todavia, objecto de ensino regular.

No ensino do gramático os principais autores são Homero, Hesíodo e os poetas gnómicos, mais tarde os líricos e depois Eurípides. Há a preocupação das *gnomas* e a concentração do ensino. O que hoje entendemos por *Gramática* é uma disciplina cujo ingresso no plano de estudos se realiza lentamente: surge depois da Retórica, da Poética e da Lógica, e mesmo no tempo de Aristóteles ainda se reduzia a pouquíssimo (2). A princípio a τέχνη γραμματική consistia apenas em rudimentos de fonética ou teoria dos fonemas.

O filósofo cínico Antístenes só vira na linguagem ὀνομάτων συμπλοκήν. Platão, no *Crátilo* e no *Teeteto* (3), estuda o assunto: o discurso considerava-se formado por ὄνομα + ῥήμα, esta a palavra da acção, a outra a do agente. Mas a palavra ῥήμα evoluiu quanto à significação: de sinónima de λόγος, μῦθος, ῥήσις, restringe-se à significação de provérbio, e há provérbios, os tão conhecidos e simbólicos

(1) Grafado *Teisias*.

(2) *O Instituto*, 50, pág. 647.

(3) *Id.*, *ibid.* pág. 648. Grafados *Kratylo* e *Theaetetes*.

γνωθι σεαυτόν, μηδέν ἄγαν⁽¹⁾, que não contém nome, — e assim se encaminha para a solução do problema a argúcia de Platão.

A terminologia gramatical vai-se a pouco e pouco precisando, com Aristóteles, e com os estóicos, como Dionísio Trácio⁽²⁾, autor da distinção — ὄνομα (substantivo e adjectivo), ῥῆμα (verbo), μετοχή (particípio), ἄρθρον (artigo), ἀντωνυμία (pronome), πρόθεσις (preposição), ἐπίρρημα (advérbio), σύνδεσμος (conjunção).

Platão elabora um plano de educação para os guardas do Estado. Mais tarde aparece a enciclopédia alexandrina, núcleo do ensino secundário. Embora Teócrito seja um autor original e vivo, o ensino de Alexandria era sobretudo livresco. Aristóteles e Teofrasto orientam-se para o estudo das ciências — o primeiro para a zoologia, o outro para a botânica. Mas a reflexão profunda de Sócrates teve como consequência o desenvolvimento da sofística, «que destruiu, com a ingenuidade antiga, as bases do carácter helénico»⁽³⁾.

* * *

Adolfo Coelho ocupou-se também do estado da Educação em Roma.

Os Gregos tinham sido auto-educadores: os Romanos tiveram um sistema educativo próprio, muito simples, mas desde cedo se deixaram influenciar por sistemas estranhos — gregos, umbros, etruscos. A organização de Sérvio Túlio é de base helénica. A educação grega acabou por generalizar-se, e o sistema greco-romano irradiou para todos os

(1) Grafado μηδέν ἄγαν. Na mesma página encontramos συνδεσμοί, mas o ο pode ser um erro tipográfico (em vez de um σ). O acento circunflexo em πτώσεις (por πτώσεις) não se explicaria, bem como a acentuação de συνδεσμοί (por σύνδεσμοι), e o acento agudo em φυσική (por φυσική) ἀκρόασις [pág. 652].

(2) Id., *ibid.*, pág. 649. No texto *Trax*, repetido na pág. 651.

(3) *O Instituto*, 50, pág. 654.

territórios do Império Romano do Ocidente e até aos Germanos e Eslavos, por influência do Cristianismo.

Todavia os Romanos não possuíam o sentido estético que caracterizava os Gregos. Coelho caracteriza-os assim: «Pobreza no domínio das coisas que suscitam a inteligência e estimulam o sentimento; energia da vontade dominada por motivos muito simples — a virtude estreitamente concebida (movendo-se sobretudo no círculo do civismo), a utilidade (também principalmente pública) considerada pelos aspectos imediatos e por assim dizer tangíveis —, a dureza de alma, que se manifesta, por exemplo, nas Leis das Doze Tábuas, e mais tarde no gosto pelos jogos circenses — eis as qualidades características do Romano, que só a influência da cultura grega havia de modificar em parte. O Grego tinha uma independência pessoal, que não encontramos no Romano, muito absorvido pelo egoísmo do Estado.» (1).

Refere em seguida a caracterização dos Romanos feita pelos escritores latinos, atentos ao lado favorável. *Gravitas, constantia, magnitudo animi, probitas, fides* — são as qualidades apontadas por Cícero (*Tusculanas*, 1, 1, 2), cujas opiniões são apresentadas, bem como as de Plínio, *Nat. Hist.*, xxv, 2, e Tácito, *Dial. de Oratoribus*, 5, e as palavras de Cornélia, em Cornélio Nepos, frag. 16, em Hermann Peter, *Historicorum Romanorum Fragmenta*, Lípsia, 1883, pág. 222 (2).

Uma prova é a primitiva Literatura Latina, cujo carácter é o do povo romano. Há pouca consideração para com as letras, para com os poetas e a poesia. Catão censurava Marco Nobilior pelas homenagens que este prestava a Ênio. Ênio, como Lívio, era um semi-grego (3).

De este modo se compreende como a velha educação romana se não podia basear na música e na poesia, como a

(1) Id., vol. 51, pág. 67.

(2) Id., *ibid.*, pág. 68. O assunto é também tratado no artigo de *Portugalia*.

(3) *O Instituto*, vol. 51, pág. 72. Citação de Suetónio, *De Grammaticis*.

grega. Exercícios físicos havia-os, mas não como parte integrante da παιδεία: a sua finalidade era militar.

O carácter da educação romana é descrito por Cícero como incerto, vário, privado. Era a educação das mães (Cornélia, mãe dos Gracos, Aurélia, mãe de César, Ácia, mãe de Augusto). E Coelho continua nas suas copiosas e documentadas citações de autores que interessam à educação — Cícero, Catão, Juvenal (este com a célebre sentença *Maxima debetur puero reverentia*). «A mãe de boa família era a mestra por excelência da língua.»

Seguem-se os assuntos do estudo — as matérias práticas de leitura, o bom uso.

Catão⁽¹⁾ foi o primeiro enciclopedista, da enciclopédia prática. Roma é feliz com o sistema, como o fora a Grécia com o dela, «muito profundamente diverso no seu teor geral»⁽²⁾.

A introdução do sistema educativo grego foi um alargar de horizontes. Todavia este tipo de educação não era o da época áurea, não era o que merecia os elogios de Aristófanes⁽³⁾: era o da decadência. Os Romanos opuseram-lhe restrições, mas a influência recebida foi profunda, não obstante isso.

Embora doméstica fundamentalmente, a educação em Roma parece que o não fora de modo exclusivo: fala-se de escolas em Gábios, no tempo de Rómulo e Remo, da escola frequentada por Virgínia, a vítima de Ápio Cláudio, e do mestre-escola de Falérios, a quem se refere Tito Lívio. Mas Coelho supõe tratar-se de transposições para o passado de factos coevos do historiador. E lembra o caso de uma biografia de Homero atribuída a Heródoto, que considera o Fémio da *Odisseia*, e o próprio Homero, mestre-escola à maneira dos do Império Romano.

(1) Normas de Catão muito citadas e ainda hoje válidas: *Rem tene, uerba sequentur; Nihil agendo, homines male agere discunt.*

(2) Id., *ibid.*, págs. 132-133.

(3) Id., *ibid.*, pág. 133.

Segundo Plutarco, o primeiro γραμματοδιδασκαλεῖον foi aberto por Espúrio Carvílio, liberto de Carvílio.

Coelho estuda o *ludus*, com as respectivas abonações. Refere-se ao jogo dos sentidos de *escola* e de *brincadeira*. Para evitar confusões, a escola designava-se por *ludus litterarius*. O sentido, que ficou, de *escola* teria sido influenciado pela palavra grega σχολή. A explicação de Festo de que o nome de *ludus* não queria dizer que na escola se brincasse, mas que se tratava de um termo propício, que afastasse ideias desagradáveis, Coelho julga-a especiosa. A escola não era lugar de prazer. Eram ali aplicados cruéis castigos corporais: é lembrar o *plagusus Orbilius*, a quem aliás Suetónio considera um dos mais ilustres gramáticos. Todavia Quintiliano toma posição contra os castigos corporais.

Aparecem nos os nomes das escolas e dos mestres, das correspondências latinas e gregas — *primae litterae, litteratura e prima litteratura, primus magister* (em Santo Agostinho), o *litterator* a corresponder ao γραμματιστής e o *litteratus* ao γραμματικός, a oposição de *magister* e de *minister* e o verbo *magisterare*, que para Festo equivale a *moderari* (1).

A propósito de Lívio Andronico e do verso satúrnio (2), entra Adolfo Coelho numa digressão histórico-literária. Fala da *parrhesia*, liberdade satírica de que fruíam, durante um período aliás curto, os cómicos atenienses, mas que Roma não estava disposta a tolerar; — da reacção contra a cultura grega da parte de Catão, que acabou por

(1) *O Instituto*, 51, pág. 139. Na opinião de Adolfo Coelho *magisterare* é que deriva de *magister*, e não o contrário. «Nada mais absurdo do que pretender achar na organização das corporações dos officios da Idade-Média, porque tinham um mestre (*magister*) e reuniam numa *schola*, a origem da aplicação do termo *magister* ao que ensina, e do de *schola* ao lugar onde se ensina. Um simples lance de olhos a um dicionário grego e a um latino fazia desaparecer a ilusão.»

(2) *Id. ibid.*, págs. 193 e segs.

aprender grego mais tarde e tornar-se um admirador de Tucídides.

Esta reacção anti-helénica não devia durar muito. São-nos referidos os princípios da escola grega em Roma. Coelho critica Plutarco, historiador de coisas romanas, as concepções de Suetónio, que admite várias lendas como história averiguada, e Camillo Jullien, que, citado por Henrique de la Ville de Mirmont, julga Carvílio discípulo do seu liberto.

Os estudos literários em Roma tiveram começos humildes (*initium mediocre*, no dizer de Suetónio). Crates de Malos, o seu introdutor, é rapidamente estudado, aludindo-se à sua teoria do *exocceanismo homérico*, na interpretação da referência às *noites claras* (*Odisseia*, x, 86) como sendo as noites curtas do Norte (1).

Com o *litteratus* aparece um novo ensino. Entra o estudo de uma língua e de uma literatura estrangeiras como parte integrante do *curriculum*, encaradas sob o aspecto literário. O sentimento estético dos Romanos desperta. Como surgiram os ócios, cultivam-se as letras. Os Romanos não querem ficar atrás dos Gregos, e o próprio Lúcio Emílio Paulo dá o exemplo. A cultura impunha-se, aliás, para assimilação e sujeição dos bárbaros (2). E igualmente a fixação literária do latim se realizou sob a influência do grego. E é larga e importante a história da influência do grego no latim (3).

(1) *O Instituto*, 51, pág. 198. Segundo esta doutrina, as viagens de Ulisses teriam tido como teatro, não o Mediterrâneo, como afirmavam Aristóteles e Aristarco, mas o Oceano ou mar exterior, interpretando-se o passo da *Odisseia* como referência às noites curtas do Norte. O passo é o seguinte:

ἔγγυς γὰρ νυκτός τε καὶ ἡματός εἰσι κέλευθοι.

(2) *Id.*, *ibid.*, pág. 201.

(3) *Id.*, *ibid.*, pág. 202. «Não é talvez inútil notar, pois entre nós se têm enunciado opiniões contrárias sobre o assunto, que, abstraindo as formas gregas da declinação empregadas pelos autores latinos, que os gramáticos registam como tais, e de alguns casos

* * *

Teria sido Sévio Nicanor o primeiro *grammaticus latinus* que abriu escola pública (1). Ao lado de este notabilizaram-se Marco António Grifo e Lúcio Ateio Filólogo.

O ensino da Retórica e o da Filosofia depararam com obstáculos maiores na sua introdução em Roma. Foi proibido por um senatusconsulto do tempo dos cônsules Gaio Fânio Estrabão e Marco Valério Messala, por um edito censório de Gneio Domício Aenobarbo e de Lúcio Licínio Crasso (2).

Todavia não podia deixar de haver oratória em Roma, que mais tarde ou mais cedo se dirigiria por meio de regras. As primeiras foram dadas por Catão, depois por Marco António. No *De Oratore* de Cícero, Crasso justifica a proibição pela falta de preparação dos *rhetores Latini* para dominar a complexidade de conhecimentos requerida (*rerum est silua magna*): quando essas escolas não o fossem de atrevimento e de impudência, deveriam ser preferidos os latinos aos gregos.

Os Romanos acabaram por congraçar-se com a Retórica, que passou para o plano da instrução geral. A Filosofia repugnava-lhes, porém, e bem assim o teor de vida dos filósofos, o escândalo da incoerência destes. Apesar de isso, depois da influência grega, generalizou-se também.

Cícero põe na boca de Marco António, no *De Oratore*, um elogio dos Gregos, cujo ensino se aprenderia oculta-mente, se tal fosse necessário, para não prejudicar a sua

raros de *sintaxe grega*, que as mesmas indicam, não houve influência directa do grego na morfologia e sintaxe latina: a Grécia ministrou o modelo para a *normalização literária* do latim. Também os romanos não transplantaram para a sua língua a prosódia do grego mas sim adoptaram a prosódia do latim à merificação do grego.»

(1) Id., *ibid.*, pág. 577.

(2) Os documentos são reproduzidos na pág. 578.

fama ante a opinião dos concidadãos. Era necessário con-
temporizar, devido a arraigados preconceitos dos romanos
que liam pela cartilha do velho Catão, e apenas, como o
Neoptólemo de Énio, lhes agradava uma parcela mínima
de filosofia...

Cícero reagiu lentamente contra esta atitude nacional.
Admirando os Gregos moderadamente, reconhecia que os
Romanos inventavam com mais sabedoria, que o que rece-
biam melhoravam, e acima de tudo cita aquele célebre
verso de Énio:

Moribus antiquis res stat Romana uirisque.

* * *

Depois de se ter ocupado da divisão da Filosofia em
três partes pelos Antigos, que não poderiam compreender,
aliás, tudo o que a esse respeito escreveram Platão e Aris-
tóteles, Coelho conta-nos que os Sofistas tinham admitido a
Dialéctica no quadro das sete artes, que passou para os
Alexandrinos e veio a ter larga vida no mundo romano.
Platão chegava a compreender a palavra *dialéctica* numa
acepção tão larga que abrangia toda a Filosofia.

Pedagógicamente falando, a grande opposição entre Pla-
tão e os Sofistas estava em que aquele via o único meio
seguro de cultura na Filosofia, considerando como prope-
dêntico o resto, e estes, que tinham a preocupação utilitá-
ria, faziam das artes (τέχναι), a cujo conjunto foi dado o
nome de ἐγκύκλιος παιδεία, o instrumento da Educação. Isó-
crates, eclético, tomou uma posição intermédia, de concii-
liação: partiu dos estudos comuns, enciclopédicos, para a
Filosofia, coroa do ensino.

Foi esta a norma para a Antiguidade. Cícero também
se mostra eclético, embora admire profundamente Platão
e Aristóteles. Aprecia grandemente Isócrates, «de cuja
escola os oradores saíam armados, como os guerreiros do

cavalo troiano», mas distingue com alta simpatia ao sofista Hípias, homem «de saber universal». E com um estóico, Diódoto, exercitara-se na Dialéctica.

O maior interesse dos Romanos dirigia-se à Filosofia Moral. Desejava distinguir-se pela virtude, — o ideal nacional, por opposição ao eto-estético dos Gregos. Mas havia também as necessidades da oratória a atender. Era pequeno o interesse deles pela Física. Todavia Cícero coloca na boca de Cipião um esplêndido elogio da Ciência Física, e em especial da Astronomia. Lélío, porém, nota inconvenientes nessa ciência, em relação à vida prática — o caso rememorado em versos de Eurípides, que pronuncia Aquiles na *Ifigénia em Aulide*, a propósito de um astrónomo esquecido do que se passava a seus pés, de embebido que ia na contemplação dos astros.

Cícero é a principal fonte para o estudo da Educação nos últimos tempos da República. Adolfo Coelho recorre também a outros, e lembra-nos o baixo utilitarismo dos Romanos, a propósito da *Epístola aos Pisões* de Horácio. Todavia rapazes e raparigas cantavam também belos carmes: — é o caso do *Carmen Saeculare* do mesmo Horácio.

Com Varrão vemos a união do patriotismo e da ciência, mas esta considerada de modo inferior. E os gramáticos impõem-se. É extrema a complexidade dos seus conhecimentos, que deveriam, na opinião de Valério Catão, «*omnes soluere posse quaestiones*». Mestres eminentes ensinavam, desde Eratóstenes, o *primeiro filólogo*, e em Roma Ateio Pretextato. Mas também se conheciam autodidactas, como Nicolau de Damasco.

Esta parte concernente à Educação em Roma, Adolfo Coelho conclui-a com os juízos de Cícero sobre as artes liberais, as causas dos mesmos e respectiva documentação.

Poder de convicção e qualidades morais era o que exigia do orador: «*Orator est, Marce fili, uir bonus dicendi peritus.*» Era o ideal do orador, e o *oratur perfectus* o ideal da cultura. «Esse ideal tinha, porém, tendência prática, ao contrário do espírito desinteressado dos Gregos.»

* * *

Em *Exercícios Corporais e Desenvolvimento Moral: — As Doutrinas* (1), Coelho ocupa-se, entre outras, das opiniões de Platão (págs. 7-9), de Aristóteles (págs. 9-10), de Quintiliano (págs. 10-11) e de Séneca (pág. 11).

É um resumo. Para Platão estriba-se principalmente no livro VII das *Leis* e no livro III da *República*. *Gimnástica* para formar o corpo, *música* para formar a alma; o conjunto constitui a *παιδεία*. A gimnástica abrange duas partes: dança e luta (*πάλη*) (2). A música diz respeito à música propriamente dita, à poesia, aos discursos, — a arte das musas. A harmonia da gimnástica e da música evitará a moleza e a grosseria.

Notaremos a interpretação que dá Adolfo Coelho da doutrina de Platão: «O essencial dessa doutrina de Platão está na ideia da unidade do progresso educativo físico-psíquico, da necessidade do equilíbrio entre os seus dois aspectos, de modo que não haja excessos nem numa direcção nem noutra, atendendo-se sobretudo ao resultado espiritual. Há aqui uma das inumeráveis manifestações da tendência fundamental dos Gregos para a harmonia e moderação que se exprime no provérbio *μηδὲν ἄγαν* — *ne quid nimis*.» (3).

Em Aristóteles (*Política*, liv. V (VIII)) há referência às letras (gramática), à Gimnástica, à Música, e às vezes ao Desenho — moderação e equilíbrio também.

Quintiliano, «professor, educador muito douto e perspicaz, dotado de sentimento literário delicado», dá a supremacia à educação mental. Séneca, na epístola LXXXVIII a Lucílio, considera as artes liberais como capazes de desen-

(1) Sirvo-me da separata — Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, fasc. de 74 págs.

(2) Fasc. cit., pág. 7.

(3) *μηδὲν ἄγαν* — grafado aqui correctamente.

volver a inteligência, desprovidas de valor, porém, no ensino da virtude.

* * *

A segunda parte desta memória, que tem como epígrafe *Os Factos*, publicou-a Adolfo Coelho nos *Arquivos da Universidade de Lisboa*, vol. II, Lisboa, 1915, págs. 165-208. Esboça-se uma história da ginástica. Três períodos, cujas características predominantes são: a *estética* (Grécia antiga), a *militar* (Roma antiga e Idade-Média) e a *científica* (tempos modernos).

O Estado grego, como observou Hegel, era uma obra de arte. E Schiller, nas *Cartas sobre a Educação Estética do Homem*, notou o carácter complexo do Grego, que se acha de novo nas grandes individualidades do Renascimento e o carácter fragmentado, especializado do homem moderno⁽¹⁾.

Os Romanos tinham o monótono tripúdio dos Sálios, desprovido de beleza artística. Foi a Grécia quem lhes comunicou a noção de beleza.

O objectivo principal de Adolfo Coelho diz respeito aos exercícios físicos. Por isso, embora se refira à *παιδεία* e ao ideal platónico, é naquele ponto que insiste. Fala dos jogos infantis, dos que exigiam os trabalhos agrícolas e dos que se tornavam necessários para a preparação dos soldados, que haviam de constituir as afamadas legiões romanas.

Não assim na Grécia. Desde os poemas homéricos, «que remontam enquanto aos seus principais elementos aos séculos IX e VIII antes da era cristã», vemos a descrição de exercícios físicos. Ulisses era um bom nadador, e os Feácios bons dançarinos, «cujos pés se agitavam com a rapidez do relâmpago»⁽²⁾; no canto XXIII da *Iliada* vemos a descrição dos jogos fúnebres em honra de Pátroclo e os seus variados prémios. Daí se passa para a *palestra*, depois da

(1) Pág. 166.

(2) Pág. 168.

evocação de Nausica, no canto vi da *Odisseia*, a jogar a péla com as companheiras. Os prémios em Atenas eram simples distinções honoríficas e essa característica desinteressada grande espanto causou ao persa Tritantequemo, quando da passagem das Termópilas por Xerxes.

A gymnástica decafu depois, quando os Gregos não pensavam em possuir energia que lhes permitisse resistir a jugo estranho, a orquestrica e a música descem a meras distrações. Goza de grande favor a atlética, profissão rendosa mas inestética, inútil ao Estado e prejudicial à saúde dos que a cultivavam.

Adolfo Coelho ocupa-se ainda da instrução escolar entre os Romanos, e do conceito de *humanitas*, que entre vários sentidos teve também o de equivaler à παιδεία. Os teóricos desta educação viam na *humanitas* uma capacidade de bem se exprimir pela palavra (*eloquentia*) e os conhecimentos (*eruditio*).

Os desportos modernos aparecem-nos através de predecessores, como o jogo da péla, que assumia várias modalidades e que levou à construção dos *esferistérios*. Fala-se de Plínio-o-Moço e do que ele nos conta da velhice desportiva de Espurina, das naumaquias, das lutas com animais, do *ludus Troiae*.

* * *

Num trabalho menor — o artigo sobre a *pedagogia do povo português* publicado na *Portugalia* —, Adolfo Coelho ocupa-se especialmente de provérbios. Há, todavia, referências, episódicas, demonstrativas da cultura clássica do autor. Fala dos aedos Fémio e Demódoco; de guerreiros como Aquiles, filho do rei de Ftia; da poesia individual de Arquíloco, Mimnermo, Alceu; da doutrina do Estado anterior a Sócrates, e da personalidade subjectiva, que com este surge; e sobretudo do grande ideal do Grego: καλὸς καὶ ἀγαθός. *Corpus sanum, mens sana*, «fórmula que Juvenal foi buscar a Demócrito de Abdera, ou antes a Cleobulo de

Lindo», aparece-nos depois, bem como a alusão, frequente em Coelho, ao caso do salchicheiro dos *Cavaleiros* de Aristófanes, que responde a Demóstenes, à pergunta se ele era dos belos e bons — que sabia ler, ainda que mal, o que poderia ser-lhe nocivo na marcha até ao poder, na opinião do mesmo Demóstenes. Vêm também opiniões de Cícero, algumas já apontadas noutros trabalhos, como o da menção das virtudes distintivas do Romano, outras como as referentes à crença na imortalidade da alma; alusões à sabedoria primitiva, a Prometeu, ao reinado de Cronos, aos *Saturnia regna*, aos παλαιοὶ λόγοι (1).

O que neste trabalho interessa, porém, ao autor são os provérbios, como dissemos, desde o γνῶθι σεαυτόν e do μηδὲν ἄγαν ao *inter malleum et incudem* (entre a bigorna e o martelo) e ao terenciano *Amantium ira, amoris integratio est* (Arrufos de namorados são amores dobrados). Conta-nos que na boca do povo grego o provérbio tomava o aspecto do verso paremiaco, e refere ainda que a mais completa colecção de provérbios que chegou até nós foi a do sofista Zenóbio, contemporâneo de Adriano, e, firmando-se num passo do *De Officiis*, alude a uma colecção de ditos agudos que Marco Pórcio Catão organizou para uso do filho. Menciona também a colecção de sentenças baseadas em conceitos pitagóricos de Quinto Sexto Niger, nos tempos augusteus.

Linguista e etimologista, ocupa-se da etimologia de *adágio* (raiz *ag-*, «dizer», que aparece em *aio*, *indigitamenta*), bem como dos vocábulos ψιττάκη, ψιττακίς, em ψιττακας Ἰνδέστιος, «proverbial para designar os papagueadores»; abonações de Aristóteles, Ateneu e Plínio-o-Naturalista.

* * *

Em todo estes estudos, apesar do predomínio das questões pedagógicas, avulta grandemente a cultura literária, com a profundidade dos conhecimentos linguísticos, a deno-

(1) No texto παλαιοί.

tarem bem claramente que Adolfo Coelho, se era um especialista da Filologia Românica, não era, de modo algum, hóspede no campo da Filologia Clássica. Mas estes conhecimentos aparecem episódicamente, evocados por uma vasta cultura no decurso de estudos diversos, lembrados por um ponto de relação, a título accidental, e se o accidental se prolonga não é porque se torne fundamental, mas para obedecer a um pendor natural do escritor — a tendência para a dispersão.

Todavia Adolfo Coelho ocupou-se *ex professo* de assuntos de história literária antiga. Trata-se de um estudo sumário inserto num compêndio para o ensino liceal. Ele próprio reconhece não ser um trabalho original: «Uma obra elementar da natureza da que damos hoje a lume não pode aspirar a ser um trabalho original. Em Portugal não existem já estudos clássicos, podemos dizê-lo sem receio de sermos classificados de exagerados: não é pois um indivíduo que possa isoladamente, sem apoio algum do meio em que vive, elevar-se aqui a conhecimento tão profundo da antiguidade, que lhe permita apresentar trabalhos originais no domínio da história literária da Grécia e de Roma» (1).

É um resumo de harmonia com um programa então vigente, que exigia «aos estudantes muito e muito pouco ao mesmo tempo; muito em extensão, e muito pouco ou nada em profundidade», quando «até à última reforma de instrução secundária (2) o ensino da história da literatura nos liceus reduzia-se a algumas generalidades banais e a um catálogo de nomes mal decorados e em grande parte mal pronunciados de escritores gregos, latinos e portugueses e de suas obras. Era para o estudante um inútil trabalho de memorização, que, conquanto reduzido na prática, eles raro chegavam a vencer, confundindo a cada passo séculos e vultos literários, chamando por exemplo a Homero

(1) Pág. v.

(2) O prefácio está datado de 1881.

escritor latino e a Virgílio escritor grego, pondo Camões no século XVIII e Herculano no século XVI».

Para a sua elaboração Coelho seguiu especialmente Ottfried Müller e Bernhardt, para a Literatura Grega, e Teuffel para a Latina, deixando de lado os filósofos, porque havia no programa do 6.º ano dos liceus centrais do tempo uma secção de Filosofia Antiga.

Para ele «a verdadeira história da Grécia começa só com Tucídides. A data da primeira olimpíada não pode mesmo ser tida como demonstrada [...] Nos seus mais antigos monumentos literários, os Gregos apresentam-se-nos como tendo chegado a um assaz elevado nível moral, que há-de atingir o seu ponto culminante em Sócrates.»

Na divisão dos dialectos gregos, por exemplo no iónico, dividido em *antigo iónico* ou *iónico épico*, *neo-iónico* e *ático*, segue Jorge Curtius. Para a génese dos poemas homéricos, compartilha dos ideais postos em voga pelas teses fragmentárias, a partir dos *Prolegomena ad Homerum* de Frederico Augusto Wolff: a *Ilíada* originada na cólera de Aquiles, e a *Odisseia* a pertencer, pelo assunto, a um ciclo de tradições mais antigas — um conto popular, a fidelidade da esposa durante a ausência do marido.

Ao falar de Platão e de Aristóteles, chama-lhes «dois verdadeiros escritores, o primeiro dos quais representa no seu mais alto grau as tendências idealísticas do espírito grego, e o segundo organizou a enciclopédia da ciência antiga, com admirável vastidão de conhecimentos e largueza de vistas» (1).

Considera Luciano «espírito muito instruído, engenhoso, moralista». Alude ao «cepticismo completo», que «manifesta a respeito das velhas divindades gregas, que são tratadas com extrema irreverência nos seus escritos». Era, aliás, um espírito superficial, e assim muitas vezes com uma visão caricatural de doutrinas, de que só conhecia exterioridades e que portanto deformava.

(1) Pág. 68.

Ao entrar na Literatura Latina, Coelho começa por dizer-nos que só entende por *literatura romana* a do Império, que acabou com Rómulo Augústulo, «não a [...] que lhe sobrevive e será cultivada ainda com êxito posteriormente, e sobretudo no século XVI».

De César diz que «não pode [...] ser considerado como tendo as qualidades que constituem um escritor de primeira ordem».

Salústio, o primeiro historiador, segue Tucídides. Catulo é o primeiro lírico de toda a Literatura Romana (principalmente nos metros propriamente líricos e elegíacos).

A poesia de Horácio acha-a «produto reflectido de um espírito que se domina». «Serena, clara, mas não revela profundidades de sentimento nem aspirações ideais».

Simple resumo para uso de estudantes liceais, a contas com uma reforma de estudos que abusava da memorização, os assuntos são naturalmente tratados a correr. Todavia será para estranhar a omissão de uma referência, ainda que breve, a Petrónio.

Notável a apreciação de Virgílio — da sua personalidade, do seu lirismo, dos seus conhecimentos enciclopédicos, do seu papel na Literatura Latina, e da sua voga através dos tempos. Igualmente dignas de atenção as páginas que dedica ao *Renascimento na Itália*, e em que avultam ao lado dos clássicos, os mestres escutados e profundamente amados, os nomes de Dante Alighieri, de Petrarca (que ao findar o século XIV, com a inauguração dos estudos gregos na Itália, não consegue ler Homero) e de Boccaccio.

Adolfo Coelho conclui este curioso esboço da actividade renascentista italiana, por estas palavras: «O renascimento dos estudos clássicos, que irradia da Itália, é um dos mais fortes agentes que fomentam a unificação intelectual da Europa, unificação que, nos seus traços essenciais, pode dizer-se realizada em os nossos tempos» (1).

(1) Pág. 123. O futuro não correspondeu ao pensamento do pedagogo. Hoje, com o predomínio do materialismo no mundo

* * *

Homem que prezava o rigor científico, a meticulosidade de processos que aprendeu na escola alemã, é bem evidente, consultou para a elaboração destes trabalhos copiosa bibliografia, que indica, e em que se aborêoa no decurso dos estudos referidos, com citações rigorosas em tudo harmonizadas com o método usual entre os cultores das ciências filológicas.

Na bibliografia apontada figuram obras como: Mahaffy, *Old Greek Education*, Londres, 1881; Paulo Girard, *L'éducation athénienne au V^e et au IV^e siècle avant J.-C.*, Paris, 1889; Paulo Tannery, *L'éducation platonique*, na *Revue philosophique*, 1887; no *Handbuch der klassischen Altertumswissenschaft*, de Iwan Müller, *Griechische Privataltertümer*, do mesmo, e a *Geschichte der griechischen Litteratur*, de W. Christ; Steinthal, *Geschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Römer*, Berlim, 1863; Beloch, *Griechische Geschichte*; além da célebre *Histoire de la littérature grecque* dos irmãos Croiset e de várias histórias gerais da Pedagogia.

Estas dizem respeito sobretudo à Grécia. Para as questões romanas aponta: no *Handbuch* de Iwan Müller: Moritz Voigt, *Römische Privataltertümer*, e Schanz, *Geschichte der römischen Litteratur*; no *Handbuch der römischen Altertümer*, begonnen von Wilhelm Adolf Becker, fortgesetzt

moderno, há a tendência para reduzir os estudos desinteressados e formativos, em benefício de uma educação meramente utilitária. Também, na verdade, a Europa, que se esqueceu, ou parece estar a esquecer-se, de que foi formada pela cultura greco-latina e que a esta cultura baptizada deve o seu mais seguro factor de unidade, cada vez se encontra, por seu mal, mais longe dessa unidade tão desejada e tão conveniente ao equilíbrio mundial. E a sua salvação não estará em uma educação mesquinha, atenta apenas aos resultados imediatos, e tantas vezes illusórios, mas em uma formação segura do espirito, *sub specie aeternitatis*.

von Joachim Marquardt: *Römische Privataltertümer*, 1864, Band I, S. 80-139; Eckstein, *Lateinischer und Griechischer Unterricht*, herausgegeben von Heinrich Heyden, Lípsia, 1887; Eduardo Norden, *Die antike Kunstprosa*, Lípsia, 1899; L. Friedländer, *Darstellungen aus der Sittengeschichte Roms in der Zeit von August bis zum Ausgang der Antonine*, Lípsia, 1869-1871; Boissier, *La religion romaine d'Auguste aux Antonins*, Paris, 1874, e do mesmo autor *La fin du paganisme*, Paris, 1894; e Victor Duruy, *Histoire des Romains*, Paris, 1881-1884.

As edições de textos gregos e latinos citadas são principalmente as de Firmin Didot, de Teubner e de Weidmann.

Predominam nas bibliografias a que fizemos referência obras de carácter histórico, pedagógico e institucional. Mas para o resumo das histórias literárias da Grécia e de Roma, além de Ottfried Müller, Bernhardy e Teuffel, Coelho cita as seguintes obras na Bibliografia existente no fim do volume (págs. 125-127): Kirchhoff, *Die homerische Odyssee*, Berlim, 1879; Karl Mullenhoff, *Deutsche Altertumskunde*, Berlim, 1870; e Steinthal, *Über Homer und insbesondere die Odyssee*, in *Zeitschrift für Völkerpsychologie*, Bd. VII (estes dois, entre outros, para a questão homérica); Patin, *Études sur les tragiques grecs*, Paris, 1866; Guillaume Guizot, *Ménandre, Étude historique et littéraire sur la comédie et la société grecques*, Paris, 1866; Villemain, *Tableau de l'éloquence chrétienne au IV^e siècle*, Paris, 1855; as histórias das Literaturas Grega e Latina, de Alexis Pierron, ambas de Paris e datadas de 1857, e de William Smithe, *Dictionnary of Greek and Roman Mythology and Biography*.

* * *

Mestre de Filologia Comparada, linguista formado no método da Linguística moderna, Adolfo Coelho é no geral correcto quanto às citações e transcrições.

Todavia, além de erros, tais como πτώσεις, pág. 648; μήκους e τῶν ἄστρον, pág. 649, *Inst.* 50; φιλόλογος, pág. 713, *Inst.* 51 [aliás φιλόλογος, dito de Eratóstenes]; τραξ, τράγος, bode, pág. 53, «ὑποκριτής, de ὑποκρινεσθαι» [sem acentuação], pág. 55, κομωδία, pág. 60, em *Noções de Lit. Ant.*, atribuíveis a falhas de revisão, como «*inter grammaticus*», pág. 582 *Inst.* 51, — poderemos apontar lapsos na transliteração de palavras gregas, nomes próprios de autores ou de obras.

Na pág. 648 de *O Instituto*, vol. 50, lê-se *Theaetetes*, quando Θεαίτητος pressupõe a forma *Teeteto*; na pág. 19 das *Noções de Lit. Ant.* eumólpides (na pág. 20 emendado para eumólpidas, conforme o grego Εὐμόλπιδαι; na pág. 59 *Ifigenia em Áulida*, *Ifigenia em Táurida*, *Alcestes*, na pág. 61 *Acárnios* (grafado aliás *Acharnios*) podem ser influência do francês, como *Lysistrato* na mesma página. *Festas de Ceres*, pelas Θεσμοφοιάζουσαι de Aristófanes, teria melhor tradução em *Festas de Deméter*. O nome da obra de Aurélio Prudêncio é *Peristephanon*, Περὶ στεφάνων, «acerca das coroas», e não, como vem na pág. 107 das *Noções de Lit. Ant.*, *Peristaphon*.

Quanto aos nomes latinos, entre outros, podem apontar-se grafias menos correctas, como: *Pompeia*, pág. 138, n. 2; *Apuleu*, pág. 139, *Pompeu*, pág. 198, todas no vol. 51 d'«*O Instituto*». Nos *Arquivos da Universidade de Lisboa*, vol. II, pág. 172 encontra-se *Aulo Gela* (n'«*O Instit.*», 51, porém grafado *Aulo Gellio*); na pág. 180 *Sidónio Apolinário*, em vez de *Apolinar* (lat. *Apollinaris*); na pág. 185 *trivirum* e *quadrivirum*, por *trivium* e *quadrivium*.

As doutrinas expostas nas págs. 25-27 das *Noções de Literatura Antiga*, quanto à formação dos poemas homéricos, que hoje consideramos antiquadas e reduzidas à posição de meras hipóteses, estavam então na moda, e por isso não nos deteremos a falar das interpretações que a esse respeito apresenta Adolfo Coelho, que bem sabemos imbuído das concepções alemãs do tempo.

Limitar-nos-emos, portanto, a observar que no referido

vol. 51 d'*O Instituto* nos aparece referência a um hipotético parágrafo 23, que este estudo não contém, pois possui apenas vinte e um parágrafos.

* * *

A leitura destes trabalhos de Adolfo Coelho sobre Filologia Clássica evidencia sólida erudição, vastidão de conhecimentos, por vezes torrencial, por vezes a deixar ver claramente uma ostentação de autodidacta. Apesar de certo pendor natural o afastar da concatenação e da devida ordem dos assuntos, em digressões bastante frequentes, nota-se, como já dissemos, o rigor científico, a meticulosidade de processos que aprendeu na escola alemã, aplicados à Filologia Clássica. É no geral imparcial, embora lá de quando em quando se vislumbre o homem das Conferências do Casino, hostil à Igreja e à Idade-Média cristã.

Interpreta o pensamento, a cultura e a civilização gregas e romanas. Se na Filologia Clássica é um *dilettante*, aliás com bases e conhecimento regular dos assuntos, aplica a sua ciência do mundo clássico à construção pedagógica e ao estudo das línguas provindas do latim, e procura realizar uma adaptação do mundo antigo ao moderno.

Notável pedagogo e filólogo romanista, a sua cultura clássica evidencia-se, sobretudo, pelo conhecimento do ideal e da linguagem ⁽¹⁾. Pode contar-se entre os humanistas portugueses, que, embora não exercessem de modo permanente um magistério puramente humanístico, revelaram

(1) Na reunião do Conselho do Curso Superior de Letras de 1 de Dezembro de 1879, «o professor Adolfo Coelho declarou que conquanto não conhecesse profundamente a língua grega, poderia explicar os textos necessários para as lições e estava ao corrente dos resultados da linguística em relação à história da língua grega». Cf. Busquets de Aguilar, *op. cit.*, pág. 229.

nos estudos e aplicaram à sua actividade habitual sólidos conhecimentos da Antiguidade greco-latina. O nome de Adolfo Coelho pode incluir-se entre estes notáveis humanistas ocasionais (1). É que também ele bem serviu entre nós a cultura clássica.

FELISBERTO MARTINS

(1) Leia-se Costa Marques, *Humanistas Portugueses Contemporâneos*, in *Humanitas*, vol. 1, Coimbra, 1947, págs. 151-161. Adolfo Coelho é citado apenas como introdutor em Portugal dos processos científicos quanto à Filologia Românica.

EL ALZAMIENTO DE VALLADOLID Y EL ALTO DE LOS LEONES

El 16 de Julio por la mañana recibo aviso del General Saliquet con quién hace mucho tiempo estoy intimamente unido y compenetrado, para todo lo relacionado con el proyectado alzamiento, que vaya a su casa a primera hora de la tarde, me agrega el enlace que era inminente el movimiento. Lleno de ilusión voy a la hora marcada a su casa sin más temor que surgiera un nuevo aplazamiento como tantas veces habia ocurrido. Reunidos allí con los Jefes de E. M. Coronel Uzquiano y Comandantes Maristany y Montalvo y el Capitán Silvela; nos comunicó que el 17 por la tarde se iniciaria el levantamiento en Marruecos y el 18 le seguiria la Peninsula, empezando por Sevilla y Burgos y siguiendo Valladolid del que estabamos encargados nosotros. Teniamos que salir por lo tanto para dicho punto el 17 por la mañana, antes de que se levantase Marruecos, pues despues podria sernos dificil el viaje. Quedaron concertados todos los detalles del viaje, punto y hora en que habiamos de reunirnos, que era en una finca a 20 kms. de Valladolid a las 18.

Pasé la tarde ocupado en avisar a los que habian de acompañarme que eran: Comandante Milans del Bosch, Capitanes Manso de Zúñiga y Marqués de Valdesevilla y Sr. Crespi de Valdaura; avisé mi marcha y dí instrucciones, para caso de ocurrir algo, a unas organizaciones que de mi dependian en Madrid, compuestas por militares retirados y organizaciones juveniles de partidos de derechas y me dispuse para la marcha.

A última hora de la tarde, me vino a avisar el Capitán Alvear, que se habia cogido un cifrado del Ministro de

Marina en que se ordenaba a un Jefe de Marina conocido por sus ideas avanzadas; que se hiciese cargo del mando de un crucero que habia en Cadiz, que fuese a ver al Gobernador Civil, quién le entregaria un pliego cerrado para abrir en la mar, cuyas instrucciones cumpliria *por fuertes que le pareciesen*. No conocia al enlace con la Marina ni pude encontrar a la persona que lo conocia, por lo que me tuve que marchar sin decirselo, dejando a otra persona el encargo de hacerlo. No me gustó esa noticia pues indicaba que el Gobierno estaba al tanto de que algo se preparaba y tomaba sus medidas para impedirlo, por lo menos en lo que a la Marina se referia.

En la mañana del 17 estuve esperando a que llegase de Guadalajara mi hijo Luis, Brigada de cuota de Caballeria, que, por fortuna, aquel dia cumplia el arresto, que se le impuso por haber tomado parte en el alzamiento de los Regimientos de Caballeria de Alcalá de Henares en mayo anterior, que hasta cierto punto fué precursor del que vamos a hablar. Grán suerte fué que cumpliera con tal oportunidad, pues todos los arrestados que quedaron allí fueron asesinados al triunfar en dicha ciudad los rojos; asi en cambio pudo venir conmigo y acompañarme en la iniciación del Movimiento y luego hacer toda la campaña como oficial de Caballeria.

Reunidos en el punto marcado; cuidadosamente atendidos por los dueños de la finca, que no solamente nos atendieron con proverbial cortesía castellana sino que tomaron parte activa en el movimiento; nos aprestamos a oír la radio para esperar la ansiada noticia de haberse levantado Marruecos.

Cuando nos disponiamos a comer, oimos las primeras noticias, con la emoción que es de suponer: eran del Gobierno, daban cuenta de haber ocurrido un movimiento subversiva en Melilla, quitandole importancia, dandole un caracter local, diciendole que ni en el resto de Marruecos ni en la Peninsula, tenia eco; despues daba la noticia de que la escuadra salia para allí a someter a los rebeldes

y finalmente decia que parte de éstos se habian refugiado en el Marruecos Francés. A pesar de la forma tendenciosa con que venia la noticia la recibimos con alegria, ya contabamos con que el Gobierno, haria todo lo posible para quitarle importancia y no se detendria en mentira más o menos para ello; lo importante era que se hubiese puesto en marcha; una vez en marcha con el ambiente que habia en el pais y lo hartito que estaba de los crímenes y desmanes que por todas partes se cometian y que habian culminado en el asesinato del ilustre patricio Calvo Sotelo, no habria quién lo detuviese.

Nosotros habiamos mandado nuestros enlaces a Burgos, adonde habian ido Milans del Bosch, Manso de Zúñiga y Crespi de Valdaura, que por cierto fueron detenidos al llegar, pero que puestos en libertad por la guarnición como primer acto del movimiento, pudieron tomar parte en él; sin embargo no nos faltaron noticias de dicha capital y estuvimos al tanto de lo que allí ocurría.

Nos vino la orden de que en vez del 18 seria el 19 cuando teniamos que actuar, despues que lo hubiera hecho Burgos o sea en la madrugada de éste dia.

Pero... las circunstancias mandan y como en la tarde del 18, recibieran los guardias de asalto de Valladolid la orden de salir para Madrid en previsión de disturbios en la capital, muy trabajados por sus antiguos oficiales que el Gobierno Azaña despues de las elecciones habia sustituido por otros, se negaron a marchar; el Gobernador ante esa actitud vaciló y consultó a Madrid; los enlaces que teniamos en Valladolid, vinieron enseguida a la finca a darnos cuenta de lo que ocurría, marcando la importancia de no desaprovechar el momento; el General Saliquet, recogiendo el sentir de todos, decidió, marchamos inmediatamente a la División para hacerse cargo del Mando, adelantando de ese modo el alzamiento; acababamos de sentarnos a la mesa para la comida y empezabamos a servirnos; la dejamos intacta, nos vestimos de uniforme y salimos disparados para Valladolid.

Llegamos sin incidentes a la División; a la puerta de ella nos esperan unos cuantos muchachos de Renovación y Falange, que se agregan al Grupo; la guardia nos deja pasar; el Jefe de la compañía de ordenanzas se pone a nuestras órdenes; subimos al despacho del General Molero jefe de la División y pedimos verle; se encuentra en sus habitaciones particulares, pero están sus ayudantes y encargamos le avisen; nuestros acompañantes se han quedado en la galería y solo el General Saliquet y yo entramos en el despacho.

Saliquet en tonos elevados y patrióticos expuso a Molero la situación de España, el noble gesto del Ejército de Marruecos para remediarla y la necesidad de que éste tuviera eco en la Península e invitándole en nombre de una porción de Generales y oficiales decididos a ello, que se adhiriese al frente de su División al Movimiento. Molero se negó a ello, diciendo que él no obedecía más que al Gobierno constituido y que en todo caso podría oír a compañeros con Mando pero no a dos como nosotros que no teníamos destino activo.

Saliquet insistió, agregando que lo hacía en su honor, pues el Alzamiento se verificaría de todos modos con él o sin él; eso no, repitió él otro vivamente, acabo de reunir a los jefes de cuerpo y todos están conmigo y dispuestos a obedecerme; le dijimos que estaba equivocado y que pronto lo vería; se levantó entonces dando por terminada la entrevista y dirigiéndose al cuarto de ayudantes y diciendo nos marcháramos a nuestro alojamiento; salimos todos, pero en vez de detenernos en el cuarto de ayudantes, seguimos a la galería que estaba inmediata y donde se encontraban nuestros acompañantes; Molero al verlos se quedó sorprendido y preguntó que hacían allí y como insistieramos en nuestras invitaciones, dijo: «esas cosas no se pueden hablar ante tanta gente, vayan Vdes, arrestados»; entonces uno de los nuestros, me parece que Maristany, dijo: «esto se ha acabado, ¡Viva España!»; sonó inmediatamente una detonación, uno de los ayudantes de Molero disparó sobre nuestro grupo a

esta siguieron otras muchas, cuantos tenían armas tiraban unos sobre otros; la lucha terminó por haberse vaciado los cargadores de las pistolas; la Divina Providencia nos favoreció en aquella como en otras muchas ocasiones y resultó que en aquella lucha que se había desarrollado al azar en un espacio reducido, habían caído más de los contrarios que de los nuestros; de ellos: el General Molero y sus dos ayudantes heridos, éstos últimos tan grave que fallecieron al día siguiente; nuestros: un muchacho de Renovación española muerto y el Teniente Coronel Uzquiano herido; a Silvela le quitaron la gorra de un balazo en la visera que raspó la frente y le horadó la gorra; quedamos por lo tanto dueños del campo y empezamos a dar órdenes al Estado Mayor y jefes de Cuerpo, haciendo funcionar el teléfono oficial. El General Molero quedó como prisionero nuestro. Una batería que por iniciativa del Comandante Moyano había salido del Cuartel estaba ya a nuestra disposición a las puertas de Capitanía.

El General Saliquet se hizo cargo del mando de la División y me dijo fuese al Gobierno Civil y me hiciese cargo de él. El Gobernador era hombre afecto al Gobierno, quién lo había colocado allí como hombre firme y enérgico pues, Valladolid, como cuna de las J. O. N. S. era población donde Falange tenía grán desarrollo y había dado más de un disgusto al Gobierno; era además significado masón. Al salir de Capitanía para dirigirme al Gobierno que estaba muy próximo, recibí un aviso del jefe de la Guardia Civil encargado de su defensa, diciéndome que el Gobernador se acababa de marchar y que él se ponía a mis órdenes, que podía ir y sería recibido con todos los honores, y efectivamente así fué; en el pequeño trayecto nos tiraron algunos tiros desde la azotea de la Diputación, pero al llegar al Gobierno el jefe de la Guardia Civil estaba a la puerta esperándome, así como los oficiales y funcionarios; la toma de posesión se hizo con gran rapidez; cuando estábamos en ella, llegó un aviso de que las turbas estaban incendiando una iglesia; dí orden que fuese inmediatamente fuerza y

las dirpersase con el máximo rigor y energía, no tolerando el menor desorden ni desmán; así se hizo y el intento no se reprodujo.

De este modo, mientras el General Saliquet en Capitanía se ocupaba de nutrir las mermadas unidades del Ejército, completándolos con voluntarios de las milicias afines y llamando clases licenciadas y en organizar la columna que había de salir a unir-se a las fuerzas de Madrid y requisar todos los elementos necesarios para ello; yo desde el Gobierno Civil, me tenía que ocupar en unir al Alzamiento a toda la provincia, sustituyendo alcaldes y autoridades de todo género por otras adictas, sofocando todo intento de resistencia y organizando la vida y la administración dentro del Movimiento.

Por lo que se refiere a Valladolid, lo primero que hubo que hacer fué ocupar la Diputación, el Ayuntamiento y la Casa del Pueblo; las dos primeras se entregaron sin resistencia, no así la Casa del Pueblo, donde estaban reunidos más de 400 obreros y hubo que recurrir a la artillería para que se entregaran; al tercero o cuarto cañonazo lo hicieron y fueron transportados a la cárcel; las mismas fuerzas que los llevaron se encargaron de poner en libertad a otros tantos presos de nuestras ideas que a partir de ese momento fueron nuestros mejores auxiliares.

De madrugada la población estaba sometida, la resistencia se limitaba a algunos «pacos» aislados que desde algún tejado se dedicaban a tirar tiros más con el propósito de alarmar que otra cosa; hubo que dedicarse a su caza y, el lunes 20, ya habían desaparecido.

En la provincia se mandaron expediciones mixtas de Guardia Civil o de Asalto y Falangistas a los pueblos donde se ofreció alguna resistencia al cambio de Autoridades, actuándose con una rapidez y energía grandes; fueron pocos en los que hubo que llegar a la lucha para someterlos y en los que la hubo fué breve y dura; en dos días quedó sometida toda la provincia.

Para el lunes 20 se cursaron órdenes de huelga gene-

ral; en Valladolid el elemento obrero más importante, era el ferroviario, por los talleres de la Compañía de Caminos de Hierro del Norte, ellos arrastraban a todos los otros; detenidos desde los primeros momentos los directivos de los mismos se les hizo responsables de lo que ocurriera y la huelga quedó abortada.

Se anunció la llegada de mineros asturianos en trenes y camiones, pero antes de que llegaran a la provincia sus columnas quedaron desechas.

Todo esto me llevó dos días con sus noches sin dormir ni siquiera echarme un momento; gracias a la leal y eficaz colaboración de unos jefes y oficiales del Ejército, Guardia Civil y de los antiguos Guardias de Asalto nuevamente repuestos en su cargos y algunos paisanos de buena voluntad conocedores de la localidad y la provincia, pude resolver el sin número de cuestiones diversas que se presentaban y que exigían inmediata resolución. El General Miajas, que durante breves horas fué Ministro, estuvo hablando conmigo por teléfono creyendo que era su Gobernador.

Entre tanto: Pamplona, Zaragoza y Burgos se habían puesto en marcha y adherido al Movimiento.

El martes 21 por la noche debía salir al frente de una columna para Madrid; a las dos de la tarde cuando salía del Gobierno para ir a Capitania y ver al General Saliquet, pasaron unos aviones que arrojaron unos objetos; uno de estos cayó próximo al Gobierno, el cabo de la guardia salió corriendo a ver lo que era y volvió enseguida, diciendo con alegría ¡Madrid en nuestro poder, Madrid en nuestro poder! lo dicen estos periodicos; eran periodicos lo que había tirado el avión; le pedí el paquete y nada más mirarlos, me di cuenta de que desgraciadamente era todo lo contrario, el llamar el periodico rebeldes a los nuestros y leales a los suyos había dado lugar a la confusión del cabo; eran periodicos como el A. B. C. que antes eran de derechas pero que secuestrados por el Gobierno rojo, daban las noticias en la forma que este les ordenaba y traían en primera plana y en grandes epigrafes: la toma del Cuartel de la Montaña y la

fotografía del patio del cuartel con todos los muertos, que tanto se ha reproducido despues. No quise desengañar al cabo y para evitar que corriera la mala noticia le pedí el paquete diciéndole que lo iba a repartir. Confieso que no me impresionó mucho la mala nueva, me sentía tan optimista con la marcha de las cosas allí, nos habíamos repetido tanto que no habia que hacer caso de lo que dijeran las radios y noticias del Gobierno, que me resistia a creerlo, suponiendo que lo más seria un éxito parcial y que el núcleo principal de la guarnicion, si no habia triunfado, estaría por lo menos resistiendo hasta que llegáramos; le llevé el paquete al General Saliquet quién tampoco le dió grán importancia.

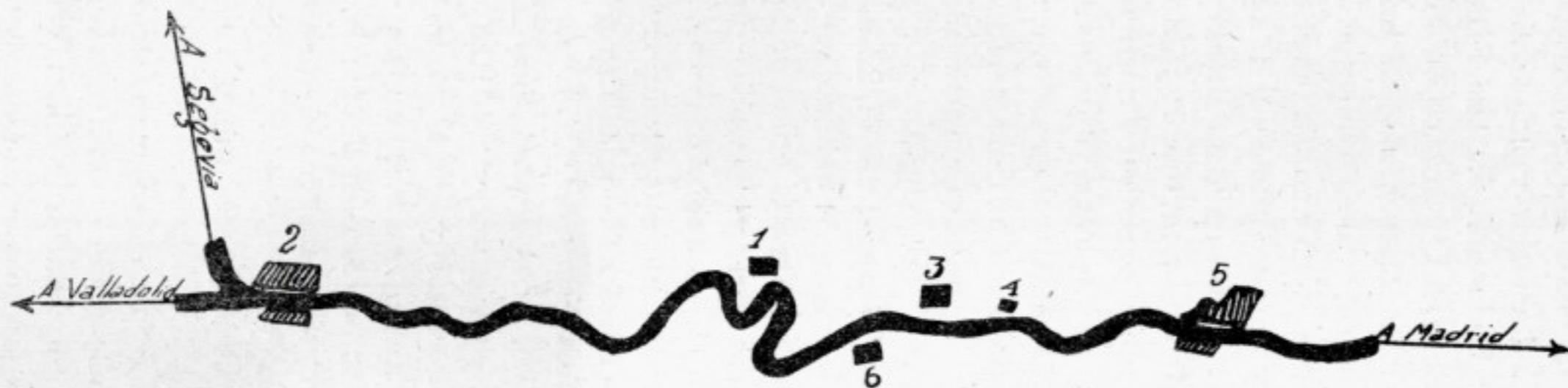
Aquella misma tarde cuando me hallaba en pleno preparativo para salir al anochecer al frente de la columna, me dijo Saliquet, que Mola me reclamaba a Burgos para una misión que estimaba de más importancia y que saliera inmediatamente para allí, quedando encargado del mando de la Columna su segundo jefe, el Coronel Serrador. Bastante me contrarió esta orden, pues me hacia más ilusión ir hacia Madrid que a Burgos, pero comprendí que, cuando así lo hacían, sus motivos tendrían, y no era aquel momento para poner dificultades, sino para dar ejemplo de obediencia y desinterés y salí para Burgos con mis leales acompañantes.

Aquí, después de un delicado encargo en el interior del país, que se solucionó pronto, me dijo Mola fuese a Lisboa para orientarme acerca de la actitud de la Nación hermana y vecina, ante el Movimiento que les interesaba casi tanto como a nosotros, dada la identidad de ideas y sentimientos que teníamos con el régimen de dicha Nación; me puso para ello un aeroplano a mi disposición, tres dias duró mi viaje; de él solo diré que traje la más grata impresión que puede darse de la acogida de los portugueses a quienes tuve el gusto de conocer y los españoles que allí habia; me sentía tan dentro de nuestro ambiente como en Burgos o Valladolid, además tuvieron todo género de amabilidades y atenciones particulares hacia mi; daba lástima

dejar Lisboa, pero mi deber estaba en España y no podía perder un momento, así es que el 25 estaba de nuevo en Burgos; allí me encontré confirmado lo que antes de ir a Lisboa me había anunciado Mola: que había formado una Junta de Defensa para que actuara como Gobierno y que me había designado para formar parte de ella; asistí en tal concepto a su constitución y su primera reunión; las noticias no eran nada buenas: la sublevación de la escuadra y asesinato de sus oficiales impedía por el momento la venida de las fuerzas de Africa; Madrid se ha perdido y las columnas nuestras, que iban allí con la esperanza de encontrarlo en poder de fuerzas amigas o por lo menos sosteniéndose contra el enemigo y entreteniéndolo, encontraban el camino cortado por un enemigo embriagado por fáciles triunfos y apoyado por una aviación que nos hacia mucho daño.

En vista de ello, el General Mola me dijo convenía marcharse enseguida a ponerme al frente mi columna, que era la más fuertemente atacada por el enemigo. Al día siguiente 26 de madrugada salía para Valladolid, donde después de recibir informes e instrucciones del General Saliquet y tomar un frugal almuerzo continuaba hacia el Puerto del León donde se encontraba mi columna; en Burgos se me agregó mi hijo Alfonso, que estaba en Francia al iniciarse el movimiento y que al enterarse de esto vino enseguida a tomar parte en la lucha lo que hizo con gran brillantez, militando primero como soldado en las milicias de Renovación y luego como oficial aviador hasta que terminada, ésta, cuando todo le sonreía y con una brillante carrera, murió en acto de servicio en un accidente de aviación. En Valladolid se agregan a mi Cuartel General los oficiales de Caballería Balmori y Silió.

Muchos kilómetros antes de llegar al puerto se delataba la presencia de la guerra por los grandes incendios de los pinares inmediatos al mismo, cuyas llamaradas y humareda se percibían a gran distancia. En la carretera también se delataba por las huellas de la lucha entre partidas enemigas que habían tratado de cortar nuestras comunicaciones y las



Escala aproximada 1:100.000



- 1 Alto del León
- 2 San Rafael
- 3 Sanatorio de Tablada
- 4 Casilla de Peones camineros
- 5 Guadarrama
- 6 Casa donde tenían un Hospital
los rojos.

fuerzas nuestras encargadas de rechazarlas; en uno de estos encuentros habia perecido el fundador y jefe de las J. O. N. S. de Valladolid Onésimo Redondo. Pasado San Rafael al subir al puerto aumentaban los vestigios de la lucha, camiones ardiendo, caballos muertos, ambulancias que bajaban con heridos, algún que otro avión en el espacio y el continuo sonar de la artilleria; el humo de los incendios secaba nuestras gargantas y nos producía lagrimeo y así llegamos a lo alto en plena preparación artillera y aérea del ataque que poco despues se desencadenó; junto a una peña a la derecha del León me encontré con Serrador, que siempre animoso, me dió cuenta de lo grave de la situación por la enorme superioridad enemiga en efectivos, artilleria, aviación y la grán cantidad de bajas sufridas en los débiles efectivos de la columna, pero dispuestos siempre a continuar hasta el fin.

Serrador había llegado a San Rafael el 22 a las 15, cuando ya estaba ocupado el puerto por el enemigo; a pesar de lo fuerte de la oposición y de estar el enemigo apoyado por su aviación, no dudó en atacarle y maniobrando habilmente lo desalojó del puerto en el que, una vez ocupado, sufrió un bombardeo de la aviación que le produjo bastantes bajas entre ellas los Comandantes de Estado Mayor Maristany y Montalvo, que habian salido de Madrid para Valladolid con nosotros y el Comandante de Artilleria Moyano, alma del levantamiento en esta plaza y que tan buenos servicios nos había prestado antes y en el momento de efectuarse, allí cayeron los tres para siempre, pero vivirán siempre presentes en nuestro recuerdo. A partir de ese momento las posiciones ocupadas fueron constantemente hostilizadas por la artilleria y la aviación y objeto de incesantes ataques, lo que produjo un número de bajas alarmantes.

Cuando llegamos faltaba poco para anochecer y, al ponerse el sol y retirarse el servicio de día, se inició el ataque, acercándose el enemigo a nuestras líneas favorecido por la oscuridad; detrás de dicho servicio, las posiciones

no estaban organizadas, no había alambradas, ni trincheras, ni más protección que la relativa que ofrecían las abundantes peñas que por todos lados había; por no tener la columna, no tenía zapadores ni útiles de fortificación; en tales condiciones el enemigo a favor de la oscuridad se filtró hasta el mismo puesto de mando, donde todos intervenimos personalmente en la lucha, fusiles, bayonetas, pistolas, bombas de mano todo se empleó, Serrador personalmente hizo fuego con una ametralladora, pero el enemigo fué rechazado dejando allí prisioneros, muertos y heridos en nuestro poder; por nuestra izquierda hubo un momento que logró rebasar y hacer retroceder a nuestras fuerzas, pero envié allí a mi ayudante y pariente el Capitán Manso de Zúñiga con un puñado de soldados y logró contenerlo y rechazarlo, cayendo herido y falleciendo poco después en el puesto de socorro, edificando a todos con su cristiana y patriótica muerte. Toda la noche duró el fuego y en diversas ocasiones, se reanudaron los ataques favorecidos por una intensa niebla que no permitía ver a dos pasos de distancia. Poco antes de amanecer vimos el resplandor de un faro que rasgaba la niebla, apagándose al poco tiempo, para volver a lucir otro instante, pocos momentos después; supusimos un ataque de carros, y con una pieza de campaña que estaba colocada a guisa de anticarro, enfilando la recta de la carretera se hizo fuego, viéndose al instante un inmenso resplandor en la carretera y una serie de explosiones, que se prolongaron durante veinte minutos; era un camión cargado de explosivos con la intención de soltarlo y hacerlo estallar en nuestras líneas; el afortunado disparo de nuestra pieza malogró la operación deteniéndolo poco delante de ellas, no causándonos víctimas y causándonos en cambio entre los suyos, que empezaron a tirar desesperadamente, pero sin lanzarse a un ataque que, al ver fracasada su treta, convirtieron en tiroteo a poca distancia. De madrugada vimos los restos todavía humeantes que continuaron allí durante mucho tiempo y unos cadáveres que dejaron los rojos como recuerdo de su intento.

En cuanto amaneció apareció un avión rojo sobre nosotros; era de reconocimiento y no nos bombardeó, pero a los tres cuartos de hora vino otro, soltó unas cuantas bombas y simultáneamente empezó a tirar la artillería y con esa música estuvimos el resto del día.

Procedí enseguida a irme haciendo cargo de la situación de las tropas, reconocer el terreno y ver las posiciones que ocupaba el enemigo; todo lo cual por la oscuridad y el combate no había podido hacer antes; Serrador me iba dando cuenta detallada de todo, cuando una granada de 15,5 de las muchas que nos tiraban, cayó en el grupo y nos derribó a todos; Serrador y yo estábamos heridos, el Capitán de Caballería Ezquiroz, que se había presentado la víspera atravesando las líneas enemigas, como la mayor parte de los Oficiales de Grupo de Auto-ametralladoras, muerto; Serrador tuvo que ser evacuado con una conmoción visceral; yo, aunque con muchos sarpullidos de metralla en la cara que provocaban bastante hemorragia, como eran superficiales, me permitieron continuar y seguí al frente de la columna.

La situación era dura, el enemigo cuando menos tenía efectivos veinte veces superiores a los nuestros, que se renovaban constantemente, la carretera y ferrocarril de Madrid a la sierra estaban en vaivén constante de trenes y vehículos de todas clases; eran las mismas turbas que armadas por el Gobierno de la república habían tomado el cuartel de la Montaña, el Campamento, Getafe, Vicalvaro, Alcalá de Henares, Guadalajara, borrachas de triunfo, vino y robo, reforzadas con lo que se había podido recoger de guarnición de Madrid y Guardia Civil y fuerzas del ejército que habían venido de otras guarniciones incluso Valencia. Estaban bien provistas de material, en Madrid había caído en su poder el núcleo más importante artillería de campaña, en Guadalajara lo mejor y más numeroso del material de ingenieros, de los cuales, el regimiento correspondiente a la región de Valladolid, había ido poco antes del Movimiento a Alcalá de Henares y había caído también en su poder; en

cambio el de Transmisiones que estaba en El Pardo se nos había unido después de una audaz y arriesgada marcha entre las fuerzas rojas. Lo mejor y más numeroso de la aviación, lo había reunido el gobierno de la república en Madrid a las órdenes de los jefes y oficiales de aviación más adictos a él y salvo honrosas excepciones que aisladamente se nos unieron, la masa estaba también con ellos.

La columna estaba a más de 130 kms de Valladolid y esa extensa línea no estaba cubierta más que por las fuerzas locales de milicias recién organizadas, la Guardia Civil correspondiente y tres escuadrones de caballería; era de temer que el enemigo tratase de cortarla y así fué: primero la columna Mangada a cuyo frente iba el jefe de este nombre, sobre camiones, apareció sobre El Espinar, pero bastó la resistencia que le opusieron unos falangistas y que ella que venía a cortar nuestras comunicaciones, viera avanzar sobre las suyas los escuadrones de Merlo para que se retirase precipitadamente; en otra ocasión a pié por veredas de montaña y caminos forestales cayeron sobre San Rafael donde un puñado de falangistas, los ordenanzas de los depósitos de intendencia y una batería que estaba de paso para el Alto, bastaron no sólo para rechazarlos, sino para perseguirlos e inflingirles importantes pérdidas. Les faltaban mandos, disciplina, técnica, cohesión y sin todo esto, que es lo que diferencia a un Ejército de una turba, les servía de poco la superioridad numérica en hombres y material.

Nuestra columna era la más próxima a Madrid y por ello la principal y más directa amenaza sobre la capital; ello explica que nos distinguieran con su odio y la insistencia de sus ataques; día y noche se combatía, dormíamos sobre las peñas, se comía en frío, pero la moral no decaía y, a pesar de las bajas sufridas y de la inferioridad numérica, cuando el 29 se dió la orden de emprender la ofensiva, nuestras fuerzas avanzaron con el mismo ímpetu y decisión que si estuvieran frescas e incólumes; al iniciarse la ofensiva una bomba de avión cayó en medio de mi Cuartel

General, hiriendo al Jefe de Estado Mayor Teniente Coronel Zabalota, que tuvo que ser evacuado; en ese primer día el avance principal fué por nuestra derecha a través de los montes que dominan la carretera por ese lado, llevando el mando de ese sector el Coronel Palenzuela; en la noche siguiente dispuse que, por golpe de mano, se ocupasen unas casamatas con ametralladoras desde las que batían la base de partida de nuestro sector izquierdo a poca distancia; el golpe llevado a cabo por unos falangistas dirigidos y mandados por dos Cabos de Infantería, tuvo pleno éxito, cayeron en nuestro poder las casamatas, las ametralladoras y armamento diverso, lo que facilitó nuestro avance, que se inició al amanecer, ocupando varias posiciones enemigas; el 31 continuó el avance y, el 1 de Agosto, nuestra izquierda, al mando del Comandante Valderrama, avanza con gran ímpetu, tomando varias posiciones y casas fortificadas llegando al Sanatorio de Tablada donde había un puesto de mando enemigo, que no tuvo tiempo de llevarse documentación y partes que quedaron en nuestro poder en los que por cierto decía avanzábamos con tal ímpetu que era imposible resistir si no se nos batía fuertemente con aviación y artillería; y efectivamente, se nos batió bien, pero a pesar de eso se tomó el puesto de mando, un hospital lleno de heridos con sus médicos y enfermeras, varios carros y camiones blindados, unos destrozados, pero alguno aprovechable y muchos prisioneros. Al día siguiente continuó el avance hasta la entrada del pueblo de Guadarrama, donde encontró gloriosa muerte el Comandante Valderrama. Los días siguientes se hicieron pequeños avances para consolidar y mejorar nuestras posiciones, esperando ver si se reforzaba la columna para continuar el avance que, con los efectivos que se tenían, era peligroso continuar, pues nuestras comunicaciones quedaban completamente al aire.

La posición tomada el 3 por el Capitán Panchuelo, junto a la casa de peones camineros del kilometro 51, fué objeto de fortísimos ataques del enemigo que quería

recuperarla a toda costa, consiguiendo aislarla momentáneamente, hasta que el 5 se restableció la comunicación con ella, expulsando al enemigo de sus inmediaciones, quedando perfectamente establecida la comunicación entre los dos sectores.

Este mismo día 5 trasladé mi Puesto de Mando al Sanatorio de Tablada; era un poco arriesgado por la referencia que tenía, conocerlo los rojos por haber tenido en él su Puesto de Mando y tener próxima una batería; pero era un observatorio tan bueno, se veía hasta Madrid perfectamente, era el único local habitable en todas aquellas inmediaciones y después de tantos días a la intemperie, se anhelaba tanto un sitio a cubierto donde poder escribir en mesa, dormir en cama y comer caliente, estando a la vista y al tanto de lo que hacía el enemigo, que con todos sus riesgos que preveía, opté por establecerme allí, y... efectivamente el enemigo debió darse cuenta de que algo importante había y, desde la mañana, temprano, del día siguiente 6, empezó a tomarnos como blanco de su aviación y de su artillería y no nos dejó en paz; a primera hora cayó una granada de 15,5 en mi flamante despacho y no dejó un mueble sano y la habitación destruída a pesar de lo cual no me ocurrió nada, poco después cuando nos desayunábamos, cayó una bomba de aviación en la terraza inmediata de la que solo nos separaban unos ventanales de cristales, pero debió ser de las pequeñas, porque no nos hizo grán daño; poco después cayó otra en el zaguán, que derribó todo el edificio y nos dejó enterrados entre los escombros; yo resulté herido en la cara y en el brazo y todo el cuerpo magullado; cuando con ayuda de otros, no tan estropeados, pude salir, tuve que ser evacuado, primero al puesto de socorro del Alto y después al Hospital de Valladolid. Con ello terminó mi actuación en aquel teatro de operaciones, duro pero glorioso y siempre conservaré el mejor recuerdo de cuantos me acompañaron en aquellos difíciles momentos, que figuraran en primera fila entre los muchos recuerdos de mi ya larga vida militar.

A partir de ese momento, la lucha fué haciéndose menos dura, por la carretera no se avanzó más, por nuestra derecha se tomó la importante posición Cabeza Lijar y la guerra concluyó por estabilizarse en ese frente, que continuó poco más o menos igual hasta la terminación de la campaña.

Ceuta 1 de enero de 1941.

El General Ponte

MARQUÉS DE BÓVEDA DE LIMIA

PARTES ROJOS COGIDOS EL 1º DE AGOSTO
EN EL SANATORIO DE TABLADA

Teniente Coronel Lacalle a General. 1 Agosto, 5 horas.

Conforme a lo previsto se ha iniciado un fuerte ataque a esta posición, ordene batería haga fuego sobre carretera superior y al Norte de la misma. Mande ambulancias.

7 Horas. Ataque violento del enemigo difícilmente contrastado por fuerzas bisoñas exige fuego baterías y aviación. Urge ambulancias y camillas. Carretera fuertemente batida.

7,45 Horas. Posición va siendo envuelta por el enemigo que toma posiciones ventajosas flanco izquierdo mio. Ruego conteste para mantener enlace. Espero órdenes.

8,15 Horas. Fuego ha decrecido en intensidad, pero posición está completamente batida.

Aviación y artillería son necesarias para la defensa, Suministro y evacuación presentan dificultades.

BAJAS DE LA COLUMNA DEL ALTO DEL LEÓN.
1.936

22	Julio	70
23	id	70
24	id	92
25	id	100
26	id	215 (2 Comtes., 9 Capitanes, 11 Oficiales)
27	id	70 (1 General, 1 Coronel y varios oficiales)
28	id	44 (1 Capitan y 2 Tenientes)
29	id	137 (1 Comte. 1 Cap. 11 Oficiales, 1 cadete)
30	id	65 (1 Comte. 2 Cap. 1 Oficial, 1 Cadete)
31	id	80 (1 Comte. 1 Cap. y 6 Oficiales.)
1	Agosto	94 (2 Cap. 5 Oficiales y 1 Cadete)
2	id	47 (1 Tte. Crnel, 2 Comtes, 3 Cap. 4 Oficiales)
3	id	27
4	id	49 (2 Capitanes y 1 Oficial)
5	id	56 (1 Capitán)
6	id	89 (1 General, 1 Capitán y 2 Oficiales)

1.305

Es de advertir que nunca llegó a este cifra el efectivo que tuvo la columna en fuego, siendo pocos más de 900 los que tenía al iniciar la ofensiva contra Guadarrama.

ELOGIO DEL ARTE

Sumario: — I — El arte esencia imortal de los pueblos. II — Los Pueblos — eje de la Humanidad. III — El Renacimiento. IV — Que es el arte? V — El artista. VI — La belleza. VII — Arte trascendente y arte frívolo. VIII — Invocación a la Comunidad Ibérica. IX — Los portugueses, caballeros del mar. X — Elogio del arte.

I

EL «ARTE» ESENCIA INMORTAL DE LOS PUEBLOS

Siempre, en la vida de todos los pueblos hay períodos en que se marca más o menos intensamente su vitalidad. Si abrimos y hojearnos el libro de su historia nos encontraremos con épocas de aletargamiento, de decadencia, como de regresión, que contrastan, en cambio, con otras tan plétóricas de vida y de actividad que, a veces, se desborda y rompiendo límites y contornos busca una mayor expansión.

Somos de los que juzgamos que un pueblo no solamente se glorifica y engrandece por las hazañas de sus héroes, ni por el genio de sus políticos, sino que, precisamente, el artista y el literato, en su cualidad aquel de realizar y plasmar la belleza en formas tangibles de expresión, y en su misión éste de manifestarla por la palabra, son los principales portavoces de la grandeza de su pueblo, los mejores y más puros representantes de su vitalismo espiritual cuando sus creaciones no tienen más credo que la belleza incontaminada de huracanes sectarios. Ellos — el artista y el literato — son los llamados a llevar en raudo vuelo, allende y aquende los mares, a través de los más dilatados espacios y de las más encumbradas alturas, encar-

nada en la sublimidad perenne e inmortal de sus obras, el alma verdadera y genuina de la patria.

Esto es evidente, pues aún cuando los siglos sieguen imperturbables su caminar hacia el ocaso, llevando al olvido cosas que fueron; cuando los pueblos desfallecen y aún algunos llegan a desaparecer en lo físico, si por sus entrañas corrió jugo de belleza, si su alma fué sacudida por la emoción estética, si honda e íntimamente se compenetraron con el arte — el asunto más elevado y la verdadera actividad metafísica de la vida, según dice Nietzsche — la noche de los tiempos no les cubrirá con el manto del olvido pues aún cuando éste llegara por un momento a sumirlos en la obscuridad pronto los prefulgentes y fecundos destellos de su gloria pretérita les iluminará y les sacará de su accidental postración y otra vez la humanidad pronunciará reverente su nombre y recogerá con religioso respeto toda la sublimidad de su obra.

De todas las grandes concepciones éticas del mundo, el Helenismo cifró el ideal supremo del hombre en la *belleza*, y todas las hermosas regiones del Atica — mejor dispuestas que las del Peloponeso para el arte — fueron perpetuadas por el soplo divino que venía del Parnaso, del Helicón y del Pierio. También en la paz suprema del *nirvana* que predicó el Budismo, y en la exaltación del dolor y de la muerte por el sacrificio y la renunciación, que expandió por el mundo occidental el Cristianismo, hay un fondo de espiritual belleza que ha inmortalizado estas otras dos concepciones morales sobre la criatura humana y su fin último.

Veamos, pues, como el dulce y suave imperio de la belleza y del arte no solamente alcanza a lo material, sino que también rinde a su vasallaje a las más altas manifestaciones del espíritu.

II

LOS PUEBLOS — EJE DE LA HUMANIDAD

Hay dos pueblos que han sido, son y serán eje espiritual de la Humanidad y de la Civilización Occidentales: Grecia y Roma.

¿Han muerto Grecia ni Roma a través de tantas y tantas centurias? Ni han muerto ni pueden morir. Vive la una en el gran cantor de sus hechos, en el creador de su teogonía, en el que poéticamente encarnó su civilización: Homero; vive en Esquilo, el gran trágico que supo copular la fuerza y la gracia de la Hélade para crear la obra de arte más elevada, inmensa y universal: la obra dramática; vive en Sófocles, el que de modo más insuperable expresó las eternas leyes de la justicia y los eternos dictados morales de la conciencia; vive en Eurípides, el profundo psicólogo intérprete del alma humana, el «primer romántico y el primer precursor del teatro moderno»; vive en Herodoto, el creador y padre de la Historia; en Demóstenes, el mago prodigioso del «ars dicendi», y vive en todos sus filósofos y artistas. Perdura la otra en Horacio, «príncipe de los poetas latinos»; en Virgilio, el de los dulces idilios y serenas soledades bajo cielos risueños y frescas campiñas; en el austero Catón, paladin de la honradez política; en las doctrinas de Séneca; en la elocuencia de Cicerón, el hombre que compendió las reglas del elocuente decir con «la claridad, la magnificencia y la pureza del lenguaje», verbo de la *latinidad* como Demóstenes lo fué del *helinismo*, y en tantos otros en que revive el espíritu de Grecia y de Roma, y en los que se cumple la hermosa profecía de Schiller: «Lo inmortal en arte es lo que primero vive y después muere... ¡para resucitar!: la esencia, el espíritu, el corazón. El hombre ha amado siempre y siempre ha sufrido».

Estos pueblos — eje, cuyos genios supieron perennizar el verdadero «*abstractum*» de la humanidad, que ayer fueron la admiración del mundo antiguo, siguen hoy admirados y reverenciados por las generaciones modernas que sienten a sus poetas, a sus artistas, y también a sus héroes que lo han sido y seguirán siendo por ser encarnaciones poéticas que sublimó e inmortalizó el arte. Todo el mundo conoce y nadie olvida al impetuoso Aquiles, a Hector y a Nestor, al prudente Ulises, al valeroso Ayax o al piadoso Eneas; y ¿quien no nombra a Pompeyo o a César, inmortalizados por Lucano en su admirable poema?

Con razón al templar el poeta su lira y dirigir sus ojos hacia el pueblo griego, le llevó su admiración a exclamar pletórico de entusiasmo ante tanta grandeza:

No, no te asuste lo futuro ignoto
comarca infortunada. Aunque tus días
cortara de improviso el terremoto
y te tragara el mar, no morirías.
Bastarán, una estrofa, el dorso roto
de una estatua, un fronton, cenizas frías
de tu pasado, para no olvidarte.
¡Oh, patria de los dioses y del arte!
.....

¿Por quien, más que por el arte, vive todavía un pueblo que ha miles de años se alzaba con majestuosidad semi-dióscica al oriente de la costa septentrional de Africa? Egipto, el pueblo del aparatoso culto a los muertos, el pueblo de tan lejana historia que se pierde en la noche de los tiempos y cuya brillante civilización ha surgido a la superficie del fondo mismo de sus monumentos funerarios. Sorprendente y misterioso pueblo vivificado por el sagrado Nilo, cuyos encantos y gigantescas maravillas hacen exclamar a Wilkinson: «Es la ruina más grande y espléndida de los tiempos antiguos y modernos». Realmente, la Historia no ha conocido nada más colosal, ni el arte monumentos tan imponentemente majestuosos como extraños.

* * *

No pueden fenecer ni borrarse de la memoria de los hombres — aunque el modernismo pretenda cubrirles con un velo — pueblos a los que su obra ha hecho perdurables, pueblos a los que Europa y con Europa todo el mundo por ella educado, deben, como dice L'Amer: «la base esencial y primaria de la cultura moderna». A la antigüedad clásica deben las artes, a la antigüedad clásica deben las letras, a la antigüedad clásica se debe, en una palabra, toda la evolución cultural del mundo moderno, porque de ella se nutrió el Renacimiento, nuevo *resurrexit* de la Humanidad, y a ella vuelven aún sus ojos algunos pueblos y los seguirá volviendo siempre el arte, patrimonio universal que no tiene fronteras ni credos, «cíngulo espiritual que estrecha entre sí hasta los tiempos y los pueblos más apartados».

III

EL RENACIMIENTO

Ciertamente que el Renacimiento fué el nuevo *fiat lux* de la Humanidad, una eclosión de vida libre y bella; era como una revancha ruidosa después de las rigideces del Medievo. Significó la libertad de la Filosofía que se emancipaba de la Teología; la libertad de las teorías políticas; la libre expansión de ese poderoso instrumento difusor de la cultura y del pensamiento humano: la imprenta. Del Renacimiento nació, con Luis Vives, la Psicología moderna; de él nació el realismo político de Maquiavelo, el idealismo de Morus, las utopías de Campanella, la misma Reforma en lo que histórica y filosóficamente entrañaba: ruptura de un unitarismo religioso y libertad de conciencia. Todas estas cosas dieron un nuevo contenido, una nueva luz, y, ante todo, una nueva ilusión de vida al hombre ya que el

Renacimiento trajo el espléndido florecer de la personalidad humana hasta entonces desconocida.

Pero, ante todo y sobre todo, el Renacimiento no es sólo el florecer de una vida nueva, no es sólo una nueva concepción filosófica de la vida y del mundo, no es sólo un movimiento en que se funden tantas cosas de la Edad pasada y en que se soterra la semilla de tantas otras que germinarán después. No. El Renacimiento es — y por eso lo traemos y evocamos aquí — el nacer de un «arte nuevo», la expresión universalizada de una aspiración artística y embellecedora de la vida y de las cosas. Es el entronizamiento e imperio subyugador del arte; es cuando la inspiración y el genio de un Rafael o de un Miguel Angel inmortalizan con sus creaciones a Italia, y es cuando, por el poder soberano del arte, aquella península que como nación era un mito geográfico, alcanza a ser una gran realidad universal por la belleza de sus obras y por la gracia de sus artistas.

El modelo y ejemplo que nos ofrece la Italia del Renacimiento no es único en cuanto a lo que significa esa fuerza expansiva y perpetuadora del arte que es, además, fuerza y poder de penetración.

Fué a España un pintor que no era español, procedía de una luminosa isla de Grecia, pero, sin embargo, por obra y gracia del arte, no sólo se *españoliza*, sino que hace trascender más allá de las hispánicas fronteras la fama de sus cuadros. Y con su pintura *universaliza e inmortaliza* su nombre y con su nombre el de España, su patria de adopción. Este pintor era el cretense Domenico Theotocópulos, *el Greco*.

Tal es el caso sorprendente que nos ofrece el poder asimilador y penetrador del arte.

Quede, sin embargo, bien entendido, que no es el arte una cualidad que se adquiere en la vida con el estudio ni con el trabajo; el espíritu de *artista* — en cualesquiera de sus manifestaciones — lo lleva ya el hombre en sí, allá, en lo más íntimo de su ser; se modifica y perfecciona, pero no

se aprende. El arte es algo congénito al hombre, es una predisposición nativa que viene al mundo con él, y que con él va a la tumba. Bien podemos exclamar como Schiller:

De virtud, puede darte lecciones la abeja;
de primor, puede ser tu maestro un gusano;
la del ángel del cielo, tu ciencia semeja;
lo que es tuyo sólo es el arte, ¡oh, humano!

IV

¿QUE ES EL ARTE?

Difícil es comprender dentro de los estrechos límites de una definición un concepto tan elevado y tan amplio como en sí encierra la palabra «arte». Según unos es el conjunto de preceptos y leyes que regulan el libre ejercicio de la actividad humana; según otros, las reglas para hacer bien una cosa, o, como dice Milá, que ayudan a hacer bien una cosa.

Ningún pueblo mejor que el heleno, hizo de la belleza el *leitmotiv* de toda su vida. El bien era la belleza; la justicia era la belleza, y la belleza era la *armonía* que consiste en el *justo medio*, es decir: la proporción y el equilibrio.

Y en esta concepción está, no sólo el secreto de la vida, sino también del arte griego. Podemos, pues, afirmar que el Helenismo es una concepción esencialmente bella de la vida y de todas las cosas.

Ese ideal de belleza que el pensamiento helénico afirmó y sobre el que hizo girar toda su vida, es el mismo que constituye el fondo, la esencia, el alma del arte.

Pero, ninguna belleza tan sublime como la *belleza natural*, la que brota de la Naturaleza, río Hipocrene de donde emanan todas las bellezas; templo de Pafos y de Citera, donde moran todas las Musas.

Belleza hay en todas las manifestaciones de la Naturaleza; el artista es el que debe saberla sentir, extraer y

plasmar. Y allí donde hay *belleza* hay *arte*, o, cuanto menos, un venero inagotable para la inspiración del artista. Pero lo que verdaderamente inmortaliza una obra artística es el soplo, el divino y mágico soplo del genio creador que ha sabido captar y aprisionar en su mente el espíritu de los seres o de las cosas para encarnarlo en la obra, en su obra.

Si el arte es la encarnación del espíritu en la materia, podremos apreciar éste bajo tres formas, modos o aspectos: primero, en si mismo, como disciplina humana, y tendremos el *arte objetivo*; segundo, en el sujeto que lo posee, y tendremos el *arte subjetivo*; por último, en la obra exterior o artefacto, y tendremos la *obra de arte*.

La *obra de arte* es aquello donde se concreta en formas plásticas o literarias la suprema idealidad del artista. Es — la obra de arte — la expresión de un estilo personal o nacional y, a veces, también de toda una época. El estilo es el hombre, dijo el sabio y académico francés, Conde de Buffón; por lo tanto, el estilo artístico — individual o colectivamente considerado — será el modo peculiar de entender y de rimar una belleza, o la belleza en general.

El arte de un pueblo — como el de una época determinada de la historia — expresan una concepción especial de la vida; un modo especial de sentirla y de vivirla. Por eso, el arte de un pueblo determinado o de una determinada época histórica, constituyen dentro del área del arte universal, una entidad espiritual soberana, peculiar y autónoma.

Así como no es posible afirmar un estilo de vida, esto es: definirlo, siendo necesario recurrir a las simbolizaciones o evocaciones cuando queremos expresar las características psicológicas de un pueblo o de una época, así también, es difícil definir el arte en su excelitud moral, en su grandeza espiritual, en su alta significación creadora y perpetuadora de los tiempos, de los hombres y de las naciones.

Para penetrar en la íntima esencia psíquica, en la razón metafísica del arte de un pueblo o de una época es neces-

rio que nos compenetremos, algo así como familiarizarnos, con su ambiente, con sus costumbres, con sus inquietudes, con sus creencias, con su vida, en fin. Con razón se pregunta un escritor a este propósito: «¿Como podremos formarnos una noción, una idea, una evocación, un sentimiento, de lo que es el estilo de un pueblo, de un país, de una nación...?» Y a ello el mismo autor se contesta: «Contemplando sus paisajes; visitando sus ciudades y aldeas; conversando con sus habitantes; admirando sus cuadros, sus estatuas, sus edificios; leyendo las obras de su literatura y de su ciencia; oyendo sus cantos y sus músicas; mirando sus bailes, y, en suma, conviviendo real e intuitivamente con todas las manifestaciones de su vida pasada y presente».

Así, para comprender lo que significa y entraña la severa magnificencia del Monasterio del Escorial, en España, no bastará conocer la historia hispana de los siglos XVI y XVII, sino que será necesario haber convivido con los españoles, haberse adentrado — siquiera un poco — en sus preocupaciones e inquietudes de indole religiosa y política — ya que muchas de las empresas hispanas han sido una proyección de su abultado celo religioso —. Solo así se podrá llegar a comprender el modo de ser, de pensar y de sentir de los españoles de aquella época, la aspiración de ultraterreno que les hizo levantar tan inmensa mole — claustro, palacio, panteón y museo —. Con todo esto podremos alcanzar el simbolismo que se encierra dentro y fuera de tan hermosa obra de arte.

De igual manera, y aprovechando el simil, para comprender esa inquietud marinera que invade la historia, la literatura, la vida portuguesa; para explicarnos el heroico afán explorador de los portugueses, ese afán que fué la médula de su gloriosa epopeya escrita, hay que situarse frente a ese Atlántico impetuoso que la Edad Media pobló de leyendas y quimeras; hay que escuchar día y noche — como lo escuchan las gentes y ciudades costeñas — el clamoreo incesante, victorioso, atrayente de unas olas que

traen con el olor salitroso de arenas lejanas, aires de cosmopolitismo que infunden en los ánimos deseos de desgajarse de la tierra, de abandonar el sedentarismo, de hacerse caballeros del mar para lanzarse por la estela de sus espumas a descubrir y a conquistar.

Solo escuchando un día y otro día, una hora y otra hora, esa voz imperiosa, subyugadora y poética del Atlántico, es posible comprender el alma portuguesa llena de «saudades» ultramarinas; sólo ante esa sinfonia constante de sol y de agua es posible penetrar en el espíritu emprendedor, navegante y viajero de los lusitanos que lo mismo inquietó a los caballeros que al pueblo no sólo en la época heroica de los fabulosos viajes, sino también posteriormente, pues no hay que olvidar que la Geografía ha sido y es ciencia predilecta del pueblo luso.

Y Portugal, siempre mirando al mar, siempre soñando con el mar, siempre fascinada por el mar, trazó por obra y gracia del genio y del arte de Camoens, su propia gesta nacional sobre el escenario de las rutas oceánicas.

He aquí al arte glorificando e inmortalizando a Portugal, el *arte del mar*; el arte de imperar, expandirse y perpetuarse por las rutas del Océano y a través del Océano; arte que Portugal creó con la acción, con el verbo y con la pluma.

V

EL ARTISTA

Ahora bien, en esa segunda forma o manera en que se considera el arte, o sea subjetivamente, aparece un sujeto, un ser, que dotado como de un poder sobrenatural de interpretación o de invención, se destaca singularmente sobre toda la congerie de los demás hombres: es *el artista*. El es el que sabe sentir e inventar obras de arte; él, el que difiere de todos los demás hombres no en lo físico, sino en lo moral porque siente *lo bello* como nadie y descubre en lo que quizá pasa inadvertido para la generalidad de los hombres,

los gérmenes de belleza que aquellos no ven o no saben sentir.

Se llama *artista* a aquella persona que ejerce un arte bella y que tiene aficiones, gustos y conocimientos para cultivarla o ejercerla; pero no es este sentido material o técnico — mecánico, si queremos — el que aquí nos interesa, el que aquí invocamos; no. Es lo que significa y entraña espiritualmente el concepto de *artista* lo que aquí traemos.

El hombre del Renacimiento tuvo orgullo de si mismo porque sabia que habia afirmado su *individualidad*, esto es, su personalidad. Y sabia que la habia afirmado porque se sentia lo suficientemente fuerte — con la fuerza de su cultura y de su razón — para llegar por sus propias luces mentales al conocimiento y posesión de la verdad. Asi, el artista, como el hombre del Renacimiento, debe partir, ante todo y sobre todo, de una rotunda afirmación de su personalidad. El artista, el verdadero artista, debe tener una individualidad propia, sin servilismos, sin encasillamientos. El artista debe serlo por intima esencia, no por definición o accidente. El artista no se hace en las Academias ni en las Escuelas; se forma en ellas, pero no nace en ellas; hay un aforismo popular muy corriente que dice: «el poeta nace, no se hace»; esto mismo podemos y debemos decir del artista.

El artista es el que interpreta y plasma en concreciones magníficas — tanto en las artes figurativas como en las literarias — un ideal de belleza superior y eminente que arde en su mente y a la que de un modo supremo aspira. Para conseguir este fin, la fantasia exuberante y creadora del artista se alimenta de todas las bellezas reales exteriores que absorbe, concentra y acrisola para luego proyectarlas a través de su obra sublimadas por el *arquetipo* que forjó en los sueños de su mundo interior. Pero ese tipo superior de belleza visto o soñado por el artista, se perderia en su idealidad si no se perpetuara en formas sensibles de expresión por las que llega a la emoción y sentir de los demás hombres.

Cuando el espíritu del artista se compenetra con el sentimiento de la naturaleza es cuando surgen las obras más sublimes del arte porque están inspiradas en la fuente de la única verdadera belleza. Precisamente, la esencia perpetuadora del arte no sólo está en saber rimar la belleza en cualesquiera de sus manifestaciones, sino en saberla captar en sus más nimios detalles, a veces incluso en los que parecen más insignificantes. No será pintor — en la cabal acepción artística de la palabra — el mero combinador de colores; ni será poeta el buscador de frases bonitas y eufónicas, de la misma manera que no es la simple emisión de sonidos lo que produce la música, sino la acompasada y armónica combinación de ellos, con lo que volvemos a la gran preocupación estética de los helenos o griegos, la armonía, el ritmo, la proporción . . .

El verdadero artista no sólo ha de ser un receptor de impresiones, sino también un inspirado emisor de ellas, pero, de tal forma, que sepa, por obra y gracia soberana del arte, comunicar a los demás hombres esa misma vibración emotiva de *lo bello* que ha conmovido su ser. ¡He aquí el secreto del artista y el mágico poder inmortalizador del arte!

Y no olvide el artista que mientras el imperio e influjo de los hombres de ciencia sólo llega a determinados sectores sociales, el suyo alcanza y llega a todos los hombres; para el arte, repetimos una vez más, no hay fronteras ni credos. No olvidando esto es como el artista tendrá una noción clara de su gran responsabilidad.

VI

LA BELLEZA

Si difícil es definir el arte, no menos lo es fijar contornos delimitativos a la idea de la belleza.

Para el mundo medieval, mundo de hierro, de constante y fiero pelear, perfectamente simbolizado en la rudeza

de sus gestas, es indiscutible que en las grandes hazañas de los caballeros que en los torneos rompen lanzas por su dama y por su honor, hay un íntimo «leitmotiv» de belleza. Para aquel mundo que no hace sino rezar y pelear, el tema de la belleza está en las virtudes caballerescas. Era una belleza épica como la de sus cantares juglarescos o de epopeya.

Para los hombres de las Cruzadas, el ideal de belleza radica en la misma fuerza de su fe; de esa fe que al grito de ¡Dios lo quiere! les empuja a los actos más abnegados, heroicos y sublimes.

En el mundo renacentista, la epopeya cedió al lirismo y «una sonrisa escéptica aletea sobre las virtudes caballerescas y sobre las hazañas de los caballeros», sobre aquellas virtudes y aquellas hazañas que habían sido la belleza temática de toda la Edad anterior.

No cabe dudar que para las sociedades del decimoquinto siglo, el ideal de belleza había cambiado totalmente. ¡Vivir, vivir con alegría! Tal fué el lema renacentista. Irrumpe el amor, y el *dolce stil nuovo* de Petrarca — «delicadeza, ternura, melancolía» — invade y llena toda la vida del Renacimiento como reacción al *rudismo* de antes. El tema de la belleza se centra en la vida y la vida toda viene a converger en una misma inquietude, ¡el amor!

Más tarde, otro movimiento revolucionario de las inteligencias y de los espíritus vendrá a cambiar las ideas y los gustos de la sociedad, y con ello el ideal y los temas de la belleza tomarán otros rumbos y formas en consonancia con el sentir de la época.

El Romanticismo — que arranca de la segunda mitad del siglo XVIII, teniendo su rotunda eclosión en el XIX — impone en el arte la *variedad* sobre la *unidad*.

El Renacimiento había sido la afirmación de la personalidad humana; el Romanticismo es la afirmación del *yo*. El *yo* — dicen los románticos — es la «única fuente capaz de crear la obra artística». Tal es el credo de aquel movimiento. Del *yo* viene toda inspiración; del *yo* toda armo-

nia; en el *yo* radica la entraña de los sentimientos; en el mundo interior del *yo* está el manantial de toda variedad porque allí viven las hadas mágicas de la fantasía y del ensueño que nutren al hombre romántico.

Egocentrismo, variedad y libertad creadora constituyen la trilogía suprema, la trimurti soberana del hombre romántico. «Cada nación, cada pueblo, cada individuo deben tener un arte peculiar». Para la concepción romántica hay que despreciar la razón que ata, para proclamar la imaginación sin ligaduras.

Facilmente se comprenderá que para el mundo romántico el ideal y el tema de la belleza tenían que ser otros. A la belleza cerebral concebida por el hombre-razón, sucede la belleza emotiva, pasional, arrebatada del hombre-sentimiento. El siglo XVIII es cabeza; el siglo XIX es corazón.

Sin embargo, sobre estos accidentes, la belleza es siempre una; sus raíces son inmutables y eternas. La belleza concebida por el hombre medieval, como la del hombre renacentista, o romántico, o contemporáneo, tiene por sobre lo contingencial y humano, una misma alma, un mismo espíritu; podrán variar las interpretaciones pero el fondo es el mismo hoy que ayer. Por eso, el concepto definitivo y universal de *la belleza* es el que dieron los griegos en su idea de *la medida*.

En la Naturaleza es donde tenemos ese concepto inmutable, eterno, universal, de la belleza. Ella nos dá la idea de la imagen de la belleza desnuda de todo lo humano que, a veces, la prostituye. En la Naturaleza está la verdadera fuente de esa armonía, de ese ritmo, de esa proporción, de ese equilibrio que afirmaron los helenos.

¿Quereis ver la imagen de la belleza? ¿Quereis sentir sobre vosotros el peso de su inmenso poder? Asomaros a un paisaje primaveral. Sinfonía de flores; armonía agreste de colores; rumor de aguas; ambiente de frescura vagorosa empapado de mil silvestres aromas... En el horizonte infinito, montes que parecen tocar con sus cimas las nubes, aparecen envueltos por una liviana capa de tonalidades ora

rojizas, ora plata y azul. Las verdes praderas salpicadas de flores blancas y amarillas, se ofrecen sumisas en sus inmensas sábanas a los corderos que pacen sobre la tibia humedad de sus pastos. Desde allá, desde muy lejos, sube un eco armonioso que rueda entre montes y riscos, entre bosques y valles; unas veces parece que sale de lo hondo de la tierra; otras que desciende de la oquedad de los cielos. Es el eco, el dulce eco de una canción de siega...

VII

ARTE TRASCENDENTE Y ARTE FRIVOLO

Hay un arte, como hay una literatura, que nos elevan a lo eterno e infinito del hombre, a la grandeza inefable de lo espiritual. Tal es el arte de Velazquez, de Rembrandt, del Greco, de Vinci, de Rafael, de Ticiano, o de Riviera... Tal es la literatura de Dante, de Miltón, de Shakespeare, de Calderón, o de Tasso... Estos son los que podemos llamar los artistas y los escritores *biblicos*.

Hay otro arte galante y ligero, como hay otra literatura linda y frívola. Es el arte de Boucher y de Watteau. La literatura de Catulo Mendes, de Goncourt, de Laforest, o de Loti. Es el arte y la literatura que cosquillea nuestros sentidos; son los artistas y escritores del dulce y mundano *amour*.

Pero, afirmado como queda que la belleza es el objeto del arte y que el arte no reconoce fin utilitario alguno — ya lo dijo Kant al reconocer la belleza como un sentimiento de agrado desinteresado, y al arte como la virtud de adaptar este sentimiento a nuestras facultades —, claramente se infiere que tanto el «arte biblico» como el «frívolo» tienden a un mismo fin aunque para ello sigan un camino distinto.

El filósofo Krause dijo que la Humanidad realiza la síntesis armónica que vive en la Naturaleza y en el Espíritu. Y el artista — como hombre — es el que, bañándose en la

fuente castalia de las bellezas naturales, interpreta estas *síntesis* creando la *belleza artística*.

En la esencia natural de la belleza no hay — más — rango jerárquico que lo que va de lo bello a lo sublime. Bello es lo que produce una «impresión de hermosura equilibrada». Sublime es lo que produce una «impresión de belleza potentísima, superior, algunas veces, a nuestra capacidad humana».

El arte del Greco o de Rembrandt; la literatura de Dante o de Shakespeare, entran en la esfera de lo sublime. Watteau o Loti, viven en el mundo de la belleza, pero no de la sublimidad.

¿Es que en la percepción de la belleza surgen conflictos para el artista? En su percepción, no; en su interpretación, acaso, sí. A veces, estos conflictos aparentes no son, sino un denso fluir de ideas; una rica matización de impresiones; una amplia variedad de sensibilidad impresionista. De todas formas, y como aquí nos tratamos de resolver esta cuestión, bastará que invoquemos el pensamiento de Goethe ante la concepción de su *Fausto*. «¡Bonita cosa hubiera hecho yo si una vida tan densa, tan abigarrada, tan rica en variedad como la que ofrezco en *Fausto*, la hubiese forzado a caminar sobre el delgado hilo de una sólo idea! Cuanto más inconmensurable y más difícil de comprender es una obra poética — artística, diríamos nosotros aquí — tanto mejor».

VIII

UNA INVOCACIÓN A LA COMUNIDAD IBÉRICA

Acogiéndonos al vasto y suave imperio del arte, invocamos aquí la magnífica conjunción espiritual de dos pueblos caballerescos que tan preciada herencia artística han dejado a la humanidad y que tan profundamente han sentido el ideal heroico de la belleza.

Si el helenismo — el bello y pagano helenismo — fué la síntesis del espíritu y de la cultura griegas de sus universales repercusiones, y si Roma fué la gran dominadora — la gran *maestra*, diríamos mejor — del mundo, más que por la fuerza de sus armas por el poder penetrante de su civilización, dejando en todos los pueblos bañados por las aguas del mar Mediterráneo — al que con razón pudo llamar *mare nostrum* — las eternas esencias de la latinidad, Portugal y España, latinas ambas, que recibieron el beso suave de las brisas estéticas de Grecia, y el soplo viril de la fuerza hercúlea de Roma; Portugal e España que supieron sedimentar en su seno el *abstractum* de los pueblos y culturas que por su solar pasaron, han sabido también crear esa admirable conjunción culturo-espiritual que forma lo que podemos llamar: *Comunidad Ibérica*.

Y el *Iberismo* — España y Portugal conjuntas — con un contenido real, histórico, profundo y trascendente, tuvo también su momento universal en que, desbordándose fuera de sus propias fronteras, hizo como Grecia y Roma lo habían hecho antes, un desparramamiento de sus fuerzas ideales más allá de los contornos de la Ibérica Península, llevando su espíritu, su cultura, sus inquietudes y, en fin, su propio estilo de vida, a otras tierras y a otros mares.

Y así como hoy puede hablarse en un sentido espiritual y cultural de un *mundo heleno* y de un *mundo latino*, puede también hablarse sin énfasis político ni de sospechosas ambiciones, de un *mundo luso* y de un *mundo hispánico* en el más puro e ideal concepto histórico.

Cuando la *Comunidad Ibérica* fué eje de la política del mundo y sus exploradores y navegantes surcaban los mares en todas direcciones, o atalayaban desde sus laboratorios mentales las rutas y los horizontes marinos, cual un Enrique el Navegante, desde su retiro glorioso de Sagres, — escuela y brújula de la Geografía portuguesa —, Portugal y España realizaron, cada una por sí, la gesta más inmortal, más grande, más sublime de sus días heroicos, gesta que entró de lleno en los ámbitos de la Historia Uni-

versal: la epopeya de América. Portugal en el Brasil, obra específicamente portuguesa; España en las repúblicas centro-sud-americanas. Y ambos pueblos — Portugal y España — han dejado en uno y otro confin del Nuevo Continente la semilla de su sangre y de su lengua procreadoras.

IX

LOS PORTUGUESES CABALLEROS DEL MAR

A partir de la época renacentista, Portugal lanzó al mundo, épica y gloriosamente, una nueva caballería andante, los *caballeros del mar*. El ideal del mar embelleció y llenó la vida de los portugueses como antes había embellecido y llenado el ideal de la dama a aquellos fantásticos caballeros que en la literatura se llamaron Amadises, Floriseles o Palmerines.

En los umbrales de los días modernos, entre las poëtrimerías del Medievo y las primicias del Renacer, floreció la institución de la andante caballería, mitad realidad, mitad fantasía, basada en la supuesta existencia de esforzados caballeros que, despreciando todos los peligros, se lanzaban por los caminos del mundo a «desfacer entuertos y enderezar agravios». El caballero andante fué el prototipo de la gentileza y de la hidalguía, la personificación de la lealtad y de la nobleza. Era, en fin, el caballero andante, encarnación y síntesis de un ideal en que se compendian tres motivos: el heroísmo, la poesía y el amor, trilogía suprema de la belleza, fuente serena en la que ha bebido y bebe sempiternamente el Pegaso alado de Apolo.

El caballero andante entrañó una concepción idealista, poética, bella, de la vida. El ideal caballeresco, lo mismo empujó a las más temerarias empresas políticas y guerreras en la tierra y en el mar, que a los más atrevidos lances de amor.

Así, pues, este ideal caballeresco fué la médula y acicate de los portugueses a partir de los descubrimientos y

exploraciones que, con su fe y amor por los estudios geográficos, iniciará el infante don Enrique, verdadero forjador del espíritu de esta caballería que más tarde ha de inmortalizar Camoens en «Os Lusíadas». Y este ideal caballeresco del mar, prendió con tal fuerza en reyes y pueblo que todos fueron y se sintieron caballeros andantes sobre las espumas del inmenso piélago. Todos, embriagados por el olor y el rumor del mar, soñaron con «aquellos lugares encantados que cela el Océano». Y Portugal, atraído por este sueño navega y navega, teje su gloria en el mar; parece un nuevo caballero Esplandián en amorosa búsqueda de su nueva Urganda, aquella misteriosa princesa surgida de las aguas procelosas, hada soberana de la *Insula non Fallada*.

Portugal halló a la princesa y halló su reino. El camino fué largo, duro, difícil, erizado de dificultades, de peligros, de zozobras, pero la meta aguardaba a los capitanes del Océano, llena de gloria, de fama, de riquezas. La India lejana y fabulosa esperaba que los más intrépidos descubriesen el velo puer de sus encantos pero esto tuvo que ser — como Ulises al regresar a Itaca — venciendo «gigantes antropófagos, sirenas cautivadoras y terribles, monstruos marinos».

Los hitos del epopéyico camino o ruta marinera de los portugueses, fueron desvaneciendo una a una todas las leyendas que sobrecogían el ánimo de los primeros navegantes. Cabo Bojador, cabo Verde, estuario del río Congo, cabo de Buena Esperanza — o de las Tormentas — y de allí ya, el camino seguro de la gloria, la ruta florida de la inmortalidad. Bartólome Diaz, Vasco da Gama, Albuquerque — «creador del Imperio colonial portugués en las Indias» — son nombres que, cual aquellos que evocabamos en Grecia y en Roma, han perennizado el genio y la obra de Portugal.

A partir del siglo xv, las aguas atlánticas se ven ya cruzadas por los caballeros portugueses; pero las expediciones ultramarinas lusas ofrecen una característica nueva

entre todas las que genoveses, venecianos y franceses habian realizado o realizaban. Los portugueses surcan el mar no sólo para comerciar, sino para estudiar; eran las suyas expediciones más bien que mercantiles, *científicas*.

Tras el estudio viene el descubrimiento cuando Vasco da Gama, a lo largo de ochenta años de trabajos, dobla el cabo de Buena Esperanza llegando triunfador a Calicute.

Tras el descubrimiento viene la conquista, la expansión, el Imperio, y esto lo afirma Albuquerque. He aquí las etapas. Portugal que ha bordeado el Africa y ha llegado a la India, ocupa después las etapas de la ruta: Aden, — 1513 —; Ormuz — 1515 —; Malaca, Java y las Molucas sucesivamente; en 1517 Cantón; en 1500 Portugal descubrió el Brasil.

Allá, en la era de la mitología homérica, las Sirenas, en medio de la soledad tenebrosa del mar, con sus cantos enbrujados atraian a los navegantes para devorarlos. Siglos más tarde, los predecesores de los Vasco da Gama y de los Albuquerque, creen en la existencia de islas de piedra-imán que, cual las fabulosas Sirenas, atraian en medio del Océano a los buques para hacerlos naufragar. Pero los portugueses se yerguen frente al escenario grandioso del mar sin límites y como nuevos Ulises van con fe a *regiones ignoradas*, se adentran en la *profundidad de lo desconocido*, y tripulando navios cuasi errantes que son presa de apocalípticas tempestades, se ven empujados a regiones inexploradas, a pueblos ignorados, a «tierras perdidas donde habitaban dioses».

En medio de esta grandeza que traspasa la categoría de *lo bello* para llegar a la de *lo sublime*, aparece el mago que cantará las hazañas lusas, como apareció en su momento en Grecia para cantar los hechos de los helenos.

Cuando el Renacimiento irrumpe pujante en Portugal — a primeros del siglo XVI —; cuando el Atlántico ha sido ya escenario de las proezas casi mitológicas de los portugueses; cuando en la cultura — como una proyección o consecuencia del poder en el mar — se abren vastos hori-

zontes al saber; cuando la Universidad de Coimbra — la Atenas portuguesa — viene a ser el nuevo Damasco de Occidente; cuando la literatura lusitana ha fundido las *ideas reformistas* de Erasmo y las *formas estéticas* de Italia; cuando Gil Vicente ha echado los cimientos del teatro portugués y Bernardino Ribeiro ha creado la novela bucólica o pastoril lusa, surge el coloso que hace entrar a Portugal por el camino de lo legendario, por las rutas de lo fabuloso, de lo heroico, de lo sublime. Es *Luis de Camoens*, al que bien podemos llamar el Homero portugués.

Por *patria de Camoens* se conoce a Portugal, y *lengua de Camoens* se le llama al portugués, como lengua de Cervantes al castellano. Tal es la inmortalidad que el homérida luso dió a su pueblo.

«Os Lusíadas» es para Portugal, lo que «La Iliada» es para Grecia. «La Iliada» es el poema épico que narra la larga y tremenda guerra entre griegos y troyanos. «Os Lusíadas» es «la epopeya de la expansión imperial de Portugal»; es el canto a «las hazañas de los lusitanos en sus conquistas ultramarinas». Lo maravilloso y lo real, lo celeste y lo humano se mezcla en ambos poemas; de carácter militar son el uno y el otro. *Dioses* intervienen en la acción de «La Iliada», y *dioses* también en la acción de «Os Lusíadas».

Mejor que nosotros nos dirá Fidelino de Figueiredo, a quien cedemos la palabra, lo que «Os Lusíadas» significó y significa para el pueblo portugués, y el lugar altísimo en que el genio de Camoens, le colocó. «Dotaron a la patria portuguesa — refiérese a «Os Lusíadas» — que salio del más alto momento de su historia, de una epopeya genial que perpetuó la grandeza de sus empresas, de sus heroismos y de sus virtudes...; dioses persiguen y dioses favorecen a los portugueses, y la gloria de los portugueses acaba por ofuscar la gloria de los dioses...»

* * *

Los portugueses, nuevos caballeros andantes simbolizados en el poema camoneano; ¡épicos caballeros del mar!, entraron, por obra y gracia del arte, en las augustas regiones de la belleza cuando ya por sus hechos habian entrado en las del heroismo. Y entraron rectamente en la mansión serena y délfica de la doble inmortalidad — la de la obra vivida y la de la obra escrita — de la mano homérica y pánica de *la poesia*, eso que los antiguos llamaron «el lenguaje de los dioses», y Dante, «el gran mar del ser».

X

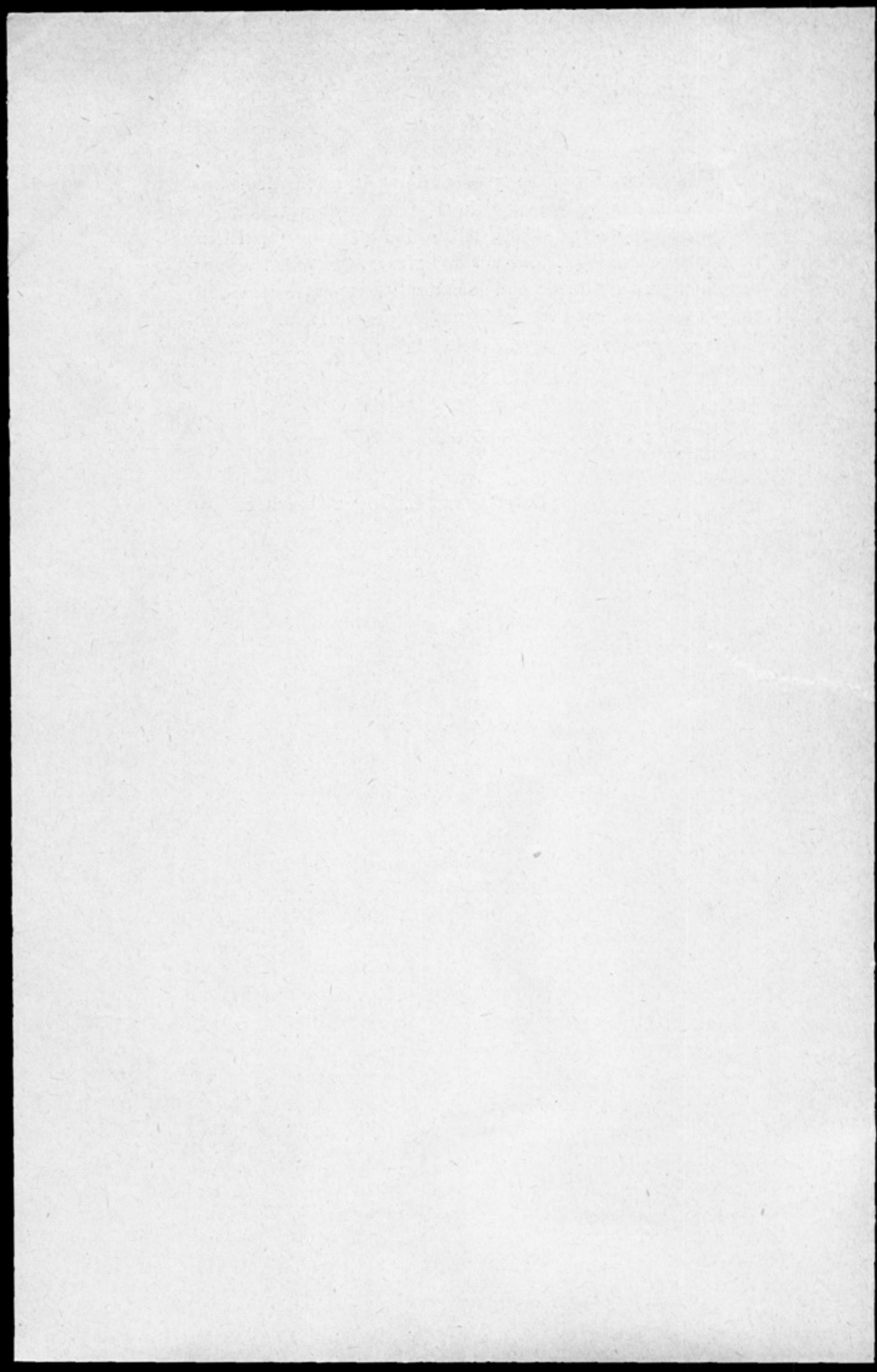
ELOGIO DEL ARTE

¡Oh divino arte! Tú, con tus creaciones magnificas, subyugas a todos los espíritus; tú nos elevas al mundo de la idealidad que nuestra mente sueña y anhela, y nos arrebatas de éste, lleno de impurezas y miserias, cuajado de abrojos. Tú destilas en el alma del humano mortal, gotas deliciosas de ese néctar embriagador de la belleza que endulza nuestros dolores, enjuga nuestras lágrimas y hace estremecer nuestros sentidos todos en un espasmo de sublime goce ante la percepción de tus placeres immaculados. Tus fulgores llegan a todos los corazones, y a todos les iluminas con tu luz vivísima que atrae y seduce hasta las almas más viles y toscas. Tú haces germinar amor, amor puro, aún en los más ásperos tamujales. Tú eres faro potente, inextinguible, que alumbras y guías a los hombres por el sendero de las más heroicas virtudes, de los más altos ideales, y les llevas a la inmortalidad. Tú unes en un abrazo de amistad hermana, en un ósculo de paz universal a todos los seres y a los pueblos todos, pues ante tí quedan rotos antagonismos y amigos o enemigos, poderosos o humildes, con-

fundidos todos te veneran y te sienten porque tú sabes mostrarles la belleza y lo que el hombre no pudo quizás lograr por la fuerza de las armas, lo que los más sabios políticos no pudieron conseguir con sus doctrinas, lo que santos varones no vieron realizado con suas predicaciones, lo consigues tú, y unes con los lazos del amor — que son los más indisolubles — pueblos y razas, costumbres, creencias y tradiciones.

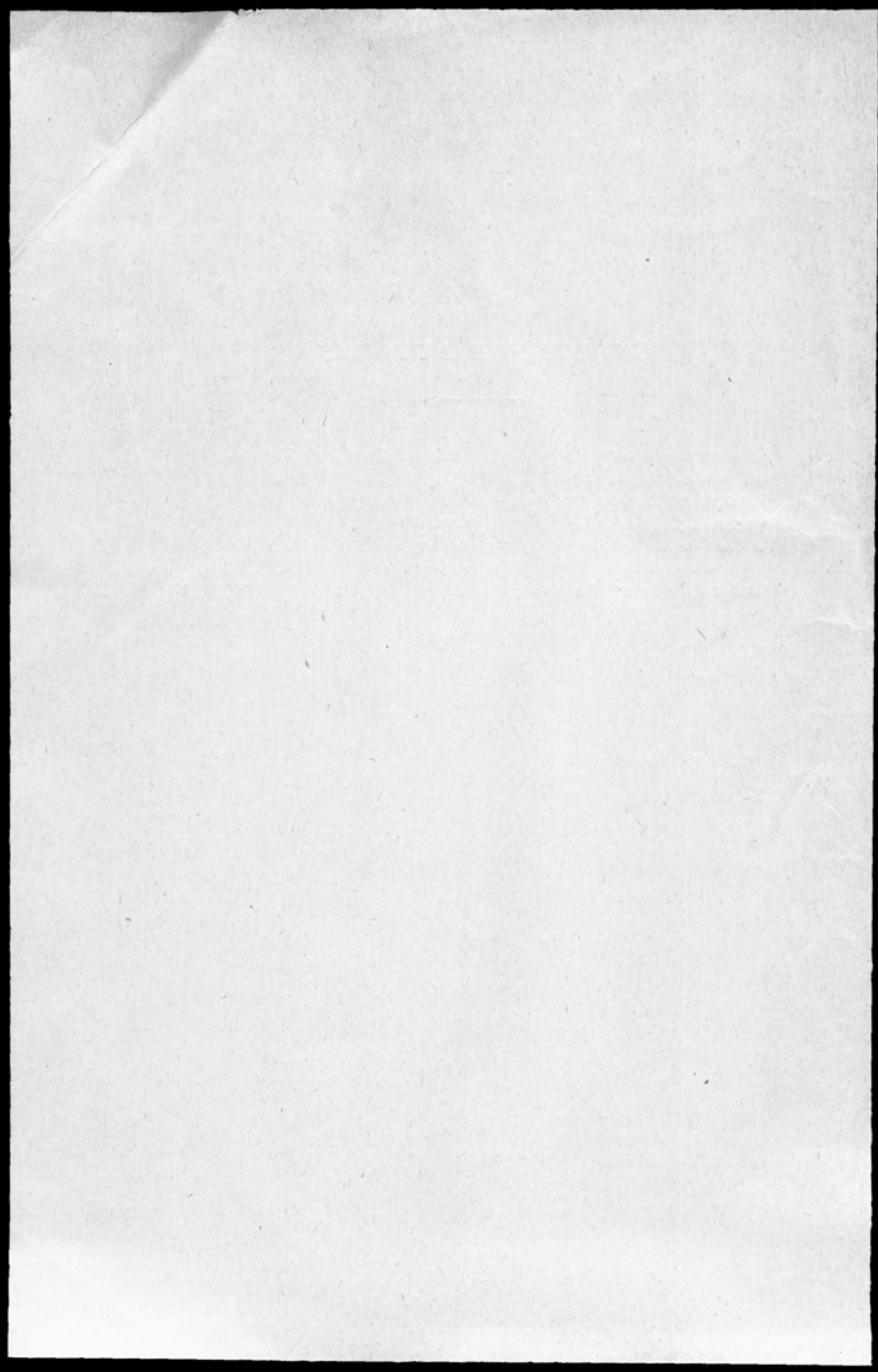
Madrid — España — Mayo, 1944.

Dr. RAFAEL L. GÓMEZ-CARRASCO



ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
FELISBERTO MARTINS — <i>Aspectos da cultura clássica de Francisco Adolfo Coelho</i>	165
MARQUÉS DE BÓVEDA DE LIMIA — <i>El alzamiento de Valladolid y el Alto de los Leones</i>	190
L. SAAVEDRA MACHADO — <i>Reflexos das correntes filosóficas e pedagógicas contemporâneas em Portugal</i>	1
RAFAEL L. GÓMEZ-CARRASCO (Dr.) — <i>Elogio del Arte</i>	209



ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
<i>Aspectos da cultura clássica de Francisco Adolfo Coelho</i> , por FELISBERTO MARTINS	165
<i>El alzamiento de Valladolid y el Alto de los Leones</i> , por MAR- QUÉS DE BÓVEDA DE LIMIA	190
<i>Elogio del Arte</i> , por Dr. RAFAEL L. GÓMEZ-CARRASCO	209
<i>Reflexos das correntes filosóficas e pedagógicas contemporâ- neas em Portugal</i> , por L. SAAVEDRA MACHADO	1

